



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173 7200

Igarapava/SP, 11 de setembro de 2025.

Ofício nº. 417/2025.

Ref.: Projeto de Lei nº 32/2025.

Exmo Sr.
Carlos Roberto Rodrigues Lima
Presidente
Câmara de Vereadores de Igarapava
Igarapava-SP

REGIME DE URGÊNCIA

Excelentíssimo Senhor Presidente e Digníssimos Edis,

Venho, por meio deste, encaminhar Projeto de Lei nº 32/2025, que
“AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DE R\$
250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), PARA ABERTURA DE
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2025 DO
MUNICÍPIO DE IGARAPAVA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A proposta de reforma contempla a substituição integral do telhado com nova estrutura metálica, a reforma completa dos banheiros e a adequação do acesso ao prédio, garantindo segurança, acessibilidade, conforto e a continuidade dos atendimentos prestados à população. A atual estrutura apresenta sinais evidentes de desgaste, infiltrações e falhas que comprometem tanto a integridade física do imóvel quanto a qualidade do serviço ofertado.

Renovamos a Vossa Excelência, nossa distinta consideração e estima, certo da aprovação deste projeto pelas razões expostas.

Atenciosamente,

Protocolo 15129/25 19:00hs
Câmara Municipal de Igarapava
15.09.2025 13:40:09 (00.00)


DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPAVA

Câmara Municipal de Igarapava
Sílvia Maria Corrêa
Assessora da Presidência



Prefeitura Municipal de Igarapava

PROJETO DE LEI Nº 32 DE 11 DE SETEMBRO DE 2025

FLS: 163

PREFEITO MUNICIPAL

“AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), PARA ABERTURA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2025 DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES, Prefeito do Município de Igarapava, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

Faz saber:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no valor total de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, destinado à criação de dotação orçamentária específica para custear a **reforma completa do telhado e dos banheiros do Centro de Saúde de Igarapava**, conforme Plano de Trabalho 004/2025 – SMS e demonstrativo abaixo:

- Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
- Unidade Orçamentária: 02.04 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE
- Unidade Executora: 02.04.01 – Fundo Municipal de Saúde
- Funcional Programática: 10.302.0156.2575.0000 – Reforma Infraestrutura
Unidade de Saúde – Emenda Parlamentar – Convênio SES 1145/2025
- Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00
- Fonte: 02
- Vínculo: 300.047
- Valor do Crédito: R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º advêm do excesso de arrecadação do exercício atual, nos termos do inciso II, §1º, art.



Prefeitura Municipal de Igarapava

PROJETO DE LEI Nº 32 DE 11 DE SETEMBRO DE 2025

FLS: 164

PREFEITO MUNICIPAL

43, da Lei Federal nº 4.320/64, notadamente do valor recebido em razão da emenda parlamentar nº 2025.030.64.882, conforme disposto no Convênio SES 1145/2025.

Art. 3º. Nos termos do artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º da Lei Federal nº 4.320/64, a abertura do presente crédito especial é autorizada em virtude de excesso de arrecadação verificado no exercício vigente, oriundo de convênio com a Secretária da Saúde do Estado de São Paulo (SES), transferida por fundo a fundo.

Art. 4º. Este crédito será incluído na Lei nº 998/2021 – Plano Plurianual – PPA, Lei nº 1190/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA, e na Lei nº 1173/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, todas referentes ao exercício de 2025.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

IGARAPAVA-SP, 11 dias de setembro de 2025.

DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTO
PABX (16) 3173 7200

JUSTIFICATIVA

Cumprimentando cordialmente os membros desta Casa Legislativa, encaminho para análise e deliberação o Projeto de Lei nº 32/2025, que dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com o objetivo de viabilizar a execução do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava.

A proposta de reforma contempla a substituição integral do telhado com nova estrutura metálica, a reforma completa dos banheiros e a adequação do acesso ao prédio, garantindo segurança, acessibilidade, conforto e a continuidade dos atendimentos prestados à população. A atual estrutura apresenta sinais evidentes de desgaste, infiltrações e falhas que comprometem tanto a integridade física do imóvel quanto a qualidade do serviço ofertado.

A presente iniciativa é financiada por emenda parlamentar destinada pela Deputada Estadual Delegada Graciela, na modalidade de transferência fundo a fundo, e será complementada por contrapartida financeira do Município no valor de R\$ 18.195,81, conforme previsto em planejamento técnico e orçamentário.

Esta intervenção busca proporcionar melhores condições de trabalho para os profissionais da saúde, bem como um ambiente mais seguro e acolhedor para os munícipes que dependem do SUS. Atende, ainda, às exigências legais de acessibilidade e reforça o compromisso da Administração Pública com a eficiência, transparência e qualidade nos serviços públicos.

Diante da importância da proposta e da necessidade de cumprimento dos prazos legais



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70
E-mail: igarapavasauade@gmail.com**

Igarapava, 09 de setembro de 2025.

Ofício n. 365/2025 – SMS

**Exmo. Sr.
José Humberto Lacerda Rodrigues
D.D. Prefeito Municipal
Igarapava-SP**

Referência: Projeto de Lei – Prestação de Serviços para a reforma completa do telhado e reforma dos banheiros do Centro de Saúde.

Senhor Prefeito;

Ao tempo que cumprimento Vossa Excelência, pelo presente, solicito encaminhamento de Projeto de Lei ao Poder Legislativo, acompanhado dos devidos documentos complementares para **criação de dotação orçamentária, tendo em vista excesso de arrecadação.**

Segue anexo:

- Indicação do Parmentar
- Processo Completo da liberação do Recurso pela SES,
- Convênio SES n.º 001145/2025;
- Extrato bancário

Sem mais para o momento.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de elevada estima e consideração.

**Marisa Pinheiro Alves Ferreira
Diretora
Departamento Municipal de Saúde**



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasaude@gmail.com

PLANO DE TRABALHO – 004/2025 – SMS

1. DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA / DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE				CNPJ 45.324.290/0001-67
Endereço Rua Dr Gabriel Vilela, 413				Bairro Centro
Cidade Igarapava	UF SP	CEP 14.540-000	DDD/Telefone (16) 3172-3086	Email igarapavasaude@gmail.com
Nome do Responsável MARISA PINHEIRO ALVES FERREIRA				CPF 077.294.148-30

2. DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Título Prestação de Serviços para a reforma completa do telhado e reforma dos banheiros do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930 – Centro – Igarapava - SP	Período Permitido para Execução: até 31/12/2026
Identificação do Objeto Prestação de Serviços para a reforma completa do telhado e reforma dos banheiros do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A contratação custeada por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).	
Identificação do Parlamentar Deputado Estadual Delegada Graciela/Partido Liberal -	
Local de Execução Centro de Saúde de Igarapava - Rua Saldanha Marinho, nº 930 – Centro –	



**ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasaude@gmail.com

Igarapava SP

Responsável Técnico do Projeto

Andréia Francisco de Paula - Chefe do Setor de Avaliação e
Auditoria Departamento Municipal de Saúde Igarapava-SP
igarapavasaude@gmail.com; 16 - 3172 3086

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos. A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço.

A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e confortável tanto para os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica.

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao



**ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasauade@gmail.com

tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasaude@gmail.com

comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

4.OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover a reforma completa do telhado, dos banheiros e a melhoria no acesso do Centro de Saúde de Igarapava, localizado na Rua Saldanha Marinho, nº 930 – Centro – Igarapava/SP, com o objetivo de revitalizar a infraestrutura física da unidade, assegurando condições adequadas de segurança, acessibilidade, higiene e conforto, tanto para os usuários quanto para os profissionais da saúde. A intervenção visa modernizar e preservar a edificação, eliminando falhas estruturais, promovendo a inclusão e contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do atendimento à população.

Objetivos Específicos

- Substituir integralmente a cobertura existente do Centro de Saúde por uma nova estrutura metálica, eliminando infiltrações e riscos estruturais, de forma a garantir maior segurança, durabilidade e funcionalidade ao edifício.
- Eliminar pontos de infiltração e deterioração ocasionados pelo desgaste da cobertura, assegurando a proteção adequada dos ambientes internos, inclusive de equipamentos e documentos sensíveis.
- Reformar os banheiros da unidade, promovendo a modernização dos acabamentos, instalações hidráulicas e sanitárias, com foco em higiene, conforto e funcionalidade.



**ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasaude@gmail.com

- Adequar os banheiros às normas de acessibilidade, garantindo uso seguro e autônomo por pessoas com mobilidade reduzida, em conformidade com a legislação vigente.
- Assegurar que as intervenções no telhado e banheiros contribuam para a continuidade dos atendimentos, evitando paralisações ou prejuízos aos serviços prestados à comunidade.
- Promover um ambiente mais acolhedor e funcional, que contribua para a qualidade do atendimento e o bem-estar de usuários e profissionais da saúde.
- Garantir a correta aplicação dos recursos públicos, com obras executadas de forma planejada, eficiente e transparente, respeitando os prazos e normas legais vigentes.

5. DADOS DA EMENDA PARLAMENTAR E CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO

5.1 Identificação da Proposta:

Finalidade	Prestação de Serviços para a reforma completa do telhado e reforma dos banheiros do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A contratação custeada por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).	
Referência	Convênio SES n.º 001145/2025	
Tipo de Proposta	Prestação de Serviços para a reforma	
Tipo de Conta	Recurso Estadual	
Deputado	Delegada Graciela	
Agência e Conta bancária	Banco do Brasil Agência: 0419-7	CC: 42025-5
Fonte de Recurso	Estadual	



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasauade@gmail.com

Valor do Recurso	R\$ 250.000,00
------------------	----------------

Valor total : R\$ 250.000,00

5.2 Da Contrapartida do Município

De acordo com a Planilha Orçamentária apresentada pelo Departamento Municipal de Engenharia, verificou-se que o valor total necessário para a execução integral dos serviços de reforma completa do telhado e pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava ultrapassa o montante disponibilizado por meio da emenda parlamentar no valor de R\$ 250.000,00.

Diante disso, será necessária uma contrapartida financeira por parte do Município de Igarapava, no valor de **R\$ 18.195,81**, correspondente a 6,78% do custo total estimado da intervenção. Essa contribuição municipal visa complementar os recursos federais, garantindo a execução plena do projeto, em conformidade com os padrões técnicos e de qualidade exigidos, além de assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos.

5.3 Plano de Aplicação:

Este plano de aplicação detalha a destinação dos recursos financeiros para a execução do projeto.



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasauade@gmail.com

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Gestão Prestação de serviço	Prestação de Serviços Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	R\$ 19.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%
		Valor Total	R\$ 269.195,81	R\$ 19.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%

6. PERÍODO DE VIGÊNCIA PARA ENTREGA DA OBRA FINALIZADA

De acordo com o convênio nº 1145/2025, firmado entre a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SES) e o Município de Igarapava, o prazo final para a execução e conclusão da obra — que inclui a reforma completa do telhado e dos banheiros do Centro de Saúde de Igarapava — **é até 31 de dezembro de 2026.**

Esse prazo compreende todas as fases do projeto, desde os trâmites legais, liberação de dotação orçamentária, licitação e contratação, até a entrega final da obra, devidamente concluída e inspecionada. O cumprimento desse prazo é essencial para:

- Assegurar a correta aplicação dos recursos públicos;
- Atender às exigências legais do convênio;
- Garantir a entrega das melhorias previstas à população no tempo estipulado.

O município deve, portanto, gerir o cronograma físico-financeiro com responsabilidade, evitando atrasos que possam comprometer a efetivação do



**ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasaude@gmail.com

convênio.

7. DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE PLANO DE TRABALHO:

- Indicação do Parmentar
- Processo Completo da liberação do Recurso pela SES,
- Convênio SES n.º 001145/2025;
- Extrato bancário

8- DA SOLICITAÇÃO

Com a aprovação da **CRIAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ESTE PODER LEGISLATIVO** e a consequente implementação do presente Plano de Trabalho, espera-se promover avanços significativos na infraestrutura do Centro de Saúde de Igarapava, garantindo melhores condições de funcionamento da unidade. A contratação da empresa especializada permitirá a substituição completa do telhado e a reforma dos banheiros, assegurando maior segurança, acessibilidade e conforto aos usuários e profissionais. Tais intervenções contribuirão para a preservação do patrimônio público, a prevenção de problemas estruturais e a melhoria das condições de atendimento à população. Dessa forma, os munícipes serão beneficiados com um ambiente mais adequado, funcional e acolhedor para a prestação dos serviços de saúde. Além disso, a aprovação da dotação garantirá a viabilidade financeira da proposta, possibilitando sua execução de forma transparente, eficiente e em conformidade com os princípios da administração pública.

Igarapava, 09 de setembro de 2025

Andreia Francisco de Paula
Responsável técnico
Departamento Municipal de Saúde

Marisa Pinheiro Alves Ferreira
Diretora
Departamento Municipal de Saúde



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 47A5-CAEE-8016-29C4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDREIA FRANCISCO DE PAULA (CPF 194.XXX.XXX-40) em 09/09/2025 12:32:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARISA PINHEIRO ALVES FERREIRA (CPF 077.XXX.XXX-30) em 09/09/2025 14:59:17 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/47A5-CAEE-8016-29C4>



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DE GOVERNO E REL.INSTITUCIONAIS

FOLHA CAPA EMENDA 2025.030.64882	
Parlamentar: Delegada Graciela	Ação: Saúde
CNPJ do Beneficiário: 45.324.290/0001-67	Órgão/Entidade: SECRETARIA DA SAÚDE
Beneficiário: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA	Objeto: REFORMA DO POSTO DE SAÚDE
Município: Igarapava	Valor (R\$): 250.000,00
Ano Referência: 2025	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasaude@gmail.com

**JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO**

Considerando o excesso de arrecadação verificado no presente exercício financeiro, faz-se necessária a criação de dotação orçamentária específica para viabilizar a execução do Plano de Trabalho referente à reforma completa do telhado e dos banheiros do Centro de Saúde de Igarapava, localizado na Rua Saldanha Marinho, nº 930 – Centro – Igarapava/SP.

A presente proposição está embasada na necessidade urgente de garantir condições adequadas de funcionamento da unidade de saúde, visando preservar a infraestrutura física, a segurança dos usuários e profissionais, e a qualidade dos serviços prestados à população. A estrutura atual apresenta desgaste acentuado, com infiltrações que comprometem ambientes internos, equipamentos e documentos, além de afetar diretamente o atendimento à população.

A substituição integral da cobertura com nova estrutura metálica, a modernização dos banheiros com foco em acessibilidade e conforto, e a adequação do acesso ao prédio são ações que refletem o compromisso da Administração Pública com a melhoria contínua dos serviços de saúde, o respeito às normas sanitárias e legais, e a valorização do patrimônio público.

O investimento previsto, no valor de R\$ 250.000,00, oriundo de emenda parlamentar da Deputada Estadual Delegada Graciela, será complementado com contrapartida municipal no valor de R\$ 18.195,81, a fim de garantir a execução plena do projeto em conformidade com os padrões técnicos exigidos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70 – telef: 3172 3086
Email: igarapavasaude@gmail.com

Dessa forma, a criação da dotação orçamentária viabilizará a aplicação eficaz dos recursos, assegurando a realização da reforma dentro do prazo legal estabelecido (até 31/12/2026), promovendo melhores condições de trabalho para os profissionais de saúde e um ambiente mais seguro, acessível e acolhedor para toda a comunidade.

Diante do exposto, justificamos a necessidade da abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação no valor de R\$ 250.000,00, subfunção 302, visando a utilização dos recursos financeiros oriundos de emenda parlamentar.

Sem mais para o momento.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de elevada estima e consideração.

Igarapava, 08 de setembro de 2025

Marisa Pinheiro Alves Ferreira
Diretora
Departamento Municipal de Saúde



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A4E3-0F2E-FDB2-484F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDREIA FRANCISCO DE PAULA (CPF 194.XXX.XXX-40) em 09/09/2025 12:31:47 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARISA PINHEIRO ALVES FERREIRA (CPF 077.XXX.XXX-30) em 09/09/2025 15:00:52 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/A4E3-0F2E-FDB2-484F>



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

TERMO DE CONVÊNIO

Convênio n.º 001145/2025

Processo n.º: SES-PRC-2025-00434-DM

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Saúde e a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, visando ao fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA com o aporte de recursos financeiros provenientes de emendas impositivas previstas em Lei Orçamentária Anual - LOA.

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, com sede na Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, n.º 188, São Paulo – Capital, neste ato representada pelo seu Secretário, ELEUSES VIEIRA DE PAIVA, brasileiro, casado, médico, portador do RG. n.º 5.943.754-6, CPF n.º 353.542.676-68 doravante denominado **SECRETARIA**, e do outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, CNPJ 45.324.290/0001-67, com sede na Rua Dr. Gabriel Vilela n.º 413, na cidade de Igarapava, neste ato representado pelo Prefeito, JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES, brasileiro, Casado, Médico, RG. n.º 13.200.001-5, CPF n.º 064.752.708-14, doravante denominada **MUNICÍPIO**, com fundamento nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, em especial nos seus artigos 218 e seguintes; nas Leis federais n.º 8.080/90, 8.142/90 e 14.133/2021; no Decreto estadual n.º 66.173/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, no endereço Rua Saldanha Marinho, 930 - CEP 14.540-000, na cidade de Igarapava, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente, em cumprimento à emenda impositiva n.º 2025.030.64882.

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitado o limite do valor do repasse previsto na emenda parlamentar e a legislação vigente e após proposta previamente justificada pelo MUNICÍPIO e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Titular da SECRETARIA, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA

São atribuições da SECRETARIA:

- repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, a identificação das partes, o objeto do ajuste, o valor que será transferido, o nome do gestor do convênio e do signatário representante do MUNICÍPIO;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

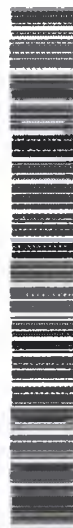


- c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados de acordo com o regulamento de compras do MUNICÍPIO;
- d) verificar a capacidade técnica da entidade;
- e) indicar o nome do gestor no âmbito do Departamento Regional de Saúde atuante na área técnica e administrativa, responsável pelo acompanhamento da execução do convênio e comunicar o MUNICÍPIO de qualquer alteração;
- f) analisar a prestação de contas encaminhada pelo MUNICÍPIO de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

São atribuições do MUNICÍPIO:

- a) manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde/ SP com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- b) indicar como representante **JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES**, Prefeito, RG. n.º 13.200.001-5, CPF n.º 064.752.708-14 que realizará a interlocução da MUNICÍPIO com a SECRETARIA.
- c) alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS;
- d) aplicar os recursos financeiros repassados pela SECRETARIA, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na execução do objeto do ajuste e na forma prevista no plano de trabalho, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 ou outra que lhe venha a substituir, bem como legislação municipal sobre contratos administrativos e segundo os princípios relacionados à aplicação de recursos públicos, em especial o da moralidade, impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;
- e) responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- f) assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio com o fim de permitir e facilitar o acesso de agentes relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;
- g) apresentar prestações de contas nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento, com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- h) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da SECRETARIA a inadimplência do MUNICÍPIO em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, isenta de tarifa bancária, aberta junto ao Banco do Brasil;
- j) manter registros, notas fiscais, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio, até a publicação de regularidade pelos órgãos competentes, independentemente do prazo legal;



SESTER202500148DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

k) assegurar que toda divulgação das ações objeto do convênio seja realizada com o consentimento prévio e formal do ESTADO, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado de São Paulo;

l) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado, e, caso se tornem desnecessários no estabelecimento do MUNICÍPIO esta deve comunicar a SECRETARIA para que avalie a possibilidade de aproveitamento em outro serviço que integra o SUS, adotando o MUNICÍPIO as medidas para sua disponibilização.

m) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante a SECRETARIA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

n) comunicar de imediato à SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;

o) permitir e facilitar ao ESTADO e aos órgãos de fiscalização interna e externa, o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do objeto deste convênio;

p) restituir à SECRETARIA os valores transferidos em caso de inexecução do ajuste, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da denúncia ou rescisão do presente convênio;

q) observar a Lei Federal n.º 12.846/2013 e ao Decreto Estadual n.º 60.106/2014 para conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes: I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada; II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; e III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

r) disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros: os termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal (Comunicado SDG 16/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);

s) realizar pagamentos às pessoas físicas e jurídicas à conta do convênio de forma que seja possível a identificação do beneficiário final e mediante depósito em sua conta bancária) manter atualizado em seu sítio na rede mundial de computadores informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a SECRETARIA;

t) manter atualizado em seu sítio na rede mundial de computadores informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a SECRETARIA;

u) comunicar a SECRETARIA sobre eventual alteração de representação do MUNICÍPIO, enviando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, os respectivos documentos;

v) cumprir a Lei Federal n.º 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais;

w) demonstrar que possui recursos para a contrapartida financeira, conforme plano de trabalho, se for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam vedadas as seguintes práticas por parte do MUNICÍPIO:

a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pela SECRETARIA para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

- b) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento;
- d) realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao paciente vinculado ao SUS por qualquer serviço referente à assistência a ele prestada;
- e) repassar os recursos recebidos para execução por outro ente público ou entidade de direito privado;
- f) efetuar pagamento a qualquer título a pessoa que não vinculada diretamente à execução do objeto do convênio ou sem a devida contraprestação para a execução do convênio;
- g) aplicar os recursos com despesas de taxas de administração ou assemelhada, tarifas, juros moratórios e multas e honorários advocatícios e pagamento de dívidas anteriormente contraídas;
- h) celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e ainda com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;
- i) contratar a prestação de serviço ou fornecimento de bens com empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, daqueles que exercem cargo sem comissão de direção ou assessoramento vinculados aos quadros da SECRETARIA;
- j) aplicar os recursos repassados com despesas de pessoal;
- k) em observância à Lei Federal n.º 12.846/2013 e ao Decreto Estadual n.º 60.106/2014, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie indevidos relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio serão destinados recursos financeiros, no montante global de **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais), a ser repassado em parcela única, onerando a seguinte classificação orçamentária:

UGE: 090196- CGOF-Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira

Programa de Trabalho: 10302512562730000 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

Natureza de despesa: 334039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Fonte de recursos: Fundo Estadual de Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas no orçamento, devendo ser observadas as regras relativas à gestão orçamentária e financeira, em especial as previstas na Lei n.º 4320/64, combinada com o decreto de encerramento do exercício e Decreto n.º 63.894/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A liberação dos recursos está condicionada à inexistência de registros em nome do MUNICÍPIO junto ao CADIN ESTADUAL. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo MUNICÍPIO de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei estadual n.º 12.799/2008.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos serão liberados em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos que ensejarem a suspensão dos repasses, em especial a verificação de situação que enseje a





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

253

instauração de Tomada de Contas Especial, casos em que ficarão retidas até o saneamento das impropriedades verificadas.

PARÁGRAFO QUARTO – O MUNICÍPIO deverá manter os recursos transferidos em conta especial, no Banco do Brasil, e aplicados exclusivamente no cumprimento dos compromissos decorrentes deste convênio. Banco do Brasil – Banco 001 – Agência 0419-7 - Conta Corrente nº. 42025-5. Eventual alteração da conta indicada deverá ser previamente comunicada pelo MUNICÍPIO à SECRETARIA que realizará as devidas anotações e publicação no D.O.E.

PARÁGRAFO QUINTO - Os recursos recebidos por este instrumento deverão ser aplicados no mercado financeiro, enquanto não forem empregados em sua finalidade, sendo que as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação dos recursos financeiros destinados à execução deste convênio, os partícipes deverão observar o quanto segue:

a) no período correspondente ao intervalo entre a transferência dos recursos e a sua efetiva utilização, os valores correspondentes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S/A ou outra instituição financeira que venha a funcionar como Agente Financeiro do Tesouro do Estado, em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a sua utilização verificar-se em prazos inferiores a um mês;

b) quando da prestação de contas tratada na CLÁUSULA SEXTA, deverão ser anexados os extratos bancários, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pela instituição financeira indicada;

c) o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará o MUNICÍPIO à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse até a data do efetivo depósito;

d) as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas para a execução do objeto do Convênio serão emitidas em nome do MUNICÍPIO, conforme o caso, devendo mencionar o número do presente convênio SES/SP no ato da emissão constar o número do presente instrumento no formato "Convênio SES n.º 001145/2025";

e) em caso de descumprimento parcial, o MUNICÍPIO poderá ser obrigada restituir, proporcionalmente, os valores repassados, observadas as demonstrações de despesas e justificativas por ela apresentadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O MUNICÍPIO demonstrará a existência de recurso financeiro, a título de contrapartida financeira, se for o caso, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTROLE, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, devendo para tanto:

a) avaliar o cumprimento das metas e o desempenho do MUNICÍPIO e os resultados alcançados na execução do objeto do convênio, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

b) monitorar o uso dos recursos financeiros mediante a solicitação de relatório ao MUNICÍPIO que deverá apresentá-lo no prazo assinado pelo gestor do convênio;

c) analisar a vinculação dos gastos ao objeto do convênio celebrado;



SESTER2025001448DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas no local de realização do objeto do convênio com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

e) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo apontamentos e avaliação das justificativas eventualmente apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo MUNICÍPIO dos recursos recebidos da SECRETARIA deverá ser entregue até 31/ 01 do exercício subsequente, observando as normas e instruções técnicas, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e deverá ser instruída, ao menos, com os seguintes documentos, conforme o objeto do convênio:

I - quadro demonstrativo discriminando a receita e a despesa;

II - relação dos pagamentos efetuados;

III - relação de bens adquiridos e, no caso de material permanente, prova do respectivo registro patrimonial;

IV - conciliação de saldo bancário;

V - cópia do extrato bancário da conta específica;

VI - relatório consolidado das atividades desenvolvidas contendo o comparativo entre as metas pactuadas no plano de trabalho e as metas realizadas;

VII - demonstrativo de contrapartida financeira, se for o caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de prestação de contas parcial, esta deverá ser apresentada mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, acompanhada de, ou conforme solicitação da SECRETARIA, acompanhada de:

a) relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;

b) relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pela SECRETARIA, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas, notas fiscais emitidas com indicação do número do Convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A SECRETARIA informará ao MUNICÍPIO eventual irregularidade que deverá ser sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos aplicados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente, aplicando-se a remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação expedida pelo ESTADO, na conta relativa à fonte dos recursos transferidos, ou seja, no TESOURO abaixo indicada:

- TESOURO, Banco 001 / Agência: 1897 X / Conta Corrente: 009.401-3.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS GESTORES DO CONVÊNIO

O gestor indicado pela SECRETARIA fará a interlocução técnica com o MUNICÍPIO bem como o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização da execução do objeto do convênio, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter a SECRETARIA informada sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

- a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- b) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final;
- c) comunicar ao superior imediato a inexecução por culpa exclusiva do MUNICÍPIO;
- d) acompanhar as atividades desenvolvidas e monitorar a execução do objeto do convênio nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;
- e) solicitar, quando necessário, às atividades de monitoramento, a realização de reuniões com representantes legais do MUNICÍPIO para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica designado como Gestoras da SECRETARIA: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO, Diretor Técnico de Saúde I, CPF n.º: 337.420.488-05 e RG n.º: 34.033.717-5, SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS, Assessor Técnico de Saúde Pública I, RG n.º: 17883777-5 e CPF n.º: 122.364.048-59, ambas lotadas no DRS-VIII FRANCA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O gestor do convênio poderá ser alterado a qualquer tempo pela SECRETARIA, por meio de simples apostilamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica designado como Gestor do MUNICÍPIO: LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA, Diretor do Departamento de Saúde, CPF n.º: 014.554.451-69 e RG n.º 1455445169.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de ausência temporária do gestor deverá ser indicado substituto que assumirá a gestão até o retorno daquele.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no Parágrafo Único da CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste do presente CONVÊNIO será até **31/08/2026** tendo por termo inicial a data da assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, corroborado por parecer técnico favorável da área competente, e após aprovação da SECRETARIA, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no Decreto n.º 66.173/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A vigência do presente Convênio nos exercícios financeiros subsequentes ao de sua assinatura estará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da SECRETARIA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

Este Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, por infração legal, ou pela superveniência de norma legal, ou ainda denunciado por ato unilateral, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, respeitada a obrigatoriedade de prestar contas dos recursos já recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o MUNICÍPIO inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às consequências legais, em especial às previstas na Lei complementar n.º 101/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio, não tendo ocorrido à utilização total dos recursos, fica o MUNICÍPIO obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da finalização do presente convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais responsabilidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - A não restituição e inobservância do disposto no caput desta cláusula ensejará a imediata instauração dos procedimentos legais visando a restituição dos valores e comunicação dos órgãos de controle interno e externos, com a proposta das medidas legais cabíveis, dentre elas a tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN estadual, nos termos da Lei n.º 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado – DOE, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I – Considera-se parte integrante do presente convênio, como se nele estivesse transcrito:

a. Plano de Trabalho;

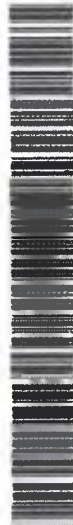
b. Anexo I - Resolução PGE nº 29/15;

c. Anexo II - Declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial;

II – Aplicam-se às omissões deste convênio as Portarias e Resoluções que regem o Sistema Único de Saúde e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

III – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente Convênio, lido e achado, vai por elas assinado digitalmente, pelas pessoas abaixo identificadas, para que produzam todos os efeitos de direito.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

São Paulo, 18 de agosto de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário

TESTEMUNHA(S):

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - Diretor Técnico de Saúde III

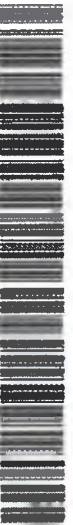
DIRETORIADODRSVIII-FRANCA-CRS/DRS8

GLALCO CYRIACO - Coordenador de Saúde

GABINETE DO COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 14/08/2025 às 08:52:25
Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 14/08/2025 às 13:56:46
Assinado com senha por: GLALCO CYRIACO - 14/08/2025 às 14:09:03
Assinado com senha por: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA - 18/08/2025 às 16:02:01
Documento N°: 050243A5230067 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A5230067>



SESTER2025001448DM

PLANO DE TRABALHO

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Número do PT: SES-PRC-2025-00434-DM				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor do Departamento de Saúde	igarapavasaude@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Missão da Instituição:

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva.



SESPTA2025006772DM

Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde..

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e



confortável tanto para os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, sendo que atualmente está em 80%.
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente há 162 nascidos vivos no município, com cobertura de 70% com mãe que realizaram 07 ou mais consultas de pré natal, ou seja, atender 113 mães 07 ou mais consultas de pré natal
Situação Pretendida:	: Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, considerando 162 nascidos vivos, ou seja, atender 129 mães com 07 ou mais consultas de pré natal
Indicador de Resultado:	Proporção de nascidos vivos
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$\frac{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2024}}{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2026}} \times 100$
Fonte do Indicador:	SIM SINAS - DATASUS SIA

Descrição da Meta:	Realizar mensalmente uma média de 30 entrevistas com usuários do Centro de Saúde de Igarapava, durante 6 meses após a conclusão da obra, visando atingir pelo menos 80% de satisfação entre os conceitos "ótimo" e "bom" em relação à estrutura, assistência e atendimento.
---------------------------	---

Ações para Alcance:	Disponibilizar a equipe da Ouvidoria para comparecer mensalmente ao Centro de Saúde e aplicar a pesquisa de satisfação diretamente com os usuários.
Situação Atual:	Não há atualmente uma pesquisa específica voltada à avaliação da estrutura do Centro de Saúde de Igarapava.
Situação Pretendida:	Atingir 80% de satisfação entre "ótimo" e "bom" nas respostas dos usuários, o que equivale a pelo menos 24 usuários satisfeitos, em média, entre os 30 entrevistados por mês ao longo de 6 meses.
Indicador de Resultado:	Percentual de satisfação dos usuários.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de usuários com avaliação "ótimo" ou "bom"} \div \text{Total de usuários pesquisados}) \times 100$
Fonte do Indicador:	• Relatórios consolidados da Ouvidoria.

Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da oferta das consultas médicas de especialidade, visto que mensalmente são disponibilizadas o total de 1070 consultas, sendo o Cardio 50, Dermato 40; Endocrino 25 Hemato 5, Ginecologista/Obstetra 110, Gastro 20, Oftalmol100 Pediatria 200; Pneumo 5; Psiquiatria 200; Reumato 20, Urologista 15 Vascular 30; Ortopedista 130; Psiquiatria Infantil 20; Neuropediatria 50 e Ultrassonografista 50. Após 06 meses de conclusão da obra, estará previsto o atendimento em torno de 1177 consultas
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente o prédio do Centro de Saúde encontra-se deteriorado devido ao tempo prolongado de uso, dificultando a organização da oferta das consultas médicas e em desacordo com a política nacional de acessibilidade e ambiência.
Situação Pretendida:	Ofertar o total de 1177 consultas médicas/mês para a população, em um espaço físico em consonância com a Política Nacional de Humanização e Acessibilidade.
Indicador de Resultado:	Percentual de consultas disponibilizadas
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$\text{Total de consultas disponibilizadas atualmente} / \text{total de consultas disponibilizadas após a reforma} \times 100$
Fonte do Indicador:	SIA/SUS/MS



Descrição da Meta:	Descrição da Meta: Substituir integralmente 788,67 m² da cobertura do telhado do Centro de Saúde de Igarapava.
Ações para Alcance:	Contratar uma empresa especializada. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. Realizar a substituição da cobertura. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações.
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações.
Indicador de Resultado:	Percentual de área da cobertura substituída.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Área substituída} / 788,67 \text{ m}^2) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de medição da obra.

ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Ordem	Etapa	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	18.195,81	6,78%	250.000,00	93,22%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%

1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 18.195,81	6,78	R\$ 250.000,00	93,22	R\$ 268.195,81

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.

Igarapava, 18 de Agosto de 2025



JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Diretor Técnico de Saúde III
DIRETORIADODRSVIII-FRANCA-CRS/DRS8

TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER
Coordenador
CGOF / COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA / GABINETE DO COORDENADOR

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 14/08/2025 às 08:57:54
Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 14/08/2025 às 13:58:15
Assinado com senha por: TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER - 18/08/2025 às 08:47:10
Assinado com senha por: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA - 18/08/2025 às 16:02:59
Documento N°: 050243A5230079 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A5230079>



SESPTA2025006772DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO (A): SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONVENIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
TERMO DE CONVÊNIO Nº (DE ORIGEM): 001145/2025
OBJETO: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava
VALOR DO AJUSTE: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como os processos das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão público conveniente e entidade conveniada, bem como dos interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s).

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;
- c) Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;
- d) A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do artigo 30 da citada Lei.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Cargo: Secretário de Estado da Saúde
CPF: 353.542.676-68

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: Tatiana de Carvalho Costa Loscher
Cargo: Coordenador CGOF
CPF: 286.235.138-51

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE CONVENIADA:

Nome: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Cargo: Prefeito
CPF: 064.752.708-14

Responsáveis que assinaram o ajuste:
PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:
Nome: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

Cargo: Secretário de Estado da Saúde
CPF: 353.542.676-68

Responsáveis que assinaram o ajuste:
PELA ENTIDADE CONVENIADA:
Nome: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Cargo: Prefeito
CPF: 064.752.708-14

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Gestor do Convênio
Nome: LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA
Cargo: Diretor Do Departamento De Saúde
CPF: 014.554.451-69

Gestor Administrativo
Nome: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Cargo: Assessor Técnico de Saúde Pública I
CPF: 122.364.048-59

Gestor Técnico
Nome: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Cargo: Diretor Técnico de Saúde I
CPF: 337.420.488-05

Diretor DRS
Nome: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Cargo: Diretor Técnico de Saúde III
CPF: 079.819.278-03

Coordenador CRS
Nome: GLALCO CYRIACO
Cargo: Coordenador de Saúde
CPF: 250.514.038-32

Ordenador de Despesa
Nome: Tatiana de Carvalho Costa Loscher
Cargo: Coordenador CGOF
CPF: 286.235.138-51

(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

São Paulo, 18 de agosto de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

Diretor do Departamento de Saúde
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Diretor Técnico de Saúde III
DIRETORIA DE DRS VIII - FRANCA - CRS/DRS8

GLALCO CYRIACO
Coordenador de Saúde
GABINETE DO COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER
Coordenador
CGOF / COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA / GABINETE DO COORDENADOR

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário



Assinado com senha por: LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA - 14/08/2025 às 09:59:54
Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 14/08/2025 às 11:00:35
Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 14/08/2025 às 11:17:28
Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 14/08/2025 às 11:19:29
Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 14/08/2025 às 13:58:57
Assinado com senha por: GLALCO CYRIACO - 14/08/2025 às 14:09:04
Assinado com senha por: TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER - 18/08/2025 às 08:47:11
Assinado com senha por: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA - 18/08/2025 às 16:03:20
Documento N°: 050243A5230088 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A5230088>



050243A5230088



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

DESPACHO FINAL - SECRETÁRIO DA PASTA

Despacho do Secretário

Processo nº: SES-PRC-2025-00434-DM

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

Assunto: Celebração de Convênio

Tratam os autos de repasse de recursos financeiros destinados a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a ser liberado em parcela única, destinados à Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava, referente a Emenda LOA, conforme Plano de Trabalho, parte integrante do ajuste.

O DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA manifestou-se tecnicamente, tendo considerado favorável às ações de saúde a serem custeadas, cujo posicionamento foi ratificado pela Coordenadoria de Regiões de Saúde - CRS e referendado pela Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira - CGOF.

Sobre esse assunto foi emitido o Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025, e considerando que o caso concreto relativo ao ajuste em comento se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do Parecer mencionado, tendo seguidas as orientações contidas no Parecer, o Diretor do DRS-VIII FRANCA, assinou o anexo II.

Sendo assim:

Aprovo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 184, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações o Plano de Trabalho apresentado pelo Beneficiário;

Ratifico o teor da manifestação da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira, cujos termos ressaltam os fundamentos, de fato e de direito, que lastreiam a celebração do Convênio sob enfoque;

Autorizo, se conforme, atendidas as normas de regência, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a formalização da avença com a Beneficiário em epígrafe, tendo por finalidade o repasse de recursos financeiros, dentro da disponibilidade financeira existente no Fundo Estadual de Saúde, em conformidade com as normas legais vigentes.

São Paulo, 18 de Agosto de 2025

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

EXTRATO DE CONVÊNIO

"Em cumprimento do Decreto nº 58.052, de 16-05-2012"

Processo: SES-PRC-2025-00434-DM

Convênio: 001145/2025

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ: 45.324.290/0001-67

Programa: Emenda LOA

Objeto: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Valor Total: R\$ 250.000,00

UGE: 090196

Número da emenda: 2025.030.64882

DEMANDA n.º: 086286

Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000

Natureza da Despesa: 334039

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 31/08/2026



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 21/08/2025 às 11:15:06
Documento N.º: 086286A5242742 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5242742>



SEEXT2025000820DM

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV**EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90202/2025-DRSJXV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00178898/2025-11, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90202/2025-DRSJXV, será no dia 19/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 96127-000202-2025 - TR.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90204/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90204/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.0068873/2024-17, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90204/2025-DRSJXV, será no dia 12/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 96127-000204-2025 - TR.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90205/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90205/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.0069822/2025-07, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90205/2025-DRSJXV, será no dia 15/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 96127-000205-2025 - TR.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90206/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90206/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.0069448/2025-05, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90206/2025-DRSJXV, será no dia 16/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 96127-000206-2025 - TR.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90207/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90207/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.0069582/2025-15, objetivando compra de “Insumos” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90207/2025-DRSJXV, será no dia 18/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 96127-000207-2025 - TR.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90208/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90208/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00187880/2025-37, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90208/2025-DRSJXV, será no dia 19/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 96127-000208-2025 - TR.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90209/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90209/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00182105/2024-76, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Administrativas de pacientes da região do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90209/2025-DRSJXV, será no dia 23/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 96127-000209-2025 - TR.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90210/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90210/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00147478/2024-68, objetivando compra de “SUPLEMENTOS” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90210/2025-DRSJXV, será no dia 24/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 96127-000210-2025 - TR.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90211/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90211/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00180263/2025-58, objetivando a Aquisição de medicamento em atendimento a Demandas Judiciais do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90211/2025-DRSJXV, será no dia 02/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 211.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90212/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRSJXV

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90212/2025-DRSJXV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRSJXV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00098454/2025-91, objetivando a Aquisição de medicamento em atendimento a Demandas Judiciais do DRSJXV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90212/2025-DRSJXV, será no dia 03/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRSJXV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

[EDITAL 212.pdf](#)

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90194/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Despacho do Diretor Técnico de Saúde III, de 20/08/2025

Processo: 024.001-8367/2024-10

Pregão Eletrônico: 90194/2025-DRSJXV

Assunto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO - ENTREGA IMEDIATA - PARA ATENDER DETERMINAÇÕES JUDICIAIS DE PACIENTES DA REGIÃO DO DRSJXV.

Adjuvante e Homólogo do item do Pregão Eletrônico nº 90194/2025-DRSJXV, de acordo.

Fornecedor: 1. CIA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 15.782.733/0002-30

Vencedor: 005(3)Item(s): 1

Valor Total (Negociado): 5.888,28

COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**EXTRATO DE CONVENIO**

“Reorganização do Distrito nº 36, de 16-05-2025”

Processo: SES-PRC-2025-001-1-DIA

Convênio: C01387/2025

Interessado: OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - FAZENDA DA ESPERANÇA

CNPJ: 48.555.775/0016-36

Programa: Apoio Financeiro CFS - CGOF

Objeto: Custeio - Folha de pagamento, Material de consumo e

Prestação de serviço visando a assistência de 18 portadores de AIDS tipo II

Valor Total: R\$ 517.019,84 em parcelas

UGC: 190196

Registro Atual: 2025550455

DEMANDA n.º: 09120

Programa de Trabalho: 10302092065480000

Natureza da Despesa: 335043

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial C/ISS nº 003/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 31/08/2025

Processo: SES-PRC-2025-00470-DIA

Convênio: C01322/2025

Interessado: SANTA CASA DE POAIPÊ

CNPJ: 55.065.681/0001-74

Programa: Emenda LOA

Objeto: Investimentos - Equipamentos

Valor Total: R\$ 243.139,00

UGC: 090196 - CGOF

Número da emenda: 2025.327.67656

DEMANDA n.º: 086625

Programa de Trabalho: 10.3025125.6273.0000

Natureza da Despesa: 445042

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial C/ISS nº 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 30/08/2026

Processo: SES-PRC-2025-00426-DIA

Convênio: C01394/2025

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDARA / ERDF

CNPJ: 45.148.677/0001-70

Programa: Saúde Humana Obra

Objeto: INVESTIMENTO - Reforma e Ampliação da Unidade Básica

“João Florentino Santana”

Valor Total: R\$ 250.000,00

UGC: 090196

Número da emenda: 2025.419.66906

Registro Atual: DEMANDA n.º: 086555

Programa de Trabalho: 10.3025125.6273.0000

Natureza da Despesa: 444051

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial C/ISS nº 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 30/08/2026

Processo: SES-PRC-2025-00503-DIA

Convênio: C01394/2025

Interessado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE

PARACATUBA

CNPJ: 34.370.830/0001-87

Programa: Emenda LOA

Objeto: Custeio - Prestação de serviço de utilidade pública - energia

elétrica

Valor Total: R\$ 100.000,00

UGC: 090196

Número da emenda: 2025.257.70409

DEMANDA n.º: 092126

Programa de Trabalho: 10.3025125.6273.0000

Natureza da Despesa: 335043

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial C/ISS nº 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 30/08/2026

Processo: SES-PRC-2025-00529-DIA

Convênio: C01421/2025

Interessado: Associação da Santa Casa de Misericórdia de Quirinópolis

CNPJ: 53.412.144/0001-11

Programa: Emenda LOA

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Valor Total: R\$ 1.060.000,00

UGC: 090196

Número da emenda: 2025.038.08608

DEMANDA n.º: 086663

Programa de Trabalho: 10302512562730000

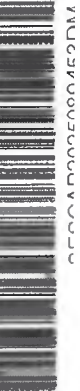
Natureza da Despesa: 335043

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial C/ISS nº 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 30/08/2026





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **ELEUSES VIEIRA DE PAIVA**, CPF **353.542.676-68**, atesto que na data de **11/08/2025 às 10:24:50** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **evpaiva@saude.sp.gov.br**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

B0971BDC5EF74EFF69420B45AFB2ECB9DADD6F73B445BD1856AF54BCC4

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

5441b33c-d1fc-4a5f-8e22-068d920df1cb

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.



Assinado com senha por: **MARCIA RODRIGUES FERREIRA** - 21/08/2025 às 11:47:20
Documento N°: 4008598A5243089 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/4008598A5243089>





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER**, CPF **286.235.138-51**, atesto que na data de **11/08/2025** às **15:00:52** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **tloscher@saude.sp.gov.br**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

F1EBB79E3AC2BD7C092888C74CAA2708DEA525DC7E71AB34E80DB89E53

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

4682e2b9-579a-45aa-8fce-6829d2181450

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.



Assinado com senha por: **MARCIA RODRIGUES FERREIRA** - 21/08/2025 às 11:48:46
Documento N°: 4008606A5243094 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/4008606A5243094>



SFSCAP2025080457DM

☐ Visualizar Pix agrupados



Extrato conta corrente

G3340812277867391
08/09/2025 12:36:24

Cliente - Conta atual

Agência 419-7
Conta corrente 42025-5 POSTO DE SAUDE IGARAPAVA
Período do extrato Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
24/02/2025		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
01/09/2025		0000	14138	632 Ordem Bancária	202.508.290.041.053	250.000,00 C	250.000,00 C
				SP-SEC DA FAZENDA E PL			
08/09/2025		0419	00419	130 BB RF Simp Solid Autom	987.120.617	250.000,00 D	
				Aplicação Inicial			
08/09/2025		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C
Invest. Resgate Autom.							250.000,00 C
Saldo							250.000,00 C
Juros *							0,00
Data de Debito de Juros							30/09/2025
IOF *							0,00
Data de Debito de IOF							01/10/2025

Transação efetuada com sucesso por: J1587892 JOSE HUMBERTO LACERDA RODRIGUES.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

Processo de formalização e execução de acordo bilateral

SES-PRC-2025-00434-DM

Data de Produção

18/Junho/2025

Interessado

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

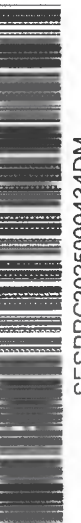
Assunto

Saúde Humana Custeio



Assinado com senha por: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA - 18/06/2025 às 13:49:54
Documento N°: 086286A5021987 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5021987>

Classif. Documental 001.01.03.003





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Análise de Admissibilidade

PARECER: **Aprovado**

Trata-se o presente de indicação de Emenda Parlamentar Impositiva 2025 - (2025.030.64882).

Considerando as formalidades legais, a Secretaria de Estado da Saúde - SP manifesta-se favorável a iniciar os procedimentos de formalização no sistema SPSP - Demandas. Para tanto, deverão ser avaliados todos os dados cadastrados do Beneficiário e do objeto em questão.

São Paulo, 17 de FEVEREIRO de 2025

MARILSA DA SILVA E SILVA
Diretor Técnico III
CGOF / GRUPO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS SUS/SP



Assinado com senha por: MARILSA DA SILVA E SILVA - 17/02/2025 às 15:58:37
Documento N°: 064882A9801839 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/064882A9801839>





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA

PARECER LDO

Nº Emenda: **2025.030.64882**

Parecer: **APROVADO**

Motivo: Parecer não impedido

Trata-se de recursos financeiros proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), para reforma, para a Prefeitura Municipal de Igarapava.

O referido município possui uma população de 28.241 habitantes (Estimativa IBGE/2024). A rede assistencial a saúde é composta por 03 (três) Estratégias de Saúde da Família com Equipe de Saúde Bucal, 02 (duas) Estratégias de Saúde da Família, 01 (um) Centro de Saúde II (Cardiologia, Cirurgia Vascular, Endocrinologia, Gastroenterologia, Neurologia, Oftalmologia, Ortopedista, Otorrinolaringologia e Reumatologia, atendimentos não médicos, Fonoaudiologia e Psicologia), 01 (um) Centro de Especialidades Odontológicas (Cirurgia Bucomaxilo, Endodontia, Periodontia e Prótese Dentária), 01 (um) Serviço de Reabilitação Municipal (Fisioterapia e Terapia Ocupacional), 01 (um) Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I (aguardando credenciamento) e conta também com uma Santa Casa, que realiza atendimento de média complexidade em Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia e Cirurgia Geral.

Informamos que em contato com o município a reforma será realizada no Centro de Saúde Dr. Alcides Antônio Maciel, cujo prédio se encontra desgastado pelo tempo, trazendo mais segurança aos usuários SUS local. O município informou também que já possui o Projeto da obra.

Diante do exposto este Centro de Planejamento e Avaliação se manifesta favoravelmente ao referido repasse.

Silvana M. S. J. Santos

ATSP I DRS VIII Franca





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA

Marília A. S. Nascimento

Diretor Técnico de Saúde I

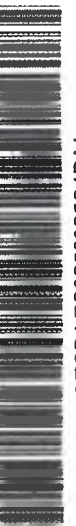
DRS VIII Franca

São Paulo, 21 de Fevereiro de 2025

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 21/02/2025 às 12:59:00
Documento N°: 2226862A4520280 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/2226862A4520280>



Formulário de requerimento

Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
Portfólio:	Saúde Humana Custeio
Valor total:	R\$ 250.000,00

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	250.000,00	1	250.000,00
Total:			250.000,00

Justificativa

A substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade do Centro de Saúde de Igarapava são ações essenciais para assegurar a continuidade de um atendimento de qualidade à população. Atualmente, a estrutura do Centro enfrenta sérios problemas que comprometem o conforto, a segurança e a funcionalidade do ambiente, impactando tanto os usuários quanto os profissionais da saúde.

Diante dessas condições, a intervenção torna-se ainda mais urgente para atender às crescentes demandas da população e garantir a adequação do espaço às normas de acessibilidade e segurança exigidas. Com essas melhorias, será possível oferecer um ambiente mais seguro, confortável e funcional, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e aprimorando a experiência dos utilizadores. Além disso, essas intervenções contribuirão para aumentar a durabilidade da infraestrutura, assegurando a sustentabilidade e eficiência dos serviços prestados.

IGARAPAVA, 05 de Março de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:40
Documento N°: 086286A4594418 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4594418>



INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Número do PT:				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasauade@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**Missão da Instituição:**

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhangüera) e João Leite da Silva.



Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde..

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e confortável tanto para



os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

Descrição da Meta:	Garantir que a nova cobertura elimine completamente as infiltrações, proporcionando um ambiente seguro e confortável para os usuários e profissionais de saúde
Ações para Alcance:	1. Contratar uma empresa com experiência comprovada na substituição de coberturas. 2. Realizar inspeções periódicas durante e após a instalação. 3. Garantir o uso de materiais de alta qualidade.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações.
Situação Pretendida:	Ambientes internos totalmente protegidos de infiltrações, com uma cobertura que ofereça durabilidade e segurança.
Indicador de Resultado:	Satisfação dos usuários e profissionais em relação à ausência de infiltrações e ao conforto térmico proporcionado pela nova cobertura
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de feedbacks positivos} / \text{Número total de feedbacks}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Pesquisas de satisfação com usuários e profissionais

Descrição da Meta:	Criar banheiros que sejam modelos de acessibilidade, higiene e conforto, superando as expectativas dos usuários.
Ações para Alcance:	1. Envolver profissionais especializados em acessibilidade e design de interiores. 2. Coletar feedback dos usuários sobre melhorias desejadas. 3. Implementar soluções de higiene automatizadas.
Situação Atual:	Banheiros não estão em conformidade com as normas de acessibilidade e higiene
Situação Pretendida:	Banheiros reformados, acessíveis e higienizados.



Indicador de Resultado:	Nível de satisfação dos usuários com a acessibilidade e condições dos banheiros
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de usuários satisfeitos} / \text{Número total de usuários pesquisados}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Pesquisas de opinião com os usuários.

Descrição da Meta:	Assegurar que o acesso à unidade seja intuitivo, livre de obstáculos e acolhedor, facilitando a chegada de todos os usuários
Ações para Alcance:	1) Identificar e remover todas as barreiras arquitetônicas. 2) Implementar sinalização clara e acessível. 3) Realizar testes com diferentes perfis de usuários (idosos, pessoas com deficiência).
Situação Atual:	Acessibilidade comprometida por barreiras arquitetônicas
Situação Pretendida:	Acesso livre de barreiras, garantindo segurança e autonomia.
Indicador de Resultado:	Satisfação dos usuários com a facilidade de acesso e a clareza das sinalizações.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de feedbacks positivos sobre acessibilidade} / \text{Número total de feedbacks}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Entrevistas e questionários com os usuários.

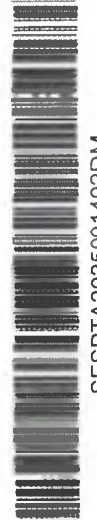


Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Substituir 100% da cobertura existente para eliminar infiltrações e garantir a segurança estrutural.
Ações para Alcance:	1. Contratar uma empresa especializada. 2. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. 3. Realizar a substituição da cobertura. 4. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações
Indicador de Resultado:	Percentual de conclusão da substituição da cobertura
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de etapas concluídas} / \text{Número total de etapas}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de progresso da obra

Descrição da Meta:	Concluir 100% da reforma dos banheiros para garantir acessibilidade, higiene e conforto.
Ações para Alcance:	1. Contratar uma empresa especializada. 2. Planejar as melhorias necessárias. 3. Realizar a reforma dos banheiros. 4. Garantir a substituição de louças e metais.
Situação Atual:	Banheiros não estão em conformidade com as normas de acessibilidade e higiene
Situação Pretendida:	Banheiros reformados, acessíveis e higienizados.
Indicador de Resultado:	Percentual de conclusão da reforma dos banheiros
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Área reformada} / \text{Área total dos banheiros}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de progresso da obra.

Descrição da Meta:	Melhorar 100% do acesso à unidade para garantir segurança e acessibilidade
Ações para Alcance:	1. Planejar as intervenções necessárias. 2. Contratar empresa especializada. 3. Realizar as melhorias no acesso. 4. Eliminar barreiras arquitetônicas.
Situação Atual:	Acessibilidade comprometida por barreiras arquitetônicas.
Situação Pretendida:	Acesso livre de barreiras, garantindo segurança e autonomia
Indicador de Resultado:	Percentual de conclusão das melhorias de acesso.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de melhorias concluídas} / \text{Número total de melhorias planejadas}) \times 100$



Fonte do Indicador:	Relatórios de progresso da obra.
---------------------	----------------------------------



ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Ordem	Etapa	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS



Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	0,00	0,00%	250.000,00	100,00%
Total:				R\$ 0,00	0,00%	R\$ 250.000,00	100,00%



1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 250.000,00	100,00	R\$ 250.000,00

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:41
Documento N°: 086286A4594420 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4594420>





**Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e
Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex
Pessoa Jurídica**

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0419-7 - IGARAPAVA (SP), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0419-71, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Pouplex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Pouplex, doravante denominada **Pouplex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: MUNICIPIO DE IGARAPAVA, CNPJ n.º 45.324.290/0001-67, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, sediada à R DR GABRIEL VILELA, 413, CEP 14.540-000, telefone(s) (16) 3173-8205.

Dirigente(s)

Nome	CPF
JOSE HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	064.752.708-14

Dados da conta

Agência 0419-7, Conta-Corrente n.º 42.025-5, Poupança Ouro n.º 510.042.025-8 e Poupança Pouplex n.º 960.042.025-X abertas em 24/02/2025.

Declarações e autorizações

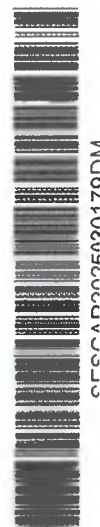
O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e/ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigentes(s)**, igualmente para os fins de cumprimento da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou, ainda, para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, assegurando, mediante requerimento a ser encaminhado por meio eletrônico, o direito de acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, na forma estabelecida na LGPD.





**Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e
Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex
Pessoa Jurídica**

Os dados pessoais fornecidos pelo(s) **Dirigente(s)** às empresas que atuam como Correspondente Bancário do BANCO DO BRASIL S.A. ou por este contratadas/conveniadas terão o tratamento de acordo com as determinações da LGPD e serão encaminhados ao BANCO DO BRASIL, para possibilitar as tratativas necessárias à abertura de conta decorrente desta Proposta/Contrato.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que as informações acerca das atividades de tratamento de dados pessoais pelo BANCO DO BRASIL S.A. e a forma de requerer o acesso aos direitos encontram-se declaradas em sua Política de Privacidade, cujo inteiro teor está disponível no site bb.com.br/privacidade.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(am) estar ciente(s) ainda que o BANCO DO BRASIL S.A., mesmo depois de encerrado a(o) presente Proposta/Contrato, manterá seus dados pessoais arquivados para o cumprimento de obrigação legal e regulatória, sob estreita proteção e segurança de acessos.

O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado ACEITA** a abertura de conta(s)-corrente(s) e/ou conta(s) de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 01027236, em 26/10/2023, que integram este contrato, e também, com as Informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia foi previamente disponibilizada ao **Proponente/Contratante** por meio de e-mail ou via física e, a partir do ato da assinatura deste instrumento, estará disponível para consulta, a qualquer tempo, no sítio do Banco do Brasil na internet (www.bb.com.br), na opção autoatendimento, e/ou no aplicativo do Banco do Brasil no celular.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que os saldos devedores na(s) conta(s)-corrente(s) ora aberta(s) e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas, o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na(s) conta(s)-corrente(s) e/ou na(s) conta(s) de Poupança Ouro e/ou Pouplex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.

Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito desta Proposta/Contrato, o Contratado coloca à disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da Central de Relacionamento do Banco do Brasil - CRBB 4004-0001* ou 0800-729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC 0800-729-0722, para Deficientes Auditivos 0800-729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800-729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500* ou 0800-729-0500. Caso o **Proponente/Contratante**



SESCAP2025030179DM



**Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e
Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex
Pessoa Jurídica**

considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800-729-5678. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: bb.com.br/privacidade.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

IGARAPAVA (SP), 24/02/2025

Contratado**Proponente/Contratante**

Razão Social: MUNICIPIO DE IGARAPAVA

CNPJ: 45.324.290/0001-67



Mod. 0.50.449-5 • Nov/2023 • SISBB 23307 • bb.com.br • CREB Central de Relacionamento 88 4004 0001 (Capitais) e 0800 729 0001 (Demais localidades) • mpa



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:41
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:44:53
Documento N°. 3558978A4594421 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594421>



RESCAP2025030170DM



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 45.324.290/0001-67 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/04/1972
NOME EMPRESARIAL MUNICÍPIO DE IGARAPAVA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 124-4 - Município		
LOGRADOURO R DOUTOR GABRIEL VILELA	NÚMERO 413	COMPLEMENTO *****
CEP 14.540-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IGARAPAVA
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (16) 3173-1001/ (16) 3173-8200
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE IGARAPAVA		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 27/02/2025 às 08:54:36 (data e hora de Brasília).



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:42
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 27/02/2025 às 09:06:14
Documento N°: 3558978A4594422 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594422>



SESCAP2025024609DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO MUNICÍPIO PARA CELEBRAR CONVÊNIOS - CRMC

Validade: 17 de Março de 2025

CRMC N°: 252_2023319938

Data de Emissão: 27/02/2025

Prefeitura Municipal de Igarapava

CNPJ 45.324.290/0001-67

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413

Centro - SP - CEP:14540-000

Certificamos que o Município acima identificado está inscrito no **Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo**, de acordo com o Decreto nº 52.479 de 14 de Dezembro de 2007.

Para fins de celebração de convênio o presente Certificado substitui os documentos relacionados nos artigos 5º, inciso VI, 8º, incisos I a VI, do Decreto nº 59.215, de 21 de Maio de 2013, e no artigo 27, alínea c, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Documentos Arquivados	Validade
• Certidão declaratória de efetivo exercício de cargo do Prefeito	31/12/2025
• Cópias autenticadas do RG e CPF do Prefeito	Sem Vencimento
• Declaração de que o Município vem aplicando regularmente o mínimo de 25% dos impostos no ensino	31/12/2025
• Declaração que a formalização de convênio com o Governo do Estado de São Paulo não contraria a Lei Orgânica do Município	31/12/2025
• Declaração que o município não incorre nas vedações impostas pela Lei Complementar nº 101	31/12/2025
• Declaração de que o Município está em dia com as prestações de contas referentes a recursos recebidos do Estado	31/12/2025
• Comprovante de encaminhamento do prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado referente ao último exercício	31/03/2025
• Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	17/03/2025
• Certidão Negativa de Débito - CND	15/07/2025

SP-1/083221429292827202502



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:42
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 27/02/2025 às 08:33:10
Documento N°: 3558978A4594423 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594423>



SFCAP02025024525DM



Câmara Municipal de Igarapava - SP
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Ata Eletrônica da 1ª Sessão Solene da 1ª Sessão Legislativa da 27ª Legislatura

Lista de Presença na Sessão: ANA LUIZA RILKO MATTAR / PP ; CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA / PP ; EDINAMAR APARECIDA ISETE DA COSTA / PP ; ELOISA HELENA DE MORAES / REP ; FABIOLA VASCONSELOS ALVES / UNIÃO ; FREDERICK REQUI MENDONÇA / REP ; JOSÉ AGNALDO DE OLIVEIRA / MDB ; LEANDRO PEREIRA GASQUI / PODE ; MARIANA ITAGINO SACONATO CORREIA / PL ; MÁRCIO WELLINGTON DA SILVA / MDB ; RINALDO GROU GOBBI / UNIÃO

Identificação Básica: Tipo de Sessão: Sessão Solene ; Abertura: 01/01/2025 - 09:00 ; Encerramento: 01/01/2025 - 12:22

Mesa Diretora: Presidente: CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA / PP ; Vice-Presidente: RINALDO GROU GOBBI / UNIÃO ; Primeiro-Secretário: MARIANA ITAGINO SACONATO CORREIA / PL ; Segundo-Secretário: ELOISA HELENA DE MORAES / REP

Ocorrências da Sessão: FOI REALIZADA NESTE DATA A SESSÃO SOLENE DE POSSE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES ELEITOS PARA A LEGISLATURA 2025-2028, E COMO O VEREADOR MAIS VOTADO, O SR. CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA, ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS. ATO CONTÍNUO FOI PELO PRESIDENTE NA FORMA DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO DA CASA, E, EM NOME DE DEUS, DECLARADA ABERTA A SESSÃO SOLENE PARA A POSSE DO LEGISLATIVO E DO EXECUTIVO MUNICIPAL. NESTE MOMENTO O APRESENTADOR EVALDO CONVIDOU OS OUTROS VEREADORES NOMINALMENTE A TOMAREM SEUS ASSENTOS A MESA: CONVIDOU SRA. ANA LUIZA RILKO MATTAR, SR. RINALDO GROU GOBBI, SRA. EDINAMAR APARECIDA ISETE DA COSTA, SRA. ELOISA HELENA DE MORAES, SRA. FABIOLA VASCONSELOS ALVES, SR. FREDERICK REQUI MENCONÇA, SR. JOSÉ AGUINALDO DE OLIVEIRA, SR. LEANDRO PEREIRA GASQUI, SR. MÁRCIO WELLINGTON DA SILVA, SR. MARIANA ITAGINO SACONATO CORREIA. APÓS CONVIDOU TAMBÉM O SR. DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES, PREFEITO ELEITO E O SR. PLÍNIO CESAR VALIM VIANNA, VICE-PREFEITO ELEITO, A TAMBÉM TOMAREM ASSENTO A MESA; ATO CONTÍNUO CONVIDOU AS AUTORIDADES QUE ESTAVAM PRESENTES. ATO CONTÍNUO FOI SOLICITADO A TODOS QUE SE PUSESSEM DE PÉ PARA OUVIREM A EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL. APÓS FOI PASSADA A PALAVRA AO PRESIDENTE PARA QUE ELE PROSSEGUISSSE COM O COMPROMISSO LEGAL DOS SENHORES VEREADORES. ELE ENTÃO SOLICITOU AOS SENHORES VEREADORES QUE NOVAMENTE SE PUSESSEM DE PÉ, EM SEUS RESPECTIVOS LUGARES E INFORMOU QUE IRIA FAZER A LEITURA E AFIRMOU AOS SENHORES VEREADORES QUE ELES DEVERIAM DIZER: "ASSIM O PROMETO". "PROMETO EXERCER, COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, O MEU MANDATO, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM ESTAR DO MUNICÍPIO". ATO CONTÍNUO, OS VEREADORES RESPONDERAM: "ASSIM O PROMETO". ENTÃO O PRESIDENTE ASSIM DISSE: "DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES ELEITOS". ATO CONTÍNUO FORAM RECOLHIDAS AS ASSINATURAS NO TERMO DE POSSE. APÓS O PRESIDENTE AFIRMOU QUE PASSARIAM AO COMPROMISSO DE POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO ELEITOS, PARA O MANDATO 2025/2028. ELE ENTÃO SOLICITOU AOS SENHORES DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES E PLÍNIO CESAR VALIM VIANNA, QUE, DE PÉ, FIRMASSEM O COMPROMISSO DE POSSE QUE SERIA LIDO POR ELE, DEVENDO AMBOS AFIRMAREM "ASSIM O PROMETO". ENTÃO O PRESIDENTE FEZ A LEITURA "PROMETO EXERCER COM DEDICAÇÃO E LEALDADE O CARGO DE PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPAVA, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM GERAL DO MUNICÍPIO". ATO CONTÍNUO, O PREFEITO E O VICE-PREFEITO RESPONDERAM: "ASSIM O PROMETO". APÓS O PRESIDENTE CARLOS ROBERTO DECLAROU EMPOSSADO O EXMO PREFEITO SR. DR. JOSÉ HUMBERTO

Placa João Gomes da Silva, 546 - Igarapava SP Tel.: (16) 3172-1023 <http://igarapava.sp.lg.br>.
E-mail: atendimento@igarapava.sp.lg.br 07/01/2025

07/01/2025

Página 1





Câmara Municipal de Igarapava - SP

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

LACERDA RODRIGUES E O SR. PLÍNIO CESAR VALIM VIANNA E FORAM COLHIDAS A ASSINATURAS DE AMBOS. NETE MOMENTO OS RECEM EMPOSSADOS VEREADORES OCUPARAM A TRIBUNA ONDE PUDEAM FAZER SEUS DISCURSOS. ATO CONTÍNUO O PREFEITO ELEITO TAMBÉM DISCURSOU NA TRIBUNA DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA. APÓS O DISCURSO DO PREFEITO FOI ECERRADA A SESSÃO SOLENE, E OS VEREADORES FORAM CONVIDADOS PARA LOGO EM SEGUIDA REALIZAREM A SESSÃO DE ELEIÇÃO DA NOVA MESA DA CASA PARA O BIÊNIO 2.025-2026 E QUEM ASSIM O DESEJASSE PODERIA PERMANECER NO RECINTO PARA ACOMPANHAR A ELEIÇÃO. O VEREADOR CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA, DEU INÍCIO AOS TRABALHOS PARA A ELEIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA E ESCLARECEU QUE A ELEIÇÃO SEGUIRIA O RITO DO ARTIGO 19 DO REGIMENTO INTERNO E A VOTAÇÃO SERÁ PÚBLICA E ABERTA E QUE PROCEDERIAM PRIMEIRO A ELEIÇÃO PARA A SEGUNDA SECRETARIA, APÓS PARA A PRIMEIRA SECRETARIA, VICE PRESIDÊNCIA E POR FIM PARA PRESIDÊNCIA. ELE ENTÃO INICIOU A ELEIÇÃO PARA O CARGO DE SEGUNDO SECRETARIO, PERGUNTOU QUAIS OS INTERESSADOS A SE CANDIDATAREM AO CARGO DE SEGUNDO SECRETARIO; A VEREADORA ELOISA HELENA DE MORAES MANIFESTOU O INTERESSE, SENDO A ÚNICA CANDIDATA. ENTÃO O PRESIDENTE SOLICITOU A ASSESSORIA QUE FOSSEM DISTRIBUÍDAS AOS VEREADORES AS CÉDULAS IMPRESSAS, AFIM DE QUE OS MESMOS VOTASSEM E AS ASSINASSEM. APÓS SOLICITOU QUE A ASSESSORIA RECOLHESSSE AS CÉDULAS DE VOTAÇÃO E CONVIDOU O VEREADOR JOSÉ AGUINALDO DE OLIVEIRA PARA ACOMPANHAR A CONTAGEM DOS VOTOS. APÓS A CONTAGEM E CONFERENCIA PROCLAMOU RESULTADO: PARA O CARGO DE SEGUNDO SECRETARIO FOI ELEITO O(A) VEREADOR(A) ELOISA HELENA DE MORAES COM 09 (NOVE) VOTOS FAVORÁVEIS E 02(DUAS) ABSTENÇÕES. APÓS PASSARAM A ELEIÇÃO PARA O CARGO DE PRIMEIRO SECRETARIO, PERGUNTOU QUAIS OS INTERESSADOS A SE CANDIDATAREM AO CARGO DE PRIMEIRO SECRETARIO, A VEREADORA MARIANA ITAGINO SACONATO CORREIA MANIFESTOU O INTERESSE, SENDO A ÚNICA CANDIDATA. ENTÃO O PRESIDENTE SOLICITOU A ASSESSORIA QUE FOSSEM DISTRIBUÍDAS AOS VEREADORES AS CÉDULAS IMPRESSAS, AFIM DE QUE OS MESMOS VOTASSEM E AS ASSINASSEM. APÓS SOLICITOU QUE A ASSESSORIA RECOLHESSSE AS CÉDULAS DE VOTAÇÃO E CONVIDOU O VEREADOR FREDERICK REQUI MENDONÇA PARA ACOMPANHAR A CONTAGEM DOS VOTOS. APÓS A CONTAGEM E CONFERENCIA PROCLAMOU RESULTADO: PARA O CARGO DE PRIMEIRO SECRETARIO FOI ELEITO O(A) VEREADOR(A) MARIANA ITAGINO SACONATO CORREIA COM 09 (NOVE) VOTOS FAVORÁVEIS E 02(DUAS) ABSTENÇÕES. APÓS PASSARAM A ELEIÇÃO PARA O CARGO DE VICE-PRESIDENTE, PERGUNTOU QUAIS OS INTERESSADOS A SE CANDIDATAREM AO CARGO DE VICE-PRESIDENTE, O VEREADOR RINALDO GROU GOBBI MANIFESTOU O INTERESSE, SENDO O ÚNICO CANDIDATO. ENTÃO O PRESIDENTE SOLICITOU A ASSESSORIA QUE FOSSEM DISTRIBUÍDAS AOS VEREADORES AS CÉDULAS IMPRESSAS, AFIM DE QUE OS MESMOS VOTASSEM E AS ASSINASSEM. APÓS SOLICITOU QUE A ASSESSORIA RECOLHESSSE AS CÉDULAS DE VOTAÇÃO E CONVIDOU O VEREADOR MÁRCIO WELLINGTON DA SILVA PARA ACOMPANHAR A CONTAGEM DOS VOTOS. APÓS A CONTAGEM E CONFERENCIA PROCLAMOU RESULTADO: PARA O CARGO DE VICE-PRESIDENTE FOI ELEITO O VEREADOR RINALDO GROU GOBBI COM 08 (OITO) VOTOS FAVORÁVEIS E 03(TRÊS) ABSTENÇÕES. CONTINUANDO PASSARAM A ELEIÇÃO PARA O CARGO DE PRESIDENTE, PERGUNTOU QUAIS OS INTERESSADOS A SE CANDIDATAREM AO CARGO DE PRESIDENTE, ELE CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA E A VEREADORA FÁBIO LA VASCONSELOS ALVES SE CANDIDATAM. ENTÃO O PRESIDENTE SOLICITOU A ASSESSORIA QUE FOSSEM DISTRIBUÍDAS AOS VEREADORES AS CÉDULAS IMPRESSAS, AFIM DE QUE OS MESMOS VOTASSEM E AS ASSINASSEM. APÓS SOLICITOU QUE A ASSESSORIA RECOLHESSSE AS CÉDULAS DE VOTAÇÃO E CONVIDOU A VEREADORA EDINAMAR APARECIDA ISETE DA COSTA PARA ACOMPANHAR A CONTAGEM DOS VOTOS. APÓS A

Profa João Gomes da Silva, 548 - Igarapava SP Tel.: (16) 3172-1023 <http://igarapava.sp.leg.br>
E-mail: atendimento@camaraigapava.sp.leg.br 07/01/2025

07/01/2025

Página 2



SESCAP2025024578DM



Câmara Municipal de Igarapava - SP
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

CONTAGEM E CONFERENCIA PROCLAMOU RESULTADO: PARA O CARGO DE PRESIDENTE FOI ELEITO O(A) VEREADOR(A) CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA COM 07 (SETE) VOTOS FAVORÁVEIS, SENDO QUE A VEREADORA FÁBIO LA VASCONSELOS ALVES OBTVEU 04(QUATRO) VOTOS FAVORÁVEIS A ELA. APÓS ELE DECLAROU E PROCLAMOU OS ELEITOS PARA O PRÓXIMO BIÊNIO DE 2025-2026 OS SEGUINTE VEREADORES: PRESIDENTE: CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA; VICE PRESIDENTE: RINALDO GROSSO GOBBI; PRIMEIRA SECRETÁRIA: MARIANA ITAGINO SACONATO CORREIA E SEGUNDA SECRETÁRIA: ELOISA HELENA DE MORAES. CONTINUANDO INFORMOU A TODOS OS VEREADORES QUE CONFORME O ARTIGO 17, PARÁGRAFO QUINTO DA LEI ORGÂNICA, CONSIDERAM-SE EMPOSSADOS AUTOMATICAMENTE, OS ELEITOS, A PARTIR DESTA DIA, 1º DE JANEIRO DE 2025. POR FIM ELE COMO PRESIDENTE ELEITO FEZ SEU DISCURSO DE POSSE E AS SUAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Assinatura da Mesa Diretora da Sessão

Presidente: CARLOS
ROBERTO
RODRIGUES LIMA /
PP

Vice-Presidente:
RINALDO GROSSO
GOBBI / UNIÃO

Primeira-
Secretária:
MARIANA ITAGINO
SACONATO
CORREIA / PL

Segunda-
Secretária: ELOISA
HELENA DE
MORAES / REP

Prça João Gomes da Silva, 548 - Igarapava SP Tel.: (16) 3172-1023 <http://Igarapava.sp.leg.br>
E-mail: atendimento@igarapava.sp.leg.br 07/01/2025

07/01/2025

Página 3

RTÓRIO DE NOTAS
Francisco Alves Junior
Rua Francisco Mendes, 251
Igarapava - SP (Fone) (16) 3172-1154

AUTENTICAÇÃO
Autenticamos a transcrição feita, por qualquer meio, a
original que nos foi apresentada, Data 16.

16 JAN. 2025

Cartório de Notas e de Proxies
Cartório de Notas e de Proxies
Cartório de Notas e de Proxies
Cartório de Notas e de Proxies

AU0391AA0280302



SESCAP2025024578DM



**"CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO**

TERMO DE PREFEITO ELEITO PARA O QUADRIÊNIO 2.025/2.028.

No primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às 09:00 horas, nesta cidade de Igarapava, Estado de São Paulo, na sede própria da Câmara Municipal de Igarapava, situada a Praça João Gomes da Silva nº 548, em Sessão Solene de Instalação da Legislatura 2.025/2.028 com a presença dos Senhores Vereadores, **CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA** (PROGRESSISTAS), que assumiu a Presidência por ser o mais votado entre os presentes, **RINALDO GROU GOBBI** (UNIÃO BRASL) designado para assumir a Primeira Secretaria e **ANA LUIZA RILKO MATTAR** (PROGRESSISTAS) designada para assumir a Segunda Secretaria, compareceu o Prefeito eleito e diplomado: **DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES** (REPUBLICANOS, PL, PP E UNIÃO), para prestar o compromisso e tomar posse ao cargo de Prefeito Municipal de Igarapava. Após as formalidades regimentais, fez a afirmação solene de bem desempenhar o mandato no qual é investido neste momento, prestando em voz alta, o seguinte compromisso: **"PROMETO EXERCER COM DEDICAÇÃO E LEALDADE O CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPAVA, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM GERAL DO MUNICÍPIO."** A seguir o Sr. Presidente declarou legalmente empossado o Prefeito Municipal de Igarapava o **DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES**. Para constar eu **RINALDO GROU GOBBI**, 1º Secretário designado, mandei lavrar o presente termo que, depois de lido em Sessão Solene, vai devidamente assinado pelo Prefeito empossado, pelo Presidente e pelos Secretários.

Dr. José Humberto Lacerda Rodrigues
DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
PREFEITO EMPossado

Carlos Roberto Rodrigues Lima
CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA
PRESIDENTE

Rinaldo Grou Gobbi
RINALDO GROU GOBBI
1º SECRETÁRIO

Ana Luiza Rilko Mattar
ANA LUIZA RILKO MATTAR
2º SECRETÁRIA

CARTÓRIO DE NOTAS
Francisco Alves Junior
R. Cal. Francisco Martins, 251
Fone (Fam): (18) 9372.3354

AUTENTICAÇÃO
Autenticamos a belowada acima, por coincidir com o original que nos foi apresentado. Data 16

16 JAN, 2025





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSULTA CADIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ 45324290000167

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413 -

Centro - - CEP:14540000

Certificamos que **NÃO CONSTAM PENDÊNCIAS** no CADIN para a entidade acima identificada.

Consulta realizada por:

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES (06475270814)

Em: 27/02/2025 08:31:17



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:43
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 27/02/2025 às 08:31:42
Documento N°: 3558978A4594425 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594425>



SESCAP2025024522DM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 15 de Novembro de 1988
 SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 INSTITUTO DE REGISTRO CIVIL

1977162230

JOSE ROBERTO LACERDA RODRIGUES

CPF: 12.700.071-489.162

CPF: 064.782.108-22 22/08/1965

JUSTINA RODRIGUES SOBR

MARILENE LACERDA

RODRIGUES

CPF: 033.254.788-04

CPF: 033.254.788-04 28/04/1983

Jose Roberto Lacerda Rodrigues

1977162230

SÃO PAULO

AUTENTICAÇÃO
 CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
 DE IGARAPAVA-SP
 AUTENTICA A PRESENTE CÓPIA A QUAL
 CONFERE COM O ORIGINAL, NO DIA 08/01/25

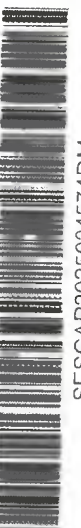
08 JAN 2025

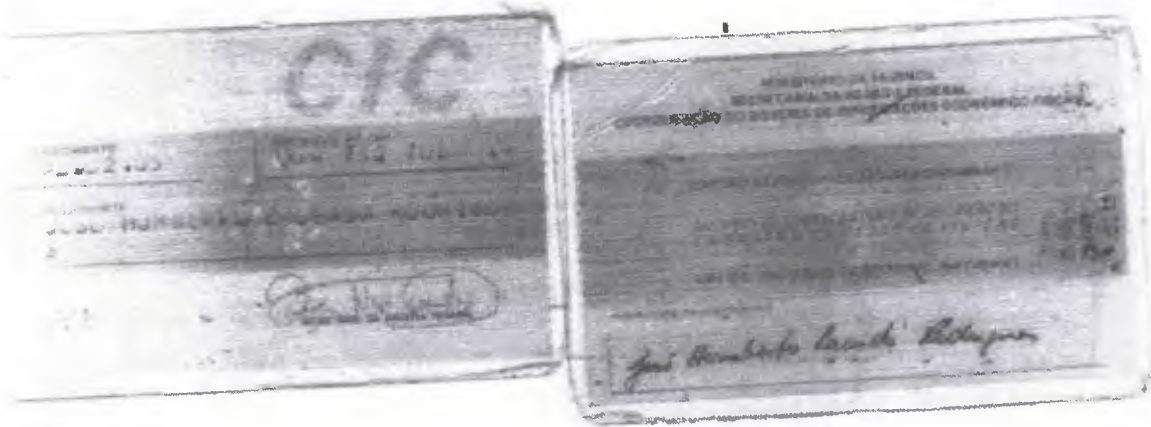
LEANA SILVA E SILVA

115078

AUTENTICAÇÃO

AU0394AA0219847





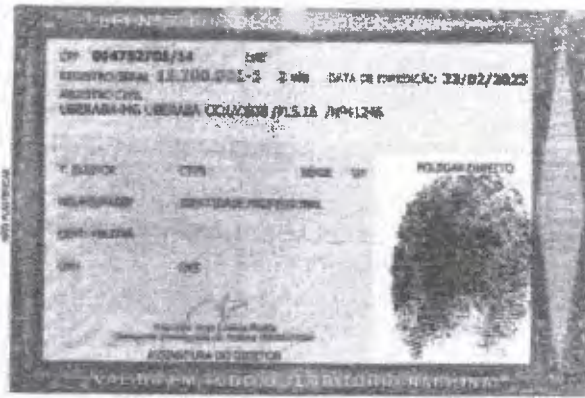
AUTENTICAÇÃO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DE IGARAJÁ-SP
AUTENTICA PRESENTE COM A UO-6
CONFERIR COM O ORIGINAL DO QUE DEU FE

08 JAN 2025 18 6

RODRIGUES E SILVA
ACRÉDITO AUTORIZADA

ALDO
112876
AUTENTICAÇÃO
A003844A#218848





Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:43
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 27/02/2025 às 08:52:13
Documento N°: 3558978A4594426 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594426>





PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - CENTRO - CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173 - 8200
E - MAIL: prefeitura@igarapava.sp.gov.br

DECLARAÇÃO DE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Eu, JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES, Prefeito(a) do Município de Igarapava/SP, DECLARO que o objeto do convênio está em conformidade com as disposições da Lei Orgânica do Município de Igarapava/SP.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Igarapava, 21 de Fevereiro de 2025

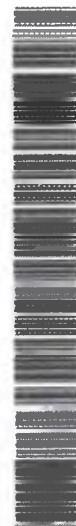
JOSE HUMBERTO
LACERDA
RODRIGUES:064752708
14

Assinado de forma digital por
JOSE HUMBERTO LACERDA
RODRIGUES:06475270814
Dados: 2025.02.21 15:21:39
+03'00'

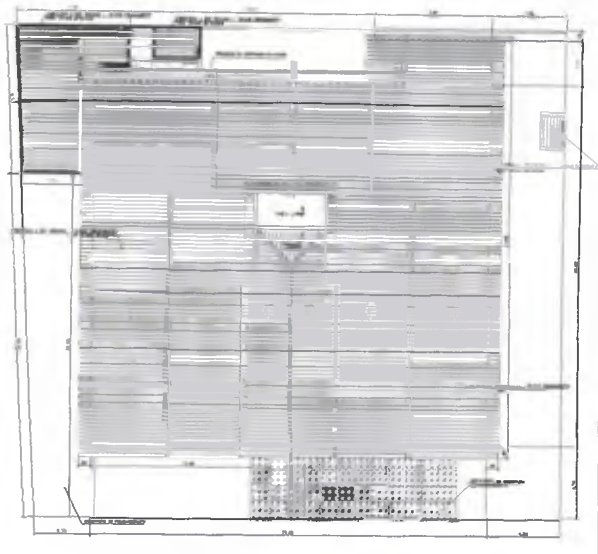
José Humberto Lacerda Rodrigues
Prefeito Municipal de Igarapava



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:43
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 27/02/2025 às 09:10:05
Documento N°: 3558978A4594427 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594427>



SESCAP2025024622DM

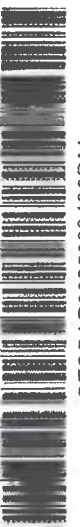
 ÁREA SEM ALTERAÇÃO

- TODA A COBERTURA SERÁ TROCA DE TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA TELHAS METÁLICAS TERMOCÚSTICAS.
- NOS BANHEIROS: TOCAS DE TODO O PISO E REVESTIMENTO.

The image shows a German passport page. The left page (visa page) has the name 'G. G. G. G.' printed in large letters. The right page (data page) has the name 'G. G. G. G.' and the date '01/01' printed. The passport is open, showing the binding in the center.



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:44
Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 04/03/2025 às 09:38:40
Documento N°: 3558978A4594428 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594428>

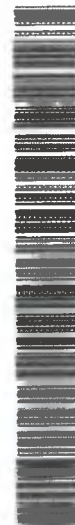


SESCAP2025028490DM



Sistema Estadual de Vigilância Sanitária
Prefeitura Municipal de IGARAPAVA

LICENÇA SANITÁRIA - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
Nº CEVS: 352010306-863-000034-1-7		DATA DE VALIDADE: 29/08/2025
Nº PROCESSO:	06-13-0353/2007	
Nº PROTOCOLO:	090/2024	DATA DO PROTOCOLO: 29/08/2024
SUBGRUPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
AGRUPAMENTO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
ATIVIDADE ECONÔMICA-CNAE:	8630-5/03 ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS	
OBJETO LICENCIADO:	ESTABELECIMENTO	
DETALHE:	104 CENTRO DE SAÚDE / UNIDADE BÁSICA	
RAZÃO SOCIAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA - SP	CNPJ ALBERGANTE:
NOME FANTASIA:	CENTRO DE SAUDE - II	
CNPJ / CPF:	45.324.290/0001-67	
LOGRADOURO:	RUA SALDANHA MARINHA	NÚMERO: 930
COMPLEMENTO:	TERREO	
BAIRRO:	CENTRO	
MUNICÍPIO:	IGARAPAVA	
CEP:	14540-000	UF: SP
PÁGINA DA WEB:		
RESPONSÁVEL LEGAL: LUIZ FERNANDO VIEIRA		
CPF: 01455445169		CONSELHO REGIONAL: CRM
Nº INSCR. CONSELHO PROF: 170007		UF: SP
RESPONSÁVEL TÉCNICO: LUIZ FERNANDO VIEIRA		
CPF: 01455445169		CONSELHO REGIONAL: CRM
Nº INSCR. CONSELHO PROF: 170007		UF: SP
RESPONSÁVEL TÉCNICO: RENATA BERNARDES LACERDA		
CPF: 08732689624		CONSELHO REGIONAL: COREN
Nº INSCR. CONSELHO PROF: 541585		UF: SP
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ROSANGELA BARBOSA DOS REIS FELIPE		
CPF: 31458342824		CONSELHO REGIONAL: COREN
Nº INSCR. CONSELHO PROF: 216264		UF: SP



SESCAP2025027847DM

LICENÇA SANITÁRIA - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nº CEVS: 352010306-863-000034-1-7

DATA DE VALIDADE: 29/08/2025

O(A) COORDENADOR DE VIGILANCIA E CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE IGARAPAVA CONCEDE A PRESENTE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO, SENDO QUE SEU (S) RESPONSÁVEL(IS) ASSUME (M) CONHECER A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E CUMPRÍ-LA INTEGRALMENTE, INCLUSIVE EM SUAS FUTURAS ATUALIZAÇÕES, OBSERVANDO AS BOAS PRÁTICAS REFERENTES ÀS ATIVIDADES E OU SERVIÇOS PRESTADO, RESPONDENDO CIVIL E CRIMINALMENTE PELO NÃO CUMPRIMENTO DE TAIS EXIGÊNCIAS, FICANDO, INCLUSIVE, SUJEITO (S) AO CANCELAMENTO DESTES DOCUMENTOS.

ASSUMEM AINDA INTEIRA RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS E DECLARAM ESTAR CIENTES DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS E OBSERVAR AS EXIGÊNCIAS LEGAIS QUE VIEREM A SER DETERMINADAS PELO ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA COMPETENTE, EM QUALQUER TEMPO, NA FORMA PREVISTA NO ARTIGO 95 DA LEI ESTADUAL 10.083 DE 23 DE SETEMBRO DE 1998.

IGARAPAVA

29/08/2024

LOCAL

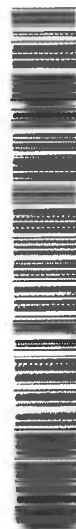
DATA DE DEFERIMENTO

Codigo de Validação: 1740864593575

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página do Sistema de Informação em Vigilância Sanitária, no endereço: <https://sivisa.saude.sp.gov.br/sivisa/cidadao/>



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:44
Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 01/03/2025 às 15:27:23
Documento N°: 3558978A4594429 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594429>



SESCAP2025027847DM

MEMORIAL DESCRITIVO

REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE CENTRAL – IGARAPAVA/SP

Endereço: Rua Saldanha Marinho, 930, Centro, Igarapava/SP

1. OBJETIVO

Este memorial descritivo tem como finalidade estabelecer as diretrizes técnicas para a execução da reforma do Centro de Saúde Central de Igarapava, contemplando a substituição da cobertura existente, instalação de nova estrutura metálica, reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade, garantindo conformidade com as normas vigentes e padrões de segurança, conforto e funcionalidade.

2. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.1. Placa da Obra

- **Descrição:** Será fornecida e instalada uma placa em lona de alta resistência, com dimensões mínimas conforme exigências locais, fixada sobre estrutura metálica em perfis tubulares de metalon galvanizado.
- **Normas Aplicáveis:** ABNT NBR 6492 (Representação de projetos de arquitetura), legislação municipal vigente.
- **Execução:**
 - Fabricação da estrutura metálica em perfis de metalon;
 - Fixação da lona tensionada sobre a estrutura;
 - Instalação na frente da obra em local visível.

2.2. Remoção da Cobertura Existente

- **Descrição:** Remoção total do telhamento atual em fibrocimento, desmontagem das terças, calhas, rufos e cumeeiras danificadas.



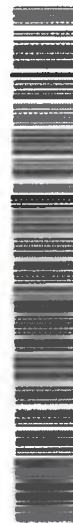
- **Normas Aplicáveis:** NR 18 (Segurança na Construção Civil), NBR 15575 (Desempenho de edificações).
- **Execução:**
 - Instalação de andaimes e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);
 - Retirada manual das telhas de fibrocimento com descarte conforme normas ambientais vigentes;
 - Remoção de terças e demais elementos estruturais avariados;
 - Retirada e descarte correto das calhas, rufos e cumeeiras.

2.3. Instalação da Nova Estrutura para Cobertura

- **Descrição:** Instalação de estrutura metálica composta por terças em aço galvanizado, com posterior fixação de telhas termoacústicas.
- **Normas Aplicáveis:** NBR 6123 (Forças devidas ao vento em edificações), NBR 14762 (Perfis de aço formados a frio), NBR 8800 (Projeto de estruturas de aço).
- **Execução:**
 - Posicionamento e fixação das terças metálicas sobre os apoios existentes ou reforçados;
 - Fixação de chapas de apoio e elementos de contraventamento;
 - Inspeção estrutural antes da instalação das telhas.

2.4. Instalação do Novo Telhamento

- **Descrição:** Fixação de telhas metálicas termoacústicas tipo "sanduíche", compostas por chapas de aço galvanizado e isolamento térmico interno.
- **Normas Aplicáveis:** NBR 14513 (Telhas de aço galvanizado), NBR 15253 (Desempenho térmico de telhas).
- **Execução:**
 - Posicionamento e fixação das telhas sobre a estrutura metálica com parafusos autoatarraxantes;



- Sobreposição mínima conforme especificação do fabricante;
- Vedação de juntas e extremidades para evitar infiltrações.

2.5. Instalação de Calhas, Rufos e Cumeeiras

- **Descrição:** Implementação de novos elementos de drenagem e vedação para proteção da edificação contra infiltrações e danos estruturais.
- **Normas Aplicáveis:** NBR 10844 (Sistemas de drenagem de coberturas).
- **Execução:**
 - Fixação de calhas metálicas dimensionadas conforme necessidade de escoamento pluvial;
 - Instalação de rufos em pontos críticos para proteção contra infiltrações;
 - Colocação das cumeeiras para vedação da parte superior do telhado.

2.6. Cobertura de Policarbonato na Entrada da Unidade

- **Descrição:** Instalação de cobertura de policarbonato na entrada principal, proporcionando abrigo aos pacientes.
- **Normas Aplicáveis:** NBR 7199 (Vidros na construção civil) e normas específicas para policarbonato.
- **Execução:**
 - Fixação de estrutura metálica para suporte da cobertura;
 - Instalação de chapas de policarbonato alveolar ou compacto, conforme especificação do projeto;
 - Vedação e ancoragem para garantir resistência às intempéries.

2.7. Reforma dos Banheiros

- **Descrição:** Remoção de acabamentos existentes e substituição por novos revestimentos e pisos, regularização das superfícies e melhorias na acessibilidade.





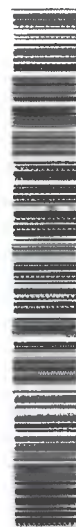
- **Normas Aplicáveis:** NBR 9050 (Acessibilidade), NBR 13755 (Placas cerâmicas para revestimento), NBR 8214 (Assentamento de pisos).
- **Execução:**
 - Remoção de pisos e revestimentos antigos;
 - Aplicação de argamassa de regularização em paredes e pisos com nata de cimento;
 - Assentamento de novos revestimentos cerâmicos com rejuntamento adequado;
 - Instalação de louças e metais sanitários conforme projeto.

3. CRITÉRIOS GERAIS DE EXECUÇÃO

- **Segurança:** Todos os serviços serão realizados conforme as normas de segurança vigentes, com uso obrigatório de EPIs e EPCs.
- **Descarte de Resíduos:** Os materiais removidos serão descartados de acordo com as normas ambientais e regulamentos municipais.
- **Prazo de Execução:** O cronograma será definido conforme planejamento executivo, garantindo eficiência e qualidade.
- **Fiscalização e Controle de Qualidade:** A obra será acompanhada por profissionais habilitados, garantindo conformidade com o projeto e normas técnicas.
- **Responsabilidade da Contratada:** Quaisquer itens omissos na planilha orçamentária, nos projetos ou neste memorial descritivo deverão ser apontados durante o processo licitatório. Após a adjudicação e assinatura do contrato, a empresa contratada será integralmente responsável pela execução completa do objeto contratado, sem prejuízo da qualidade, funcionalidade e conformidade com as normas vigentes.

4. CONCLUSÃO

Rua Dr. Gabriel Vilela, nº413
Igarapava – SP CEP: 14.540-000
Tel.: (16) 3173-8200
Página 4 de 5



SESCAP2025028486DM



A reforma do Centro de Saúde Central de Igarapava será executada com materiais de alta qualidade e técnicas construtivas atualizadas, garantindo melhorias estruturais e funcionais na edificação, proporcionando conforto e segurança para os usuários e profissionais da unidade.

Igarapava/SP, 03 de março de 2025.

gov.br
Documento assinado digitalmente
KLEBER BIZARRO MENEZES
Data: 03/03/2025 18:32:12-0356
Verificação em: gov.br

Arq.º Urb.ª Kleber Bizarro Menezes
Diretor do Departamento de Engenharia

Rua Dr. Gabriel Vilela, nº413
Igarapava – SP CEP: 14.540-000
Tel.: (16) 3173-8200
Página 5 de 5



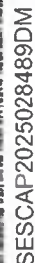
Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:44
Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 04/03/2025 às 09:33:42
Documento N°: 3558978A4594430 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594430>



SESCAP2025028486DM

DATA BASE:
DEC. 2024

DOI: 10.1002/2006JC.00011





PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IGARAPAVA
RUA SÃO SALVADOR, 70
igarapavasauade@gmail.com

Ofício nº 094/2025 – SMS

Igarapava/SP – 03 de março de 2025.

Ao

Excelentíssimo Senhor

Dr. Eleuses Vieira de Paiva

Secretário da Saúde do Estado de São Paulo

Assunto: Solicitação de Recurso Financeiro para Reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Prezado Senhor,

Com os cordiais cumprimentos, venho por meio deste ofício, em nome da Administração Pública Municipal de Igarapava, solicitar a liberação de recursos financeiros no **valor de R\$ 250.000,00**, conforme a indicação da parlamentar Deputada Delegada Graciela, para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava – CNES 2092131.

O recurso indicado pela parlamentar se encontra na Emenda nº 086286, conforme registrado no Sistema de Propostas (SP sem Papel). A verba é fundamental para a melhoria da infraestrutura do referido Centro de Saúde, que atende a toda a população de Igarapava, proporcionando condições adequadas para o atendimento à saúde da nossa comunidade.

Para viabilizar o repasse, os dados bancários para a transferência dos recursos são os seguintes:

Banco do Brasil

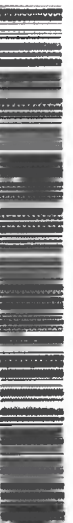
Agência: 0419-7

Número da Conta: 42025-5

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e aguardamos a confirmação da liberação do recurso.

Atenciosamente,

José Humberto Lacerda Rodrigues
Prefeito Municipal





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B11F-D0C0-1ADB-6B0C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

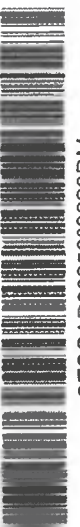
✓ JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES (CPF 064.XXX.XXX-14) em 05/03/2025 10:18:49
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/B11F-D0C0-1ADB-6B0C>



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:44
Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 05/03/2025 às 13:05:54
Documento N°: 3558978A4594432 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594432>



SESCAP2025029623DM

PROponente / Tomador			Ação / Modalidade					
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA			INFRAESTRUTURA DE SAÚDE					
MUNICÍPIO / UF		LOCALIDADE / ENDEREÇO				BDI 20 %		Fonte CDHU 196 -
IGARAPAVA/SP		RUA SALDANHA MARINHO, 930 - CENTRO - IGARAPAVA/SP						
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
REFORMA CENTRO DE SAÚDE CENTRAL								
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 268.195,81
1.1			LOCAÇÃO DA OBRA					R\$ 2.471,04
1.1.1	CDHU 196	02.09.040	Placa em forma com impressão digital e requadro em metal	m²	6,00	R\$ 343,20	R\$ 411,84	R\$ 2.471,04
2			FUNDAÇÕES					R\$ 13.392,83
2.1			RETRADA, DEMOLIÇÕES E ENTULHOS					R\$ 13.392,83
2.2.1	CDHU 196	04.03.040	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro	m²	788,67	R\$ 7,43	R\$ 8,92	R\$ 7.034,94
2.2.2	CDHU 196	04.03.080	Retirada de cumeeira, espigão ou rufo perfil qualquer	m	69,18	R\$ 9,29	R\$ 11,15	R\$ 771,36
2.2.3	CDHU 196	04.30.020	Remoção de calha ou rufo	m	81,24	R\$ 4,27	R\$ 5,12	R\$ 415,95
2.2.4	CDHU 196	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	m³	35,49	R\$ 121,41	R\$ 145,69	R\$ 5.170,56
2.2.5	CDHU 196	04.02.110	Retirada de estrutura em madeira pontalada - telhas perfil qualquer	m²	788,67	R\$ 12,35	R\$ 14,82	R\$ 11.688,09
2.2.6	CDHU 196	03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico incluindo a base	m²	286,06	R\$ 11,14	R\$ 13,37	R\$ 3.824,62
3			COBERTURA					R\$ 268.195,81
3.1	CDHU 196	16.13.130	Fornecimento em chapa de aço galvanizado perfilado, tipo Saldanha, espessura de 0,50 mm, com telha cerâmica e encaixado	m²	788,67	R\$ 151,02	R\$ 181,22	R\$ 142.922,78
3.2	CDHU 196	16.12.200	Cumeeira em chapa de aço galvanizado com epoxi e poliéster, perfil trapezoidal, com espessura de 0,53 mm	m	69,18	R\$ 74,94	R\$ 89,93	R\$ 6.221,36
3.3	CDHU 196	15.01.330	Estrutura em terças para telhas perfil trapezoidal	m²	788,67	R\$ 21,50	R\$ 25,80	R\$ 20.347,69
3.4	CDHU 196	16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	m	42,88	R\$ 228,47	R\$ 274,16	R\$ 11.755,98
3.5	CDHU 196	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	m	14,27	R\$ 148,36	R\$ 178,03	R\$ 2.540,49
3.6	CDHU 196	16.33.022	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	m³	74,09	R\$ 107,71	R\$ 129,25	R\$ 3.113,63
3.7	CDHU 196	16.32.120	Cobertura plana em chapa de placa-bonita alveolar de 10 mm	m²	65,91	R\$ 240,52	R\$ 288,62	R\$ 19.022,94
4			REVESTIMENTO					R\$ 46.407,09
4.1			PISOS E REVESTIMENTOS					R\$ 46.407,09
4.1.1	CDHU 196	18.08.032	Revestimento em porcelanato quadrado antideslizante 30x30 cm, classe II, com alto brilho, tipo de acabamento B1, assentado com argamassa colada e rejuntamento com argamassa polimerizada	m²	44,62	R\$ 130,55	R\$ 156,67	R\$ 6.990,83
4.1.2	CDHU 196	18.11.032	Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 15x15 cm, tipo monoporcelanato, assentado e rejuntamento com argamassa polimerizada	m²	241,44	R\$ 93,79	R\$ 112,55	R\$ 27.174,79
4.1.3	CDHU 196	17.01.060	Regularização de piso com nata de cimento e aditivo de alto desempenho	m²	44,62	R\$ 31,50	R\$ 37,80	R\$ 1.685,34
4.1.4	CDHU 196	17.02.280	Barra lisa com acabamento em nata de cimento	m²	241,44	R\$ 36,43	R\$ 43,72	R\$ 10.555,86
TOTAL GERAL								R\$ 268.195,81

Igarapava, 03 de Março de 2025.

gov.br

Documento assinado digitalmente

KLEBER BIZARRO MENEZES

Data: 03/03/2025 15:52:12 (GMT)

Verifique em: https://verificador.gov.br

KLEBER BIZARRO MENEZES
Argº Urb.º CAU/BR: A223721-0

Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:45
 Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 04/03/2025 às 09:35:18
 Documento Nº: 3558978A4594433 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594433>

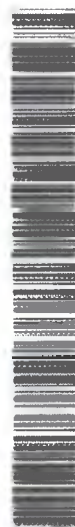


SESCAP2025028488DM

PROponente / Tomador			Ação / Modalidade					
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA			INFRAESTRUTURA DE SAÚDE					
MUNICÍPIO / UF		LOCALIDADE / ENDEREÇO		BDI 20 %		Fonte CDHU '96 -		
IGARAPAVA/SP		RUA SALDANHA MARINHO, 930 - CENTRO - IGARAPAVA/SP						
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
REFORMA CENTRO DE SAÚDE CENTRAL								
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 268.195,81
1.1			LOCAÇÃO DA OBRA					R\$ 2.471,04
1.1.1	CDHU 196	02.08.040	Placa em lona com impressão digital e aquecimento em motor	m²	6,80	R\$ 343,25	R\$ 411,88	R\$ 2.471,04
2			FUNDAÇÕES					R\$ 13.392,01
2.1			RETRADA, DEMOLIÇÕES E ENTULHOS					R\$ 13.392,01
2.2.1	CDHU 196	04.03.040	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro	m²	788,67	R\$ 7,43	R\$ 8,92	R\$ 7.034,94
2.2.2	CDHU 196	04.03.080	Retirada de cumeeira, espigão ou rufo perfil qualquer	m	69,18	R\$ 4,24	R\$ 11,15	R\$ 771,36
2.2.3	CDHU 196	04.30.020	Remoção de calha ou rufo	m	81,24	R\$ 4,27	R\$ 5,12	R\$ 415,95
2.2.4	CDHU 196	05.07.050	Remoção de entulho de obra com cocamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	m³	35,49	R\$ 121,41	R\$ 145,69	R\$ 5.170,56
2.2.5	CDHU 196	04.02.110	Retirada de estrutura em madeira portelada - telhas perfil qualquer	m²	788,67	R\$ 12,35	R\$ 14,82	R\$ 11.689,09
2.2.6	CDHU 196	03.04.020	Remoção manual de revestimento cerâmico ou laje de concreto	m²	206,06	R\$ 13,14	R\$ 13,37	R\$ 3.824,62
3			COBERTURA					R\$ 285.824,87
3.1	CDHU 196	16.13.130	Forro em chapa de aço com pintura políester, tipo sanduiche, espessura de 0,50 mm, com reforço em alumínio	m²	788,67	R\$ 151,02	R\$ 181,22	R\$ 142.922,78
3.2	CDHU 196	16.12.200	Cumeeira em chapa de aço pré-pintada com epoxi e poliéster, perfil trapezoidal, com espessura de 0,57 mm	m	69,10	R\$ 74,94	R\$ 89,93	R\$ 6.221,36
3.3	CDHU 196	15.01.530	Estrutura em terças para telhas perfil trapezoidal	m²	788,67	R\$ 21,50	R\$ 25,80	R\$ 20.342,69
3.4	CDHU 196	16.33.062	Calha, rufo, alfin em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	m	42,88	R\$ 228,47	R\$ 274,16	R\$ 11.755,98
3.5	CDHU 196	16.33.052	Calha, rufo, alfin em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	m	14,27	R\$ 148,36	R\$ 178,03	R\$ 2.540,49
3.6	CDHU 196	16.33.022	Calha, rufo, alfin em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	m³	24,09	R\$ 107,71	R\$ 129,25	R\$ 3.113,63
3.7	CDHU 196	16.32.120	Cobertura plana em chapa de polícarbonato alveolar de 16 mm	m²	65,91	R\$ 240,52	R\$ 288,62	R\$ 19.022,94
4			REVESTIMENTO					R\$ 46.457,09
4.1			PISOS E REVESTIMENTOS					R\$ 46.457,09
4.1.1	CDHU 196	18.08.012	Pavimento em concreto armado e acabamento para piso exterior em ambiente com tráfego, grupo de absorção 80, assentado sobre argamassa de cimento e areia, com rejuntamento	m²	44,62	R\$ 130,65	R\$ 156,67	R\$ 6.992,62
4.1.2	CDHU 196	18.11.032	Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 15,15 cm, tipo porcelanato, com rejuntamento	m²	241,44	R\$ 93,79	R\$ 112,55	R\$ 27.174,07
4.1.3	CDHU 196	17.01.060	Revestimento de piso com nata de cimento e adesivo de alto desempenho	m²	44,62	R\$ 31,50	R\$ 37,80	R\$ 1.686,64
4.1.4	CDHU 196	17.02.260	Barra lisa com acabamento em nata de cimento	m²	241,44	R\$ 36,43	R\$ 43,72	R\$ 10.555,76
TOTAL GERAL								R\$ 268.195,81
<p>Igarapava, 03 de Março de 2025.</p> <p>KLEBER BIZARRO MENEZES Arg. Urb.º CAUBR: A223721-0</p> <p>Assinatura digitalizada KLEBER BIZARRO MENEZES Data: 03/03/2025 18:32:12-0300 Verifique em https://validar.br.gov.br</p>								



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 05/03/2025 às 15:45:45
 Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 04/03/2025 às 09:34:25
 Documento N°: 3558978A4594434 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3558978A4594434>



SESCAP2025028487DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA



Parecer: **REPROVADO**

Inserir mais 2 orçamentos, pode ser SINAPI/FDE/SINAPI-C, etc...

Inserir a contrapartida do município 18.195,81 e

Inserir o LTA - Laudo Técnico de Avaliação da VISA, junto com o Projeto da Obra.

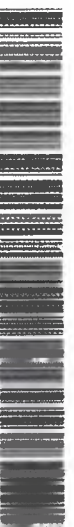
Após retornar.

São Paulo, 06 de Março de 2025

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 06/03/2025 às 12:40:05
Documento N°: 086286A4600790 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4600790>



SESPA2025003363DM

Formulário de requerimento

Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
Portfólio:	Saúde Humana Custeio
Valor total:	R\$ 268.195,81

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	250.000,00	1	250.000,00
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	18.195,81	1	18.195,81
Total:			268.195,81

Justificativa

A substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade do Centro de Saúde de Igarapava são ações essenciais para assegurar a continuidade de um atendimento de qualidade à população. Atualmente, a estrutura do Centro enfrenta sérios problemas que comprometem o conforto, a segurança e a funcionalidade do ambiente, impactando tanto os usuários quanto os profissionais da saúde.

Diante dessas condições, a intervenção torna-se ainda mais urgente para atender às crescentes demandas da população e garantir a adequação do espaço às normas de acessibilidade e segurança exigidas. Com essas melhorias, será possível oferecer um ambiente mais seguro, confortável e funcional, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e aprimorando a experiência dos utilizadores. Além disso, essas intervenções contribuirão para aumentar a durabilidade da infraestrutura, assegurando a sustentabilidade e eficiência dos serviços prestados.

IGARAPAVA, 07 de Março de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 07/03/2025 às 15:32:36
Documento N°: 086286A4607742 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4607742>



SESREQ2025001373DM

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Número do PT:				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

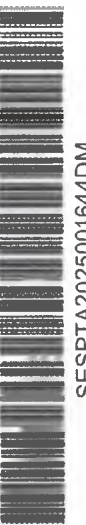
Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**Missão da Instituição:**

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva.



SESPTA2025001644DM

Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

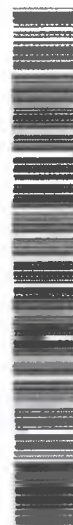
Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde..

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e confortável tanto para



os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

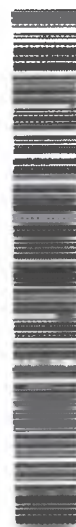
As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



SESPTA2025001644DM

Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

Descrição da Meta:	Garantir que a nova cobertura elimine completamente as infiltrações, proporcionando um ambiente seguro e confortável para os usuários e profissionais de saúde
Ações para Alcance:	1. Contratar uma empresa com experiência comprovada na substituição de coberturas. 2. Realizar inspeções periódicas durante e após a instalação. 3. Garantir o uso de materiais de alta qualidade.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações.
Situação Pretendida:	Ambientes internos totalmente protegidos de infiltrações, com uma cobertura que ofereça durabilidade e segurança.
Indicador de Resultado:	Satisfação dos usuários e profissionais em relação à ausência de infiltrações e ao conforto térmico proporcionado pela nova cobertura
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de feedbacks positivos} / \text{Número total de feedbacks}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Pesquisas de satisfação com usuários e profissionais

Descrição da Meta:	Criar banheiros que sejam modelos de acessibilidade, higiene e conforto, superando as expectativas dos usuários.
Ações para Alcance:	1. Envolver profissionais especializados em acessibilidade e design de interiores. 2. Coletar feedback dos usuários sobre melhorias desejadas. 3. Implementar soluções de higiene automatizadas.
Situação Atual:	Banheiros não estão em conformidade com as normas de acessibilidade e higiene
Situação Pretendida:	Banheiros reformados, acessíveis e higienizados.



SESPTA2025001644DM

Indicador de Resultado:	Nível de satisfação dos usuários com a acessibilidade e condições dos banheiros
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de usuários satisfeitos} / \text{Número total de usuários pesquisados}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Pesquisas de opinião com os usuários.

Descrição da Meta:	Assegurar que o acesso à unidade seja intuitivo, livre de obstáculos e acolhedor, facilitando a chegada de todos os usuários
Ações para Alcance:	1) Identificar e remover todas as barreiras arquitetônicas. 2) Implementar sinalização clara e acessível. 3) Realizar testes com diferentes perfis de usuários (idosos, pessoas com deficiência).
Situação Atual:	Acessibilidade comprometida por barreiras arquitetônicas
Situação Pretendida:	Acesso livre de barreiras, garantindo segurança e autonomia.
Indicador de Resultado:	Satisfação dos usuários com a facilidade de acesso e a clareza das sinalizações.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de feedbacks positivos sobre acessibilidade} / \text{Número total de feedbacks}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Entrevistas e questionários com os usuários.



Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Substituir 100% da cobertura existente para eliminar infiltrações e garantir a segurança estrutural.
Ações para Alcance:	1. Contratar uma empresa especializada. 2. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. 3. Realizar a substituição da cobertura. 4. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações
Indicador de Resultado:	Percentual de conclusão da substituição da cobertura
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de etapas concluídas} / \text{Número total de etapas}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de progresso da obra

Descrição da Meta:	Conduzir 100% da reforma dos banheiros para garantir acessibilidade, higiene e conforto.
Ações para Alcance:	1. Contratar uma empresa especializada. 2. Planejar as melhorias necessárias. 3. Realizar a reforma dos banheiros. 4. Garantir a substituição de louças e metais.
Situação Atual:	Banheiros não estão em conformidade com as normas de acessibilidade e higiene
Situação Pretendida:	Banheiros reformados, acessíveis e higienizados.
Indicador de Resultado:	Percentual de conclusão da reforma dos banheiros
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Área reformada} / \text{Área total dos banheiros}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de progresso da obra.

Descrição da Meta:	Melhorar 100% do acesso à unidade para garantir segurança e acessibilidade
Ações para Alcance:	1. Planejar as intervenções necessárias. 2. Contratar empresa especializada. 3. Realizar as melhorias no acesso. 4. Eliminar barreiras arquitetônicas.
Situação Atual:	Acessibilidade comprometida por barreiras arquitetônicas.
Situação Pretendida:	Acesso livre de barreiras, garantindo segurança e autonomia
Indicador de Resultado:	Percentual de conclusão das melhorias de acesso.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de melhorias concluídas} / \text{Número total de melhorias planejadas}) \times 100$



Fonte do Indicador:	Relatórios de progresso da obra.
---------------------	----------------------------------



SESPTA2025001644DM

ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

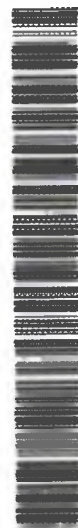
Ordem	Etapa	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra.
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa.
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS



SESPTA2025001644DM

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	0,00	0,00%	250.000,00	93,22%
2	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	Prestação de Serviços - Contra partida do Município	18.195,81	6,78%	0,00	0,00%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%



SESPTA2025001644DM

1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 18.195,81	6,78	R\$ 250.000,00	93,22	R\$ 268.195,81

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 07/03/2025 às 15:32:37
Documento N°: 086286A4607744 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4607744>



SESPTA2025001644DM

LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO - LTA

ANEXO 2 – PORTARIA CVS 10/2017



SIVISA – Sistema de Informação em Vigilância Sanitária
SUS – Sistema Único de Saúde

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO
CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO - LTA
DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES E EMPREENDIMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

N.º LTA:	002/2025	DEFERIDO: <input checked="" type="checkbox"/>	INDEFERIDO: <input type="checkbox"/>	DATA: 05/03/2025
N.º PROCESSO:	000.000.000.000/00			
N.º PROTOCOLO:			DATA DO PROTOCOLO:	
TIPO DE ESTABELECIMENTO:				
CNAE- ATIVIDADE ECONÔMICA ESTABELECIMENTO:	86.30-5/03 – Atividade médica ambulatorial restrita a consultas			
PROJETO AVALIADO:	ADEQUAÇÃO DE ESTABELECIMENTO			
NOME OU RAZÃO SOCIAL:	CENTRO DE SAÚDE CENTRAL			
NOME FANTASIA:				
CPF / CNPJ:	45324290/0001-67			
LOGRADOURO:	RUA SALDANHA MARINHO		NÚMERO: 930	
COMPLEMENTO:				
BAIRRO:	CENTRO			
MUNICÍPIO:	IGARAPAVA			
CEP:	14.540-000		UF: SP	
RESPONSÁVEL LEGAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA			
CPF:				
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO:	KLEBER BIZARRO MENEZES		UF: SP	
CPF:				
CREA / CAU N.º:	A223721-0			

RELATÓRIO SUCINTO DE AVALIAÇÃO:

ADEQUAÇÃO DE ESTABELECIMENTO, DESENVOLVIMENTO DE LAY-OUT E FLUXO DE CIRCULAÇÕES PARA ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS - OBRA EM ALVENARIA CONVENCIONAL, CONFORME A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E DEMAIS NORMAS LEGAIS PERTINENTES.

PROJETO ATENDE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CVS – 1/2024 E EM ESPECIAL RDC 050

- ✓ Portaria CVS 1, de 05/01/2024-Disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária –Sevisa, o licenciamento dos estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, e dá providências correlatas.
- ✓ Resolução Anvisa/RDC 222/2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde
- ✓ RESOLUÇÃO-RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de Saúde.

INTEGRA ESTE DOCUMENTO 02 FOLHAS REFERENTES AO "RELATÓRIO SUCINTO DE AVALIAÇÃO" E "CONDICIONANTES DO PROJETO"

ASSINATURADA A AUTORIDADE SANITÁRIA

Assinado por 1 pessoa: LETICIA PORFÍRIO VICENTINI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava11.doc.com.br/verifica>



SESCAP2025031617DM

LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO -LTA**ANEXO 2 – PORTARIA CVS10/2017**

N.º LTA 002/2025

DEFERIDO: ☒INDEFERIDO ☐

DATA: 05/03/2025

RELATÓRIO SUCINTO DE AVALIAÇÃO (cont.):

PARECER CONCLUSIVO

ADEQUAÇÃO DE ESTABELECIMENTO, DESENVOLVIMENTO DE LAY-OUT E FLUXO DE CIRCULAÇÕES PARA ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS - OBRA EM ALVENARIA CONVENCIONAL, CONFORME A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E DEMAIS NORMAS LEGAIS PERTINENTES.

PROJETO ATENDE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CVS – 1/2024 E EM ESPECIAL RDC 050

- ✓ Portaria CVS 1, de 05/01/2024-Disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária –Sevisa, o licenciamento dos estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, e dá providências correlatas.
- ✓ Resolução Anvisa/RDC 222/2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde
- ✓ RESOLUÇÃO-RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de Saúde.

IMÓVEL APTO UTILIZAÇÃO.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA AVALIAÇÃO DO PROJETO:

(Portaria Municipal nº 9612, de 07 de Junho de 2023)

NOME: ENG. CIVIL LETÍCIA PORFÍRIO VICENTINI

ASSINATURA: _____

CPF: 415.745.028-08

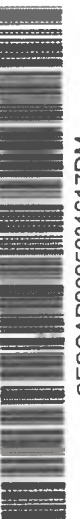
CREA: 5070730467

UF: (SP)

Assinado por 1 pessoa: LETÍCIA PORFÍRIO VICENTINI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://figarapava.1doc.com.br/verificacao/1948-7A7A-4B30-4B86> e informe o código 1948-7A7A-4B30-4B86



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 07/03/2025 às 15:32:37
Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 06/03/2025 às 16:06:31
Documento Nº: 3567680A4607745 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3567680A4607745>



SESCAP2025031617DM

PROPOSTANTE / TOMADOR			AÇÃO / MODALIDADE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA			INFRAESTRUTURA DE SAÚDE					
MUNICÍPIO / UF		LOCALIDADE / ENDEREÇO				BDI 20 %		Fonte SINAPI - 01/2025 - BOLETIM DESONERADO
IGARAPAVA/SP		RUA SALDANHA MARINHO, 930 - CENTRO - IGARAPAVA/SP						
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
REFORMA CENTRO DE SAÚDE CENTRAL								
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 317.372,96
1.1			LOCAÇÃO DA OBRA					R\$ 3.346,20
1.1.1	CDHU 196	101689	FORN. E INSTALAÇÃO DE PLACA DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL AF. 07/2019	m²	8,90	R\$ 464,75	R\$ 557,70	R\$ 3.346,20
2			FUNDAÇÕES					R\$ 5.407,57
2.1			RETIRADA, DEMOLIÇÕES E ENTULHOS					R\$ 5.407,57
2.2.1	SINAPI	97647	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCEMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2023	m²	788,67	R\$ 4,25	R\$ 5,10	R\$ 4.022,32
2.2.2	SINAPI	104803	Retirada de cumeeira, espigão ou rufo perfil qualquer	m	69,18	R\$ 5,40	R\$ 6,48	R\$ 448,29
2.2.3	SINAPI	104803	REMOÇÃO CALHAS E RUFOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2023	m	81,24	R\$ 5,40	R\$ 6,48	R\$ 526,44
2.2.4	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3) AF. 07/2020	m³	35,49	R\$ 9,64	R\$ 11,57	R\$ 410,62
2.2.5	SINAPI	97650	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2023	m²	788,67	R\$ 9,19	R\$ 11,03	R\$ 8.699,03
2.2.6	SINAPI	97633	DEMOL. DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2023	m²	284,06	R\$ 27,35	R\$ 32,82	R\$ 9.388,40
3			COBERTURA					R\$ 275.396,52
3.1	SINAPI	94216	TELHADO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA P = 35 NPL COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO ICAPENHO. AF. 07/2019	m²	758,07	R\$ 203,57	R\$ 244,28	R\$ 197.656,31
3.2	SINAPI	94223	Cumeeira em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil trapezoidal com espessura de 0,50 mm	m	69,18	R\$ 76,63	R\$ 91,96	R\$ 6.361,79
3.3	SINAPI	92580	TRAPA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCEMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF. 07/2019	m²	788,67	R\$ 47,63	R\$ 57,16	R\$ 45.080,38
3.4	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF. 07/2019	m	42,88	R\$ 172,36	R\$ 206,83	R\$ 8.868,87
3.5	SINAPI	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF. 07/2019	m	14,27	R\$ 89,24	R\$ 107,09	R\$ 1.528,17
3.6	SINAPI	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF. 07/2019	m	24,09	R\$ 64,97	R\$ 77,96	R\$ 1.878,06



3.7	CIDHU 196	10.32.125	Cobertura plana em massa de políborato alveolar de 10 mm.	m2	65,91	R\$ 240,52	R\$ 288,07	R\$	19.077,94
4			REVESTIMENTO					R\$	31.777,67
4.1			PISOS E REVESTIMENTOS					R\$	35.288,67
4.1.1	SINAPI	87261	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELÂNICO DE 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF. 02/2021	m2	44,62	R\$ 130,60	R\$ 156,72	R\$	8.997,88
4.1.2	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESTALADA DE 30X30 CM APLICADAS NA ALTEIRA ÚTIL DA PAREDE. AF. 02/2021	m2	241,44	R\$ 57,45	R\$ 68,94	R\$	16.644,87
4.1.3	SINAPI	87735	CONCRETO EM ARGAMASSA PRONTA A COLOCAR E ACABAR, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE LAJE, ADERIDO, A CÁBULO NÃO REFORÇADO. AF. 02/2021	m2	44,67	R\$ 42,07	R\$ 50,48	R\$	2.252,42
4.1.4	SINAPI	87543	CAIMENTO NÃO REFORÇADO, EM ARGAMASSA DE PROJEÇÃO DE ARGAMASSA EM PAREDES INTERNAS, EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE ARGAMASSA EM PAREDES INTERNAS. AF. 02/2021	m2	241,44	R\$ 25,31	R\$ 30,37	R\$	1.337,53
TOTAL GERAL									R\$ 35.288,67
Igarapava, 03 de Março de 2025.									
<div> <div>goudr</div> <div> Assinado digitalmente Data: 07/03/2025 13:32:38 Assinado por: KLEBER BIZARRO MENEZES </div> </div> <div> KLEBER BIZARRO MENEZES Argº Urb.º CAU/BR: A223721-0 </div>									

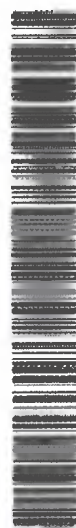



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 07/03/2025 às 15:32:38
Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 07/03/2025 às 13:48:40
Documento N°: 3567680A4607746 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3567680A4607746>



SESCAP2025032301DM

PROONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA			AÇÃO / MODALIDADE		INFRAESTRUTURA DE SAUDE				
MUNICÍPIO / UF IGARAPAVA/SP			LOCALIDADE / ENDEREÇO RUA SALDANHA MARINHO, 930 - CENTRO - IGARAPAVA/SP			BDI 20 %		Fonte SEINFRA - JULHO/2024 - BOLETIM DESONERADO	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
REFORMA CENTRO DE SAUDE CENTRAL									R\$ 340.344,63
1			SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 2.785,26
1.1			LOCAÇÃO DA OBRA						R\$ 2.785,26
1.1.1	SEINFRA/SP	17-030-002	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO		m²	6,80	R\$ 380,00	R\$ 404,21	R\$ 2.785,26
2			FUNDAÇÕES						R\$ 12.270,28
2.1			RETISSURA, DEMOLIÇÕES E ENTULHOS						R\$ 12.270,28
2.2.1	SEINFRA/SP	06-060-029	RETISSURA DE TELHAS ESTRUTURAIS DE CIMENTO AMIANTADO - LAMINAR 100CM		m²	788,67	R\$ 6,46	R\$ 7,75	R\$ 6.112,18
2.2.2	SEINFRA/SP	06-060-090	RETISSURA DE CUNHEIRAS OU ESPIGÕES DE MATERIAIS EM GERAL - EXCLUSIVE BARRO COZIDO OU VIDRO		m	69,18	R\$ 4,30	R\$ 5,10	R\$ 350,97
2.2.3	SEINFRA/SP	10-050-032	DEMOLIÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA		m	81,24	R\$ 4,95	R\$ 5,94	R\$ 482,57
2.2.4	SEINFRA/SP	01-001-007	DESMARCAÇÃO EM ENTULHO COM CHAMBA METÁLICA, INCLUSIVE LAMINAR 100CM		m³	35,49	R\$ 124,88	R\$ 149,86	R\$ 5.310,55
2.2.5	SEINFRA/SP	06-060-004	RETISSURA DE ESTRUTURA MADEIRA PONTALETADA - PARA TELHA ONDULADA DE CIMENTO AMIANTADO, ALUMÍNIO OU PLÁSTICO		m²	788,67	R\$ 9,64	R\$ 11,57	R\$ 9.124,91
2.2.6	SEINFRA/SP	11-050-005	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO DO SIMILAR		m²	286,06	R\$ 33,82	R\$ 40,58	R\$ 11.608,31
3			COBERTURA						R\$ 206.383,24
3.1	SEINFRA/SP	06-002-046	TELHA TRAPEZOIDAL 60X40 CM COM REVESTIMENTO ESPESURA DE 0,5MM, REVESTIMENTO B		m²	788,67	R\$ 188,01	R\$ 225,61	R\$ 177.931,84
3.2	SEINFRA/SP	06-002-094	CUNHEIRA TRAPEZOIDAL EM AÇO GALVANIZADO ESP=0,5MM, REVESTIMENTO B		m	69,18	R\$ 77,17	R\$ 92,60	R\$ 6.406,07
3.3	SINAPI	92580	TELHA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL - AE 02/2019		m²	788,67	R\$ 47,63	R\$ 57,16	R\$ 45.080,38
3.4	SEINFRA/SP	10-011-003	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 100CM		m	42,88	R\$ 210,91	R\$ 252,01	R\$ 10.806,19
3.5	SEINFRA/SP	10-011-002	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 50CM		m	14,27	R\$ 117,74	R\$ 141,29	R\$ 2.016,21
3.6	SEINFRA/SP	10-011-001	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 33CM		m	24,09	R\$ 76,91	R\$ 91,21	R\$ 2.197,25
3.7	SEINFRA/SP	06-002-050	TELHAS EM POLICARBONATO ALVEOLAR 6MM COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA		m²	65,91	R\$ 558,15	R\$ 669,78	R\$ 44.145,20



4			REVESTIMENTO						R\$	36.705,95
4.1			PISOS E REVESTIMENTOS						R\$	36.705,95
4.1.1	SINAPI	13-002-040	PISO CERAMICO ENLAÇADO (PISO) - ASSENTADO COM ARGAMASSA COMUM	m2	44,62	R\$ 189,35	R\$ 8.447,27	R\$	8.447,27	
4.1.2	SINAPI	11-002-029	AZULEJOS, JUNTA AMARRAÇÃO OU A PRUMO - ASSENTES COM ARGAMASSA COLANTE	m2	241,44	R\$ 69,87	R\$ 16.864,85	R\$	16.864,85	
4.1.3	SINAPI	13-002-013	CONTRAPISO CONVEICTIONAL COM ESPESURA ATÉ 4 CM	m2	44,62	R\$ 37,97	R\$ 1.694,56	R\$	1.694,56	
4.1.4	SINAPI	11-002-013	REDOCO INTERNO - ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA	m2	241,44	R\$ 22,21	R\$ 5.363,68	R\$	5.363,68	
TOTAL GERAL									R\$	36.705,95
Igarapava, 03 de Março de 2025.										
<p>  <small> SERVIÇO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO KLEBER BIZARRO MENEZES Titular do Ministério Público do Estado de São Paulo Rua do Comércio, 1000 - Fátima - Jd. Igarapava - SP </small> </p> <p> KLEBER BIZARRO MENEZES Arg. Urb. CAU/BR: A223721-0 </p>										



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 07/03/2025 às 15:32:38
 Autenticado com senha por: ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA - 07/03/2025 às 13:48:06
 Documento N°: 3567680A4607747 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3567680A4607747>



SESCAP2025032299DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA



Parecer: **APROVADO**

Trata de Emenda Parlamentar Impositiva, para investimento, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), destinada à Prefeitura Municipal de Igarapava.

Em atendimento ao Decreto nº. 59.215 de 21 de maio de 2013 e alterações posteriores, o Beneficiário indicado para a Emenda apresentou Plano de Trabalho da demanda para a execução dos recursos que serão repassados.

O plano de trabalho está dentro das normas estabelecidas no tocante a área administrativa e dentro do prazo de validade e atende ao parecer referencial CJ/SS nº 01/25.

Nesta data anexamos CONCREDO com a conta corrente inserida no sistema SIAFEM, conforme informação do Beneficiário.

A Entidade encontra-se com situação de PRESTAÇÕES DE CONTAS REGULAR, referente aos recursos financeiros recebidos anteriormente.

Desta forma, encaminhe-se à área técnica para prosseguimento

São Paulo, 17 de Março de 2025

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 17/03/2025 às 09:33:31
Documento N°: 086286A4645426 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4645426>



SESPAA2025003910DM

[illegible][illegible]

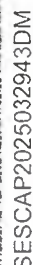
SESCAP2025032943DM

Igarapava, 03 de Março de 2025.

Igarapava, 03 de Março de 2025.

goda **සුඛයා** **සුඛයා** **සුඛයා**
 සුඛයා සුඛයා සුඛයා
 සුඛයා සුඛයා සුඛයා
 සුඛයා සුඛයා සුඛයා

KLEBER BIZARRO MENEZES
 Argº Urb.º CAU/BR: A223721-0



PROponente / Tomador			Ação / Modalidade					
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA			INFRAESTRUTURA DE SAÚDE					
MUNICÍPIO / UF		LOCALIDADE / ENDEREÇO		RDI 20 %		Fonte SBNFRA - JULHO/2024 - BOLETIM DESONERADO		
IGARAPAVA/SP		RUA SALDANHA MARINHO, 930 - CENTRO - IGARAPAVA/SP						
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM RDI	PREÇO TOTAL
REFORMA CENTRO DE SAÚDE CENTRAL								
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 340.344,63
1.1			LOCAÇÃO DA OBRA					R\$ 2.785,26
1.1.1	SEINFRA/SP	17-003-002	RELAÇÃO DE BARRAS GALVANIZADAS DE AÇO GALVANIZADO	m²	8,88	R\$ 308,84	R\$ 308,84	R\$ 2.785,26
2			PLANTIO					R\$ 12.275,28
2.1			RETRABALHO, DEMOLIÇÕES E ENTULHOS					
2.1.1	SEINFRA/SP	06-003-005	RETRABALHO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EXISTENTE E EXISTENTE	m²	788,67	R\$ 6,46	R\$ 7,75	R\$ 6.112,19
2.1.2	SEINFRA/SP	06-003-090	RETRABALHO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EM GERAL - EXCLUSIVO BARRIO	m	69,18	R\$ 4,36	R\$ 5,16	R\$ 356,07
2.1.3	SEINFRA/SP	10-003-031	REMOÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU MANGUEIRAS EM CHAPA METÁLICA	m	81,24	R\$ 4,95	R\$ 5,94	R\$ 482,57
2.1.4	SEINFRA/SP	01-001-067	REMOÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU MANGUEIRAS METÁLICAS, INCLUSIVE CARGA MANUAL E	m³	35,49	R\$ 124,88	R\$ 149,86	R\$ 5.318,55
2.1.5	SEINFRA/SP	06-003-004	RETRABALHO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EXISTENTE E EXISTENTE	m²	788,67	R\$ 9,64	R\$ 11,57	R\$ 9.124,91
2.1.6	SEINFRA/SP	11-350-005	RETRABALHO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EXISTENTE E EXISTENTE	m²	788,67	R\$ 11,63	R\$ 13,96	R\$ 10.868,87
3			CONSTRUÇÃO					R\$ 280.883,24
3.1	SEINFRA/SP	06-002-004	RETRABALHO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EXISTENTE E EXISTENTE	m²	788,67	R\$ 166,21	R\$ 225,01	R\$ 177.481,89
3.2	SEINFRA/SP	06-002-094	RETRABALHO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EXISTENTE E EXISTENTE	m	69,18	R\$ 72,17	R\$ 92,60	R\$ 6.406,89
3.3	SEINFRA/SP	03-000	CONSTRUÇÃO DE FUNDAMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSIVE	m²	788,67	R\$ 47,63	R\$ 57,18	R\$ 45.080,38
3.4	SEINFRA/SP	10-011-003	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1824 - DESENVOLVIMENTO 100CM	m	42,88	R\$ 210,31	R\$ 252,01	R\$ 10.696,19
3.5	SEINFRA/SP	10-011-002	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1824 - DESENVOLVIMENTO 50CM	m	14,27	R\$ 117,74	R\$ 141,29	R\$ 2.016,21
3.6	SEINFRA/SP	10-011-001	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1824 - DESENVOLVIMENTO 33CM	m	24,09	R\$ 76,21	R\$ 91,21	R\$ 2.197,21
3.7	SEINFRA/SP	06-002-080	TELHAS EM POLICARBONATO ALVEOLAR 60X70 COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA	m²	66,91	R\$ 556,15	R\$ 666,78	R\$ 44.149,20



SESCAP2025032299DM



SESCAP2025032944DM

ContabilizaSP

SiafisicoNet

10 00 00



CONSULTAR

45324290000167 - PREF. MUNICIPAL DE IGARAPAVA

Buscar



CREDOR

Alterar

Dados Gerais

CPF/CNPJ:	45324290000167		
Nome:	PREF. MUNICIPAL DE IGARAPAVA		
CEP:	14540-000		
Endereço:	RUA DR. GABRIEL VILELA, 413 - -		
Município:	IGARAPAVA	UF:	SP
Status:	ATIVO	Código Município:	0349
Informação do Cadin:	10FEV2025 REGULARIZADO AS 08:16		
Observação:	EA- INC C/C E-MAIL OF. CFC-359/07-UG 270101- AUT.DFE- 25/11/2019 ISS CADIN		

Situação no Cadin

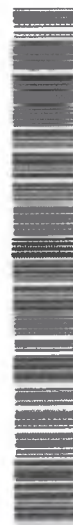
Usuário não inscrito no Cadin

Domicílios Bancários

	Agência	Conta	Status	Status Adiant.
001	00419	000375160	Inativa	
001	00419	000374539		
001	00419	000366102	Inativa	
001	00419	001010085		
001	00419	000374067	Inativa	
001	00419	001010344		
001	00419	000374520		
001	00419	001010948		
001	00419	000374598	Inativa	
001	00419	001063758	Inativa	
001	00419	001012517		
001	00419	000317381		
001	00419	063107902	Inativa	
001	00419	000375152	Inativa	
001	00419	000420255		

 1 2 3 15

Total: 41 domicílio(s)



SESCAP2025036320DM

ContabilizaSP

Premises

10 02 05
10 03 04
10 03 05



SESCAP2025036320DM

ContabilizaSP

S Proxibago

10 07 04
10 07 04
10 07 04



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA



ANÁLISE TÉCNICA DRS

Parecer: **REPROVADO**

Rever as metas

São Paulo, 17 de Março de 2025

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 17/03/2025 às 10:13:58
Documento N°: 086286A4645779 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4645779>

Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



SESPAR2025004871DM

Formulário de requerimento

Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
Portfólio:	Saúde Humana Custeio
Valor total:	R\$ 268.195,81

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	250.000,00	1	250.000,00
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	18.195,81	1	18.195,81
Total:			268.195,81

Justificativa

A substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade do Centro de Saúde de Igarapava são ações essenciais para assegurar a continuidade de um atendimento de qualidade à população. Atualmente, a estrutura do Centro enfrenta sérios problemas que comprometem o conforto, a segurança e a funcionalidade do ambiente, impactando tanto os usuários quanto os profissionais da saúde.

Diante dessas condições, a intervenção torna-se ainda mais urgente para atender às crescentes demandas da população e garantir a adequação do espaço às normas de acessibilidade e segurança exigidas. Com essas melhorias, será possível oferecer um ambiente mais seguro, confortável e funcional, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e aprimorando a experiência dos utilizadores. Além disso, essas intervenções contribuirão para aumentar a durabilidade da infraestrutura, assegurando a sustentabilidade e eficiência dos serviços prestados.

IGARAPAVA, 24 de Março de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 24/03/2025 às 08:59:23
Documento N°: 086286A4675077 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4675077>



INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Número do PT:				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Missão da Instituição:

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva.



SESPTA2025002205DM

Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

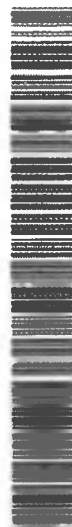
Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde..

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e confortável tanto para



os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para **garantir** acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

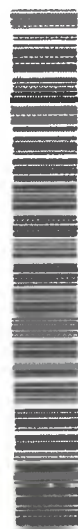
As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



SESPTA2025002205DM

Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

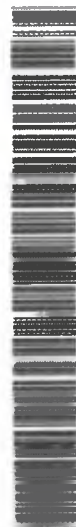
A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, sendo que atualmente está em 80%.
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente há 162 nascidos vivos no município, com cobertura de 70% com mãe que realizaram 07 ou mais consultas de pré natal, ou seja, atender 113 mães 07 ou mais consultas de pré natal
Situação Pretendida:	: Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, considerando 162 nascidos vivos, ou seja, atender 129 mães com 07 ou mais consultas de pré natal
Indicador de Resultado:	Proporção de nascidos vivos
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$\frac{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2024}}{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2026}} \times 100$
Fonte do Indicador:	SIM SINAS - DATASUS SIA



SESPTA2025002205DM

Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da oferta das consultas médicas de especialidade, visto que mensalmente são disponibilizadas o total de 1311 consultas, sendo o Cardiologia 62, Dermatologista 50 Endocrinologista 31 Hematologista 6 , Ginecologista/Obstetra 129 , Gastroenterologista 20 , Oftalmologista 115 Pediatria 209 ; Pneumologista 11; Psiquiatria 262; Reumatologista 20, Urologista 15; Cirurgião Vascular 30; Ortopedista 131; Psiquiatria Infantil 20; Neuropediatria 50 e Ultrassonografista 53
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente o prédio do Centro de Saúde encontra-se deteriorado devido ao tempo prolongado de uso, dificultando a organização da oferta das consultas médicas e em desacordo com a política nacional de acessibilidade e ambiência.
Situação Pretendida:	Ofertar o total de 1442 consultas médicas/mês para a população, em um espaço físico em consonância com a Política Nacional de Humanização e Acessibilidade.
Indicador de Resultado:	Percentual de consultas disponibilizadas
Fórmula de Cálculo do Indicador:	Total de consultas disponibilizadas atualmente /total de consultas disponibilizadas após a reforma x 100
Fonte do Indicador:	SIA/SUS/MS



SESPTA2025002205DM

ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Ordem	Etapa	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS



SESPTA2025002205DM

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	0,00	0,00%	250.000,00	93,22%
2	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	Prestação de Serviços - Contra partida do Município	18.195,81	6,78%	0,00	0,00%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%



1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 18.195,81	6,78	R\$ 250.000,00	93,22	R\$ 268.195,81

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 24/03/2025 às 08:59:23
Documento N°: 086286A4675078 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4675078>



SESPTA2025002205DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO MUNICÍPIO PARA CELEBRAR CONVÊNIOS - CRMC

Validade: 31 de Março de 2025

CRMC N°: 252_1126565278

Data de Emissão: 24/03/2025

Prefeitura Municipal de Igarapava

CNPJ 45.324.290/0001-67

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413

Centro - SP - CEP:14540-000

Certificamos que o Município acima identificado está inscrito no **Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo**, de acordo com o Decreto nº 52.479 de 14 de Dezembro de 2007.

Para fins de celebração de convênio o presente Certificado substitui os documentos relacionados nos artigos 5º, inciso VI, 8º, incisos I a VI, do Decreto nº 59.215, de 21 de Maio de 2013, e no artigo 27, alínea c, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Documentos Arquivados	Validade
• Certidão declaratória de efetivo exercício de cargo do Prefeito	31/12/2025
• Cópias autenticadas do RG e CPF do Prefeito	Sem Vencimento
• Declaração de que o Município vem aplicando regularmente o mínimo de 25% dos impostos no ensino	31/12/2025
• Declaração que a formalização de convênio com o Governo do Estado de São Paulo não contraria a Lei Orgânica do Município	31/12/2025
• Declaração que o município não incorre nas vedações impostas pela Lei Complementar nº 101	31/12/2025
• Declaração de que o Município está em dia com as prestações de contas referentes a recursos recebidos do Estado	31/12/2025
• Comprovante de encaminhamento do prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado referente ao último exercício	31/03/2025
• Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	05/04/2025
• Certidão Negativa de Débito - CND	06/09/2025

SP-1/085804977388824202503



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 24/03/2025 às 08:59:24
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 24/03/2025 às 08:58:46
Documento N°: 3613693A4675079 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3613693A4675079>



SESCAP2025039053DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAÚDE - DRS-VIII FRANCA

Parecer: **APROVADO**

Trata de Emenda Parlamentar Impositiva, para investimento, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), destinada à Prefeitura Municipal de Igarapava.

Em atendimento ao Decreto nº. 59.215 de 21 de maio de 2013 e alterações posteriores, o Beneficiário indicado para a Emenda apresentou Plano de Trabalho da demanda para a execução dos recursos que serão repassados.

O plano de trabalho está dentro das normas estabelecidas no tocante a área administrativa e dentro do prazo de validade e atende ao parecer referencial CJ/SS nº 01/25.

Nesta data anexamos CONCREDO com a conta corrente inserida no sistema SIAFEM, conforme informação do Beneficiário.

A Entidade encontra-se com situação de PRESTAÇÕES DE CONTAS REGULAR, referente aos recursos financeiros recebidos anteriormente.

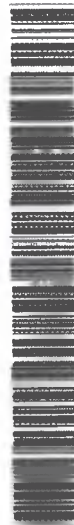
Desta forma, encaminhe-se à área técnica para prosseguimento

São Paulo, 24 de Março de 2025

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE-CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 24/03/2025 às 09:36:47
Documento N°: 086286A4675307 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4675307>



SESPA2025004229DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA



ANÁLISE TÉCNICA DRS

Parecer: **APROVADO**

Trata o presente de proposta para formalização de convênio apresentada pela Prefeitura Municipal de Igarapava, CNPJ 45.324.290/0001-67, CNES 2092131, localizada no município de Igarapava, gestão Municipal, relativa à Emenda LOA nº 2025.030.64882, no valor de R\$ 250.000,00 reais, destinada a Custeio - reforma do Centro de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Igarapava submeteu adequadamente a documentação exigida para a celebração do convênio, inclusive o plano de trabalho encontra-se em consonância com a Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Os objetivos do Plano de Trabalho e as justificativas apresentadas estão de acordo com a descrição do objeto proposto. atende ao Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025.

As metas quantitativas e qualitativas foram estabelecidas no Plano de Trabalho e estão de acordo com as normas que disciplinam a instrução de processos para celebração de convênios, especialmente nos termos do inciso II do artigo 4º do Decreto nº 66.173 de 26 de outubro de 2021. As metas quantitativas e qualitativas são específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais, e a definição e descrição das metas estão adequadas, corretas e suficientes.

As etapas ou fases de execução; o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso estão devidamente detalhados e atendem ao princípio da proporcionalidade, razoabilidade e exequibilidade, dentro da previsão de execução proposta.

Assim, considerando os elementos analisados da documentação, Plano de Trabalho apresentados e o atendimento às determinações contidas no Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025, conclui-se que a proposta atende às condições e exigências técnicas para a formalização do convênio.

Encaminhe-se ao Diretor do DRS para manifestação e prosseguimento

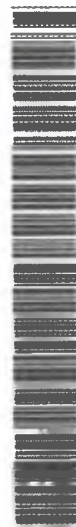
São Paulo, 24 de Março de 2025

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE-CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 24/03/2025 às 11:31:27
Documento N°: 086286A4676355 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4676355>

Classif. Documental | 001.01.05.006



SESPAR2025005379DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA



EMIÇÃO PARECER TÉCNICO DIRETOR DRS

Parecer: **APROVADO**

Considerando a presente Demanda de nº 86286 , concernente à repasse de recursos financeiros para custeio, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), destinada à Prefeitura Municipal de Igarapava, e considerando também os pareceres administrativo e técnico aprovados, este Departamento se manifesta favorável ao referido repasse.

Informamos que o gestor técnico deste convênio é Marília Augusta de Sousa Nascimento - Diretor Téc. Saúde I CPF 337.420.488-05 Gestor Administrativo Silvana Márcia de São João Santos - ATSP I - CPF 122.364.048-59.

Diante do exposto encaminhamos o presente à Coordenadoria de Regiões de Saúde, com sugestão de prosseguimento.

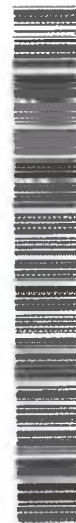
São Paulo, 24 de Março de 2025

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Diretor Técnico de Saúde III
DIRETORIADODRSVIII-FRANCA-CRS/DRS8



Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 24/03/2025 às 15:16:54
Documento N°: 086286A4678246 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4678246>

Classif. Documental 001.01.05.006



SESPAR2025005418DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
GABINETE DO COORDENADOR

ANÁLISE TÉCNICA CRS

Parecer: **REPROVADO**

Necessário os seguintes ajustes:

1. Meta quantitativa: Precisa constar como meta: aumentar de X consultas para Y consultas/mês. Depois de quanto tempo após a conclusão da reforma?
2. A 2ª Meta quantitativa deve se referir a obra
3. Meta qualitativa: o que a reforma vai trazer de melhorias na assistência.

Após os ajustes e conferência pelo DRS, retornar para a CRS

São Paulo, 05 de Maio de 2025
TÂNIA REGINA MATUCCI HOTSUMI
ANALISTA ADMINISTRATIVO
COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE - GRUPO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO



Assinado com senha por: TÂNIA REGINA MATUCCI HOTSUMI - 05/05/2025 às 17:19:54
Documento N°: 086286A4812367 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4812367>

Classif. Documental 001.01.05.006



SESPAR2025008510DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA



ANÁLISE TÉCNICA DRS

Parecer: **REPROVADO**

Trata o presente de proposta para formalização de convênio apresentada pela Prefeitura Municipal de Igarapava, CNPJ 45.324.290/0001-67, CNES 2092131, localizada no município de Igarapava, gestão Municipal, relativa à Emenda LOA nº 2025.030.64882, no valor de R\$ 250.000,00 reais, destinada a Custeio - reforma do Centro de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Igarapava submeteu adequadamente a documentação exigida para a celebração do convênio, inclusive o plano de trabalho encontra-se em consonância com a Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Os objetivos do Plano de Trabalho e as justificativas apresentadas estão de acordo com a descrição do objeto proposto. atende ao Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025.

As metas quantitativas e qualitativas foram estabelecidas no Plano de Trabalho e estão de acordo com as normas que disciplinam a instrução de processos para celebração de convênios, especialmente nos termos do inciso II do artigo 4º do Decreto nº 66.173 de 26 de outubro de 2021. As metas quantitativas e qualitativas são específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais, e a definição e descrição das metas estão adequadas, corretas e suficientes.

As etapas ou fases de execução; o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso estão devidamente detalhados e atendem ao princípio da proporcionalidade, razoabilidade e exequibilidade, dentro da previsão de execução proposta.

Assim, considerando os elementos analisados da documentação, Plano de Trabalho apresentados e o atendimento às determinações contidas no Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025, conclui-se que a proposta atende às condições e exigências técnicas para a formalização do convênio.

Encaminhe-se ao Diretor do DRS para manifestação e prosseguimento

São Paulo, 09 de Maio de 2025

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE-CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 09/05/2025 às 10:11:21
Documento N°: 086286A4828278 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4828278>

Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



SESPAR2025008735DM

Formulário de requerimento

Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
Portfólio:	Saúde Humana Custeio
Valor total:	R\$ 268.195,81

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	250.000,00	1	250.000,00
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	18.195,81	1	18.195,81
Total:			268.195,81

Justificativa

A substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade do Centro de Saúde de Igarapava são ações essenciais para assegurar a continuidade de um atendimento de qualidade à população. Atualmente, a estrutura do Centro enfrenta sérios problemas que comprometem o conforto, a segurança e a funcionalidade do ambiente, impactando tanto os usuários quanto os profissionais da saúde.

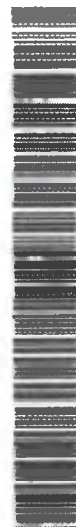
Diante dessas condições, a intervenção torna-se ainda mais urgente para atender às crescentes demandas da população e garantir a adequação do espaço às normas de acessibilidade e segurança exigidas. Com essas melhorias, será possível oferecer um ambiente mais seguro, confortável e funcional, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e aprimorando a experiência dos utilizadores. Além disso, essas intervenções contribuirão para aumentar a durabilidade da infraestrutura, assegurando a sustentabilidade e eficiência dos serviços prestados.

IGARAPAVA, 12 de Maio de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 12/05/2025 às 14:34:20
Documento N°: 086286A4836610 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4836610>



SESREQ2025002942DM

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Número do PT:				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**Missão da Instituição:**

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva.



SESPTA2025003400DM

Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde..

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e confortável tanto para



os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



SESPTA2025003400DM

Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, sendo que atualmente está em 80%.
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente há 162 nascidos vivos no município, com cobertura de 70% com mãe que realizaram 07 ou mais consultas de pré natal, ou seja, atender 113 mães 07 ou mais consultas de pré natal
Situação Pretendida:	: Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, considerando 162 nascidos vivos, ou seja, atender 129 mães com 07 ou mais consultas de pré natal
Indicador de Resultado:	Proporção de nascidos vivos
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$\frac{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2024}}{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2026}} \times 100$
Fonte do Indicador:	SIM SINAS - DATASUS SIA

Descrição da Meta:	Melhorar as condições estruturais da unidade de saúde por meio da reforma da cobertura, visando qualificar o atendimento prestado nas áreas de consultas médicas especializadas e sala de vacinas, garantindo um ambiente seguro, funcional e adequado à assistência em saúde.
Ações para Alcance:	Contratação de empresa especializada para execução da reforma. Elaboração e aprovação do cronograma de obras. Substituição da cobertura danificada por estrutura metálica nova. Instalação de sistema eficiente de vedação e drenagem. Fiscalização e monitoramento contínuo da execução da obra.



SESPTA2025003400DM

Situação Atual:	Cobertura comprometida, com infiltrações e estrutura desgastada, prejudicando o conforto térmico e a segurança do ambiente, com risco de danos a materiais, equipamentos e insumos da sala de vacinas. Situação atual impacta negativamente a continuidade dos atendimentos e expõe os utentes e profissionais a condições inadequadas de trabalho e assistência.
Situação Pretendida:	Cobertura totalmente reformada, com estrutura metálica segura, vedação eficiente e sem infiltrações, proporcionando ambiente adequado à continuidade dos atendimentos médicos e à conservação adequada de vacinas e insumos, com maior conforto, higiene e segurança para utentes e profissionais.
Indicador de Resultado:	Ambiente mais seguro, salubre e funcional para os profissionais de saúde e usuários do SUS, com impacto direto na qualidade da assistência médica especializada e na operação da sala de vacinas. Espera-se: Continuidade dos atendimentos sem interrupções por chuvas; Maior conservação e eficácia das vacinas; Redução de riscos de infecção e contaminação; Aumento da confiança dos usuários do SUS na estrutura da unidade.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	Percepção de melhoria nas condições de infraestrutura e funcionamento dos serviços, registrada em relatórios técnicos e relatos dos profissionais da unidade, bem como a manutenção da regularidade dos atendimentos especializados e aplicação de vacinas.
Fonte do Indicador:	Relatórios técnicos da obra, registros da equipe de coordenação da unidade de saúde e atas de reuniões com profissionais de saúde.



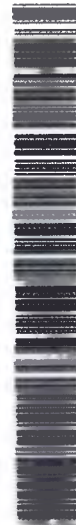
SESPTA2025003400DM

Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da oferta das consultas médicas de especialidade, visto que mensalmente são disponibilizadas o total de 1070 consultas, sendo o Cardio 50, Dermato 40; Endocrino 25 Hemato 5, Ginecologista/Obstetra 110, Gastro 20, Oftalmol 100 Pediatria 200; Pneumo 5; Psiquiatria 200; Reumato 20, Urologista 15 Vascular 30; Ortopedista 130; Psiquiatria Infantil 20; Neuropediatria 50 e Ultrassonografista 50. Após 06 meses de conclusão da obra, estará previsto o atendimento em torno de 1177 consultas
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente o prédio do Centro de Saúde encontra-se deteriorado devido ao tempo prolongado de uso, dificultando a organização da oferta das consultas médicas e em desacordo com a política nacional de acessibilidade e ambiência.
Situação Pretendida:	Ofertar o total de 1177 consultas médicas/mês para a população, em um espaço físico em consonância com a Política Nacional de Humanização e Acessibilidade.
Indicador de Resultado:	Percentual de consultas disponibilizadas
Fórmula de Cálculo do Indicador:	Total de consultas disponibilizadas atualmente /total de consultas disponibilizadas após a reforma x 100
Fonte do Indicador:	SIA/SUS/MS

Descrição da Meta:	Descrição da Meta: Substituir integralmente 788,67 m² da cobertura do telhado do Centro de Saúde de Igarapava.
Ações para Alcance:	Contratar uma empresa especializada. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. Realizar a substituição da cobertura. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações.
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações.
Indicador de Resultado:	Percentual de área da cobertura substituída.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Área substituída} / 788,67 \text{ m}^2) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de medição da obra.

Descrição da Meta:	Concluir 100% das etapas planejadas para a substituição da cobertura até a data prevista.
Ações para Alcance:	Contratar uma empresa especializada. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. Realizar a substituição da cobertura. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.



SESPTA2025003400DM

Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações.
Indicador de Resultado:	Percentual de conclusão das etapas do projeto.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de etapas concluídas} / \text{Número total de etapas}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de progresso da obra.



SESPTA2025003400DM

ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Ordem	Etapa	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	0,00	0,00%	250.000,00	93,22%
2	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	Prestação de Serviços - Contra partida do Município	18.195,81	6,78%	0,00	0,00%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%



SESPTA2025003400DM

1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 18.195,81	6,78	R\$ 250.000,00	93,22	R\$ 268.195,81

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 12/05/2025 às 14:34:21
Documento Nº: 086286A4836611 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4836611>



SESPTA2025003400DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO MUNICÍPIO PARA CELEBRAR CONVÊNIOS - CRMC

Validade: 01 de Junho de 2025

CRMC N°: 252_340010768

Data de Emissão: 12/05/2025

Prefeitura Municipal de Igarapava

CNPJ 45.324.290/0001-67

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413

Centro - SP - CEP:14540-000

Certificamos que o Município acima identificado está inscrito no **Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo**, de acordo com o Decreto nº 52.479 de 14 de Dezembro de 2007.

Para fins de celebração de convênio o presente Certificado substitui os documentos relacionados nos artigos 5º, inciso VI, 8º, incisos I a VI, do Decreto nº 59.215, de 21 de Maio de 2013, e no artigo 27, alínea c, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Documentos Arquivados	Validade
• Certidão declaratória de efetivo exercício de cargo do Prefeito	31/12/2025
• Cópias autenticadas do RG e CPF do Prefeito	Sem Vencimento
• Declaração de que o Município vem aplicando regularmente o mínimo de 25% dos impostos no ensino	31/12/2025
• Declaração que a formalização de convênio com o Governo do Estado de São Paulo não contraria a Lei Orgânica do Município	31/12/2025
• Declaração que o município não incorre nas vedações impostas pela Lei Complementar nº 101	31/12/2025
• Declaração de que o Município está em dia com as prestações de contas referentes a recursos recebidos do Estado	31/12/2025
• Comprovante de encaminhamento do prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado referente ao último exercício	31/03/2026
• Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	01/06/2025
• Certidão Negativa de Débito - CND	06/09/2025

SP-1/143309159718412202505



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 12/05/2025 às 14:34:21
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 12/05/2025 às 14:33:39
Documento N°: 3730334A4836612 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3730334A4836612>



SESCAP2025052942DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSULTA CADIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ 45324290000167

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413 -

Centro - - CEP:14540000

Certificamos que **NÃO CONSTAM PENDÊNCIAS** no CADIN para a entidade acima identificada.

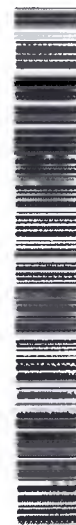
Consulta realizada por:

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES (06475270814)

Em: 12/05/2025 14:31:58



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 12/05/2025 às 14:34:22
Autenticado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 12/05/2025 às 14:32:29
Documento N°: 3730334A4836613 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3730334A4836613>



SESCAP2025052939DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAÚDE - DRS-VIII FRANCA

Parecer: **APROVADO**

Trata de Emenda Parlamentar Impositiva, para investimento, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), destinada à Prefeitura Municipal de Igarapava.

Em atendimento ao Decreto nº. 59.215 de 21 de maio de 2013 e alterações posteriores, o Beneficiário indicado para a Emenda apresentou Plano de Trabalho da demanda para a execução dos recursos que serão repassados.

O plano de trabalho está dentro das normas estabelecidas no tocante a área administrativa e dentro do prazo de validade e atende ao parecer referencial CJ/SS nº 01/25.

Nesta data anexamos CONCREDO com a conta corrente inserida no sistema SIAFEM, conforme informação do Beneficiário.

A Entidade encontra-se com situação de PRESTAÇÕES DE CONTAS REGULAR, referente aos recursos financeiros recebidos anteriormente.

Desta forma, encaminhe-se à área técnica para prosseguimento

São Paulo, 13 de Maio de 2025

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 13/05/2025 às 10:22:01
Documento N°: 086286A4840812 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4840812>



SESPAA2025005981DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAÚDE - DRS-VIII FRANCA



ANÁLISE TÉCNICA DRS

Parecer: **REPROVADO**

Trata o presente de proposta para formalização de convênio apresentada pela Prefeitura Municipal de Igarapava, CNPJ 45.324.290/0001-67, CNES 2092131, localizada no município de Igarapava, gestão Municipal, relativa à Emenda LOA nº 2025.030.64882, no valor de R\$ 250.000,00 reais, destinada a Custeio - reforma do Centro de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Igarapava submeteu adequadamente a documentação exigida para a celebração do convênio, inclusive o plano de trabalho encontra-se em consonância com a Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Os objetivos do Plano de Trabalho e as justificativas apresentadas estão de acordo com a descrição do objeto proposto. atende ao Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025.

As metas quantitativas e qualitativas foram estabelecidas no Plano de Trabalho e estão de acordo com as normas que disciplinam a instrução de processos para celebração de convênios, especialmente nos termos do inciso II do artigo 4º do Decreto nº 66.173 de 26 de outubro de 2021. As metas quantitativas e qualitativas são específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais, e a definição e descrição das metas estão adequadas, corretas e suficientes.

As etapas ou fases de execução; o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso estão devidamente detalhados e atendem ao princípio da proporcionalidade, razoabilidade e exequibilidade, dentro da previsão de execução proposta.

Assim, considerando os elementos analisados da documentação, Plano de Trabalho apresentados e o atendimento às determinações contidas no Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025, conclui-se que a proposta atende às condições e exigências técnicas para a formalização do convênio.

Encaminhe-se ao Diretor do DRS para manifestação e prosseguimento

São Paulo, 13 de Maio de 2025

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE-CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 13/05/2025 às 10:47:16
Documento N°: 086286A4841119 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4841119>

Classif. Documental 001.01.05.006



SESPAR2025008954DM

Formulário de requerimento

Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
Portfólio:	Saúde Humana Custeio
Valor total:	R\$ 268.195,81

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	250.000,00	1	250.000,00
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	18.195,81	1	18.195,81
Total:			268.195,81

Justificativa

A substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade do Centro de Saúde de Igarapava são ações essenciais para assegurar a continuidade de um atendimento de qualidade à população. Atualmente, a estrutura do Centro enfrenta sérios problemas que comprometem o conforto, a segurança e a funcionalidade do ambiente, impactando tanto os usuários quanto os profissionais da saúde.

Diante dessas condições, a intervenção torna-se ainda mais urgente para atender às crescentes demandas da população e garantir a adequação do espaço às normas de acessibilidade e segurança exigidas. Com essas melhorias, será possível oferecer um ambiente mais seguro, confortável e funcional, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e aprimorando a experiência dos utilizadores. Além disso, essas intervenções contribuirão para aumentar a durabilidade da infraestrutura, assegurando a sustentabilidade e eficiência dos serviços prestados.

IGARAPAVA, 13 de Maio de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 13/05/2025 às 11:13:56
Documento N°: 086286A4841446 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4841446>



SESREQ2025002973DM

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Número do PT:				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Missão da Instituição:

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva.

Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde..

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e confortável tanto para



SESPTA2025003432DM

os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



SESPTA2025003432DM

Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, sendo que atualmente está em 80%.
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente há 162 nascidos vivos no município, com cobertura de 70% com mãe que realizaram 07 ou mais consultas de pré natal, ou seja, atender 113 mães 07 ou mais consultas de pré natal
Situação Pretendida:	: Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, considerando 162 nascidos vivos, ou seja, atender 129 mães com 07 ou mais consultas de pré natal
Indicador de Resultado:	Proporção de nascidos vivos
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$\frac{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2024}}{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2026}} \times 100$
Fonte do Indicador:	SIM SINAS - DATASUS SIA

Descrição da Meta:	Melhorar as condições estruturais da unidade de saúde por meio da reforma da cobertura, visando qualificar o atendimento prestado nas áreas de consultas médicas especializadas e sala de vacinas, garantindo um ambiente seguro, funcional e adequado à assistência em saúde.
Ações para Alcance:	Contratação de empresa especializada para execução da reforma. Elaboração e aprovação do cronograma de obras. Substituição da cobertura danificada por estrutura metálica nova. Instalação de sistema eficiente de vedação e drenagem. Fiscalização e monitoramento contínuo da execução da obra.

Situação Atual:	Cobertura comprometida, com infiltrações e estrutura desgastada, prejudicando o conforto térmico e a segurança do ambiente, com risco de danos a materiais, equipamentos e insumos da sala de vacinas. Situação atual impacta negativamente a continuidade dos atendimentos e expõe os utentes e profissionais a condições inadequadas de trabalho e assistência.
Situação Pretendida:	Cobertura totalmente reformada, com estrutura metálica segura, vedação eficiente e sem infiltrações, proporcionando ambiente adequado à continuidade dos atendimentos médicos e à conservação adequada de vacinas e insumos, com maior conforto, higiene e segurança para utentes e profissionais.
Indicador de Resultado:	Ambiente mais seguro, salubre e funcional para os profissionais de saúde e usuários do SUS, com impacto direto na qualidade da assistência médica especializada e na operação da sala de vacinas. Espera-se: Continuidade dos atendimentos sem interrupções por chuvas; Maior conservação e eficácia das vacinas; Redução de riscos de infecção e contaminação; Aumento da confiança dos usuários do SUS na estrutura da unidade.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	Percepção de melhoria nas condições de infraestrutura e funcionamento dos serviços, registrada em relatórios técnicos e relatos dos profissionais da unidade, bem como a manutenção da regularidade dos atendimentos especializados e aplicação de vacinas.
Fonte do Indicador:	Relatórios técnicos da obra, registros da equipe de coordenação da unidade de saúde e atas de reuniões com profissionais de saúde.



SESPTA2025003432DM

Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da oferta das consultas médicas de especialidade, visto que mensalmente são disponibilizadas o total de 1070 consultas, sendo o Cardio 50, Dermato 40; Endocrino 25 Hemato 5 , Ginecologista/Obstetra 110 , Gastro 20 , Oftalmol 100 Pediatria 200 ; Pneumo 5; Psiquiatria 200; Reumato 20, Urologista 15 Vascular 30; Ortopedista 130; Psiquiatria Infantil 20 ; Neuropediatria 50 e Ultrassonografista 50. Após 06 meses de conclusão da obra, estará previsto o atendimento em torno de 1177 consultas
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente o prédio do Centro de Saúde encontra-se deteriorado devido ao tempo prolongado de uso, dificultando a organização da oferta das consultas médicas e em desacordo com a política nacional de acessibilidade e ambiência.
Situação Pretendida:	Ofertar o total de 1177 consultas médicas/mês para a população, em um espaço físico em consonância com a Política Nacional de Humanização e Acessibilidade.
Indicador de Resultado:	Percentual de consultas disponibilizadas
Fórmula de Cálculo do Indicador:	Total de consultas disponibilizadas atualmente /total de consultas disponibilizadas após a reforma x 100
Fonte do Indicador:	SIA/SUS/MS

Descrição da Meta:	Descrição da Meta: Substituir integralmente 788,67 m² da cobertura do telhado do Centro de Saúde de Igarapava.
Ações para Alcance:	Contratar uma empresa especializada. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. Realizar a substituição da cobertura. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações.
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações.
Indicador de Resultado:	Percentual de área da cobertura substituída.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Área substituída} / 788,67 \text{ m}^2) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de medição da obra.

Descrição da Meta:	Conduzir 100% das etapas planejadas para a substituição da cobertura até a data prevista.
Ações para Alcance:	Contratar uma empresa especializada. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. Realizar a substituição da cobertura. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.



SESPTA2025003432DM

Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações.
Indicador de Resultado:	Percentual de conclusão das etapas do projeto.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de etapas concluídas} / \text{Número total de etapas}) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de progresso da obra.



SESPTA2025003432DM

ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Ordem	Etapas	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

SESPTA2025003432DM

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	0,00	0,00%	250.000,00	93,22%
2	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	Prestação de Serviços - Contra partida do Município	18.195,81	6,78%	0,00	0,00%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%



SESPTA2025003432DM

1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 18.195,81	6,78	R\$ 250.000,00	93,22	R\$ 268.195,81

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 13/05/2025 às 11:13:56
Documento N°: 086286A4841447 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4841447>



SESPTA2025003432DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAÚDE - DRS-VIII FRANCA

110

Parecer: **APROVADO**

Trata de Emenda Parlamentar Impositiva, para investimento, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), destinada à Prefeitura Municipal de Igarapava.

Em atendimento ao Decreto nº. 59.215 de 21 de maio de 2013 e alterações posteriores, o Beneficiário indicado para a Emenda apresentou Plano de Trabalho da demanda para a execução dos recursos que serão repassados.

O plano de trabalho está dentro das normas estabelecidas no tocante à área administrativa e dentro do prazo de validade e atende ao parecer referencial CJ/SS nº 01/25.

Nesta data anexamos CONCREDO com a conta corrente inserida no sistema SIAFEM, conforme informação do Beneficiário.

A Entidade encontra-se com situação de PRESTAÇÕES DE CONTAS REGULAR, referente aos recursos financeiros recebidos anteriormente.

Desta forma, encaminhe-se à área técnica para prosseguimento

São Paulo, 14 de Maio de 2025

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 14/05/2025 às 14:04:03
Documento N°: 086286A4850393 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4850393>



SESPAA2025006070DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA



ANÁLISE TÉCNICA DRS

Parecer: **REPROVADO**

Trata o presente de proposta para formalização de convênio apresentada pela Prefeitura Municipal de Igarapava, CNPJ 45.324.290/0001-67, CNES 2092131, localizada no município de Igarapava, gestão Municipal, relativa à Emenda LOA nº 2025.030.64882, no valor de R\$ 250.000,00 reais, destinada a Custeio - reforma do Centro de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Igarapava submeteu adequadamente a documentação exigida para a celebração do convênio, inclusive o plano de trabalho encontra-se em consonância com a Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Os objetivos do Plano de Trabalho e as justificativas apresentadas estão de acordo com a descrição do objeto proposto. atende ao Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025.

As metas quantitativas e qualitativas foram estabelecidas no Plano de Trabalho e estão de acordo com as normas que disciplinam a instrução de processos para celebração de convênios, especialmente nos termos do inciso II do artigo 4º do Decreto nº 66.173 de 26 de outubro de 2021. As metas quantitativas e qualitativas são específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais, e a definição e descrição das metas estão adequadas, corretas e suficientes.

As etapas ou fases de execução; o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso estão devidamente detalhados e atendem ao princípio da proporcionalidade, razoabilidade e exequibilidade, dentro da previsão de execução proposta.

Assim, considerando os elementos analisados da documentação, Plano de Trabalho apresentados e o atendimento às determinações contidas no Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025, conclui-se que a proposta atende às condições e exigências técnicas para a formalização do convênio.

Encaminhe-se ao Diretor do DRS para manifestação e prosseguimento

São Paulo, 14 de Maio de 2025

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 14/05/2025 às 14:41:19
Documento Nº: 086286A4850800 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4850800>

Classif. Documental 001.01.05.006



SESPAR2025009044DM

Formulário de requerimento

Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
Portfólio:	Saúde Humana Custeio
Valor total:	R\$ 268.195,81

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	250.000,00	1	250.000,00
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	18.195,81	1	18.195,81
Total:			268.195,81

Justificativa

A substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade do Centro de Saúde de Igarapava são ações essenciais para assegurar a continuidade de um atendimento de qualidade à população. Atualmente, a estrutura do Centro enfrenta sérios problemas que comprometem o conforto, a segurança e a funcionalidade do ambiente, impactando tanto os usuários quanto os profissionais da saúde.

Diante dessas condições, a intervenção torna-se ainda mais urgente para atender às crescentes demandas da população e garantir a adequação do espaço às normas de acessibilidade e segurança exigidas. Com essas melhorias, será possível oferecer um ambiente mais seguro, confortável e funcional, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e aprimorando a experiência dos utilizadores. Além disso, essas intervenções contribuirão para aumentar a durabilidade da infraestrutura, assegurando a sustentabilidade e eficiência dos serviços prestados.

IGARAPAVA, 14 de Maio de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 14/05/2025 às 16:42:45
Documento N°: 086286A4852333 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4852333>



SESREQ2025003043DM

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Número do PT:				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**Missão da Instituição:**

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva.



SESPTA2025003505DM

Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde.

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e confortável tanto para



SESPTA2025003505DM

os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



SESPTA2025003505DM

Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, sendo que atualmente está em 80%.
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente há 162 nascidos vivos no município, com cobertura de 70% com mãe que realizaram 07 ou mais consultas de pré natal, ou seja, atender 113 mães 07 ou mais consultas de pré natal
Situação Pretendida:	: Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, considerando 162 nascidos vivos, ou seja, atender 129 mães com 07 ou mais consultas de pré natal
Indicador de Resultado:	Proporção de nascidos vivos
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$\frac{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2024}}{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2026}} \times 100$
Fonte do Indicador:	SIM SINAS - DATASUS SIA

Descrição da Meta:	Melhorar as condições estruturais da unidade de saúde por meio da reforma da cobertura, visando qualificar o atendimento prestado nas áreas de consultas médicas especializadas e sala de vacinas, garantindo um ambiente seguro, funcional e adequado à assistência em saúde.
Ações para Alcance:	Contratação de empresa especializada para execução da reforma. Elaboração e aprovação do cronograma de obras. Substituição da cobertura danificada por estrutura metálica nova. Instalação de sistema eficiente de vedação e drenagem. Fiscalização e monitoramento contínuo da execução da obra.



SESPTA2025003505DM

Situação Atual:	Cobertura comprometida, com infiltrações e estrutura desgastada, prejudicando o conforto térmico e a segurança do ambiente, com risco de danos a materiais, equipamentos e insumos da sala de vacinas. Situação atual impacta negativamente a continuidade dos atendimentos e expõe os utentes e profissionais a condições inadequadas de trabalho e assistência.
Situação Pretendida:	Cobertura totalmente reformada, com estrutura metálica segura, vedação eficiente e sem infiltrações, proporcionando ambiente adequado à continuidade dos atendimentos médicos e à conservação adequada de vacinas e insumos, com maior conforto, higiene e segurança para utentes e profissionais.
Indicador de Resultado:	Ambiente mais seguro, salubre e funcional para os profissionais de saúde e usuários do SUS, com impacto direto na qualidade da assistência médica especializada e na operação da sala de vacinas. Espera-se: Continuidade dos atendimentos sem interrupções por chuvas; Maior conservação e eficácia das vacinas; Redução de riscos de infecção e contaminação; Aumento da confiança dos usuários do SUS na estrutura da unidade.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	Percepção de melhoria nas condições de infraestrutura e funcionamento dos serviços, registrada em relatórios técnicos e relatos dos profissionais da unidade, bem como a manutenção da regularidade dos atendimentos especializados e aplicação de vacinas.
Fonte do Indicador:	Relatórios técnicos da obra, registros da equipe de coordenação da unidade de saúde e atas de reuniões com profissionais de saúde.

Descrição da Meta:	Realizar mensalmente uma média de 30 entrevistas com usuários do Centro de Saúde de Igarapava, durante 6 meses após a conclusão da obra, visando atingir pelo menos 80% de satisfação entre os conceitos "ótimo" e "bom" em relação à estrutura, assistência e atendimento.
Ações para Alcance:	Disponibilizar a equipe da Ouvidoria para comparecer mensalmente ao Centro de Saúde e aplicar a pesquisa de satisfação diretamente com os usuários.
Situação Atual:	Não há atualmente uma pesquisa específica voltada à avaliação da estrutura do Centro de Saúde de Igarapava.
Situação Pretendida:	Atingir 80% de satisfação entre "ótimo" e "bom" nas respostas dos usuários, o que equivale a pelo menos 24 usuários satisfeitos, em média, entre os 30 entrevistados por mês ao longo de 6 meses.
Indicador de Resultado:	Percentual de satisfação dos usuários.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de usuários com avaliação "ótimo" ou "bom"} \div \text{Total de usuários pesquisados}) \times 100$
Fonte do Indicador:	• Relatórios consolidados da Ouvidoria.



Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da oferta das consultas médicas de especialidade, visto que mensalmente são disponibilizadas o total de 1070 consultas, sendo o Cardio 50, Dermato 40; Endocrino 25 Hemato 5 , Ginecologista/Obstetra 110 , Gastro 20 , Oftalmol100 Pediatria 200 ; Pneumo 5; Psiquiatria 200; Reumato 20, Urologista 15 Vascular 30; Ortopedista 130; Psiquiatria Infantil 20 ; Neuropediatria 50 e Ultrassonografista 50. Após 06 meses de conclusão da obra, estará previsto o atendimento em torno de 1177 consultas
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente o prédio do Centro de Saúde encontra-se deteriorado devido ao tempo prolongado de uso, dificultando a organização da oferta das consultas médicas e em desacordo com a política nacional de acessibilidade e ambiência.
Situação Pretendida:	Ofertar o total de 1177 consultas médicas/mês para a população, em um espaço físico em consonância com a Política Nacional de Humanização e Acessibilidade.
Indicador de Resultado:	Percentual de consultas disponibilizadas
Fórmula de Cálculo do Indicador:	Total de consultas disponibilizadas atualmente /total de consultas disponibilizadas após a reforma x 100
Fonte do Indicador:	SIA/SUS/MS

Descrição da Meta:	Descrição da Meta: Substituir integralmente 788,67 m² da cobertura do telhado do Centro de Saúde de Igarapava.
Ações para Alcance:	Contratar uma empresa especializada. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. Realizar a substituição da cobertura. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações.
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações.
Indicador de Resultado:	Percentual de área da cobertura substituída.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Área substituída} / 788,67 \text{ m}^2) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de medição da obra.



ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Ordem	Etapas	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

SESPTA2025003505DM

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	0,00	0,00%	250.000,00	93,22%
2	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	Prestação de Serviços - Contra partida do Município	18.195,81	6,78%	0,00	0,00%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%



SESPTA2025003505DM

1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 18.195,81	6,78	R\$ 250.000,00	93,22	R\$ 268.195,81

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 14/05/2025 às 16:42:46
Documento N°: 086286A4852335 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4852335>



SESPTA2025003505DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAÚDE - DRS-VIII FRANCA

Parecer: **APROVADO**

Trata de Emenda Parlamentar Impositiva, para investimento, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), destinada à Prefeitura Municipal de Igarapava.

Em atendimento ao Decreto nº. 59.215 de 21 de maio de 2013 e alterações posteriores, o Beneficiário indicado para a Emenda apresentou Plano de Trabalho da demanda para a execução dos recursos que serão repassados.

O plano de trabalho está dentro das normas estabelecidas no tocante a área administrativa e dentro do prazo de validade e atende ao parecer referencial CJ/SS nº 01/25.

Nesta data anexamos CONCREDO com a conta corrente inserida no sistema SIAFEM, conforme informação do Beneficiário.

A Entidade encontra-se com situação de PRESTAÇÕES DE CONTAS REGULAR, referente aos recursos financeiros recebidos anteriormente.

Desta forma, encaminhe-se à área técnica para prosseguimento

São Paulo, 15 de Maio de 2025

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 15/05/2025 às 09:00:55
Documento N°: 086286A4853620 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4853620>



SESPAA2025006091DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA



ANÁLISE TÉCNICA DRS

Parecer: **REPROVADO**

Trata o presente de proposta para formalização de convênio apresentada pela Prefeitura Municipal de Igarapava, CNPJ 45.324.290/0001-67, CNES 2092131, localizada no município de Igarapava, gestão Municipal, relativa à Emenda LOA nº 2025.030.64882, no valor de R\$ 250.000,00 reais, destinada a Custeio - reforma do Centro de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Igarapava submeteu adequadamente a documentação exigida para a celebração do convênio, inclusive o plano de trabalho encontra-se em consonância com a Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Os objetivos do Plano de Trabalho e as justificativas apresentadas estão de acordo com a descrição do objeto proposto. atende ao Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025.

As metas quantitativas e qualitativas foram estabelecidas no Plano de Trabalho e estão de acordo com as normas que disciplinam a instrução de processos para celebração de convênios, especialmente nos termos do inciso II do artigo 4º do Decreto nº 66.173 de 26 de outubro de 2021. As metas quantitativas e qualitativas são específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais, e a definição e descrição das metas estão adequadas, corretas e suficientes.

As etapas ou fases de execução; o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso estão devidamente detalhados e atendem ao princípio da proporcionalidade, razoabilidade e exequibilidade, dentro da previsão de execução proposta.

Assim, considerando os elementos analisados da documentação, Plano de Trabalho apresentados e o atendimento às determinações contidas no Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025, conclui-se que a proposta atende às condições e exigências técnicas para a formalização do convênio.

Encaminhe-se ao Diretor do DRS para manifestação e prosseguimento

São Paulo, 16 de Maio de 2025

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE-CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 16/05/2025 às 13:43:35
Documento N°: 086286A4861674 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4861674>

Classif. Documental 001.01.05.006



SESPAR2025009177DM

Formulário de requerimento

Solicitante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
Portfólio:	Saúde Humana Custeio
Valor total:	R\$ 268.195,81

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	250.000,00	1	250.000,00
Prestação de Serviços - Projeto de Obras	18.195,81	1	18.195,81
Total:			268.195,81

Justificativa

A substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade do Centro de Saúde de Igarapava são ações essenciais para assegurar a continuidade de um atendimento de qualidade à população. Atualmente, a estrutura do Centro enfrenta sérios problemas que comprometem o conforto, a segurança e a funcionalidade do ambiente, impactando tanto os usuários quanto os profissionais da saúde.

Diante dessas condições, a intervenção torna-se ainda mais urgente para atender às crescentes demandas da população e garantir a adequação do espaço às normas de acessibilidade e segurança exigidas. Com essas melhorias, será possível oferecer um ambiente mais seguro, confortável e funcional, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e aprimorando a experiência dos utilizadores. Além disso, essas intervenções contribuirão para aumentar a durabilidade da infraestrutura, assegurando a sustentabilidade e eficiência dos serviços prestados.

IGARAPAVA, 19 de Maio de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 19/05/2025 às 08:29:31
Documento N°: 086286A4864760 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4864760>



SESREQ2025003137DM

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Número do PT:				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**Missão da Instituição:**

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva.



SESPTA2025003604DM

Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde..

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e confortável tanto para



SESPTA2025003604DM

os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



SESPTA2025003604DM

Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

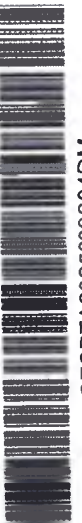
Descrição da Meta:	Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, sendo que atualmente está em 80%.
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente há 162 nascidos vivos no município, com cobertura de 70% com mãe que realizaram 07 ou mais consultas de pré natal, ou seja, atender 113 mães 07 ou mais consultas de pré natal
Situação Pretendida:	: Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, considerando 162 nascidos vivos, ou seja, atender 129 mães com 07 ou mais consultas de pré natal
Indicador de Resultado:	Proporção de nascidos vivos
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$\frac{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2024}}{\text{nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2026}} \times 100$
Fonte do Indicador:	SIM SINAS - DATASUS SIA

Descrição da Meta:	Realizar mensalmente uma média de 30 entrevistas com usuários do Centro de Saúde de Igarapava, durante 6 meses após a conclusão da obra, visando atingir pelo menos 80% de satisfação entre os conceitos "ótimo" e "bom" em relação à estrutura, assistência e atendimento.
Ações para Alcance:	Disponibilizar a equipe da Ouvidoria para comparecer mensalmente ao Centro de Saúde e aplicar a pesquisa de satisfação diretamente com os usuários.



SESPTA2025003604DM

Situação Atual:	Não há atualmente uma pesquisa específica voltada à avaliação da estrutura do Centro de Saúde de Igarapava.
Situação Pretendida:	Atingir 80% de satisfação entre "ótimo" e "bom" nas respostas dos usuários, o que equivale a pelo menos 24 usuários satisfeitos, em média, entre os 30 entrevistados por mês ao longo de 6 meses.
Indicador de Resultado:	Percentual de satisfação dos usuários.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de usuários com avaliação "ótimo" ou "bom"} \div \text{Total de usuários pesquisados}) \times 100$
Fonte do Indicador:	• Relatórios consolidados da Ouvidoria.



Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da oferta das consultas médicas de especialidade, visto que mensalmente são disponibilizadas o total de 1070 consultas, sendo o Cardio 50, Dermato 40; Endocrino 25 Hemato 5 , Ginecologista/Obstetra 110 , Gastro 20 , Oftalmol100 Pediatria 200 ; Pneumo 5; Psiquiatria 200; Reumato 20, Urologista 15 Vascular 30; Ortopedista 130; Psiquiatria Infantil 20 ; Neuropediatria 50 e Ultrassonografista 50. Após 06 meses de conclusão da obra, estará previsto o atendimento em torno de 1177 consultas
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente o prédio do Centro de Saúde encontra-se deteriorado devido ao tempo prolongado de uso, dificultando a organização da oferta das consultas médicas e em desacordo com a política nacional de acessibilidade e ambiência.
Situação Pretendida:	Ofertar o total de 1177 consultas médicas/mês para a população, em um espaço físico em consonância com a Política Nacional de Humanização e Acessibilidade.
Indicador de Resultado:	Percentual de consultas disponibilizadas
Fórmula de Cálculo do Indicador:	Total de consultas disponibilizadas atualmente /total de consultas disponibilizadas após a reforma x 100
Fonte do Indicador:	SIA/SUS/MS

Descrição da Meta:	Descrição da Meta: Substituir integralmente 788,67 m² da cobertura do telhado do Centro de Saúde de Igarapava.
Ações para Alcance:	Contratar uma empresa especializada. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. Realizar a substituição da cobertura. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações.
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações.
Indicador de Resultado:	Percentual de área da cobertura substituída.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Área substituída} / 788,67 \text{ m}^2) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de medição da obra.



ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Ordem	Etapa	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS



SESPTA2025003604DM

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	0,00	0,00%	250.000,00	93,22%
2	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	Prestação de Serviços - Contra partida do Município	18.195,81	6,78%	0,00	0,00%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%



SESPTA2025003604DM

1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 18.195,81	6,78	R\$ 250.000,00	93,22	R\$ 268.195,81

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 19/05/2025 às 08:29:31
Documento Nº: 086286A4864761 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4864761>



SESPTA2025003604DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA

134

Parecer: **APROVADO**

Trata de Emenda Parlamentar Impositiva, para investimento, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), destinada à Prefeitura Municipal de Igarapava.

Em atendimento ao Decreto nº. 59.215 de 21 de maio de 2013 e alterações posteriores, o Beneficiário indicado para a Emenda apresentou Plano de Trabalho da demanda para a execução dos recursos que serão repassados.

O plano de trabalho está dentro das normas estabelecidas no tocante a área administrativa e dentro do prazo de validade e atende ao parecer referencial CJ/SS nº 01/25.

Nesta data anexamos CONCREDO com a conta corrente inserida no sistema SIAFEM, conforme informação do Beneficiário.

A Entidade encontra-se com situação de PRESTAÇÕES DE CONTAS REGULAR, referente aos recursos financeiros recebidos anteriormente.

Desta forma, encaminhe-se à área técnica para prosseguimento

São Paulo, 19 de Maio de 2025

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 19/05/2025 às 09:29:53
Documento N°: 086286A4865123 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4865123>



SESPA2025006203DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA

135

ANÁLISE TÉCNICA DRS

Parecer: **APROVADO**

Trata o presente de proposta para formalização de convênio apresentada pela Prefeitura Municipal de Igarapava, CNPJ 45.324.290/0001-67, CNES 2092131, localizada no município de Igarapava, gestão Municipal, relativa à Emenda LOA nº 2025.030.64882, no valor de R\$ 250.000,00 reais, destinada a Custeio - reforma do Centro de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Igarapava submeteu adequadamente a documentação exigida para a celebração do convênio, inclusive o plano de trabalho encontra-se em consonância com a Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Os objetivos do Plano de Trabalho e as justificativas apresentadas estão de acordo com a descrição do objeto proposto. atende ao Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025.

As metas quantitativas e qualitativas foram estabelecidas no Plano de Trabalho e estão de acordo com as normas que disciplinam a instrução de processos para celebração de convênios, especialmente nos termos do inciso II do artigo 4º do Decreto nº 66.173 de 26 de outubro de 2021. As metas quantitativas e qualitativas são específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais, e a definição e descrição das metas estão adequadas, corretas e suficientes.

As etapas ou fases de execução; o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso estão devidamente detalhados e atendem ao princípio da proporcionalidade, razoabilidade e exequibilidade, dentro da previsão de execução proposta.

Assim, considerando os elementos analisados da documentação, Plano de Trabalho apresentados e o atendimento às determinações contidas no Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025, conduziu-se que a proposta atende às condições e exigências técnicas para a formalização do convênio.

Encaminhe-se ao Diretor do DRS para manifestação e prosseguimento

São Paulo, 21 de Maio de 2025

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA



Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 21/05/2025 às 14:15:36
Documento N°: 086286A4879642 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4879642>

Classif. Documental | 001.01.05.006



SESPAR2025009459DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA

136

EMIÇÃO PARECER TÉCNICO DIRETOR DRS

Parecer: **APROVADO**

Trata o presente de proposta para formalização de convênio apresentada pela Prefeitura Municipal de Igarapava, CNPJ45.324.290/0001-67, relativa à Emenda LOA nº **2025.030.64882**, no valor de R\$ 250.000,00, destinada a custeio - prestação de serviços. A referida Instituição apresentou a documentação e o Plano de Trabalho para a formalização do convênio, tendo sido revisados por este DRS pelas áreas administrativa e técnica, respectivamente. A documentação apresentada está consoante com a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93, o Decreto Estadual nº 66.173 de 26 de outubro de 2021 e o Parecer Referencial CJ SS nº 01/2025 a ser enquadrado integralmente nos parâmetros pressupostos do Parecer Referencial. O Plano de Trabalho atende as determinações legais contidas no § 1º, do artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93, e no inciso II, do artigo 4º do Decreto Estadual nº 66.173 de 26 de outubro de 2021, sendo que a definição e descrição das metas, tanto nos seus aspectos quantitativos como qualitativos, estão adequadas, corretas e suficientes. As etapas ou fases de execução; o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso estão devidamente detalhados e atendem ao princípio da proporcionalidade, razoabilidade e exequibilidade, dentro da previsão de execução proposta. Ficam designados como gestores do convênio:

Informamos que o gestor técnico deste convênio é Marília Augusta de Sousa Nascimento - Diretor Téc. Saúde I CPF 337.420.488-05 Gestor Administrativo Silvana Márcia de São João Santos - ATSP I - CPF 122.364.048-59.

Encaminhe-se à Coordenadoria de Regiões de Saúde - CRS para manifestação e posterior seguimento à Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF.

São Paulo, 22 de Maio de 2025

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Diretor Técnico de Saúde III
DIRETORIADODRSVIII-FRANCA-CRS/DRS8



Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 22/05/2025 às 10:26:57
Documento N°: 086286A4884114 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A4884114>

Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



SESPAR2025009515DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE



ANÁLISE TÉCNICA CRS

Parecer: **APROVADO**

Trata-se de solicitação de recursos financeiros apresentada Prefeitura Municipal de Igarapava, CNPJ: 45.324.290/0001-6, sendo o valor da Emenda de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a custeio de acordo com o Plano de Trabalho parte integrante do ajuste, em decorrência de Emenda LOA, nº 2025.030.64882.

Considerando que os pareceres administrativo, técnico, da direção e parecer LDO do DRS – 8 Franca, são favoráveis ao pleito; com a informação de que o Plano de Trabalho atende as exigências da legislação de referência, encaminhe-se ao Coordenador da CRS, com sugestão se de acordo, encaminhar à CGOF para análise e se atendidas às exigências administrativas, financeiras e legais vigentes, dar prosseguimento.

São Paulo, 15 de Junho de 2025
TÂNIA REGINA MATUCCI HOTSUMI
ANALISTA ADMINISTRATIVO
COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE - GRUPO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO



Assinado com senha por: TÂNIA REGINA MATUCCI HOTSUMI - 15/06/2025 às 21:40:42
Documento N°: 086286A5007440 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5007440>

Classif. Documental | 001.01.05.006



SESPAR2025011908DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
GABINETE DO COORDENADOR

PARECER TÉCNICO COORDENADOR CRS

Parecer: **APROVADO**

Tendo em vista as manifestações das instâncias competentes para realizar a análise e avaliação do Plano de Trabalho, encaminhe-se à Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira para providências cabíveis, observando as normas legais vigentes.

São Paulo, 16 de Junho de 2025

GLALCO CYRIACO

Coordenador de Saúde

GABINETE DO COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

15/06/2025
14:48:13



Assinado com senha por: GLALCO CYRIACO - 16/06/2025 às 14:48:13
Documento N°: 086286A5010956 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5010956>

Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



SESPAR2025012031DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Serviço	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	UN	250.000,00	1	250.000,00
2	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	UN	18.195,81	1	18.195,81

São Paulo, 17 de Junho de 2025

DARIO BESSELER
Diretor Técnico I
CGOF / GRUPO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO



Assinado com senha por: DARIO BESSELER - 17/06/2025 às 08:26:21
Documento N°: 086286A5013472 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5013472>



SESPLA2025000449DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

PARECER ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA CGOF

Parecer: **APROVADO**

Confirmamos previsão de recursos orçamentários do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (FUNDES), Lei 18.078/2025 que Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2025, devendo onerar na Funcional Programática abaixo:

DEMANDA SEMPAPEL	86286
DEMANDA/EMENDA PARLAMENTAR	Delegada Graciela 2025.030.64882
UO	09001 - ADMIN. SUPERIOR DA SEC. E DA SEDE
AÇÃO	10.302.5125.6273.0000 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES
FONTE DE RECURSOS	150010 – TESOURO – FUNDES
ND	334039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
DEMANDANTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
VALOR TOTAL	RS 250.000,00

São Paulo, 17 de Junho de 2025
DARIO BESSELER
Diretor Técnico I
CGOF / GRUPO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO



Assinado com senha por: DARIO BESSELER - 17/06/2025 às 08:26:22
Documento N°: 086286A5013473 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5013473>

Classif. Documental | 001.01.05.006



SESPAR2025012128DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

COORDENADOR CGOF

Parecer: **APROVADO**

Trata-se o presente de repasse de recursos financeiros para:

DEMANDA SEMPAPEL	086286
DEMANDA/EMENDA PARLAMENTAR	2025.030.64882
AÇÃO	10302512562730000 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES
ND	334039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
DEMANDANTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
VALOR TOTAL	250.000,00, (duzentos e cinquenta mil reais)

Considerando que foram adotadas todas as providências necessárias através do Departamento Regional de Saúde e encaminhado pela Coordenadoria de Regiões de Saúde CRS;

Considerando que a área orçamentaria desta Coordenadoria informa que há disponibilidade orçamentária para cobrir as despesas, através do Fundo Estadual de Saúde, encaminhe - se ao Gabinete do Secretário através da Chefia de Gabinete para autorização de formalização de Convênio no valor acima indicado.

São Paulo, 17 de Junho de 2025

TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER
Coordenador

CGOF / COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA / GABINETE DO COORDENADOR



Classif. Documental | 001.01.05.006

Assinado com senha por: TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER - 17/06/2025 às 17:15:37
Documento N°: 3847983A5017951 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3847983A5017951>



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS

APROVAÇÃO CHEFIA DE GABINETE

Parecer: **APROVADO**

Diante dos elementos de instrução da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira - CGOF, face à disponibilidade de recursos orçamentários, entendemos que o pleito em questão se encontra em condições de ser submetido à autorização do Exmo. Senhor Secretário de Estado da Saúde.

São Paulo, 18 de Junho de 2025

EUDES QUINTINO DE OLIVEIRA JUNIOR
Chefe de Gabinete
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete



Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------

Assinado com senha por: EUDES QUINTINO DE OLIVEIRA JUNIOR - 18/06/2025 às 09:39:02
Documento N°: 3848749A5019041 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3848749A5019041>



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE



PARECER SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Parecer: **APROVADO**

AUTORIZO

Parecer: AUTORIZAÇÃO DO SECRETÁRIO ESTADO DA SAÚDE

Demanda nº: 086286

Nº da Emenda: 2025.030.64882

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

Assunto:

Tratam os autos de solicitação de recursos financeiros destinados PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, CNPJ/MF 45.324.290/0001-67, no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referente à Emenda LOA, para Saúde Humana Custeio.

O DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA manifestou-se tecnicamente, com parecer favorável às ações de saúde a serem custeadas, sendo aprovado pela Coordenadoria de Regiões de Saúde e pela Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF que informa que há disponibilidade orçamentária para cobrir as despesas em tela, através do Fundo Estadual de Saúde, bem como, a Aprovação pela Chefia de Gabinete que entende que o pleito em questão encontra-se em condições de ser submetido à APROVAÇÃO do Exmo. Senhor Secretário de Estado da Saúde, visto terem sido observadas as exigências legais cabíveis à espécie.

Assim sendo:

Em função do instruído nos autos até a presente data, desde que atendida à legislação atinente à matéria bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal, **AUTORIZO** a celebração da avença ora tratada nos autos, no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em parcela única.

Ato contínuo, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira - Grupo de Gestão de Convênios/GGCON, visando no a adoção das providências pertinentes à formalização do ajuste.

São Paulo, 18 de Junho de 2025

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário



Assinado com senha por: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA - 18/06/2025 às 13:49:37
Documento N°: 050243A5021983 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A5021983>

Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA

RESERVA

Processo Número: **SES-PRC-2025-00434-DM**

CONVENIADA: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

Assunto: **Saúde Humana Custeio**

Em atendimento a solicitação, foi providenciada reserva de recursos no valor de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** na UGE CGOF - Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira, sendo a Fonte de Recursos **150010002 - TESOURO - FUNDES, AÇÃO - 10302512562730000 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES**, tendo o seu impacto previsto para o exercício vigente.

Informamos que a despesa, conforme naturezas abaixo discriminadas, tem adequação orçamentária e financeira com o Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Lei nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025

Decreto 69.319 de 22 de janeiro de 2025

Nº Demanda	Natureza de Despesa	Valor
086286	334039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	R\$ 250.000,00

À vista das informações do GCO, declaro que a referida despesa encontra-se em conformidade com os Artigos: 15, 16 e 17 da Lei Complementar: 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e que possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Restitua-se ao Grupo de Gestão de Convênios - GGCON para prosseguimento.

CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO

DIEGO BARBOSA DOS SANTOS
Diretor Técnico II

CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO

São Paulo, 24 de Junho de 2025, 10:54:21



Assinado com senha por: DIEGO BARBOSA DOS SANTOS - 24/06/2025 às 10:54:21
Documento N°: 086286A5034299 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5034299>

Classif. Documental | 001.01.05.006



SESPAR2025012640DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA

145

ANÁLISE ADMINISTRATIVA GGCON

Parecer: APROVADO

Demanda n.º: **086286**

Processo: **SES-PRC-2025-00434-DM**

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

Tratam os autos de repasse de recursos destinados a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, no valor total de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, a ser liberado em parcela única, destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, conforme Plano de Trabalho, parte integrante do ajuste.

Por todo o exposto e tendo em vista a justificativa técnica apresentada pelo Departamento Regional de Saúde, ratificado pela Coordenadoria de Regiões de Saúde – CRS, informamos que não há óbice à celebração de Convênio entre as partes, nos termos do artigo 184, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações, e o Decreto nº 66.173/2021, conforme previsão orçamentária, através do Fundo Estadual de Saúde.

Sobre esse assunto foi emitido o Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025, e considerando que o caso concreto relativo ao ajuste em comento se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do Parecer mencionado, tendo seguidas as orientações ali contidas, o Diretor (a) do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA, assinou o anexo II.

Em cumprimento à legislação que regulamenta a matéria, no tocante à área administrativa, foram analisados os documentos de Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal, nos termos da legislação vigente, estando nesta data, dentro do prazo de validade.

Com esses elementos, encaminhamos ao **Gabinete do Senhor Secretário** para, se de acordo, aprovar o Plano de Trabalho, bem como assinar o Convênio em questão.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:39:25
Documento N°: 086286A5076935 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsemppapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5076935>



SESPAA2025009284DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA

DECLARAÇÃO DO TCE

Parecer: APROVADO

Conveniente: Secretaria Estadual da Saúde

CNPJ/MF nº: 46.374.500/0001-94

Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ/MF nº: 45.324.290/0001-67

Processo nº: SES-PRC-2025-00434-DM

Vigência: 30/06/2026

Objeto: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Assunto: Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal de Contas

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de responsável pelo Grupo de Gestão de Convênios – GGCon e sob as penas da Lei, que os documentos atinentes ao correspondente ajuste, encontram-se no respectivo processo à disposição do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:39:26
Documento N°: 086286A5076937 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5076937>



SESPAA2025009285DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

JUSTIFICATIVA PARA FIRMAR CONVÊNIO

Parecer: APROVADO

PROCESSO: **SES-PRC-2025-00434-DM**

INTERESSADO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

ASSUNTO: Celebração de Convênio

Em atenção à solicitação do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA** quanto à celebração de convênio, cujo objeto é promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região do **DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA**, mediante a transferência de recursos financeiros no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, e, atendendo ao disposto no artigo nº 155, da Instrução nº 001/2024 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vimos, por meio deste, apresentar as justificativas para se firmar o convênio.

O convênio em referência se enquadra nas hipóteses contempladas nos artigos 23, 25 e 26 da Lei 8080/1990, e 20 e seguintes do Cap. III, da Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado, uma vez que se refere ao financiamento complementar das ações de saúde no estado de São Paulo, exclusivamente no que venha a satisfazer interesses comuns dos partícipes.

Tal conduta da Secretaria de Estado da Saúde se dá tendo em vista que é notório conhecimento de todos que a capacidade de prestação dos serviços a serem executados diretamente pelo Estado encontra-se no seu limite, carecendo, portanto, de ações públicas complementares, muitas vezes efetivadas por parcerias com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, aptas a desenvolver e executar os ditames do Sistema Único de Saúde - SUS.

Destacamos que, tanto a Constituição quanto a Lei Orgânica da Saúde permitem que o Poder Público ofereça serviços de saúde à população, mediante a participação de terceiros (art. 199, § 1º da Constituição e art. 24 da LOS), sendo as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos elencados por preferência para participar complementarmente, do SUS (art. 25 – LOS), mediante celebração de Convênio.

Assim, ao considerarmos os argumentos declarados pela área técnica do DRS-VIII FRANCA, em face de ações de saúde que serão implementadas através da celebração do Convênio em referência, justificamos a relevância e oportunidade na celebração da avença em face da continuidade do SUS na região.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:39:26
Documento N°: 086286A5076938 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5076938>



SESPA2025009286DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

JUSTIFICATIVA PARA FIRMAR CONVÊNIO

Parecer: APROVADO

PROCESSO: **SES-PRC-2025-00434-DM**

INTERESSADO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

ASSUNTO: Celebração de Convênio

Em atenção à solicitação do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA** quanto à celebração de convênio, cujo objeto é promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região do **DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA**, mediante a transferência de recursos financeiros no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, e, atendendo ao disposto no artigo nº 155, da Instrução nº 001/2024 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vimos, por meio deste, apresentar as justificativas para se firmar o convênio.

O convênio em referência se enquadra nas hipóteses contempladas nos artigos 23, 25 e 26 da Lei 8080/1990, e 20 e seguintes do Cap. III, da Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado, uma vez que se refere ao financiamento complementar das ações de saúde no estado de São Paulo, exclusivamente no que venha a satisfazer interesses comuns dos partícipes.

Tal conduta da Secretaria de Estado da Saúde se dá tendo em vista que é notório conhecimento de todos que a capacidade de prestação dos serviços a serem executados diretamente pelo Estado encontra-se no seu limite, carecendo, portanto, de ações públicas complementares, muitas vezes efetivadas por parcerias com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, aptas a desenvolver e executar os ditames do Sistema Único de Saúde - SUS.

Destacamos que, tanto a Constituição quanto a Lei Orgânica da Saúde permitem que o Poder Público ofereça serviços de saúde à população, mediante a participação de terceiros (art. 199, § 1º da Constituição e art. 24 da LOS), sendo as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos elencados por preferência para participar complementarmente, do SUS (art. 25 – LOS), mediante celebração de Convênio.

Assim, ao considerarmos os argumentos declarados pela área técnica do DRS-VIII FRANCA, em face de ações de saúde que serão implementadas através da celebração do Convênio em referência, justificamos a relevância e oportunidade na celebração da avença em face da continuidade do SUS na região.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:39:27
Documento N°: 086286A5076939 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5076939>



SESPAA2025009287DM

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais
CADIN Estadual

Informações Cadastrais

CNPJ/CPF: 45.324.290/0001-67

Não foram encontradas pendências no Cadastro de Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL.

Pesquisa realizada em: 26/06/2025 às 10:24:54

Se você recebeu o comunicado CADIN regularize sua situação em 90 (noventa) dias contados apartir da data de expedição do mesmo.

Este documento não tem validade de Certidão Negativa.

Em conformidade com a Lei Estadual nº 12.799/2008 a inexistência de registro no CADIN Estadual:

- Não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos. (artigo 7º)
- Não impede a consulta prévia pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta ao sistema CADIN Estadual. (artigo 6º)
- Aos registros incluídos após a emissão da declaração cabe a aplicação do parágrafo 1º do artigo 6º.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, endereço: https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx

Código da Declaração: A132A604.D984EDA1.1FC033F2.32EAE643

EMIÇÃO GRATUITA

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 26/06/2025 às 10:26:07
Documento N°: 3865563A5044072 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3865563A5044072>



SESCAP2025071087DM



26/06/2025, 13:13

Banco do Brasil

☐ Visualizar Resumos



Extrato conta corrente

GJ33261301014973012
26/06/2025 13:13:09

Cliente - Conta atual

Agência 419-7
Conta corrente 42025-5 POSTO DE SAUDE IGARAPAVA
Período do extrato Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documentos	Valor R\$	Saldo
24/02/2025		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
Saldo							0,00 C
Juros *							0,00
Data de Débito de Juros							30/06/2025
IOF *							0,00
Data de Débito de IOF							01/07/2025

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***
OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JH448736 GESSICA RODRIGUES DA SILVA.

<https://autoatendimento.bb.com.br/apf-wp-autoatendimento/index.html?v=3.5.0#/template/-2Fconsultas-2F009-2.bb>



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 03/07/2025 às 09:48:10
Documento N°: 3884094A5071028 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3884094A5071028>



SESCAP2025073553DM



26/06/2025, 13:13

Banco do Brasil

☐ Visualizar Por Agrupados



Extrato conta corrente

G333261301014973012
26/06/2025 13:13:09

Cliente - Conta atual

Agência 419-7
Conta corrente 42025-5 POSTO DE SAUDE IGARAPAVA
Período do extrato Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
24/02/2025		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
Saldo							0,00 C
Juros *							0,00
Data de Débito de Juros							30/06/2025
IOF *							0,00
Data de Débito de IOF							01/07/2025

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***
OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JH448736 GESSICA RODRIGUES DA SILVA.

<https://autoatendimento.bb.com.br/spf-ajp-autoservico/index.html?v=3.5.0#/template/-2Fconsultas-2F009-2.bb>



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 03/07/2025 às 10:19:24
Documento N°: 3884297A5071267 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3884297A5071267>



SESCAP2025073561DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO MUNICÍPIO PARA CELEBRAR CONVÊNIOS - CRMC

Validade: 09 de Julho de 2025

CRMC Nº: 252_195257992

Data de Emissão: 26/06/2025

Prefeitura Municipal de Igarapava

CNPJ 45.324.290/0001-67

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413

Centro - SP - CEP:14540-000

Certificamos que o Município acima identificado está inscrito no Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, de acordo com o Decreto nº 52.479 de 14 de Dezembro de 2007.

Para fins de celebração de convênio o presente Certificado substitui os documentos relacionados nos artigos 5º, inciso VI, 8º, incisos I a VI, do Decreto nº 59.215, de 21 de Maio de 2013, e no artigo 27, alínea c, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Documentos Arquivados	Validade
• Certidão declaratória de efetivo exercício de cargo do Prefeito	31/12/2025
• Cópias autenticadas do RG e CPF do Prefeito	Sem Vencimento
• Declaração de que o Município vem aplicando regularmente o mínimo de 25% dos impostos no ensino	31/12/2025
• Declaração que a formalização de convênio com o Governo do Estado de São Paulo não contraria a Lei Orgânica do Município	31/12/2025
• Declaração que o município não incorre nas vedações impostas pela Lei Complementar nº 101	31/12/2025
• Declaração de que o Município está em dia com as prestações de contas referentes a recursos recebidos do Estado	31/12/2025
• Comprovante de encaminhamento da prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado referente ao último exercício	31/03/2026
• Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	09/07/2025
• Certidão Negativa de Débito - CND	06/09/2025

SP-2819/160310072534926202506



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 03/07/2025 às 10:21:43
Documento Nº: 3884306A5071278 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3884306A5071278>



SESCAP2025073565DM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
 IGARAPAVA RUA SÃO SALVADOR, 70
 Email: igarapavasaude@gmail.com

Ofício n. 258/2025 – SMS

Igarapava, 26 de junho de 2025

A Sua Excelência o Senhor
 Dr. Eleuses Paiva
 Secretário de Estado da Saúde
 Governo do Estado de São Paulo
 São Paulo – SP

Assunto: Autorização de Retificação de Plano de Trabalho – Emenda 086286

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, **AUTORIZAR A RETIFICAÇÃO** do Plano de Trabalho referente à Emenda Parlamentar nº 086286, com a seguinte correção:

Onde se lê:

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura assegurando melhores condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	0,00	0,00%	250.000,00	93,22%
2	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	Prestação de Serviços - Contratação do Município	18.195,81	6,78%	0,00	0,00%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
 Para conferir a validade da assinatura, acesse <https://lugarapava.14br.com.br/verificador/8853.0A2D-BE24-2EC9-e-Informe-o-código-8853.0A2D-BE24-2EC9>



SESCAP2025073928DM



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
 IGARAPAVA RUA SÃO SALVADOR, 70
 Email: igarapavasaude@gmail.com

Leia-se:

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proposante	%	Concedente	%
1	Custeio Prestação de serviço	Prestação de serviços Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Sabão de Alameda, 330. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%
Valor Total			R\$ 268.195,81	R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%

Justificamos que a referida retificação se faz necessária para o fiel cumprimento dos objetivos pactuados, bem como para garantir a correta aplicação dos recursos disponibilizados por meio da referida emenda.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

José Humberto Lacerda Rodrigues
Prefeito Municipal
Igarapava – SP

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava.1doc.com.br/validacao/8853-0A2D-BE24-2EC9>



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:17:50
 Documento N°: 3888030A5076693 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3888030A5076693>



SESCAP2025073928DM

PROponente / Tomador			Ação / Modalidade					
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA			INFRAESTRUTURA DE SAÚDE					
MUNICÍPIO / UF		LOCALIDADE / ENDEREÇO		+DI 20 %		Fonte CDHU 15%		
IGARAPAVA/SP		RUA SALTANHA MARINHO, 930 - CENTRO - IGARAPAVA/SP						
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
REFORMA CENTRO DE SAÚDE CENTRAL								
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 268.195,81
1.1			LOCAÇÃO DA OBRA					R\$ 2.471,04
1.1.1	CDHU 196	02.05.040	Placa de base com impressão digital e quadro de obra	m²	6,00	R\$ 343,20	R\$ 411,84	R\$ 2.471,04
2			FUNDAÇÕES					R\$ 13.392,01
2.1			RETIRADA, DEMOLIÇÕES E ENTULHOS					R\$ 13.392,01
2.1.1	CDHU 196	04.03.040	Retirada de telha metálica perfil e material de construção, incluindo barro	m²	788,67	R\$ 7,43	R\$ 8,92	R\$ 7.034,94
2.1.2	CDHU 196	04.03.080	Retirada de cimento, espigão ou tubo perfil qualquer	m	69,18	R\$ 9,29	R\$ 11,15	R\$ 771,36
2.1.3	CDHU 196	04.30.020	Remoção de calha ou rufo	m	81,24	R\$ 4,27	R\$ 5,12	R\$ 415,95
2.1.4	CDHU 196	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e maturado por alvenaria, terra, madeira, pedo, plástico e metal	m³	35,49	R\$ 121,41	R\$ 145,69	R\$ 5.170,56
2.1.5	CDHU 196	04.02.110	Retirada de estrutura em madeira, pontalada - telhas perfil qualquer	m²	788,67	R\$ 12,35	R\$ 14,82	R\$ 11.688,09
2.1.6	CDHU 196	03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	m²	241,44	R\$ 11,14	R\$ 13,37	R\$ 3.214,57
3			COBERTURA					R\$ 205.804,37
3.1	CDHU 196	16.13.130	Forro em chapa de aço galvanizado nº 24 - tipo sanduíche, espessura 0,50 mm, com isolamento expandido	m²	788,67	R\$ 151,02	R\$ 181,22	R\$ 142.922,78
3.2	CDHU 196	16.12.200	Guarnição em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50 mm	m	69,18	R\$ 74,94	R\$ 89,93	R\$ 6.221,36
3.3	CDHU 196	15.01.330	Estrutura em trepês para telhas perfil trapezoidal	m²	788,67	R\$ 21,50	R\$ 25,80	R\$ 20.347,69
3.4	CDHU 196	16.33.062	Calha, rufo, alfin em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	m	42,88	R\$ 228,47	R\$ 274,16	R\$ 11.755,98
3.5	CDHU 196	16.33.052	Calha, rufo, alfin em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	m	14,27	R\$ 148,36	R\$ 178,03	R\$ 2.540,49
3.6	CDHU 196	16.33.022	Calha, rufo, alfin em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,33 m	m³	24,09	R\$ 107,71	R\$ 129,25	R\$ 3.113,63
3.7	CDHU 196	16.32.120	Cobertura plana em chapa de policarbonato alveolar de 10 mm	m²	65,91	R\$ 240,52	R\$ 288,67	R\$ 19.022,94
4			REVESTIMENTO					R\$ 46.407,09
4.1			PISOS E REVESTIMENTOS					R\$ 46.407,09
4.1.1	CDHU 196	18.08.032	Revestimento de pavimentação em concreto armado e impermeabilizado com látex acrílico, com base de concreto, tipo traçado, grupo de obra nº 01, assentado com argamassa colada, industrializada, repleta	m²	44,62	R\$ 130,50	R\$ 156,67	R\$ 6.990,52
4.1.2	CDHU 196	18.11.032	Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 15x15 cm, tipo monoporoso, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	m²	241,44	R\$ 93,79	R\$ 112,55	R\$ 27.174,07
4.1.3	CDHU 196	17.01.060	Regularização de piso com nata de cimento e adesivo de alto desempenho	m²	44,62	R\$ 31,50	R\$ 37,80	R\$ 1.686,64
4.1.4	CDHU 196	17.02.260	Borda de acabamento em nata de cimento	m²	241,44	R\$ 36,43	R\$ 43,72	R\$ 10.555,76
TOTAL GERAL								
R\$ 268.195,81								


Igarapava, 03 de Março de 2025.

KLEBER BIZARRO MENEZES
Argº Urbº CAU/BR: A223721-0

gov.br

Documento assinado digitalmente
KLEBER BIZARRO MENEZES
CPF: 03.031.8025-13-32-33-0396
Verifique em: https://validar.br.gov.brAssinado por 1 pessoa: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/5203-635D-6E5D-A119 e informe o código 5203-635D-6E5D-A119Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:19:22
Documento Nº: 3888037A5076702 - consulta é autenticada em:
https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3888037A5076702

SESCAP2025073929DM

 PROponente / Tomador Prefeitura Municipal de Igarapava			Ação / Modalidade INFRAESTRUTURA DE SAÚDE					
MUNICÍPIO / UF		LOCALIDADE / ENDEREÇO				BDI 20 %		Fonte SEINFRA - JULHO/2024 - BOLETIM DESONERADO
IGARAPAVA/SP		RUA SALDANHA MARINHO, 930 - CENTRO - IGARAPAVA/SP						
ITEM	Fonte	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
REFORMA CENTRO DE SAUDE CENTRAL								R\$ 340.344,63
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 2.785,26
1.1			LOCAÇÃO DA OBRA					R\$ 2.785,26
1.1.1	SEINFRA/SP	17-030-002	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	m²	6,06	R\$ 386,84	R\$ 464,21	R\$ 2.785,26
2			FUNDAÇÕES					R\$ 12.270,28
2.1			RETIRADA, DEMOLIÇÕES E ENTULHOS					R\$ 12.270,28
2.2.1	SEINFRA/SP	06-060-029	RETIRADA DE TELHAS ESTRUTURAIS DE CRFS OU CIMENTO AMIANTO - LARGURA ÚTIL=90CM	m2	788,67	R\$ 6,46	R\$ 7,75	R\$ 5.112,19
2.2.2	SEINFRA/SP	06-060-090	RETIRADA DE CUMEEIRAS OU ESPIGÕES DE MATERIAIS EM GERAL - EXCLUSIVE BARRO COZIDO OU VIDRO	m	69,18	R\$ 4,30	R\$ 5,16	R\$ 356,97
2.2.3	SEINFRA/SP	10-050-032	DEMOLIÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	m	81,24	R\$ 4,95	R\$ 5,94	R\$ 482,56
2.2.4	SEINFRA/SP	01-001-007	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, INCLUSIVE CARGA MANUAL E DESCARGA EM ROTA-FORA	m3	35,49	R\$ 124,88	R\$ 149,86	R\$ 5.318,59
2.2.5	SEINFRA/SP	06-060-004	RETIRADA DE ESTRUTURA MADEIRA PONTALETADA - PARA TELHA ONDULADA DE CIMENTO AMIANTO, ALUMÍNIO OU PLÁSTICO	m2	788,67	R\$ 9,64	R\$ 11,57	R\$ 9.124,99
2.2.6	SEINFRA/SP	11-050-005	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO OU SIMILAR	m2	286,06	R\$ 33,82	R\$ 40,58	R\$ 11.608,30
3			COBERTURA					R\$ 288.583,14
3.1	SEINFRA/SP	06-002-046	TELHA TRAPEZOIDAL DUP. AÇO GALVANIZADO ESPESSURA DE 0,5MM, REVESTIMENTO B, H=40MM, COM MILO POLIURETANO E=30MM	m2	788,67	R\$ 188,01	R\$ 225,61	R\$ 177.931,86
3.2	SEINFRA/SP	06-002-094	CUMEEIRA TRAPEZOIDAL EM AÇO GALVANIZADO ESP=0,5MM, REVESTIMENTO B, H=40MM, L=0,60 M	m	69,18	R\$ 77,17	R\$ 92,60	R\$ 6.406,00
3.3	SINAPI	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, AT 07/2019	m2	788,67	R\$ 47,63	R\$ 57,16	R\$ 45.080,30
3.4	SEINFRA/SP	10-011-003	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 100CM	m	42,88	R\$ 210,01	R\$ 252,01	R\$ 10.806,10
3.5	SEINFRA/SP	10-011-002	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 50CM	m	14,27	R\$ 117,74	R\$ 141,29	R\$ 2.016,20
3.6	SEINFRA/SP	10-011-001	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 33CM	m	24,09	R\$ 76,01	R\$ 91,21	R\$ 2.197,20
3.7	SEINFRA/SP	06-002-050	TELHAS EM POLICARBONATO ALVEOLAR 6MM COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA INSTALADA	m2	65,91	R\$ 558,15	R\$ 669,78	R\$ 44.145,70

Assinado por: JOSÉ HUMBERTO LANGE, Prefeito Municipal de Igarapava. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/8853-9A2D-BE24-2EC9




SESCAP2025073933DM



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:20:50
Documento Nº: 3888050A5076721 - consulta e autenticação em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3888050A5076721>




SESCAP2025073933DM

4			REVESTIMENTO						R\$	36.705,95
4.1			PISOS E REVESTIMENTOS						R\$	36.705,95
4.1.1	SINAPI	13-002-040	PISO CERÂMICO ESMALTADO (PEI-5) - ASSENTADO COM ARGAMASSA COMUM	m2	44,62	R\$ 149,34	R\$ 179,21	R\$	7.996,35	
4.1.2	SINAPI	11-002-029	AZULEJOS, JUNTA AMARRAÇÃO OU A PRUMO - ASSENTES COM ARGAMASSA COLANTE	m2	241,44	R\$ 69,87	R\$ 83,84	R\$	20.242,33	
4.1.3	SINAPI	13-002-013	CONTRAPISO CONVENCIONAL COM ESPESSURA ATÉ 4 CM	M2	44,62	R\$ 37,97	R\$ 15,56	R\$	2.032,89	
4.1.4	SINAPI	11-002-013	REBOCO INTERNO - ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA	m2	241,44	R\$ 22,21	R\$ 26,65	R\$	6.434,38	
TOTAL GERAL										R\$ 340.344,63
Igarapava, 03 de Março de 2025.										
<div>Documentos assinados digitalmente</div> <div> KLEBER BIZARRO MENEZES Data: 07/03/2025 10:15:58 -11:00 Verifique em: https://validar.dfe.gov.br</div> <div>KLEBER BIZARRO MENEZES Arqº Urb.º CAU/BR: A223721-0</div>										

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://igarapava.1doc.com.br/verif_cacao/8853-9A2D-BE24-2EC9



 PROponente / Tomador Prefeitura Municipal de Igarapava			Ação / Modalidade INFRAESTRUTURA DE SAÚDE					
Município / UF Igarapava/SP		Localidade / Endereço Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - Igarapava/SP				BDI 20 %		Fonte SINAPI - 01/2025- Boletim Desonerado
ITEM	FDNTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
REFORMA CENTRO DE SAÚDE CENTRAL								R\$ 317.372,96
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 3.346,20
1.1			LOCAÇÃO DA OBRA					R\$ 3.346,20
1.1.1	CDHU 196	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE BASTIDOR AF 02/2022 RS	m²	6,00	R\$ 464,75	R\$ 557,70	R\$ 3.346,20
2			FUNDAÇÕES					R\$ 5.407,57
2.1			RETIRADA, DEMOLIÇÕES E ENTULHOS					R\$ 5.407,57
2.2.1	SINAPI	97647	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m2	788,67	R\$ 4,25	R\$ 5,10	R\$ 4.022,22
2.2.2	SINAPI	104803	Retirada de cumeeira, espigão ou rufo perfil qualquer	m	69,18	R\$ 5,40	R\$ 6,48	R\$ 448,29
2.2.3	SINAPI	104803	REMOÇÃO CALHAS E RUFOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m	81,24	R\$ 5,40	R\$ 6,48	R\$ 526,94
2.2.4	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF 02/2020	m3	35,49	R\$ 9,64	R\$ 11,57	R\$ 410,00
2.2.5	SINAPI	97650	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m2	788,67	R\$ 9,19	R\$ 11,03	R\$ 8.699,00
2.2.6	SINAPI	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 09/2023	m2	286,06	R\$ 27,35	R\$ 32,82	R\$ 9.388,40
COBERTURA								R\$ 7.396,52
3.1	SINAPI	94216	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO ICAMENTO. AF 07/2019	m2	788,67	R\$ 203,57	R\$ 244,28	R\$ 192.656,36
3.2	SINAPI	94223	Cumeeira em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50 mm	m	69,18	R\$ 76,63	R\$ 91,96	R\$ 6.361,78
3.3	SINAPI	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	m2	788,67	R\$ 47,63	R\$ 57,16	R\$ 45.080,30
3.4	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	m	42,88	R\$ 172,36	R\$ 206,83	R\$ 8.868,87
3.5	SINAPI	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	m	14,27	R\$ 89,24	R\$ 107,09	R\$ 1.528,11
3.6	SINAPI	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	m	24,09	R\$ 64,97	R\$ 77,96	R\$ 1.878,00

Assinado por: José Humberto Rodrigues
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava.100c.com.br/verificacao/8853-9A2D-BE24-2EC9> e informe o código 8853-9A2D-BE24-2EC9




SESCAP2025073939DM





Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:22:57
Documento N°. 3888080A5076744 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3888080A5076744>

3.7	CDHU 196	16.32.120	Cobertura plana em chapa de policarbonato alveolar de 10 mm	m2	65,91	R\$ 240,52	R\$ 288,62	R\$ 19.022,94
4			REVESTIMENTO					R\$ 33.222,67
4.1			PISOS E REVESTIMENTOS					R\$ 33.222,67
4.1.1	SINAPI	87261	REVESTIMENTO CERAMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSOES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE AREA MENOR QUE 5 M². AF 02/2023 PE	m2	44,62	R\$ 130,60	R\$ 156,72	R\$ 6.992,85
4.1.2	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERAMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSOES 20X20 CM APLICADAS NA ALTURA INTIRA DAS PAREDES. AF 02/2023 PE	m2	241,44	R\$ 57,45	R\$ 68,94	R\$ 16.644,87
4.1.3	SINAPI	87735	LANTAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM AREAS MOLHADAS SOBRE LAJE, ADERIDO, A CARAMENTO NÃO REFORCADO. FISSURA 3CM. AF 07/2021	M2	44,62	R\$ 42,07	R\$ 50,48	R\$ 2.252,42
4.1.4	SINAPI	87543	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECANICO, APLICADA COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE ARGAMASSA EM PAREDES INTERNAS, F = 5MM SEM TALISCAS. AF 03/2024	m2	241,44	R\$ 25,31	R\$ 30,37	R\$ 7.332,53
TOTAL GERAL								R\$ 117.272,94
Igarapava, 03 de Março de 2025.								
<div>Documentação assinada digitalmente</div> <div> KLEBER BIZARRO MENEZES</div> <div>DATA: 07/03/2025 10:13:56-0400</div> <div>Verifique em: https://nfe.tribuna.gov.br</div> <div>KLEBER BIZARRO MENEZES</div> <div>Arqº Urb.º CAU/BR: A223721-0</div>								

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/8853-9A2D-BE24-2EC9> e informe o código 8853-9A2D-BE24-2EC9



SESCAP2025073939DM



MEMORIAL DESCRITIVO

REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE CENTRAL – IGARAPAVA/SP

Endereço: Rua Saldanha Marinho, 930, Centro, Igarapava/SP

1. OBJETIVO

Este memorial descritivo tem como finalidade estabelecer as diretrizes técnicas para a execução da reforma do Centro de Saúde Central de Igarapava, contemplando a substituição da cobertura existente, instalação de nova estrutura metálica, reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade, garantindo conformidade com as normas vigentes e padrões de segurança, conforto e funcionalidade.

2. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.1. Placa da Obra

- **Descrição:** Será fornecida e instalada uma placa em lona de alta resistência, com dimensões mínimas conforme exigências locais, fixada sobre estrutura metálica em perfis tubulares de metalon galvanizado.
- **Normas Aplicáveis:** ABNT NBR 6492 (Representação de projetos de arquitetura), legislação municipal vigente.
- **Execução:**
 - Fabricação da estrutura metálica em perfis de metalon;
 - Fixação da lona tensionada sobre a estrutura;
 - Instalação na frente da obra em local visível.

2.2. Remoção da Cobertura Existente

- **Descrição:** Remoção total do telhamento atual em fibrocimento, desmontagem das terças, calhas, rufos e cumeeiras danificadas.

Rua Dr. Gabriel Vilela, nº413
Igarapava – SP CEP: 14.540-000
Tel.: (16) 3173-8200
Página 1 de 5

Assinado por 1 pessoa: JOSE HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/5203-635D-6E5D-A119> e informe o código 5203-635D-6E5D-A119



SESCAP2025073944DM

- **Normas Aplicáveis:** NR 18 (Segurança na Construção Civil), NBR 15575 (Desempenho de edificações).
- **Execução:**
 - Instalação de andaimes e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);
 - Retirada manual das telhas de fibrocimento com descarte conforme normas ambientais vigentes;
 - Remoção de terças e demais elementos estruturais avariados;
 - Retirada e descarte correto das calhas, rufos e cumeeiras.

2.3. Instalação da Nova Estrutura para Cobertura

- **Descrição:** Instalação de estrutura metálica composta por terças em aço galvanizado, com posterior fixação de telhas termoacústicas.
- **Normas Aplicáveis:** NBR 6123 (Forças devidas ao vento em edificações), NBR 14762 (Perfis de aço formados a frio), NBR 8800 (Projeto de estruturas de aço).
- **Execução:**
 - Posicionamento e fixação das terças metálicas sobre os apoios existentes ou reforçados;
 - Fixação de chapas de apoio e elementos de contraventamento;
 - Inspeção estrutural antes da instalação das telhas.

2.4. Instalação do Novo Telhamento

- **Descrição:** Fixação de telhas metálicas termoacústicas tipo "sanduíche", compostas por chapas de aço galvanizado e isolamento térmico interno.
- **Normas Aplicáveis:** NBR 14513 (Telhas de aço galvanizado), NBR 15253 (Desempenho térmico de telhas).
- **Execução:**
 - Posicionamento e fixação das telhas sobre a estrutura metálica com parafusos autoatarraxantes;

Rua Dr. Gabriel Vilela, nº413
Igarapava – SP CEP: 14.540-000
Tel.: (16) 3173-8200
Página 2 de 5

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/5203-635D-6ESD-A119> e informe o código 5203-635D-6ESD-A119



SESCAP2025073944DM



- Sobreposição mínima conforme especificação do fabricante;
- Vedação de juntas e extremidades para evitar infiltrações.

2.5. Instalação de Calhas, Rufos e Cumeeiras

- **Descrição:** Implementação de novos elementos de drenagem e vedação para proteção da edificação contra infiltrações e danos estruturais.
- **Normas Aplicáveis:** NBR 10844 (Sistemas de drenagem de coberturas).
- **Execução:**
 - Fixação de calhas metálicas dimensionadas conforme necessidade de escoamento pluvial;
 - Instalação de rufos em pontos críticos para proteção contra infiltrações;
 - Colocação das cumeeiras para vedação da parte superior do telhado.

2.6. Cobertura de Policarbonato na Entrada da Unidade

- **Descrição:** Instalação de cobertura de policarbonato na entrada principal, proporcionando abrigo aos pacientes.
- **Normas Aplicáveis:** NBR 7199 (Vidros na construção civil) e normas específicas para policarbonato.
- **Execução:**
 - Fixação de estrutura metálica para suporte da cobertura;
 - Instalação de chapas de policarbonato alveolar ou compacto, conforme especificação do projeto;
 - Vedação e ancoragem para garantir resistência às intempéries.

2.7. Reforma dos Banheiros

- **Descrição:** Remoção de acabamentos existentes e substituição por novos revestimentos e pisos, regularização das superfícies e melhorias na acessibilidade.

Rua Dr. Gabriel Vilela, nº413
Igarapava – SP CEP: 14.540-000
Tel.: (16) 3173-8200
Página 3 de 5

Assinado por 1 pessoa: JOSE HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/5203-635D-6E5D-A119> e informe o código 5203-635D-6E5D-A119



SESCAP2025073944DM



- **Normas Aplicáveis:** NBR 9050 (Acessibilidade), NBR 13755 (Placas cerâmicas para revestimento), NBR 8214 (Assentamento de pisos).
- **Execução:**
 - Remoção de pisos e revestimentos antigos;
 - Aplicação de argamassa de regularização em paredes e pisos com nata de cimento;
 - Assentamento de novos revestimentos cerâmicos com rejuntamento adequado;
 - Instalação de louças e metais sanitários conforme projeto.

3. CRITÉRIOS GERAIS DE EXECUÇÃO

- **Segurança:** Todos os serviços serão realizados conforme as normas de segurança vigentes, com uso obrigatório de EPIs e EPCs.
- **Descarte de Resíduos:** Os materiais removidos serão descartados de acordo com as normas ambientais e regulamentos municipais.
- **Prazo de Execução:** O cronograma será definido conforme planejamento executivo, garantindo eficiência e qualidade.
- **Fiscalização e Controle de Qualidade:** A obra será acompanhada por profissionais habilitados, garantindo conformidade com o projeto e normas técnicas.
- **Responsabilidade da Contratada:** Quaisquer itens omissos na planilha orçamentária, nos projetos ou neste memorial descritivo deverão ser apontados durante o processo licitatório. Após a adjudicação e assinatura do contrato, a empresa contratada será integralmente responsável pela execução completa do objeto contratado, sem prejuízo da qualidade, funcionalidade e conformidade com as normas vigentes.

4. CONCLUSÃO

Rua Dr. Gabriel Vilela, nº413
Igarapava – SP CEP: 14.540-000
Tel.: (16) 3173-8200
Página 4 de 5

Assinado por 1 pessoa: JOSE HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/5203-635D-6E5D-A119> e informe o código 5203-635D-6E5D-A119



SESCAP2025073944DM



A reforma do Centro de Saúde Central de Igarapava será executada com materiais de alta qualidade e técnicas construtivas atualizadas, garantindo melhorias estruturais e funcionais na edificação, proporcionando conforto e segurança para os usuários e profissionais da unidade.

Igarapava/SP, 03 de março de 2025.

gov.br GOVERNOS DIGITALIZADOS
KLEBER BIZARRO MENEZES
 Data: 03/03/2025 18:33:12 -0'00"
 Verifique em: <https://autenticar.sp.gov.br>

Arq.º Urb.ª Kleber Bizarro Menezes
 Diretor do Departamento de Engenharia

Rua Dr. Gabriel Vilela, nº 413
 Igarapava – SP CEP: 14.540-000
 Tel.: (16) 3173-8200
 Página 5 de 5

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava1doc.com.br/verificacao/5203-635D-6E5D-A119> e informe o código 5203-635D-6E5D-A119



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:26:25
 Documento N°: 3888113A5076796 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3888113A5076796>



SESCAP2025073944DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Reforma Centro de Saúde Central

FINAL: 720 dias a partir da data da assinatura do convênio



www.elsevier.com/locate/jmb

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ HUMBERTO JUNCEI DAREZ RODRIGUES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mparapava.1doc.com.br/verificacao/52033-635D-6E5D-A119> e informe o código 52033-635D-6E5D-A119



SESCAP2025073946DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PROCESSO: SES-PRC-2025-00434-DM

OBJETO: Custeio • Prestação de serviço • reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Parecer Referencial n.º 21/2025

ANEXO I

Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015.

elaboração de Parecer

Consultorias Jurídicas e sua

Administração Pública.

Regulamenta a

Referencial pelas

Utilização pela

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização dos trabalhos nas Consultorias Jurídicas;

CONSIDERANDO a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas;

CONSIDERANDO que a adoção de Parecer Referencial já está sedimentada no âmbito federal, conforme Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014.

RESOLVE:

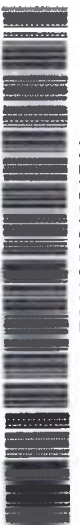
Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da Chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

§ 1º – Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

§ 2º – A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas.

§ 3º – A análise de convênio, termo de parceria ou instrumento congênere, cuja minuta-padrão esteja fixada em decreto, poderá ser feita por Parecer Referencial, do qual deverão constar os necessários requisitos, limites e recomendações de índole jurídica, inclusive quanto ao respectivo Plano de Trabalho.

Artigo 2º - A Consultoria Jurídica fixará prazo de validade para o Parecer Referencial, não superior a um ano, de modo a garantir a atualidade da orientação.



SESD2025001221DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Parágrafo único – Em caso de alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, o órgão da Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual necessidade de substituição da orientação precedente, sem prejuízo do dever funcional do Procurador do Estado de manter-se atualizado com a legislação e regulamentos editados e solicitar os ajustes pertinentes.

Artigo 3º - O Parecer Referencial deverá contar, além dos demais aplicáveis à elaboração de parecer, com os seguintes requisitos formais:

I – na ementa: deverá constar a expressão “PARECER REFERENCIAL” e ser indicada a possibilidade de a orientação ser aplicada aos casos idênticos;

II – na fundamentação: deverão ser indicadas as circunstâncias que ensejaram a sua adoção e as características do caso concreto que definem sua condição de paradigma;

III – na conclusão: deverão constar os requisitos para sua utilização, indicados nesta resolução, e outros eventualmente aplicáveis ao caso analisado, bem como seu prazo de validade.

Artigo 4º - Para utilização do Parecer Referencial, a Administração deverá instruir os processos e expedientes administrativos congêneres com:

I – cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica;

II – declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

Artigo 5º - Caberá à Consultoria Jurídica dirimir as dúvidas da Administração sobre a aplicação do Parecer Referencial.

Artigo 6º - A superveniência da dispensa de manifestação das Consultorias Jurídicas, prevista no artigo 45, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), afasta a utilização de Parecer Referencial que verse sobre o tema.

Parágrafo único – A Consultoria Jurídica da Pasta deverá informar a Administração sobre a dispensa tratada no caput.

Artigo 7º - As Consultorias Jurídicas deverão encaminhar à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral arquivo eletrônico com o Parecer Referencial elaborado, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a aprovação da respectiva chefia. **Artigo 8º** - A Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral poderá editar normas complementares à elaboração e utilização de Parecer Referencial.

Artigo 9º - As Consultorias Jurídicas deverão adequar os Pareceres Referenciais que já estejam em uso nas respectivas unidades ao regramento estabelecido nesta resolução.

Artigo 10 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 04 de Julho de 2025



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:43:07
Documento Nº: 086286A5076972 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5076972>



SESDS2025001221DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 024.00181723-2023-18

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PARECER REFERENCIAL: CJ/SS n.º 21/2025

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. CONVÊNIO. Execução de emendas impositivas previstas na Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo - LOA. Disciplina sobre os convênios a serem firmados com os Municípios e entidades filantrópicas. Incidência das disposições dos artigos 165 e 166 da Constituição da República, artigos 175, 175-A e 176 da Constituição do Estado de São Paulo, Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, no que couber. Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015. Observações sobre a celebração de convênios com entidades sem fins lucrativos sob intervenção municipal. Recomendação de uso da minuta elaborada com as adaptações necessárias. Validade do Parecer Referencial até 31/12/2025. Recomendações sobre o período eleitoral. Observações

1. Trata-se de atualização do Parecer Referencial CJ/SS nº 01/2025 exarado com fundamento na Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, a ser observado pela Secretaria da Saúde do Estado nos processos que versam sobre convênios cujo objeto seja transferência de recursos financeiros para **Municípios, entidades filantrópicas e sem fins lucrativos que integram o SUS**, em execução de emendas parlamentares previstas em Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo – LOA.

I – PARECER REFERENCIAL: pressupostos

2. Tendo em vista que os processos administrativos que versam sobre a execução de emendas impositivas de parlamentares previstas na Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo envolvem matéria repetitiva e, portanto, é viável a elaboração de Parecer Referencial, a fim de estabelecer orientação jurídica uniforme sobre o assunto.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública:

Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

§1º - Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ou paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

§2º - A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como *Referencial*, sem prejuízo do envio dos autos a esta Consultoria Jurídica sempre que existir questionamento cuja solução não esteja abrangida por este parecer.

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação em vigor, as normas infralegais e as orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero, circunstância que denota a existência de questões repetitivas nos processos encaminhados para exame de minuta de convênio destinada à execução de emenda parlamentar.

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos e cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica.

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

(i) cópia integral do presente Parecer Referencial, e





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

(ii) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, esse **Parecer Referencial será válido até a data de 31/12/2025**. As orientações contidas neste parecer referencial se coadunam com aquelas anteriormente exaradas no Parecer Referencial nº 01/2025.

9. Os casos que extrapolarem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

**II – FORMATO JURÍDICO DO CONVÊNIO PARA FINS DA EXECUÇÃO DAS
EMENDAS PARLAMENTARES: requisitos formais**

10. A execução das emendas parlamentares requer observância às disposições dos artigos 165 e 166 da Constituição da República e artigos 175, 175-A e 176 da Constituição do Estado de São Paulo, no que couber.

11. A Emenda Constitucional nº 50, de 18 de maio de 2021, acrescentou o artigo 175-A à Constituição do Estado de São Paulo e estabeleceu duas novas modalidades de alocação de recursos aos Municípios a partir de 01 de janeiro de 2022 por meio das emendas individuais impositivas, quais sejam, a **transferência especial (inciso I)** e a transferência com **finalidade definida (inciso II)**, sendo que apenas esta segunda modalidade demandará a celebração de convênio, devendo-se observar as orientações deste Parecer Referencial.

12. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025 – Lei nº 17.990, de 23 de julho de 2024, assim dispõe em seu artigo 30:





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

"Artigo 30 - As emendas parlamentares a que alude o § 6º do artigo 175 da Constituição do Estado

poderão destinar recursos:

I - aos Municípios, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere:

a) por transferência direta de Fundo Estadual a Fundos Municipais;

b) por transferência especial, nos termos do artigo 175-A da Constituição do Estado, a ser realizada

diretamente em conta hancária específica aberta pelo Município exclusivamente para esta finalidade, devendo o Poder

Executivo editar ato discriminando os Municípios beneficiados e os respectivos valores.

II - aos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, inclusive consórcio público, mediante

a celebração de convênio ou de instrumento congênere;

III - para entidades sem fins lucrativos, por meio de transferência voluntária e mediante a celebração de

instrumento de parceria, para a execução de um objeto de interesse público;

IV - aos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, por meio de execução direta.

§1º - A transferência a que alude a alínea "a" do inciso I do "caput" deste artigo será realizada em

conformidade com a legislação do respectivo fundo estadual e, de acordo com a análise de viabilidade do Poder Executivo,

será preferencial às demais modalidades de transferência de recursos a Municípios.

§ 2º - As emendas parlamentares a que alude o "caput" deste artigo serão apresentadas em valor não

inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto para o inciso III, cujo valor será não inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta

mil reais)"

13. Deve-se observar, a respeito do assunto, a vedação à utilização dos recursos provenientes das emendas parlamentares para pagamento de pessoal, conforme disposto no artigo 166, §§ 9º e 10º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

[...]

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais."(gn)

14. Tal vedação é repetida no artigo 175, §§ 6º e 7º, da Carta Estadual, guardam correspondência com a vedação ora em comento:

Artigo 175 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, bem como suas emendas, serão apreciados pela Assembleia Legislativa.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

§ 6º – As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão de 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que, no mínimo, a metade do percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 7º – A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 6º deste artigo, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do item 1 do parágrafo único do artigo 222. vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais." (gn)

15. O convênio, no âmbito da saúde pública, é o instrumento adequado para o repasse de recursos aos municípios e às entidades que, após o procedimento de credenciamento, passam a integrar a rede complementar de saúde no Estado de São Paulo e prestam às ações e serviços aos usuários do SUS por força da conjugação dos art. 196 a 199 da Constituição da República, Lei nº 8080/90, art. 220, §4º, da Constituição do Estado de São Paulo, Lei Complementar Estadual nº 791/1995, Lei nº 10.201/1999.

16. O convênio permite a fiscalização do destino dado ao recurso, de forma a garantir a entrega de bens e serviços à sociedade.

17. A celebração do ajuste para o repasse de recurso de emenda parlamentar deve ser precedida de análise pela Administração da adequação do objeto à descrição da ação constante da LOA, pois, os recursos repassados aos beneficiários de emendas parlamentares devem ser empregados em consonância com a natureza da despesa a que foram destinados e finalidades do Plano Estadual de Saúde. O beneficiário deve ser identificado, com a conferência do nome e CNPJ e demais dados que o identificam na Lei Orçamentária.

18. Outrossim, necessário observar, para correta execução das programações decorrentes das emendas parlamentares, as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em especial os artigos 29 a 34 da Lei nº 17.990, de 23 de julho de 2024 abaixo transcritos:

SEÇÃO V

DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Artigo 29 - O Projeto de Lei Orçamentária de 2025 conterá dotação específica para atendimento de programações decorrentes de emendas parlamentares individuais, cujo montante, nos termos do § 6º do artigo 175 da Constituição do Estado, será equivalente a 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida prevista.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

§ 1º - A dotação específica a que alude o "caput" deste artigo constará das seguintes ações orçamentárias, independentemente da sua inscrição institucional ou programática:

6273 – Desenvolvimento de Ações de Saúde Decorrentes de Emendas Parlamentares;

2272 – Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares, exceto Saúde.

2658 - Transferências Especiais a Municípios decorrentes de Emendas Parlamentares.

§ 2º - Os recursos a que se refere o § 1º deste artigo serão distribuídos no orçamento de acordo com as emendas parlamentares aprovadas, sendo que, no mínimo, a metade desse valor será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º - Cabe à Assembleia Legislativa elaborar os respectivos quadros demonstrativos consolidados das informações referidas no § 1º deste artigo, a serem incorporados como Anexos da Lei Orçamentária Anual.

§ 4º - Os Anexos conterão a identificação do parlamentar, o órgão ou a entidade da Administração Pública estadual responsável pela execução da emenda parlamentar e a dotação correspondente.

§ 5º - Caso o recurso correspondente à emenda parlamentar seja alocado em órgão ou entidade da Administração Pública estadual que não tenha competência para executá-la, ou em grupo de natureza da despesa que impossibilite a sua utilização, fica o Poder Executivo autorizado, cientificado o autor da emenda, a remanejar o respectivo valor para o programa de trabalho do órgão ou da entidade da Administração Pública estadual com atribuição para a execução da iniciativa ou a transferi-lo de grupo de natureza da despesa, não se aplicando os prazos estabelecidos pelo artigo 33 desta lei.

§ 6º - O remanejamento de que trata o § 5º deste artigo não será considerado no cômputo dos limites de créditos adicionais estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

§ 7º - Ao órgão ou à entidade da Administração Pública estadual responsável pela execução da emenda parlamentar caberá a verificação de sua viabilidade técnica, o pagamento dos valores decorrentes da execução do programa de trabalho e a respectiva prestação de contas.

§ 8º - Os autores das emendas e beneficiários terão acesso ao ambiente digital de gestão documental instituído no âmbito da Administração Pública estadual para indicação e acompanhamento das emendas parlamentares.

Artigo 30 - As emendas parlamentares a que alude o § 6º do artigo 175 da Constituição do Estado poderão destinar recursos, inclusive:

I - aos Municípios, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere:

a) por transferência direta de Fundo Estadual a Fundos Municipais;

b) por transferência especial, nos termos do artigo 175-A da Constituição do Estado, a ser realizada diretamente em conta bancária específica aberta pelo município exclusivamente para esta finalidade, devendo o Poder Executivo editar ato discriminando os municípios beneficiados e os respectivos valores.

II - aos órgãos ou entidades da Administração Pública municipal, inclusive consórcio público, mediante a celebração de convênio ou de instrumento congênere;

III - para entidades sem fins lucrativos, por meio de transferência voluntária e mediante a celebração de instrumento de parceria, para a execução de um objeto de interesse público;

IV - aos órgãos ou entidades da Administração Pública estadual, por meio de execução direta.

§ 1º - A transferência a que alude a alínea "a" do inciso I do "caput" deste artigo será realizada em conformidade com a legislação do respectivo fundo estadual e, de acordo com a análise de viabilidade do Poder Executivo, será preferencial às demais modalidades de transferência de recursos a Municípios.

§ 2º - As emendas parlamentares a que alude o "caput" deste artigo serão apresentadas em valor não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto para o inciso III, cujo valor será não inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Artigo 31 - É obrigatória a execução orçamentária e financeira, observados os limites constitucionais, das programações a que se refere o § 6º do artigo 175 da Constituição do Estado.

§ 1º - O dever de execução orçamentária e financeira de que trata o "caput" deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho, a liquidação e o pagamento, observado o disposto no § 10 do artigo 175 da Constituição do Estado de São Paulo, admitida a inscrição em restos a pagar.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

§ 2º - Os restos a pagar poderão ser considerados até 25% (vinte e cinco por cento) da receita corrente líquida proveniente das programações orçamentárias previstas no § 6º do artigo 175 da Constituição do Estado, para fins de cumprimento da execução financeira.

§ 3º - As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais de que trata este artigo serão elaboradas pelos gestores responsáveis pela respectiva execução e comporão os relatórios de prestação de contas anual dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Artigo 32- O disposto no § 8º do artigo 175 da Constituição do Estado não impõe a execução de despesa no caso de impedimento de ordem técnica.

§ 1º - Para os fins deste artigo, entende-se como impedimento de ordem técnica a situação ou o evento de ordem fática ou legal que obsta ou suspende a execução da programação orçamentária.

§ 2º - São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica, sem prejuízo de outras identificadas em ato do Poder Executivo:

1. o descumprimento dos prazos de que tratam os incisos I e IV do artigo 33 desta lei;
2. a não apresentação, pelo beneficiário, nos prazos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no decreto de execução orçamentária e financeira, da documentação necessária à execução da programação decorrente da emenda parlamentar, após notificação encaminhada pelo órgão ou entidade da Administração Pública responsável;
3. a reprovação da documentação por inconsistência ou desconformidade com a legislação específica;
4. a não adoção de providências pelo município beneficiário para a abertura de conta bancária para recebimento e movimentação de recursos oriundos de transferências especiais;
5. a desistência manifestada pelo beneficiário em receber os recursos oriundos da emenda parlamentar;
6. a ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão ou entidade da Administração Pública estadual responsável pela execução da emenda parlamentar, nos casos em que for necessário;
7. a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;
8. a não comprovação, por parte dos Municípios ou de entidades beneficiadas, quando for responsável pela administração do empreendimento após a sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para sua operação e sua manutenção;
9. a não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para a conclusão do projeto ou de etapa útil, com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;
10. a incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão ou entidade da Administração Pública estadual responsável pela execução da emenda parlamentar;
11. a incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária;
12. os impedimentos cujos prazos para supracção inviabilizem o empenho dentro do exercício financeiro.

§ 3º - Não caracterizam impedimentos de ordem técnica:

1. alegação de falta de liberação ou disponibilidade orçamentária ou financeira;
2. óbice que possa ser sanado mediante procedimentos ou providências de responsabilidade exclusiva do órgão ou entidade da Administração Pública estadual responsável pela execução;
3. alegação de inadequação do valor da programação, quando o montante for suficiente para alcançar o objeto pretendido ou adquirir, pelo menos, uma unidade completa;
4. manifestação de órgão do Poder Executivo referente à conveniência do objeto da emenda.

Artigo 33 - Em atendimento ao disposto no § 6º do artigo 175 da Constituição do Estado, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

I - até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária anual, o autor da emenda deverá indicar ao Poder Executivo o beneficiário e respectivo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ,

bem como o objeto da emenda e respectivo valor;

II - até 5 (cinco) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste artigo, o Poder Legislativo deverá publicar a relação de emendas por autor, com a indicação dos dados a que se refere o inciso I deste artigo;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

III - até 50 (cinquenta) dias após o término do prazo previsto no inciso II deste artigo, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas dos impedimentos de ordem técnica porventura existentes;

IV - até 15 (quinze) dias após o término do prazo previsto no inciso III deste artigo, o Poder Legislativo

indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento tenha sido justificado, observado o limite mínimo de destinação a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 2º do artigo 29 desta lei;

V - até 5 (cinco) dias após o término do prazo previsto no inciso IV deste artigo, o Poder Legislativo deverá publicar a relação das novas emendas por autor, com a indicação dos dados a que se refere o inciso I deste artigo.

VI - até 50 (cinquenta) dias após o término do prazo previsto no inciso V deste artigo, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas dos impedimentos de ordem técnica porventura existentes das emendas remanejadas;

§ 1º - Os prazos previstos nos incisos I a VI do "caput" deste artigo serão contados em dias corridos, excluído o primeiro dia e incluído o último, sendo prorrogado até o primeiro dia útil seguinte em caso de um dos marcos ocorrer em final de semana ou feriado.

§ 2º - Após a divulgação da relação de emendas parlamentares a que aludem os incisos II e V do "caput" deste artigo, o autor da emenda não poderá alterar o beneficiário, o objeto da emenda e o respectivo valor, exceto na hipótese de impedimento de ordem técnica, observado o prazo previsto no inciso IV do "caput" deste artigo.

§ 3º - O início da execução das programações orçamentárias que não estejam impedidas tecnicamente não está condicionado ao término dos prazos a que aludem o inciso III e VI do "caput" deste artigo.

§ 4º - Ocorrendo a insuficiência de recursos para a execução integral do objeto da emenda, a suplementação de recursos poderá ser financiada pela contrapartida do beneficiário.

§ 5º - Após o encerramento do prazo previsto no inciso VI do "caput" deste artigo, as programações orçamentárias previstas não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica justificados e poderão ser remanejadas pelo Poder Executivo de acordo com autorização constante da lei orçamentária anual.

§ 6º - Em caso de saldo remanescente, assim considerado o valor da programação que excede o montante de recursos necessário após a execução do objeto da emenda parlamentar, poderá ser o valor remanejado pelo Poder Executivo de acordo com autorização constante da lei orçamentária anual.

§ 7º - Vetado.

Artigo 34 - O Poder Executivo regulamentará os procedimentos e prazos a serem observados para que se dê o cumprimento da execução orçamentária e financeira das programações das emendas parlamentares a que alude esta Seção."

19. Destacam-se do diploma legal as medidas necessárias em caso de impedimento de ordem técnica, respeitando-se os prazos, inclusive quanto à data limite para celebração do ajuste, que deverá ocorrer dentro do ano da indicação da emenda, em atenção ao princípio da anualidade, de forma que eventuais execuções remanescentes sejam inscritas em restos a pagar para execução orçamentária do ano seguinte.

20. A instrução dos processos e o conteúdo do ajuste devem estar adequados às regras do Decreto Estadual nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, no que for aplicável. Destaca-se a necessidade de comprovação da existência de recursos





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

orçamentários necessários à execução do objeto mediante a emissão da respectiva nota de reserva.

21. Os artigos 4º e 10 do Decreto nº 66.173/2021 apontam os requisitos para a instrução dos processos e a estrutura do convênio nos seguintes termos:

Artigo 4º – Os processos objetivando a formalização de convênios deverão ser instruídos com os seguintes elementos:

I – parecer da Consultoria Jurídica que serve à Secretaria de Estado proponente ou, quando for o caso, do órgão jurídico da autarquia, contendo, no mínimo, aprovação da minuta do instrumento de ajuste e demonstração da inserção de seu objeto no respectivo campo de atuação funcional;

II – plano de trabalho aprovado pelo Titular da Pasta ou pelo dirigente máximo da autarquia, demonstrando a conveniência e oportunidade da celebração e contendo, no que couber, as seguintes informações mínimas:

- a) identificação do objeto a ser executado;
- b) metas a serem atingidas;
- c) etapas ou fases de execução;
- d) plano de aplicação dos recursos financeiros;
- e) cronograma de desembolso;
- f) previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

g) comprovação de que o participante destinatário de recursos estaduais dispõe de recursos próprios para complementar a execução de obra ou serviço de engenharia, quando for o caso;

III – nota de reserva correspondente aos recursos orçamentários necessários à execução do objeto do convênio no exercício de sua celebração;

IV – prova de inexistência de débito para com o sistema de seguridade social, o fundo de garantia por tempo de serviço e a Fazenda do Estado de São Paulo, observado, quanto a esta, o disposto na Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

Parágrafo único – Quando necessária a autorização governamental, os processos deverão ser remetidos à Assessoria Técnica do Governo, da Secretaria de Governo, com estrita observância do Decreto nº 51.704, de 26 de março de 2007.

Artigo 10 – Os instrumentos de convênio deverão ser minutados nos órgãos ou nas entidades de origem e vazados em linguagem técnica adequada, observando, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 863, de 29 de dezembro de 1999.

§ 1º – Os instrumentos referidos neste artigo terão a seguinte estrutura formal:

1. ementa, com indicação dos partícipes e súmula do objeto;
2. preâmbulo, indicando os partícipes e sua qualificação jurídica, seus representantes legais, a autorização governamental, inclusive a de âmbito municipal, quando couber;
3. corpo clausulado, contendo cláusulas necessárias que, atendidas as peculiaridades da espécie, disponham sobre:
 - a) objeto, descrito com precisão e clareza, o qual deverá se situar no campo legal de atuação dos partícipes;
 - b) obrigações comuns e específicas dos partícipes;
 - c) regime de execução, se não compreendido na cláusula referida na alínea “b” deste item;
 - d) valor da avença e crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa decorrente, com indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
 - e) modo de liberação dos recursos financeiros, observado o disposto no § 2º deste artigo;
 - f) viabilidade de suplementação de recursos, quando pertinente;
 - g) prazo de vigência, não superior a 5 (cinco) anos, exceto se, em razão da natureza do objeto, prazo maior se impuser, contado sempre da data da assinatura do instrumento;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

h) possibilidade de prorrogação do prazo de vigência, quando for o caso, limitada a lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, mediante prévia autorização do Secretário de Estado, do Procurador Geral do Estado ou do dirigente máximo de autarquia respectivo;

i) responsabilidades dos partícipes;

j) modo de denúncia e de rescisão;

k) indicação dos representantes dos partícipes encarregados do controle e fiscalização da execução;

l) forma de prestação de contas, independentemente da que for devida ao Tribunal de Contas do Estado;

m) eleição do foro da Capital do Estado para dirimir os conflitos decorrentes da execução do convênio, salvo nas hipóteses em que o outro partícipe seja a União, outro Estado-membro ou o Distrito Federal, bem como as respectivas entidades da Administração indireta.

§ 2º – Nos casos previstos no § 2º do artigo 7º deste decreto, a liberação dos recursos, considerado o valor total destes, observará o seguinte:

1. até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em parcela única;

2. entre R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em 2 (duas) parcelas igualmente divididas;

3. entre R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em 3 (três) parcelas, sendo a primeira de 30% (trinta por cento);

4. acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em parcelas sucessivas, conforme estipular o respectivo instrumento, sendo a primeira de 30% (trinta por cento);

5. em qualquer caso, a liberação da parcela única ou da primeira parcela fica condicionada à expedição de ordem de serviço e, no caso das parcelas subsequentes, à aprovação da prestação de contas atinente às anteriores.

§ 3º – A prorrogação do prazo de vigência a que se refere a alínea “h” do item 3 do § 1º deste artigo abrange as hipóteses em que for ultrapassado o limite de 5 (cinco) anos.

22. Na hipótese de convênio a ser firmado com

Município, impõe-se o cumprimento das instruções contidas nos artigos 7º e 8º Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021:

Artigo 7º – As propostas de celebração de convênios com Municípios paulistas, subscritas pelos respectivos Prefeitos, a par da instrução a que alude o artigo 4º deste decreto, deverão fazer prova de:

I – estar a celebração conforme a Lei Orgânica local;

II – encontrar-se o Chefe do Poder Executivo municipal no exercício do cargo e com mandato em plena vigência;

III – não estar o Município impedido de receber auxílios ou subvenções estaduais em virtude de decisão do Tribunal de Contas do Estado;

IV – aplicação do percentual mínimo, constitucionalmente exigido, da receita municipal resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino;

V – entrega da prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas;

VI – não incorrer o Município nas vedações dos artigos 11, parágrafo único, 23, § 3º, inciso I, e § 4º, 25, § 1º, inciso IV, 31, §§ 2º, 3º e 5º, 51, § 2º, 52, § 2º, 55, § 3º e 70, parágrafo único, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 25, § 3º, 63, inciso II, alínea “b”, 65, inciso I e 66, todos da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º – O documento comprobatório referente aos incisos I a IV e VI deste artigo poderá consistir em declarações firmadas por autoridade municipal competente, sob as penas da lei. § 2º – No caso de obras e serviços a serem executados pelos Municípios, deverão estes apresentar os documentos seguintes, firmados pelo respectivo Prefeito, que certificará, sob as penas da lei, sua veracidade:

1. projeto básico aprovado;

2. declaração de que o objeto não teve sua execução iniciada, nos termos do artigo 56 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Artigo 8º – Os documentos a que aludem o inciso IV do artigo 4º, e os incisos I a VI, do artigo 7º, deste decreto, poderão ser substituídos pelo Certificado de Regularidade do Município para Celebrar Convênios – CRMC, instituído pelo Decreto nº 52.479, de 14 de dezembro de 2007.

23. Nessa hipótese, todos os documentos exigidos deverão estar válidos na data da assinatura do convênio, verificando-se se a entidade ou Município não estão impedidos de receber recursos.

24. Ademais, deve-se atentar para os termos do da Lei nº 14.133/2021, no que couber, que assim prescreve:

Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal.

§ 1º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Quando, verificada qualquer das hipóteses da alínea d do inciso II do caput do art. 124 desta Lei, o valor global inicialmente pactuado demonstrar-se insuficiente para a execução do objeto, poderão ser:

(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação financeira; (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023);

II - aportados novos recursos pelo concedente; (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

III - reduzidas as metas e as etapas, desde que isso não comprometa a fruição ou a funcionalidade do objeto pactuado. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 3º São permitidos ajustes nos instrumentos celebrados com recursos de transferências voluntárias, para promover alterações em seu objeto, desde que: (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - isso não importe transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro; (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

II - seja apresentada justificativa objetiva pelo conveniente; e (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

III - quando se tratar de obra, seja mantido o que foi pactuado quanto a suas características. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

25. Pela natureza do ajuste que se pretende firmar, uma vez que haverá repasse de recursos financeiros por parte do Estado, o Plano de Trabalho deverá conter todos os documentos mencionados na lei, em especial: (a) demonstração detalhada do objeto a ser executado; (b) definição das metas a serem atingidas; (c) cronograma físico-financeiro e delimitação das etapas ou fases de execução; (d) a definição do papel de cada um dos partícipes, com as obrigações correspondentes; bem como (e) sistemática que permita o efetivo controle e comprovação das ações executadas.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

26. O plano de trabalho deverá ser aprovado pelo órgão ou autoridade competente, com demonstração da conveniência e oportunidade da celebração, e a convergência de interesses com as atividades a cargo da Administração.

27. Vale ressaltar a necessidade de observância das Instruções nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com destaque para os artigos 156 e 197 que assim dispõem:

Artigo 156 - Compete ao órgão ou entidade públicos:

I - estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II - divulgar em sítio oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às conveniadas, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - proibir que a entidade conveniada redistribua, entre eventuais outras entidades, os recursos a ela repassados;

IV - autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades e a aplicação dos recursos, inclusive de recursos destinados ao rateio de despesas administrativas, se houver; expedir periodicamente relatórios de fiscalização e avaliação da execução do convênio e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VI - exigir que as notas fiscais e os demais documentos comprobatórios das despesas sejam emitidos pelos respectivos fornecedores com indicação no conteúdo original dos documentos, inclusive nota fiscal eletrônica, da identificação do órgão público conveniente, do número do convênio e os demais elementos identificadores, não sendo admitida a inserção dessas informações após a emissão do respectivo documento;

VII - receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 203 destas Instruções;

VIII - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir das entidades conveniadas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da notificação, prorrogável por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

IX - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior, sem a devida regularização, e exigir das entidades conveniadas a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

X - esgotadas as providências dos incisos VIII e IX, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou pela entidade para a regularização da pendência observando-se as disposições do art. 202 destas Instruções; e

XI - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referente às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Art. 197. Os repasses de recursos a entidades do Terceiro Setor, caracterizados como auxílios, subvenções e contribuições, somente poderão ser concedidos pelos órgãos de que trata esta Seção se comprovado o atendimento às exigências contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

1964 e no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), sendo que a documentação relativa às transferências deverá ser autuada na origem, em processo próprio contendo:

- I - plano de trabalho proposto pela entidade beneficiária ou exposição das unidades de serviço objeto dos repasses concedidos;
- II - lei autorizadora do repasse, contendo entidade beneficiária, valor concedido e sua destinação;
- III - estatuto registrado da entidade beneficiária e sua inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- IV - justificativas quanto ao critério de escolha da entidade beneficiária;
- V - declaração quanto à compatibilização e a adequação das transferências aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF);
- VI - nota(s) de empenho e comprovantes das transferências de recursos, separados por fontes de financiamento;
- VII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas, conforme modelo contido no Anexo RP-13; e
- VIII - comprovação de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS, de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e de regularidade municipal.

28. Sugere-se que os processos em questão sejam instruídos com *análise técnica* sobre a relação entre a proposta de cumprimento da emenda feita pelo beneficiário com a estruturação dos serviços de saúde ofertados aos usuários do SUS, bem como sua adequação ao plano de trabalho e, sempre que possível, sobre a coerência dos valores. Para tal fim, poderão ser solicitados do beneficiário da emenda documentos que complementem o plano de trabalho, tais como orçamentos e pesquisas de mercado.

29. Nesse sentido, a Nota Técnica SUBG-CONS n. 14/2019, que estabelece que quando o convênio envolver repasse de recursos materiais e/ou financeiros do Estado de São Paulo aos Municípios, os autos deverão estar instruídos com *Memorial Descritivo*, contendo as especificações e quantidades dos bens a serem adquiridos:

II – REQUISITOS GERAIS PARA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS

8. Instrução. Para regular instrução dos expedientes referentes às proposições de celebração de convênios com Municípios, os autos deverão estar instruídos com os seguintes elementos:

(...)

a.2) Quando o convênio envolver repasse de recursos materiais e/ou financeiros do Estado de São Paulo ao Município:

(...)

a.2.1) **Memorial Descritivo** (com as especificações e quantidades dos bens a serem adquiridos) ou Projeto Básico (conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra), caso já não conste do Plano de Trabalho;

a.2.2) **Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários** (inciso II, §2º, artigo 7º, Lei nº 8.666/1993). A planilha deverá estar





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

subscrita pelo responsável por sua elaboração, aprovada pelo responsável técnico¹ e pelo ordenador da despesa;

a.2.3) **Pesquisa de Preços**, composta por pelo menos 03 (três) propostas de fornecedores dos bens/serviços a serem contratados pelo Município com recursos estaduais, de acordo com as quantidades e especificações constantes do Memorial Descritivo ou, no caso de obras, Planilha de orçamento obtida a partir de custos unitários de insumos ou serviços calculados com base em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da Administração Pública, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou mesmo em pesquisa de mercado²;

a.2.4) **Cronograma Físico-Financeiro**, apresentado e aprovado pela Municipalidade; (...)"(gn)

30. Alerta-se que a deficiência nas estimativas de custos do ajuste poderá obstaculizar a futura e obrigatória comprovação da aplicação dos recursos a serem repassados pelo Estado na execução do objeto do convênio.

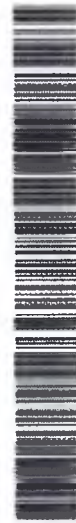
31. Essas medidas são relevantes para que, celebrado o convênio, a Administração possa efetivamente monitorar a aplicação dos recursos financeiros apenas na consecução do objeto do ajuste, isto é, na execução dos serviços de interesse coletivo, devidamente ajustados no convênio. Por outro lado, direciona o conveniado na prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos.

32. Observa-se que, nesse aspecto, cabe à Administração atentar para o cumprimento das normas que regem a matéria, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência e economicidade.

33. Nesse sentido, nos termos da Nota Técnica Sub-Cons. nº 14/2019, importante o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo a Administração certificar-se de que foi juntada: **a) declaração do ordenador de despesa** atestando a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e a compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como de que foram atendidas as disposições previstas no artigo 25 da Lei de Responsabilidade

¹ No caso de obras e reformas, conforme o caso, por engenheiro ou arquiteto inscritos, respectivamente, no CREA ou CAU da localidade.

² Para a pesquisa de preços, é possível a utilização de tabelas de preços elaboradas por entidades de ilibada reputação (CPOS, SABESP, DER, SICRO, SINAPI, etc.), desde que estas tabelas decorram de efetiva pesquisa de mercado, sejam recentes e exista plena demonstração da coerência na comparação. Recomenda-se, sempre que possível, que as tabelas utilizadas sejam carregadas aos autos para comprovação futura.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Fiscal para transferências voluntárias³; e b) a **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, em atenção ao disposto nos artigos 15⁴ e 16⁵ do mesmo diploma legal.

34. Ainda, deverá ser verificada a existência de mais de uma emenda para a mesma finalidade de modo a compatibilizar o emprego dos recursos que, posteriormente, constarão de prestação de contas. A medida visa auxiliar a conferência de documentos apresentados, evitando-se que, por exemplo, notas fiscais sejam utilizadas em duplicidade (art. 197, VI, das Instruções nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

35. Observa-se que foi anexado o Cadernos de Ações para emendas individuais impositivas de 2025, que pode nortear dúvidas atuais da Secretaria.

36. Propõe-se, com as adaptações que se mostrem necessárias, a adoção das anexas minutas de convênio com Municípios e entidades privadas que integram a rede complementar do SUS para a prestação de serviços em seus

³ “Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. § 1º. São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias: I - existência de dotação específica; II - (VETADO) III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição; IV - comprovação, por parte do beneficiário, de: a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos; b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde; c) observância dos limites das dívidas consolidadas de mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal; d) previsão orçamentária de contrapartida. § 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada. § 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.”

⁴ “Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.”

⁵ “Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. § 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se: I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício; II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições. § 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas. § 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. § 4º As normas do caput constituem condição prévia para: I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras; II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.”





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

estabelecimentos próprios de saúde, em observância à Lei nº 10201/1999 que assim prescreve:

Artigo 1.º - A participação preferencial das entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos prevista no § 4.º do Artigo 220 da Constituição do Estado de São Paulo dar-se-á através de convênio celebrado com o Poder Público.

Artigo 2.º - Independentemente daqueles que a direção federal ou estadual do Sistema Único de Saúde exigir, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos deverão, para firmar convênio com o Poder Público Estadual, preencher os seguintes requisitos:

I - serem declaradas de utilidade pública estadual, de acordo com a legislação vigente;

II - vetado;

III - serem devidamente registradas junto aos órgãos incumbidos do cadastro das instituições de saúde;

IV - possuírem patrimônio próprio para a prestação dos serviços conveniados, não se admitindo que sejam realizados através da utilização de instalações, equipamentos e pessoal pertencentes a outra entidade privada do ramo hospitalar.

III- OBSERVAÇÕES SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, QUE INTEGRAM A REDE COMPLEMENTAR DE SAÚDE, SOB INTERVENÇÃO MUNICIPAL

37. Na hipótese de a entidade sem fins lucrativos beneficiária da emenda parlamentar estar sob intervenção municipal, esta consultoria, com base em diversos precedentes⁶, recomenda sejam observados os seguintes parâmetros:

a) os convênios celebrados pela Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF, em casos em que a entidade beneficiária encontra-se sob intervenção da Prefeitura, são em regra celebrados com a Prefeitura do município interventor;

b) o decreto de intervenção municipal não tem o condão de retirar, de tais entidades, a personalidade jurídica, de tal forma que **podem celebrar convênios em nome próprio, desde que representadas pelos interventores nomeados, se o decreto de intervenção lhes outorgar poderes para tanto;**

c) a Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral da PGE, ao analisar o Parecer CJ/SS nº 1052/2019, entendeu que a questão demanda o **exame dos fundamentos e da extensão da intervenção municipal na entidade beneficiária**, para avaliação de sua compatibilidade

⁶ Orientações sedimentadas em diversos precedentes deste órgão jurídico, como o Parecer Referencial nº 19/2021, Parecer CJ/SS nº 1052/2019.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

com o objeto do ajuste que se pretenda celebrar, devendo o **exame ser feito de forma individualizada em cada caso concreto.**

d) Portanto, o administrador estadual, em cada caso concreto, deverá examinar os fundamentos e a extensão da intervenção municipal na entidade a ser beneficiada com a parceria, e avaliar sua compatibilidade com o objeto do ajuste a ser celebrado, concluindo, desta forma, se o convênio deverá ser celebrado (i) diretamente com a entidade sem fins lucrativos, em nome próprio devidamente representada pelo(s) interventor(es) nomeado(s), desde que o decreto de intervenção lhe(s) outorgue poderes para tanto, (ii) com a Prefeitura do município interventor, devidamente representado pelo seu Prefeito, e com a expressa concordância do interventor, ou (iii) mesmo com as duas - Prefeitura e Santa Casa, devidamente representadas pelo seu prefeito e pelo interventor, respectivamente (grifo meu);

e) a Administração deve verificar se realmente a entidade sob intervenção possui condições de executar as ações de saúde com os montantes a serem repassados para custeá-las; e se realmente estariam delineados no caso em análise os elementos que ensejam a conjugação de interesses e esforços para a realização de um fim comum, sem o que, inviável o ajuste.

38. E ainda, de acordo com outros precedentes já analisados por esta Consultoria⁷, chegou-se à conclusão de que, nos casos envolvendo Santas Casas sob intervenção, cabe à Administração sopesar no caso concreto: *(i) a necessidade e adequação da medida (efetivar o convênio com uma unidade sob intervenção municipal, gerida por terceiro), assim como, (ii) o fundamento e extensão do decreto de intervenção (análise da possibilidade do controle da execução do convênio e o risco envolvido).*

39. A questão da necessidade e adequação da medida é mitigada pelo fato de tratar-se de repasse de recursos provenientes de emendas parlamentares de caráter impositivo, de forma que a Administração não possui discricionariedade sobre a sua execução, limitando-se a fazer a análise técnica das indicações para a verificação da existência de impedimentos.

⁷ Pareceres CJ/SS n. 53/2020 e 191/2022.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

40. Reitera-se a orientação no sentido de que, mesmo na hipótese de a entidade estar sob intervenção, a celebração do ajuste para o repasse de recurso de emenda parlamentar seja precedida de análise, pela Administração, da adequação do objeto à descrição da ação constante da LOA, pois os recursos repassados aos beneficiários de emendas parlamentares devem ser empregados em consonância com a natureza da despesa a que foram destinados e finalidades do Plano Estadual de Saúde. O beneficiário deve ser identificado, com a conferência do nome e CNPJ e demais dados que o identificam na Lei Orçamentária.

41. Assim, verificados os fundamentos e a extensão da intervenção, e caso o decreto de intervenção permita a celebração de convênio pelo interventor nomeado, a Administração deve priorizar o repasse diretamente à entidade beneficiária, que teve o CNPJ mencionado para correta identificação e destinação da emenda parlamentar, desde que a instituição esteja com todos as certidões e documentos de habilitação válidos e sem apontamentos no momento da celebração do ajuste.

42. Caso haja irregularidade nos documentos da entidade, a celebração do ajuste deve ser feita com o Município e o interventor nomeado. Nesta hipótese, o Município, ao assinar o convênio em conjunto com o interventor, deve comprometer-se a seguir todos os termos fixados, uma vez que receberá o repasse das verbas via sistema eletrônico para dar continuidade aos serviços prestados pela entidade aos usuários do SUS. Assim, caberá ao Município manter uma conta bancária *exclusiva* para gerenciamento dos valores a serem repassados com fundamento nesse convênio

IV- DISPOSIÇÕES FINAIS

43. Necessária a juntada de nota de reserva no valor dos recursos, com declaração da CGOF de que a despesa se encontra em conformidade com os artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000- Lei de Responsabilidade Fiscal e que possui adequação orçamentária e financeira nos termos da lei.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

44. Alerta-se que, conforme preconiza o art. 11 do Decreto nº 66.173/2021, é vedado atribuir efeitos financeiros retroativos aos convênios e suas alterações.

45. Vale ressaltar que a competência para a celebração do Convênio é do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, conforme artigo 1º do Decreto 43.046/1998, segundo juízo de conveniência e oportunidade.

46. Em ano eleitoral, caso se pretenda firmar convênios com **Municípios**, deverão ser observadas as vedações presentes na Lei Federal 9.504/97, em especial a do artigo 73, inciso VI⁸, alínea *a*), conforme preceitua o Decreto estadual nº 66.173/2021⁹. Nota-se que tais ajustes envolvem transferência voluntária de recursos - não obstante tratar-se de emenda parlamentar impositiva, conforme entendimento contido na Nota Técnica Sub Cons. n. 03/2020¹⁰.

47. A Administração deverá, ainda, certificar-se de que a celebração não encontra óbices no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal¹¹, nos casos em que a proposta houver sido apresentada no **último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo** da unidade federada.¹²

⁸ c) fazer VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

⁹ **Artigo 14 - A celebração, em ano em que se realizar eleição, de convênios que estipulem a transferência de recursos por parte do Estado observará a vedação a que alude o artigo 73, inciso VI, alínea "a", da Lei federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.**

¹⁰ **Muito embora o art. 25 da LRF afaste do conceito de transferências voluntárias aquelas que decorram de determinação legal ou constitucional, e não haja jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal de Contas da União entende que as transferências decorrentes de emendas impositivas devem ser tratadas como transferências voluntárias e, portanto, sujeitam-se à conduta vedada no art. 73, VI, "a" 65 (fls. 17/18).**

¹¹ **Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.**

¹² Nota Técnica Sub-Cons. Nº 14/2019.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

48. Nas hipóteses de repasses a entidades privadas, embora não estejam vedados pela alínea a), do inciso VI, artigo 73, da Lei nº 9.504/1997, impõe-se evitar a caracterização da conduta configurada como distribuição gratuita de bens, descrita no artigo 73, §10, da Lei Eleitoral:

Art. 73

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

49. Outrossim, por se tratar de cumprimento de emenda parlamentar, pode haver potencial risco de o parlamentar, se candidato, por si ou interposta pessoa a ele ligado, incorrer em condutas que ensejem risco de captação de votos por meio da entidade beneficiária do repasse, como preceitua o artigo 41-A, da Lei 9.504/97, *in verbis*:

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

50. Seguindo o mesmo raciocínio, é preciso averiguar se a transferência dos recursos poderia, em tese, favorecer o uso promocional dos serviços públicos em favor de candidato ou partido político, conduta vedada pelo artigo 73, IV da Lei 9.504/97:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

51. Nesse sentido, na celebração de convênios com entidades privadas deve-se atentar para a Nota Técnica SubG-Cons. n. 3/2020 relaciona os seguintes exemplos de condutas vedadas pelo TSE:

8.6. O TSE já firmou posicionamento no seguinte sentido:

8.6.1. Pela configuração da conduta vedada:





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

- i) distribuição gratuita de lotes, no bojo de programa habitacional, por agente público durante período eleitoral, com claro intuito de beneficiar candidato que está apoiando;
- ii) candidato que realiza comício e faz uso promocional de obra urbana sem prova de lei autorizadora e de execução orçamentária anterior;
- iii) oferecimento de cirurgias de laqueadura de trompas no âmbito de hospital particular subvencionado pelo SUS, utilizadas como instrumento de promoção da candidatura de determinado deputado estadual; e
- iv) vinculação da concessão de redução da tarifa de água à imagem de dois candidatos, com o objetivo de obter favorecimento político-eleitoral, por meio de divulgação de apoio político nos edifícios beneficiados, mediante a afixação de placas de propaganda eleitoral, bem como de panfletos distribuídos nessas unidades habitacionais caiu pedido explícito de voto para úteis de dar "continuidade" ao referido "trabalho".

(Orientações da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral para as Eleições Estaduais de 2014: Ac.- TSE, de 29.06.2006, no RESP n° 25.890; Ac. - TSE, de 15. 12.2016, no AgR-RO n. 278378; Ac. - TSE, de 01.03.2016, no AgR-RO n. 6453; Ac. -TSE, de 18.04.2015, no AgR-RO n. 1041768)

52. Note-se que o Tribunal Superior Eleitoral entende que o intuito da lei, conforme correta interpretação do inciso IV, do artigo 73, não é a de interromper ou inibir a instituição de programas sociais, mas sim de impedir o uso promocional de bens ou serviços subvencionados pelo Poder Público em favor de candidatos, conforme explanado no acórdão proferido pelo nos embargos de declaração em Recurso Especial nº 21.320, de relatoria do Ministro Luiz Carlos Madeira:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL PROCESSADO COMO ORDINÁRIO.

1. Configurada a conduta vedada (art. 73 da Lei nº 9.504/97), incide a sanção de multa prevista no seu § 4º. Além dela, nos casos que o § 5º indica, o candidato ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma. Não se exige fundamentação autônoma.
2. A Lei das Eleições veda fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público" (art. 73, IV). Não se exige a interrupção de programas nem se inibe a sua instituição. O que se interdita é a utilização em favor de candidato, partido político ou coligação.
3. As contradições a serem consideradas em embargos de declaração são as do próprio acórdão - contradição interna ou contradição nos próprios termos ou nas próprias proposições. Não se consideram contradições a ensejar embargos de declaração as divergências que se estabelecem entre as correntes que se formam no julgamento.
4. Fita VHS. Degração. Se o representante deixa de apresentar, juntamente com a fita, a degravação, não havendo impugnação do representado, pode a fita VHS ser reconhecida como prova válida.
5. Não se confundem validade da prova com o seu valor para o deslinde da causa. Se a prova não é inválida, considera-se o seu valor probante na decisão de mérito. No incidente de falsidade não caberia pronunciamento sobre o conteúdo da prova.
6. Se o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento sobre o incidente de falsidade da prova, não há mais questionamento sobre a sua validade.
7. Nos embargos de declaração é inoportuno o enfrentamento de temas em relação aos quais não se impunha manifestação no julgamento, especialmente quando não estejam diretamente ligados à omissão ou à contradição apontadas.
8. Os embargos de declaração não se prestam para introduzir novos temas, até então não considerados. As omissões que devem ser consideradas nos embargos de declaração dizem com





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

os fundamentos deduzidos no recurso ou nas contra-razões ou sobre vícios de procedimento que se verificarem no próprio acórdão.

9. A contrariedade dos votos com a prova é tema para novo julgamento.

10. É despropositado pretender manifestação do Tribunal sobre preceitos constitucionais, lançados de cambulhada, sem maiores explicitações pertinentes a omissões ou contradições.

11. A jurisprudência firme da Corte é no sentido de que o vice-governador está numa relação de subordinação em relação ao governador, sendo atingido pela decisão que cassa o registro ou o diploma pela prática de conduta vedada.

12. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral determinar os termos da execução das suas decisões.

13. Nas eleições disputadas em segundo turno (CF, art. 77, § 3º; Lei nº 9.504/97, art. 2º, § 1º), considera-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos. Não-incidência, na situação posta, da norma do art. 224 do Código Eleitoral.

14. Cassado o diploma de governador de estado, eleito em segundo turno, pela prática de ato tipificado como conduta vedada, deve ser diplomado o candidato que obteve o segundo lugar. Rejeitados os primeiros embargos. Recebidos os segundos.

53. Uma vez formalizado o convênio deverá ser dada ciência à Assembleia Legislativa do Estado, em cumprimento ao artigo 12 do Decreto Estadual nº 66.173/2021.

48. Tendo em vista o disposto no Decreto nº 61.476, de 03 de setembro de 2015, os convênios celebrados com base neste Parecer Referencial deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

54. Nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual substituição das orientações dele constantes.

55. O presente Parecer Referencial será válido até a data de 31/12/2025, salvo revogação ou substituição. Integram este parecer: Anexo I – Resolução PGE nº 29/2015; Anexo II - Declaração de Atendimento; Anexo III – Minuta convênio Municípios; Anexo IV – Minuta convênio entidades; Anexo V e VI – Termos Aditivos; e VII – Manual para processamento de emendas impositivas.

São Paulo, 9 de maio de 2025.

Edna Maria Farah Hervey Costa

Procuradora do Estado.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO I

Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015.

Regulamenta a elaboração de Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de racionalização dos trabalhos nas Consultorias Jurídicas;
CONSIDERANDO a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas;
CONSIDERANDO que a adoção de Parecer Referencial já está sedimentada no âmbito federal, conforme Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014.
RESOLVE:

Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da Chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

§ 1º – Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

§ 2º – A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas.

§ 3º – A análise de convênio, termo de parceria ou instrumento congênere, cuja minuta-padrão esteja fixada em decreto, poderá ser feita por Parecer Referencial, do qual deverão constar os necessários requisitos, limites e recomendações de índole jurídica, inclusive quanto ao respectivo Plano de Trabalho.

Artigo 2º - A Consultoria Jurídica fixará prazo de validade para o Parecer Referencial, não superior a um ano, de modo a garantir a atualidade da orientação.

Parágrafo único – Em caso de alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, o órgão da Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual necessidade de substituição da orientação precedente, sem prejuízo do dever funcional do Procurador do Estado de manter-se atualizado com a legislação e regulamentos editados e solicitar os ajustes pertinentes.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Artigo 3º - O Parecer Referencial deverá contar, além dos demais aplicáveis à elaboração de parecer, com os seguintes requisitos formais:

- I – na ementa: deverá constar a expressão “PARECER REFERENCIAL” e ser indicada a possibilidade de a orientação ser aplicada aos casos idênticos;
- II – na fundamentação: deverão ser indicadas as circunstâncias que ensejaram a sua adoção e as características do caso concreto que definem sua condição de paradigma;
- III – na conclusão: deverão constar os requisitos para sua utilização, indicados nesta resolução, e outros eventualmente aplicáveis ao caso analisado, bem como seu prazo de validade.

Artigo 4º - Para utilização do Parecer Referencial, a Administração deverá instruir os processos e expedientes administrativos congêneres com:

- I – cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica;
- II – declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

Artigo 5º - Caberá à Consultoria Jurídica dirimir as dúvidas da Administração sobre a aplicação do Parecer Referencial.

Artigo 6º - A superveniência da dispensa de manifestação das Consultorias Jurídicas, prevista no artigo 45, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), afasta a utilização de Parecer Referencial que verse sobre o tema.

Parágrafo único – A Consultoria Jurídica da Pasta deverá informar a Administração sobre a dispensa tratada no caput.

Artigo 7º - As Consultorias Jurídicas deverão encaminhar à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral arquivo eletrônico com o Parecer Referencial elaborado, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a aprovação da respectiva chefia.

Artigo 8º - A Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral poderá editar normas complementares à elaboração e utilização de Parecer Referencial.

Artigo 9º - As Consultorias Jurídicas deverão adequar os Pareceres Referenciais que já estejam em uso nas respectivas unidades ao regramento estabelecido nesta resolução.

Artigo 10 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
(Resolução PGE n 29/2015)

PROCESSO:

OBJETO:

Parecer Referencial n.º _____ / _____

DECLARO para os devidos fins que o caso concreto tratado neste expediente se enquadra, **integralmente**, nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial citado, e que serão seguidas as orientações nele contidas, nos termos da Resolução PGE 29/2015.

São Paulo _____, de _____ de 202_____

Assinatura da autoridade competente





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO III

MINUTA EXECUÇÃO EMENDA - MUNICÍPIOS

Convênio n.º
Processo n.º:

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Saúde e a Prefeitura Municipal de _____, visando ao fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, com o aporte de recursos financeiros provenientes de emendas impositivas previstas na Lei Orçamentária Anual- LOA.

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, com sede na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, n.º 188, São Paulo – Capital, neste ato representada pelo seu Secretário, _____, brasileiro, casado, médico, portador do RG. n.º _____, CPF n.º _____, doravante denominado SECRETARIA, e do outro lado o MUNICÍPIO DE _____ com sede na Rua _____, neste ato representado pelo Prefeito Municipal _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), RG. n.º _____, CPF n.º _____, doravante denominado MUNICÍPIO, com fundamento nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, em especial nos seus artigos 218 e seguintes; nas Leis federais n.ºs 8.080/90, 8.142/90 e 14.133/2021, no Decreto estadual n.º 66.173/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região de _____, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com _____ (despesa corrente/custeio e/ou despesa de capital/investimento, local de execução do objeto), conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente, em cumprimento à emenda impositiva (identificar) _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitado o limite do valor do repasse previsto na emenda parlamentar e a legislação vigente e após proposta previamente justificada pelo MUNICÍPIO e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Titular da SECRETARIA, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA

São atribuições da SECRETARIA:

Parecer Referencial CJ/SS n.º 21/2025

Página 26 de 48

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por EDNA MARIA FARAH HERVEY COSTA em 09/05/2025 às 08:59:22 BRT. A conferência pode ser realizada em <https://pgweb.sp.gov.br/autenticidade/BEC27348-C0CE-4855>



SESCAP2025073957DM



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

- a) repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- b) publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, a identificação das partes, o objeto do ajuste, o valor que será transferido, o nome do gestor do convênio e do signatário representante do MUNICÍPIO;
- c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados de acordo com o regulamento de compras do MUNICÍPIO;
- d) verificar a capacidade técnica da entidade;
- a) indicar o nome do gestor responsável pelo acompanhamento da execução do convênio e comunicar o MUNICÍPIO de qualquer alteração;
- e) prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando a SECRETARIA der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado; (verificar a pertinência conforme objeto do convênio);
- f) analisar a prestação de contas encaminhada pelo MUNICÍPIO de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS ATRIBUIÇÕES DA MUNICÍPIO

São atribuições do MUNICÍPIO:

- a) manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde, com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- b) indicar como representante _____ (nome completo, cargo e documento) que realizará a interlocução do MUNICÍPIO com a SECRETARIA;
- c) alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS;
- d) aplicar os recursos financeiros repassados pela SECRETARIA, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na execução do objeto do ajuste e na forma prevista no plano de trabalho, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 ou outra que lhe venha a substituir, bem como legislação municipal sobre contratos administrativos e segundo os princípios relacionados à aplicação de recursos públicos, em especial o da moralidade, impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;
- e) responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- f) assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio com o fim de permitir e facilitar o acesso de agentes relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;
- g) apresentar prestações de contas nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento, com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- h) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

responsabilidade solidária ou subsidiária do ESTADO a inadimplência do MUNICÍPIO em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, isenta de tarifa bancária, aberta junto ao Banco do Brasil;

j) manter registros, notas fiscais, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio, até a publicação de regularidade pelos órgãos competentes, independentemente do prazo legal;

k) assegurar que toda divulgação das ações objeto do convênio seja realizada com o consentimento prévio e formal do ESTADO, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado de São Paulo;

l) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado, e, caso se tornem desnecessários no estabelecimento do MUNICÍPIO, esta deve comunicar a SECRETARIA para que avalie a possibilidade de aproveitamento em outro serviço que integra o SUS, adotando o MUNICÍPIO as medidas para sua disponibilização;

m) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante a SECRETARIA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

n) comunicar de imediato à SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;

o) permitir e facilitar ao ESTADO e aos órgãos de fiscalização interna e externa, o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do objeto deste convênio;

p) restituir à SECRETARIA os valores transferidos em caso de inexecução do ajuste, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da denúncia ou rescisão do presente convênio;

q) observar a Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014 para conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes: I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; e III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

r) disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal (Comunicado SDG 16/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);

s) realizar pagamentos às pessoas físicas e jurídicas à conta do convênio de forma que seja possível a identificação do beneficiário final e mediante depósito em sua conta bancária;

t) manter atualizado em seu sítio na rede mundial de computadores informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a SECRETARIA;

u) comunicar a SECRETARIA sobre eventual alteração de representação do MUNICÍPIO, enviando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, os respectivos documentos;

v) cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais;

w) demonstrar que possui recursos para a contrapartida financeira, conforme plano de trabalho, se for o caso.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam vedadas as seguintes práticas por parte do MUNICÍPIO:

- a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pela SECRETARIA para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- b) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento;
- d) realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao paciente vinculado ao SUS por qualquer serviço referente à assistência a ele prestada;
- e) repassar os recursos recebidos para execução por outro ente público ou entidade de direito privado;
- f) efetuar pagamento a qualquer título a pessoa que não vinculada diretamente à execução do objeto do convênio ou sem a devida contraprestação para a execução do convênio;
- g) aplicar os recursos com despesas de taxas de administração ou assemelhada, tarifas, juros moratórios e multas e honorários advocatícios e pagamento de dívidas anteriormente contraídas;
- h) celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e ainda com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;
- i) contratar a prestação de serviço ou fornecimento de bens com empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, daqueles que exercem cargos em comissão de direção ou assessoramento vinculados aos quadros da SECRETARIA;
- j) aplicar os recursos repassados com despesas de pessoal;
- k) em observância à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie indevidos relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados.

CLÁUSULA QUARTA DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio serão destinados recursos financeiros, no montante global de R\$ _____ (_____), a ser repassado em _____ (_____ **parcelas mensais ou em parcela única**) no valor de R\$ _____ (_____), onerando a seguinte classificação orçamentária:

UGE:

Programa de Trabalho:

Natureza de despesa:

Fonte de recursos: Fundo Estadual de Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas no orçamento, devendo ser observadas as regras relativas à gestão orçamentária e financeira, em especial as previstas na Lei 4320/64, combinada com o decreto de encerramento do exercício e Decreto nº 63.894/2018.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PARÁGRAFO SEGUNDO – A liberação dos recursos está condicionada à inexistência de registros em nome do MUNICÍPIO junto ao CADIN ESTADUAL. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo MUNICÍPIO, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei estadual nº 12.799/2008.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os recursos serão liberados em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos que ensejem a suspensão dos repasses, em especial a verificação de situação que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, casos em que ficarão retidas até o saneamento das impropriedades verificadas.

PARÁGRAFO QUARTO – O MUNICÍPIO deverá manter os recursos transferidos em conta especial, no Banco do Brasil, e aplicados exclusivamente no cumprimento dos compromissos decorrentes deste convênio. **Banco do Brasil – Banco 001 – Agência _____ - Conta Corrente nº _____**. Eventual alteração da conta indicada deverá ser previamente comunicada pelo MUNICÍPIO à SECRETARIA que realizará as devidas anotações e publicação no D.O.E..

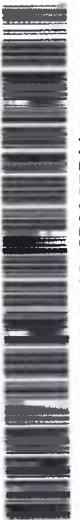
PARÁGRAFO QUINTO - Os recursos recebidos por este instrumento deverão ser aplicados no mercado financeiro, enquanto não forem empregados em sua finalidade, sendo que as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação dos recursos financeiros destinados à execução deste convênio, os partícipes deverão observar o quanto segue:

- a) no período correspondente ao intervalo entre a transferência dos recursos e a sua efetiva utilização, os valores correspondentes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S/A ou outra instituição financeira que venha a funcionar como Agente Financeiro do Tesouro do Estado, em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a sua utilização verificar-se em prazos inferiores a um mês;
- b) quando da prestação de contas tratada na CLÁUSULA SEXTA, deverão ser anexados os extratos bancários, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pela instituição financeira indicada;
- c) o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará o MUNICÍPIO à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse até a data do efetivo depósito;
- d) as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas para a execução do objeto do Convênio serão emitidas em nome do MUNICÍPIO, conforme o caso, devendo mencionar o número do presente Convênio SES nº ____/____;
- e) em caso de descumprimento parcial, o MUNICÍPIO deverá restituir, proporcionalmente, os valores repassados, observadas as demonstrações de despesas e justificativas por ela apresentadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O MUNICÍPIO demonstrará a existência de recurso financeiro, a título de contrapartida financeira, se for o caso, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA DO CONTROLE, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, devendo para tanto:

- a) avaliar o cumprimento das metas e o desempenho do MUNICÍPIO e os resultados alcançados na execução do objeto do convênio, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;
- b) monitorar o uso dos recursos financeiros mediante a solicitação de relatório ao MUNICÍPIO, que deverá apresentá-lo no prazo assinado pelo gestor do convênio;
- c) analisar a vinculação dos gastos ao objeto do convênio celebrado;
- d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas no local de realização do objeto do convênio com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;
- e) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo apontamentos e avaliação das justificativas eventualmente apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá observar as normas e instruções técnicas, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e deverá ser instruída, ao menos, com os seguintes documentos, conforme o objeto do convênio (despesa corrente/custeio e/ou despesa de capital/investimento):

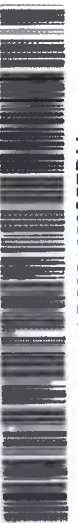
- I - quadro demonstrativo discriminando a receita e a despesa;
- II - relação dos pagamentos efetuados;
- III - relação de bens adquiridos e, no caso de material permanente, prova do respectivo registro patrimonial;
- IV - conciliação de saldo bancário;
- V - cópia do extrato bancário da conta específica;
- VI - relatório consolidado das atividades desenvolvidas contendo o comparativo entre as metas pactuadas no plano de trabalho e as metas realizadas;
- VII - demonstrativo de contrapartida financeira, se for o caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de prestação de contas parcial, está deverá ser apresentadas mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, acompanhadas de:

- a) relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;
- b) relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pela SECRETARIA, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A SECRETARIA informará ao MUNICÍPIO eventual irregularidade que deverá ser sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos aplicados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente, aplicando-se a remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação expedida pelo ESTADO, na conta FUNDES, Banco 001, Agência: 1897 X, Conta Corrente 100 919-2. - TESOUREIRO, Banco 001, Agência: _____





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

CLÁUSULA SÉTIMA DOS GESTORES DO CONVÊNIO

O gestor indicado pela SECRETARIA fará a interlocução técnica com o MUNICÍPIO, bem como o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização da execução do objeto do convênio, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter a SECRETARIA informada sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

- a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- b) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final;
- c) comunicar ao superior imediato a inexecução por culpa exclusiva do MUNICÍPIO;
- d) acompanhar as atividades desenvolvidas e monitorar a execução do objeto do convênio nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;
- e) solicitar, quando necessário, às atividades de monitoramento, a realização de reuniões com representantes legais do MUNICÍPIO para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica designado como gestor da SECRETARIA: [nome completo, cargo e lotação].

PARÁGRAFO SEGUNDO

O gestor do convênio poderá ser alterado a qualquer tempo pela SECRETARIA, por meio de simples apostilamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Fica designado como gestor do MUNICÍPIO: [nome e qualificação geral e função].

PARÁGRAFO QUARTO

Em caso de ausência temporária do gestor deverá ser indicado substituto que assumirá a gestão até o retorno daquele.

CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no Parágrafo Único da CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste do presente CONVÊNIO será de ____ (____) meses, tendo por termo inicial a data da assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

O presente poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, corroborado por parecer técnico favorável da área competente, e após aprovação da SECRETARIA, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no Decreto nº 66.173/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A vigência do presente Convênio nos exercícios financeiros subsequentes ao de sua assinatura estará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da SECRETARIA.

CLÁUSULA DÉCIMA DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, por infração legal, ou pela superveniência de norma legal, ou ainda denunciado por ato unilateral, mediante notificação prévia de ____ (____) dias, respeitada a obrigatoriedade de prestar contas dos recursos já recebidos. □

PARÁGRAFO ÚNICO

Se o MUNICÍPIO inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às consequências legais, em especial às previstas na Lei complementar nº 101/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio, não tendo ocorrido à utilização total dos recursos, fica o MUNICÍPIO obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da finalização do presente convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais responsabilidades.

PARÁGRAFO ÚNICO

A não restituição e inobservância do disposto no caput desta cláusula ensejará a imediata instauração dos procedimentos legais visando a restituição dos valores e comunicação dos órgãos de controle interno e externos, com a proposta das medidas legais cabíveis, dentre elas a tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I – Considera-se parte integrante do presente convênio, como se nele estivesse transcrito, o Plano de Trabalho;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

II – Aplicam-se às omissões deste convênio as Portarias e Resoluções que regem o Sistema Único de Saúde e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

III – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado, na presença das pessoas abaixo identificadas, para que produza todos os efeitos de direito.

São Paulo, ____ de ____ de 20__.

Prefeito Municipal

Secretário da Saúde

____ (cargo ou função):

1. _____

_____:

2. _____





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO IV

MINUTA CONVÊNIO – EMENDAS IMPOSITIVAS - ENTIDADES PRIVADAS

Convênio n.º

Processo n.º:

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Saúde e a _____, visando ao fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS com o aporte de recursos financeiros provenientes de **emendas impositivas previstas em Lei Orçamentária Anual- LOA.**

O **ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA DA SAÚDE**, com sede na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, n.º 188, São Paulo – Capital, neste ato representada pelo seu Secretário, _____, brasileiro, casado, médico, portador do RG. n.º _____, CPF n.º _____, doravante denominado **SECRETARIA**, e do outro lado a _____ (nome/designação dentro do Estatuto), CNPJ _____, CNES _____ com endereço a Rua _____, na cidade de _____, e com estatuto arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas de _____/SP, sob o n.º _____, neste ato representado pelo seu, _____, _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), RG. n.º _____, CPF n.º _____, doravante denominada **CONVENIADA**, com fundamento nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, em especial nos seus artigos 218 e seguintes; nas Leis federais n.ºs. 8.080/90, 8.142/90 e 14.133/201; no Decreto estadual n.º 66.173/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente Convênio, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região de _____, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com _____ no endereço _____, CNES _____ (despesa corrente/custeio e/ou despesa de capital/investimento), conforme **Plano de Trabalho anexo**, que integra o presente, em cumprimento à emenda impositiva _____ (identificar)_____.

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitado o valor do repasse previsto na emenda parlamentar e a





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

legislação vigente e após proposta previamente justificada pela Conveniada e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Titular da Secretaria, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA

São atribuições da **SECRETARIA**:

- a) repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio de acordo com o cronograma de desembolso que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- b) publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, a identificação das partes, o objeto do ajuste, o valor que será transferido, o nome do gestor do convênio e do signatário representante da **CONVENIADA**;
- c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados de acordo com o regulamento de compras da **CONVENIADA**;
- d) verificar a capacidade técnica da entidade;
- a) indicar o nome do gestor responsável pelo acompanhamento da execução do convênio e comunicar a **CONVENIADA** de qualquer alteração;
- e) prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando a **SECRETARIA** der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado; ~~(verificar a pertinência conforme objeto do convênio)~~
- f) analisar a prestação de contas encaminhada pela **CONVENIADA** de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS ATRIBUIÇÕES DA CONVENIADA

São atribuições da **CONVENIADA**:

- a) manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do SUS/SP com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- b) indicar como representante _____ (nome completo, cargo e documento) que realizará a interlocução da **CONVENIADA** com a **SECRETARIA**;
- c) alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS;
- d) aplicar os recursos financeiros repassados pela **SECRETARIA**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, exclusivamente na execução do objeto do ajuste e na forma prevista no plano de trabalho, de acordo com o regulamento de compras e segundo os princípios relacionados à aplicação de recursos públicos, em especial o da moralidade, impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;
- e) responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- f) assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio com o fim de permitir e facilitar o acesso de agentes





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;

g) apresentar prestações de contas nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento, com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

h) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do ESTADO a inadimplência da CONVENIADA em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, isenta de tarifa bancária, aberta junto ao Banco do Brasil;

j) manter registros, notas fiscais, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio, até a publicação de regularidade pelos órgãos competentes, independentemente do prazo legal;

k) assegurar que toda divulgação das ações objeto do convênio seja realizada com o consentimento prévio e formal do ESTADO, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado de São Paulo;

l) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado, e, caso se tornem desnecessários no estabelecimento da Conveniada, esta deve comunicar a SECRETARIA para que avalie a possibilidade de aproveitamento em outro estabelecimento de saúde que integra o SUS, adotando a CONVENIADA as medidas para sua disponibilização;

m) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante a SECRETARIA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

n) comunicar de imediato à SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;

o) permitir e facilitar ao ESTADO e aos órgãos de fiscalização interna e externa, o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do objeto deste convênio;

p) restituir à SECRETARIA os valores transferidos em caso de inexecução do ajuste, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da denúncia ou rescisão do presente convênio;

q) observar a Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014 para conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes: I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

r) disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal (Comunicado SDG 16/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);

s) realizar pagamentos às pessoas físicas e jurídicas à conta do convênio de forma que seja possível a identificação do beneficiário final, mediante depósito em sua conta bancária;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

- t) manter atualizado em seu sítio na rede mundial de computadores informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a SECRETARIA;
- u) comunicar a SECRETARIA, por sua instância situada na jurisdição da CONVENIADA, de eventual alteração de seus Estatutos ou de sua Diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos;
- v) cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções por escrito da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais;
- w) demonstrar que possui recurso para contrapartida financeira, conforme plano de trabalho, se for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam vedadas as seguintes práticas por parte da CONVENIADA:

- a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pela SECRETARIA para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- b) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento;
- d) realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao paciente vinculado ao SUS por qualquer serviço referente à assistência a ele prestada;
- e) repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- f) efetuar pagamento a qualquer título a pessoa que não vinculada diretamente à execução do objeto do convênio ou sem a devida contraprestação para a execução do convênio;
- g) aplicar os recursos com despesas de taxas de administração ou assemelhada, tarifas, juros moratórios e multas e honorários advocatícios e pagamento de dívidas anteriormente contraidas;
- h) celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e ainda com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;
- i) contratar a prestação de serviço ou fornecimento de bens com empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, daqueles que exercem cargos em comissão de direção ou assessoramento vinculados aos quadros da SECRETARIA;
- j) aplicar os recursos repassados com despesas de pessoal;
- k) em observância à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie indevidos relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados.

CLÁUSULA QUARTA DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio serão destinados recursos financeiros, no montante global de R\$ _____ (_____), a ser repassado em _____ (_____ parcelas mensais ou em parcela única) no valor de R\$ _____ (_____), onerando a seguinte classificação orçamentária:

UGE:

Programa de Trabalho:





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Natureza de despesa:

Fonte de recursos: Fundo Estadual de Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas no orçamento, devendo ser observadas as regras relativas à gestão orçamentária e financeira, em especial as previstas na Lei 4320/64, combinada com o decreto de encerramento do exercício e Decreto nº 63.894/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A liberação dos recursos está condicionada à inexistência de registros em nome da CONVENIADA junto ao CADIN ESTADUAL. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONVENIADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei estadual nº 12.799/2008.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os recursos serão liberados em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos de suspensão, em especial aqueles que ensejam a instauração de Tomada de Contas Especial, casos em que ficarão retidas até o saneamento das impropriedades verificadas.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONVENIADA deverá manter os recursos transferidos em conta especial, no Banco do Brasil, e aplicados exclusivamente no cumprimento dos compromissos decorrentes deste convênio. **Banco do Brasil – Banco 001 – Agência ____ - Conta Corrente nº ____**. Eventual alteração da conta indicada deverá ser previamente comunicada pela CONVENIADA à SECRETARIA que realizará as devidas anotações e publicação no D.O.E..

PARÁGRAFO QUINTO – Os recursos recebidos por este instrumento deverão ser aplicados no mercado financeiro, enquanto não forem empregados em sua finalidade, sendo que as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

PARÁGRAFO SEXTO – Na aplicação dos recursos financeiros destinados à execução deste convênio, os partícipes deverão observar o quanto segue:

- a) no período correspondente ao intervalo entre a transferência dos recursos e a sua efetiva utilização, os valores correspondentes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S/A ou outra instituição financeira que venha a funcionar como Agente Financeiro do Tesouro do Estado, em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a sua utilização verificar-se em prazos inferiores a um mês;
- b) quando da prestação de contas tratada na CLÁUSULA SEXTA, deverão ser anexados os extratos bancários, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pela instituição financeira indicada;
- c) o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará a CONVENIADA à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse até a data do efetivo depósito;
- d) as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas para a execução do objeto do Convênio serão emitidas em nome da CONVENIADA, conforme o caso, devendo no ato da emissão constar o número do presente instrumento no formato “Convênio SES nº ____/____”;
- e) em caso de descumprimento parcial, a CONVENIADA deverá restituir, proporcionalmente, os valores repassados, observadas as demonstrações de despesas e justificativas por ela apresentadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

A CONVENIADA demonstrará a existência de recurso financeiro, a título de contrapartida financeira, se for o caso, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA DO CONTROLE, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, devendo para tanto:

- a) avaliar o cumprimento das metas e o desempenho da CONVENIADA e os resultados alcançados na execução do objeto do convênio, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;
- b) monitorar o uso dos recursos financeiros mediante a solicitação de relatório à CONVENIADA, que deverá apresentá-lo no prazo assinado pelo gestor do convênio;
- c) analisar a vinculação dos gastos ao objeto do convênio celebrado;
- d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas no local de realização do objeto do convênio com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;
- e) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo apontamentos e avaliação das justificativas eventualmente apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas pela CONVENIADA dos recursos recebidos da SECRETARIA deverá observar as normas e instruções técnicas, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e deverá ser instruída, ao menos, com os seguintes documentos, conforme o objeto do convênio (despesa corrente/custeio e/ou despesa de capital/investimento):

- I - quadro demonstrativo discriminando a receita e a despesa;
- II - relação dos pagamentos efetuados;
- III - relação de bens adquiridos e, no caso de material permanente, prova do respectivo registro patrimonial;
- IV - conciliação de saldo bancário;
- V - cópia do extrato bancário da conta específica;
- VI - relatório consolidado das atividades desenvolvidas contendo o comparativo entre as metas pactuadas no plano de trabalho e as metas realizadas;
- VII - comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- VIII - demonstrativo de contrapartida financeira, se for o caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de prestação de contas parcial, está deverá ser apresentada mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, acompanhadas de:

- a) relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;
- b) relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pela SECRETARIA, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas, notas fiscais emitidas com indicação do número do Convênio.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PARÁGRAFO SEGUNDO - A SECRETARIA informará à CONVENIADA eventual irregularidade que deverá ser sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos aplicados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente, aplicando-se a remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação expedida pelo ESTADO, na conta _____, relativa à fonte dos recursos transferidos, ou seja, FUNDES ou TESOIRO (adaptar conforme o caso, deve destinar-se à mesma fonte da origem dos recursos) abaixo indicadas: FUNDES, Banco 001, Agência: 1897 X, Conta Corrente 100 919-2, - TESOIRO, Banco 001, Agência: _____

CLÁUSULA SÉTIMA DOS GESTORES DO CONVÊNIO

O gestor indicado pela SECRETARIA fará a interlocução técnica com a CONVENIADA, bem como o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização da execução do objeto do convênio, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter A SECRETARIA informada sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

- informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final;
- comunicar ao superior imediato a inexecução por culpa exclusiva da CONVENIADA;
- acompanhar as atividades desenvolvidas e monitorar a execução do objeto do convênio nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;
- solicitar, quando necessário, às atividades de monitoramento, a realização de reuniões com representantes legais da CONVENIADA para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica designado como Gestor da SECRETARIA: [nome completo, cargo e lotação].

PARÁGRAFO SEGUNDO

O gestor do convênio poderá ser alterado a qualquer tempo pela SECRETARIA, por meio de simples apostilamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Fica designado como Gestor da CONVENIADA: [nome e qualificação geral e função].

PARÁGRAFO QUARTO

Em caso de ausência temporária do gestor deverá ser indicado substituto que assumirá a gestão até o retorno daquele.

CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

O presente Convênio poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no Parágrafo Único da CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste do presente CONVÊNIO será de ____ (____) meses, tendo por termo inicial a data da assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O presente poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, corroborado por parecer técnico favorável da área competente, e após aprovação pela SECRETARIA, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 10, §1º, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A vigência do presente Convênio nos exercícios financeiros subsequentes ao de sua assinatura estará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento anual.

CLÁUSULA DÉCIMA DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, por infração legal, ou pela superveniência de norma legal, ou ainda denunciado por ato unilateral, mediante notificação prévia de ____ (____) dias, respeitada a obrigatoriedade de prestar contas dos recursos já recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Se a CONVENIADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei 6.544/89 e demais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio, não tendo ocorrido à utilização total dos recursos, fica a CONVENIADA obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da finalização do presente convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais responsabilidades.

PARÁGRAFO ÚNICO

A não restituição e inobservância do disposto no caput desta cláusula ensejará a imediata instauração dos procedimentos legais visando a restituição dos valores e comunicação dos órgãos de controle interno e externos, com a proposta das medidas legais cabíveis, dentre elas a tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição da entidade no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I – Considera-se parte integrante do presente convênio, como se nele estivesse transcrito, o Plano de Trabalho;

II – Aplicam-se às omissões deste convênio as Portarias e Resoluções que regem o Sistema Único de Saúde e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

III – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado, na presença das pessoas abaixo identificadas, para que produza todos os efeitos de direito.

São Paulo, ____ de ____ de 202__.

Diretor presidente - Instituição

Secretário da Saúde

:

1. _____

:

2. _____





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO V

MINUTA DE TERMO ADITIVO COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

PROCESSO Nº _____
TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº _____

____º Termo Aditivo ao Convênio nº ____/____
 firmado entre o Estado de São Paulo, por
 intermédio da Secretaria da Saúde, e
 o(a)____, TENDO POR OBJETO A
 ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
 PARA _____ (especificar as alterações do
 Plano de Trabalho, p.ex., prorrogação da
 vigência até ____/____/____, alteração do
 cronograma de desembolso, etc...) visando o
 cumprimento de emenda parlamentar

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE, com sede na Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, n.º 188, São Paulo – SP, neste ato representada pelo seu Secretário, _____, brasileiro, casado, médico, portador do RG. n.º 17.321.176, CPF n.º 111.746.368-07, devidamente autorizado pelo Decreto Estadual nº 43.046, de 22 de abril de 1998, doravante denominado SECRETARIA, e do outro lado o(a) _____, C.N.P.J. n.º _____, com endereço a Rua _____, neste ato representado por _____, portadora do RG n.º _____, CPF n.º _____, doravante denominada (o) CONVENIADA/MUNICÍPIO, considerando: a) que em _____ foi celebrado o Convênio nº _____ tendo por objeto _____; b) que a (o) CONVENIADA/MUNICÍPIO comprovou, perante a SECRETARIA, que mantém as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas à época do ajuste; c) que o aditamento do convênio foi expressamente autorizado e justificado por escrito pela autoridade competente, conforme Processo nº _____, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o ____º Termo Aditivo ao Convênio nº ____/____, o que ora fazem nos termos a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº ____/____, para _____ (especificar as alterações do Plano de Trabalho, p.ex., prorrogação da vigência até ____/____/____, alteração do cronograma de desembolso, inclusão de _____, etc...), sem alteração do objeto do convênio, nos termos do novo plano de trabalho que segue como Anexo I deste instrumento, e conforme justificativa, parecer técnico favorável ratificado pelo Sr. Secretário da Saúde e detalhamento constante do processo nº: _____.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Termo Aditivo, e de acordo com o novo cronograma de desembolso do plano de trabalho alterado - que segue como Anexo I deste instrumento, a SECRETARIA transferirá recursos financeiros à (ao) CONVENIADA/MUNICÍPIO em acréscimo aos recursos já repassados, o montante de _____ em _____ parcelas, no valor mensal de R\$ _____ (_____), perfazendo um montante de R\$ _____ (_____), destinados _____, onerando a classificação orçamentária:

UGE:

Programa de Trabalho:

Natureza de despesa:

Fonte de Financiamento:

PARÁGRAFO ÚNICO

A (O) CONVENIADA/MUNICÍPIO deverá manter os recursos transferidos por meio do presente aditivo em conta especial, no Banco do Brasil, aplicados exclusivamente no cumprimento dos compromissos decorrentes deste convênio. Banco do Brasil – Banco: 001, Agência: _____, Conta: _____.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições do convênio não alteradas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Este instrumento será publicado, por extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

E por estarem assim, justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas, que também o assinam para todos os fins e efeitos de direito.

São Paulo, ____ de ____ de 2024.

(Diretor Presidente)
Instituição

Secretário da Saúde

Prefeito

1. _____

2. _____





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO ADITIVO SEM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

PROCESSO Nº _____

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº _____

____º Termo de Aditivo ao Convênio nº ____/____
firmado entre o Estado de São Paulo, por
intermédio da Secretaria da Saúde, e a
(o)____, TENDO POR OBJETO A
ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
PARA _____ (especificar as alterações do
Plano de Trabalho, p.ex., prorrogação da
vigência até ____/____/____, alteração do
cronograma de desembolso, etc...) visando o
cumprimento de emenda parlamentar

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com sede na Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, n.º 188, São Paulo – SP, neste ato representada pelo seu Secretário, _____, brasileiro, casado, médico, portador do RG. n.º 17.321.176, CPF n.º 111.746.368-07, devidamente autorizado pelo Decreto Estadual n.º 43.046, de 22 de abril de 1998, doravante denominado SECRETARIA, e do outro lado o(a) _____, C.N.P.J. n.º _____, com endereço a Rua _____, neste ato representado por _____, portadora do RG n.º _____, CPF n.º _____, doravante denominada (o) CONVENIADA/MUNICÍPIO, considerando: a) que em _____ foi celebrado o Convênio n.º ____/____ tendo por objeto _____; b) que a (o) CONVENIADA/MUNICÍPIO comprovou, perante a SECRETARIA que mantém as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas à época do ajuste; c) que o aditamento do convênio foi expressamente autorizado e justificado por escrito pela autoridade competente, conforme Processo n.º _____, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o ____º Termo Aditivo ao Convênio nº ____/____, o que ora fazem nos termos a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº ____/____, para _____ (especificar as alterações do Plano de Trabalho, p.ex., prorrogação da vigência até ____/____/____, alteração do cronograma de desembolso, inclusão de serviços de __, etc...), sem alteração do objeto do convênio, nos termos do novo plano de trabalho





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

que segue como Anexo I deste instrumento, e conforme justificativa, parecer técnico favorável ratificado pelo Sr. Secretário da Saúde, e detalhamento constante do processo nº: _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições do convênio não alteradas pelo presente instrumento. E por estarem assim, justa e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas, que também o assinam para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Este instrumento será publicado, por extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

E por estarem assim, justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas, que também o assinam para todos os fins e efeitos de direito.

São Paulo, ____ de ____ de 202_.

(Diretor Presidente)
Instituição

Secretário da Saúde

ou

Prefeito

1. _____

2. _____





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ANEXO VII – CADERNO DE AÇÕES PARA EMENDAS INDIVIDUAIS
IMPOSITIVAS 2025

Arquivo anexo

<https://www.governo.sp.gov.br/caderno-de-acoes/>

Parecer Referencial CJ/SS n.º 21/2025

Página 48 de 48

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por EDNA MARIA FARAH HERVEY COSTA em 09/05/2025 às 08:59:22 BRT. A conferência pode ser realizada em <https://pgweb.sp.gov.br/autenticidade/BEC27348-C0CE-4855>



SESCAP2025073957DM



fls. 1



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 024.00181723-2023-18
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO: PARECER REFERENCIAL - CONVÊNIO

Aprovo o Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Encaminhem-se os autos à Chefia de Gabinete da Pasta, para conhecimento do aludido pronunciamento e dsuas recomendações.

Consultoria Jurídica da Secretária da Saúde, 9 de maio de 2025.

Marcelo Grandi Giroldo
Procurador do Estado Chefe.

Este documento é uma cópia fiel do original assinado digitalmente por MARCELO GRANDI GIROLDI em 09/05/2025 às 15:22:04 BRT. A conferência pode ser realizada em <https://pgeweb.sp.gov.br/autenticidade/BEC27348-C0CE-4855>



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 04/07/2025 às 10:40:45
Documento Nº: 3888219A5076950 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3888219A5076950>



SESCAP2025073957DM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

CRONOGRAMA FÍSICO - DESEMBOLSO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

OBRA:

Reforma Centro de Saúde Central

**MUNICÍPIO
GARAPAVA**

PRAZO PROPOSTO

INÍCIO:

FINAL:

DATA BASE:
nov. 2024

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	1a. ETAPA		2a. ETAPA		3a. ETAPA		TOTAL
			PERÍODO: 210 dias		PERÍODO:		PERÍODO:		
			PRAZO DE LIBERAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	PRAZO DE LIBERAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	PRAZO DE LIBERAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	
1	Reforma Centro de Saúde Central	m2	788,67						788,67
		R\$	268.195,81						268.195,81
RECURSOS ESTADUAIS			250.000,00						250.000,00
RECURSOS PRÓPRIOS			18.195,81						18.195,81
TOTAL			268.195,81						268.195,81

gmb

774.126.0074: 004 00 0000 0000 0000 0000 0000 0000
 0000 0000 0000 0000 0000 0000 0000 0000
 0000 0000 0000 0000 0000 0000 0000 0000
 0000 0000 0000 0000 0000 0000 0000 0000

ASSINATURA:

KLEBER BIZARRO MENEZES

Argº Urb.º CAU/BR: A223721-0

JOSE HUMBERTO LACERDA RODRIGUES:06475270814

ASSINATURA: 270814

DR. JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 31/07/2025 às 08:26:25
Documento N°: 3956144A5169852 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3956144A5169852>



SESCAP2025083610DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO MUNICÍPIO PARA CELEBRAR CONVÊNIOS - CRMC

Validade: 16 de Agosto de 2025

CRMC Nº: 252_1673160842

Data de Emissão: 29/07/2025

Prefeitura Municipal de Igarapava

CNPJ 45.324.290/0001-67

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413

Centro - SP - CEP:14540-000

Certificamos que o Município acima identificado está inscrito no **Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo**, de acordo com o Decreto nº 52.479 de 14 de Dezembro de 2007.

Para fins de celebração de convênio o presente Certificado substitui os documentos relacionados nos artigos 5º, inciso VI, 8º, incisos I a VI, do Decreto nº 59.215, de 21 de Maio de 2013, e no artigo 27, alínea c, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Documentos Arquivados	Validade
• Certidão declaratória de efetivo exercício de cargo do Prefeito	31/12/2025
• Cópias autenticadas do RG e CPF do Prefeito	Sem Vencimento
• Declaração de que o Município vem aplicando regularmente o mínimo de 25% dos impostos no ensino	31/12/2025
• Declaração que a formalização de convênio com o Governo do Estado de São Paulo não contraria a Lei Orgânica do Município	31/12/2025
• Declaração que o município não incorre nas vedações impostas pela Lei Complementar nº 101	31/12/2025
• Declaração de que o Município está em dia com as prestações de contas referentes a recursos recebidos do Estado	31/12/2025
• Comprovante de encaminhamento do prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado referente ao último exercício	31/03/2026
• Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	16/08/2025
• Certidão Negativa de Débito - CND	06/09/2025

SP-2819/085451596878029202507



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 31/07/2025 às 10:19:23
Documento Nº: 3956725A5170603 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3956725A5170603>



SESCAP2025083733DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO MUNICÍPIO

É - CRMC

Validade: 06 de Setembro de 2025

CRMC Nº: 252_2065362908

Data de Emissão: 08/08/2025

Prefeitura Municipal de Igarapava

CNPJ 45.324.290/0001-67

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413

Centro - SP - CEP:14540-000

Certificamos que o Município acima identificado está inscrito no **Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo**, de acordo com o Decreto nº 52.479 de 14 de Dezembro de 2007.

Para fins de celebração de convênio o presente Certificado substitui os documentos relacionados nos artigos 5º, inciso VI, 8º, incisos I a VI, do Decreto nº 59.215, de 21 de Maio de 2013, e no artigo 27, alínea c, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Documentos Arquivados	Validade
• Certidão declaratória de efetivo exercício de cargo do Prefeito	31/12/2025
• Cópias autenticadas do RG e CPF do Prefeito	Sem Vencimento
• Declaração de que o Município vem aplicando regularmente o mínimo de 25% dos impostos no ensino	31/12/2025
• Declaração que a formalização de convênio com o Governo do Estado de São Paulo não contraria a Lei Orgânica do Município	31/12/2025
• Declaração que o município não incorre nas vedações impostas pela Lei Complementar nº 101	31/12/2025
• Declaração de que o Município está em dia com as prestações de contas referentes a recursos recebidos do Estado	31/12/2025
• Comprovante de encaminhamento do prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado referente ao último exercício	31/03/2026
• Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	06/09/2025
• Certidão Negativa de Débito - CND	06/09/2025

SP-1/135834891093208202508



Assinado com senha por: RONALDO HILÁRIO DOS SANTOS - 08/08/2025 às 13:59:11
Documento Nº: 3977503A5200123 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3977503A5200123>

SESCAP2025086042DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSULTA CADIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ 45324290000167

Rua Dr. Gabriel Vilela, 413 -

Centro - • CEP:14540000

Certificamos que **NÃO CONSTAM PENDÊNCIAS** no CADIN para a entidade acima identificada.

Consulta realizada por:

RONALDO HILÁRIO DOS SANTOS (02143015836)

Em: 08/08/2025 14:03:10



Assinado com senha por: RONALDO HILÁRIO DOS SANTOS - 08/08/2025 às 14:03:49
Documento N°: 3977530A5200188 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3977530A5200188>



SESCAP2025086047DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DE GOVERNO E REL.INSTITUCIONAIS

FOLHA CAPA EMENDA 2025.030.64882

Parlamentar: Delegada Graciela	Ação: Saúde
CNPJ do Beneficiário: 45.324.290/0001-67	Órgão/Entidade: SECRETARIA DA SAÚDE
Beneficiário: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA	Objeto: REFORMA DO POSTO DE SAÚDE
Município: Igarapava	Valor (R\$): 250.000,00
Ano Referência: 2025	

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE FRANCA
CNPJ Nº 46.374.500/0068-00



Franca, 12 de agosto de 2025.


Ofício DRSVIII - CPA nº 070/2025
SMSJS


Prezados,

Considerando a Demanda 86286 da Prefeitura Municipal de Igarapava, da Emenda Parlamentar LOA nº 2025.030.64882, no valor de R\$ 250.000,00, vimos pelo presente retificar o nº do Parecer Referencial, o correto é nº 21/2025 e o nº da Lei Federal é 14.133/21, nos pareceres Administrativo, técnico e do parecer técnico do diretor do DRS.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos através do telefone (16) 3713 - 4313 (Silvana ou Marília).

Atenciosamente,


Silvana M. S. J. Santos
ATSP I
DRS VIII Franca

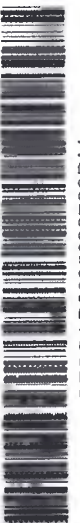

Ricardo de Oliveira Bessa
Diretor Técnico de Saúde III
DRS VIII - Franca

À CGOF/GGCON

Av. Wilson Sábio de Melo, nº. 1833, Polo Industrial São Bernardo | CEP 14406-781 | Franca/SP
Fone: (0XX16) 3713-4399/4314 | Fax: (0XX16) 3722-0567
e-mail: drs8@saude.sp.gov.br



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 12/08/2025 às 09:57:26
Documento Nº: 3983816A5208333 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3983816A5208333>



SESCAP2025086766DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



ANÁLISE ADMINISTRATIVA GGCON

Parecer: APROVADO

Demanda n.º: **086286**

Processo: **SES-PRC-2025-00434-DM**

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

Tratam os autos de repasse de recursos destinados a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, no valor total de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, a ser liberado em parcela única, destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, conforme Plano de Trabalho, parte integrante do ajuste.

Por todo o exposto e tendo em vista a justificativa técnica apresentada pelo Departamento Regional de Saúde, ratificado pela Coordenadoria de Regiões de Saúde – CRS, informamos que não há óbice à celebração de Convênio entre as partes, nos termos do artigo 184, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações, e o Decreto nº 66.173/2021, conforme previsão orçamentária, através do Fundo Estadual de Saúde.

Sobre esse assunto foi emitido o Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025, e considerando que o caso concreto relativo ao ajuste em comento se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do Parecer mencionado, tendo seguidas as orientações ali contidas, o Diretor (a) do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA, assinou o anexo II.

Em cumprimento à legislação que regulamenta a matéria, no tocante à área administrativa, foram analisados os documentos de Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal, nos termos da legislação vigente, estando nesta data, dentro do prazo de validade.

Com esses elementos, encaminhamos ao **Gabinete do Senhor Secretário** para, se de acordo, aprovar o Plano de Trabalho, bem como assinar o Convênio em questão.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:34:14
Documento N°: 086286A5214661 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214661>



SESPAA2025011687DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA



DECLARAÇÃO DO TCE

Parecer: APROVADO

Conveniente: Secretaria Estadual da Saúde

CNPJ/MF nº: 46.374.500/0001-94

Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ/MF nº: 45.324.290/0001-67

Processo nº: SES-PRC-2025-00434-DM

Vigência: 30/06/2026

Objeto: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Assunto: Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal de Contas

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de responsável pelo Grupo de Gestão de Convênios – GGCon e sob as penas da Lei, que os documentos atinentes ao correspondente ajuste, encontram-se no respectivo processo à disposição do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:34:14
Documento N°: 086286A5214662 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214662>



SESPAA2025011688DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

JUSTIFICATIVA PARA FIRMAR CONVÊNIO

Parecer: APROVADO

PROCESSO: SES-PRC-2025-00434-DM

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

ASSUNTO: Celebração de Convênio

Em atenção à solicitação do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA** quanto à celebração de convênio, cujo objeto é promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região do **DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA**, mediante a transferência de recursos financeiros no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, e, atendendo ao disposto no artigo nº 155, da Instrução nº 001/2024 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vimos, por meio deste, apresentar as justificativas para se firmar o convênio.

O convênio em referência se enquadra nas hipóteses contempladas nos artigos 23, 25 e 26 da Lei 8080/1990, e 20 e seguintes do Cap. III, da Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado, uma vez que se refere ao financiamento complementar das ações de saúde no estado de São Paulo, exclusivamente no que venha a satisfazer interesses comuns dos partícipes.

Tal conduta da Secretaria de Estado da Saúde se dá tendo em vista que é notório conhecimento de todos que a capacidade de prestação dos serviços a serem executados diretamente pelo Estado encontra-se no seu limite, carecendo, portanto, de ações públicas complementares, muitas vezes efetivadas por parcerias com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, aptas a desenvolver e executar os ditames do Sistema Único de Saúde - SUS.

Destacamos que, tanto a Constituição quanto a Lei Orgânica da Saúde permitem que o Poder Público ofereça serviços de saúde à população, mediante a participação de terceiros (art. 199, § 1º da Constituição e art. 24 da LOS), sendo as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos elencados por preferência para participar complementarmente, do SUS (art. 25 – LOS), mediante celebração de Convênio.

Assim, ao considerarmos os argumentos declarados pela área técnica do DRS-VIII FRANCA, em face de ações de saúde que serão implementadas através da celebração do Convênio em referência, justificamos a relevância e oportunidade na celebração da avença em face da continuidade do SUS na região.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:34:15
Documento N°: 086286A5214663 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214663>



SESPAA2025011689DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

JUSTIFICATIVA PARA FIRMAR CONVÊNIO

Parecer: APROVADO

PROCESSO: **SES-PRC-2025-00434-DM**

INTERESSADO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

ASSUNTO: Celebração de Convênio

Em atenção à solicitação do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA** quanto à celebração de convênio, cujo objeto é promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região do **DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA**, mediante a transferência de recursos financeiros no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, e, atendendo ao disposto no artigo nº 155, da Instrução nº 001/2024 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vimos, por meio deste, apresentar as justificativas para se firmar o convênio.

O convênio em referência se enquadra nas hipóteses contempladas nos artigos 23, 25 e 26 da Lei 8080/1990, e 20 e seguintes do Cap. III, da Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado, uma vez que se refere ao financiamento complementar das ações de saúde no estado de São Paulo, exclusivamente no que venha a satisfazer interesses comuns dos partícipes.

Tal conduta da Secretaria de Estado da Saúde se dá tendo em vista que é notório conhecimento de todos que a capacidade de prestação dos serviços a serem executados diretamente pelo Estado encontra-se no seu limite, carecendo, portanto, de ações públicas complementares, muitas vezes efetivadas por parcerias com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, aptas a desenvolver e executar os ditames do Sistema Único de Saúde - SUS.

Destacamos que, tanto a Constituição quanto a Lei Orgânica da Saúde permitem que o Poder Público ofereça serviços de saúde à população, mediante a participação de terceiros (art. 199, § 1º da Constituição e art. 24 da LOS), sendo as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos elencados por preferência para participar complementarmente, do SUS (art. 25 – LOS), mediante celebração de Convênio.

Assim, ao considerarmos os argumentos declarados pela área técnica do DRS-VIII FRANCA, em face de ações de saúde que serão implementadas através da celebração do Convênio em referência, justificamos a relevância e oportunidade na celebração da avença em face da continuidade do SUS na região.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:34:15
Documento N°: 086286A5214664 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214664>



SESPAA2025011690DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA



Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PROCESSO: SES-PRC-2025-00434-DM

OBJETO: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Parecer Referencial n.º 21/2025

ANEXO I

Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015.

elaboração de Parecer

Consultorias Jurídicas e sua

Administração Pública.

Regulamenta a

Referencial pelas

Utilização pela

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização dos trabalhos nas Consultorias Jurídicas;

CONSIDERANDO a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas;

CONSIDERANDO que a adoção de Parecer Referencial já está sedimentada no âmbito federal, conforme Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da Chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

§ 1º – Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

§ 2º – A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas.

§ 3º – A análise de convênio, termo de parceria ou instrumento congênere, cuja minuta-padrão esteja fixada em decreto, poderá ser feita por Parecer Referencial, do qual deverão constar os necessários requisitos, limites e recomendações de índole jurídica, inclusive quanto ao respectivo Plano de Trabalho.

Artigo 2º - A Consultoria Jurídica fixará prazo de validade para o Parecer Referencial, não superior a um ano, de modo a garantir a atualidade da orientação.



SESDS2025001484DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA



Parágrafo único – Em caso de alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, o órgão da Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual necessidade de substituição da orientação precedente, sem prejuízo do dever funcional do Procurador do Estado de manter-se atualizado com a legislação e regulamentos editados e solicitar os ajustes pertinentes.

Artigo 3º - O Parecer Referencial deverá contar, além dos demais aplicáveis à elaboração de parecer, com os seguintes requisitos formais:

I – na ementa: deverá constar a expressão “PARECER REFERENCIAL” e ser indicada a possibilidade de a orientação ser aplicada aos casos idênticos;

II – na fundamentação: deverão ser indicadas as circunstâncias que ensejaram a sua adoção e as características do caso concreto que definem sua condição de paradigma;

III – na conclusão: deverão constar os requisitos para sua utilização, indicados nesta resolução, e outros eventualmente aplicáveis ao caso analisado, bem como seu prazo de validade.

Artigo 4º - Para utilização do Parecer Referencial, a Administração deverá instruir os processos e expedientes administrativos congêneres com:

I – cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica;

II – declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

Artigo 5º - Caberá à Consultoria Jurídica dirimir as dúvidas da Administração sobre a aplicação do Parecer Referencial.

Artigo 6º - A superveniência da dispensa de manifestação das Consultorias Jurídicas, prevista no artigo 45, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), afasta a utilização de Parecer Referencial que verse sobre o tema.

Parágrafo único – A Consultoria Jurídica da Pasta deverá informar a Administração sobre a dispensa tratada no caput.

Artigo 7º - As Consultorias Jurídicas deverão encaminhar à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral arquivo eletrônico com o Parecer Referencial elaborado, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a aprovação da respectiva chefia. Artigo 8º - A Subprocuradoria Geral do Estado da Consultoria Geral poderá editar normas complementares à elaboração e utilização de Parecer Referencial.

Artigo 9º - As Consultorias Jurídicas deverão adequar os Pareceres Referenciais que já estejam em uso nas respectivas unidades ao regramento estabelecido nesta resolução.

Artigo 10 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 13 de Agosto de 2025



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:34:51
Documento N°: 086286A5214666 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214666>



SESDS2025001484DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA



ANÁLISE ADMINISTRATIVA GGCON

Parecer: APROVADO

Demanda n.º: **086286**

Processo: **SES-PRC-2025-00434-DM**

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

Tratam os autos de repasse de recursos destinados a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, no valor total de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, a ser liberado em parcela única, destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, conforme Plano de Trabalho, parte integrante do ajuste.

Por todo o exposto e tendo em vista a justificativa técnica apresentada pelo Departamento Regional de Saúde, ratificado pela Coordenadoria de Regiões de Saúde – CRS, informamos que não há óbice à celebração de Convênio entre as partes, nos termos do artigo 184, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações, e o Decreto nº 66.173/2021, conforme previsão orçamentária, através do Fundo Estadual de Saúde.

Sobre esse assunto foi emitido o Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025, e considerando que o caso concreto relativo ao ajuste em comento se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do Parecer mencionado, tendo seguidas as orientações ali contidas, o Diretor (a) do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA, assinou o anexo II.

Em cumprimento à legislação que regulamenta a matéria, no tocante à área administrativa, foram analisados os documentos de Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal, nos termos da legislação vigente, estando nesta data, dentro do prazo de validade.

Com esses elementos, encaminhamos ao **Gabinete do Senhor Secretário** para, se de acordo, aprovar o Plano de Trabalho, bem como assinar o Convênio em questão.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:37:18
Documento N°: 086286A5214731 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214731>



SESPAA2025011691DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA



DECLARAÇÃO DO TCE

Parecer: APROVADO

Conveniente: Secretaria Estadual da Saúde

CNPJ/MF nº: 46.374.500/0001-94

Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ/MF nº: 45.324.290/0001-67

Processo nº: SES-PRC-2025-00434-DM

Vigência: 31/08/2026

Objeto: Custeio ▪ Prestação de serviço ▪ reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Assunto: Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal de Contas

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de responsável pelo Grupo de Gestão de Convênios – GGCon e sob as penas da Lei, que os documentos atinentes ao correspondente ajuste, encontram-se no respectivo processo à disposição do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:37:19
Documento N°: 086286A5214732 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214732>



SESPAA2025011692DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA



JUSTIFICATIVA PARA FIRMAR CONVÊNIO

Parecer: APROVADO

PROCESSO: **SES-PRC-2025-00434-DM**

INTERESSADO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

ASSUNTO: Celebração de Convênio

Em atenção à solicitação do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA** quanto à celebração de convênio, cujo objeto é promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região do **DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA**, mediante a transferência de recursos financeiros no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, e, atendendo ao disposto no artigo nº 155, da Instrução nº 001/2024 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vimos, por meio deste, apresentar as justificativas para se firmar o convênio.

O convênio em referência se enquadra nas hipóteses contempladas nos artigos 23, 25 e 26 da Lei 8080/1990, e 20 e seguintes do Cap. III, da Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado, uma vez que se refere ao financiamento complementar das ações de saúde no estado de São Paulo, exclusivamente no que venha a satisfazer interesses comuns dos partícipes.

Tal conduta da Secretaria de Estado da Saúde se dá tendo em vista que é notório conhecimento de todos que a capacidade de prestação dos serviços a serem executados diretamente pelo Estado encontra-se no seu limite, carecendo, portanto, de ações públicas complementares, muitas vezes efetivadas por parcerias com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, aptas a desenvolver e executar os ditames do Sistema Único de Saúde - SUS.

Destacamos que, tanto a Constituição quanto a Lei Orgânica da Saúde permitem que o Poder Público ofereça serviços de saúde à população, mediante a participação de terceiros (art. 199, § 1º da Constituição e art. 24 da LOS), sendo as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos elencados por preferência para participar complementarmente, do SUS (art. 25 – LOS), mediante celebração de Convênio.

Assim, ao considerarmos os argumentos declarados pela área técnica do DRS-VIII FRANCA, em face de ações de saúde que serão implementadas através da celebração do Convênio em referência, justificamos a relevância e oportunidade na celebração da avença em face da continuidade do SUS na região.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:37:19
Documento Nº: 086286A5214733 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214733>



SESPAA20250 11693DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA

232

JUSTIFICATIVA PARA FIRMAR CONVÊNIO

Parecer: APROVADO

PROCESSO: **SES-PRC-2025-00434-DM**

INTERESSADO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

ASSUNTO: Celebração de Convênio

Em atenção à solicitação do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA** quanto à celebração de convênio, cujo objeto é promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região do **DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA**, mediante a transferência de recursos financeiros no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, e, atendendo ao disposto no artigo nº 155, da Instrução nº 001/2024 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vimos, por meio deste, apresentar as justificativas para se firmar o convênio.

O convênio em referência se enquadra nas hipóteses contempladas nos artigos 23, 25 e 26 da Lei 8080/1990, e 20 e seguintes do Cap. III, da Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado, uma vez que se refere ao financiamento complementar das ações de saúde no estado de São Paulo, exclusivamente no que venha a satisfazer interesses comuns dos partícipes.

Tal conduta da Secretaria de Estado da Saúde se dá tendo em vista que é notório conhecimento de todos que a capacidade de prestação dos serviços a serem executados diretamente pelo Estado encontra-se no seu limite, carecendo, portanto, de ações públicas complementares, muitas vezes efetivadas por parcerias com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, aptas a desenvolver e executar os ditames do Sistema Único de Saúde - SUS.

Destacamos que, tanto a Constituição quanto a Lei Orgânica da Saúde permitem que o Poder Público ofereça serviços de saúde à população, mediante a participação de terceiros (art. 199, § 1º da Constituição e art. 24 da LOS), sendo as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos elencados por preferência para participar complementarmente, do SUS (art. 25 – LOS), mediante celebração de Convênio.

Assim, ao considerarmos os argumentos declarados pela área técnica do DRS-VIII FRANCA, em face de ações de saúde que serão implementadas através da celebração do Convênio em referência, justificamos a relevância e oportunidade na celebração da avença em face da continuidade do SUS na região.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:37:20
Documento N°: 086286A5214734 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214734>



SESPAA2025011694DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PROCESSO: SES-PRC-2025-00434-DM

OBJETO: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Parecer Referencial n.º 21/2025

ANEXO I

Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015.

elaboração de Parecer

Consultorias Jurídicas e sua

Administração Pública.

Regulamenta a

Referencial pelas

Utilização pela

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalização dos trabalhos nas Consultorias Jurídicas;

CONSIDERANDO a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas;

CONSIDERANDO que a adoção de Parecer Referencial já está sedimentada no âmbito federal, conforme Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da Chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

§ 1º - Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

§ 2º - A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas.

§ 3º - A análise de convênio, termo de parceria ou instrumento congênere, cuja minuta-padrão esteja fixada em decreto, poderá ser feita por Parecer Referencial, do qual deverão constar os necessários requisitos, limites e recomendações de índole jurídica, inclusive quanto ao respectivo Plano de Trabalho.

Artigo 2º - A Consultoria Jurídica fixará prazo de validade para o Parecer Referencial, não superior a um ano, de modo a garantir a atualidade da orientação.



SESDS2025001485DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA



Parágrafo único – Em caso de alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, o órgão da Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual necessidade de substituição da orientação precedente, sem prejuízo do dever funcional do Procurador do Estado de manter-se atualizado com a legislação e regulamentos editados e solicitar os ajustes pertinentes.

Artigo 3º - O Parecer Referencial deverá contar, além dos demais aplicáveis à elaboração de parecer, com os seguintes requisitos formais:

I – na ementa: deverá constar a expressão “PARECER REFERENCIAL” e ser indicada a possibilidade de a orientação ser aplicada aos casos idênticos;

II – na fundamentação: deverão ser indicadas as circunstâncias que ensejaram a sua adoção e as características do caso concreto que definem sua condição de paradigma;

III – na conclusão: deverão constar os requisitos para sua utilização, indicados nesta resolução, e outros eventualmente aplicáveis ao caso analisado, bem como seu prazo de validade.

Artigo 4º - Para utilização do Parecer Referencial, a Administração deverá instruir os processos e expedientes administrativos congêneres com:

I – cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica;

II – declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

Artigo 5º - Caberá à Consultoria Jurídica dirimir as dúvidas da Administração sobre a aplicação do Parecer Referencial.

Artigo 6º - A superveniência da dispensa de manifestação das Consultorias Jurídicas, prevista no artigo 45, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), afasta a utilização de Parecer Referencial que verse sobre o tema.

Parágrafo único – A Consultoria Jurídica da Pasta deverá informar a Administração sobre a dispensa tratada no caput.

Artigo 7º - As Consultorias Jurídicas deverão encaminhar à Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral arquivo eletrônico com o Parecer Referencial elaborado, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a aprovação da respectiva chefia. Artigo 8º - A Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral poderá editar normas complementares à elaboração e utilização de Parecer Referencial.

Artigo 9º - As Consultorias Jurídicas deverão adequar os Pareceres Referenciais que já estejam em uso nas respectivas unidades ao regramento estabelecido nesta resolução.

Artigo 10 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 13 de Agosto de 2025



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 13/08/2025 às 12:39:13
Documento N°: 086286A5214767 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5214767>



SESDS2025001485DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

MINUTA

Convênio n.º 001145/2025

Processo n.º: SES-PRC-2025-00434-DM

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Saúde e a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, visando ao fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA com o aporte de recursos financeiros provenientes de emendas impositivas previstas em Lei Orçamentária Anual - LOA.

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, com sede na Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, n.º 188, São Paulo – Capital, neste ato representada pelo seu Secretário, ELEUSES VIEIRA DE PAIVA, brasileiro, casado, médico, portador do RG. n.º 5.943.754-6, CPF n.º 353.542.676-68 doravante denominado **SECRETARIA**, e do outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, CNPJ 45.324.290/0001-67, com sede na Rua Dr. Gabriel Vilela n.º 413, na cidade de Igarapava, neste ato representado pelo Prefeito, JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES, brasileiro, Casado, Médico, RG. n.º 13.200.001-5, CPF n.º 064.752.708-14, doravante denominada **MUNICÍPIO**, com fundamento nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, em especial nos seus artigos 218 e seguintes; nas Leis federais n.º 8.080/90, 8.142/90 e 14.133/2021; no Decreto estadual n.º 66.173/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, no endereço Rua Saldanha Marinho, 930 - CEP 14.540-000, na cidade de Igarapava, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente, em cumprimento à emenda impositiva n.º 2025.030.64882.

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitado o limite do valor do repasse previsto na emenda parlamentar e a legislação vigente e após proposta previamente justificada pelo MUNICÍPIO e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Titular da SECRETARIA, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA

São atribuições da SECRETARIA:

a) repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;



SESMIN2025000842DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

- b) publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, a identificação das partes, o objeto do ajuste, o valor que será transferido, o nome do gestor do convênio e do signatário representante do MUNICÍPIO;
- c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados de acordo com o regulamento de compras do MUNICÍPIO;
- d) verificar a capacidade técnica da entidade;
- e) indicar o nome do gestor no âmbito do Departamento Regional de Saúde atuante na área técnica e administrativa, responsável pelo acompanhamento da execução do convênio e comunicar o MUNICÍPIO de qualquer alteração;
- f) analisar a prestação de contas encaminhada pelo MUNICÍPIO de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

São atribuições do MUNICÍPIO:

- a) manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde/ SP com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- b) indicar como representante **JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES**, Prefeito, RG. n.º 13.200.001-5, CPF n.º 064.752.708-14 que realizará a interlocução da MUNICÍPIO com a SECRETARIA.
- c) alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS;
- d) aplicar os recursos financeiros repassados pela SECRETARIA, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na execução do objeto do ajuste e na forma prevista no plano de trabalho, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 ou outra que lhe venha a substituir, bem como legislação municipal sobre contratos administrativos e segundo os princípios relacionados à aplicação de recursos públicos, em especial o da moralidade, impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;
- e) responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- f) assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio com o fim de permitir e facilitar o acesso de agentes relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;
- g) apresentar prestações de contas nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento, com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- h) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da SECRETARIA a inadimplência do MUNICÍPIO em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

- i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, isenta de tarifa bancária, aberta junto ao Banco do Brasil;
- j) manter registros, notas fiscais, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio, até a publicação de regularidade pelos órgãos competentes, independentemente do prazo legal;
- k) assegurar que toda divulgação das ações objeto do convênio seja realizada com o consentimento prévio e formal do ESTADO, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado de São Paulo;
- l) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado, e, caso se tornem desnecessários no estabelecimento do MUNICÍPIO esta deve comunicar a SECRETARIA para que avalie a possibilidade de aproveitamento em outro serviço que integra o SUS, adotando o MUNICÍPIO as medidas para sua disponibilização.
- m) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante a SECRETARIA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;
- n) comunicar de imediato à SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;
- o) permitir e facilitar ao ESTADO e aos órgãos de fiscalização interna e externa, o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do objeto deste convênio;
- p) restituir à SECRETARIA os valores transferidos em caso de inexecução do ajuste, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da denúncia ou rescisão do presente convênio;
- q) observar a Lei Federal n.º 12.846/2013 e ao Decreto Estadual n.º 60.106/2014 para conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes: I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada; II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; e III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- r) disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros: os termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal (Comunicado SDG 16/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);
- s) realizar pagamentos às pessoas físicas e jurídicas à conta do convênio de forma que seja possível a identificação do beneficiário final e mediante depósito em sua conta bancária) manter atualizado em seu sítio na rede mundial de computadores informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a SECRETARIA;
- t) manter atualizado em seu sítio na rede mundial de computadores informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a SECRETARIA;
- u) comunicar a SECRETARIA sobre eventual alteração de representação do MUNICÍPIO, enviando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, os respectivos documentos;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

v) cumprir a Lei Federal n.º 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais;

w) demonstrar que possui recursos para a contrapartida financeira, conforme plano de trabalho, se for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam vedadas as seguintes práticas por parte do MUNICÍPIO:

a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pela SECRETARIA para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

b) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento;

d) realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao paciente vinculado ao SUS por qualquer serviço referente à assistência a ele prestada;

e) repassar os recursos recebidos para execução por outro ente público ou entidade de direito privado;

f) efetuar pagamento a qualquer título a pessoa que não vinculada diretamente à execução do objeto do convênio ou sem a devida contraprestação para a execução do convênio;

g) aplicar os recursos com despesas de taxas de administração ou assemelhada, tarifas, juros moratórios e multas e honorários advocatícios e pagamento de dívidas anteriormente contraidas;

h) celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e ainda com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;

i) contratar a prestação de serviço ou fornecimento de bens com empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, daqueles que exercem cargo sem comissão de direção ou assessoramento vinculados aos quadros da SECRETARIA;

j) aplicar os recursos repassados com despesas de pessoal;

k) em observância à Lei Federal n.º 12.846/2013 e ao Decreto Estadual n.º 60.106/2014, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie indevidos relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio serão destinados recursos financeiros, no montante global de **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais), a ser repassado em parcela única, onerando a seguinte classificação orçamentária:

UGE: 090196- CGOF-Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira

Programa de Trabalho: 10302512562730000 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES





The first part of the paper discusses the importance of the
 Journal of Management Education in the field of management
 education. It highlights the journal's role in providing
 a platform for the dissemination of research findings and
 the advancement of the discipline. The second part of the
 paper focuses on the journal's commitment to diversity and
 inclusion, emphasizing the need for a more equitable and
 representative body of research. The third part of the
 paper discusses the journal's efforts to promote the use of
 research in management education, highlighting the
 importance of evidence-based practice. The fourth part of
 the paper discusses the journal's commitment to
 transparency and accountability, emphasizing the need for
 open access and the sharing of research data. The fifth
 part of the paper discusses the journal's commitment to
 the development of the field of management education,
 highlighting the importance of ongoing research and
 innovation. The final part of the paper discusses the
 journal's commitment to the advancement of the
 discipline, highlighting the importance of the
 Journal of Management Education in the field of
 management education.

SESMIN2025000842DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

PARÁGRAFO SÉTIMO - O MUNICÍPIO demonstrará a existência de recurso financeiro, a título de contrapartida financeira, se for o caso, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTROLE, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, devendo para tanto:

- a) avaliar o cumprimento das metas e o desempenho do MUNICÍPIO e os resultados alcançados na execução do objeto do convênio, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;
- b) monitorar o uso dos recursos financeiros mediante a solicitação de relatório ao MUNICÍPIO que deverá apresentá-lo no prazo assinado pelo gestor do convênio;
- c) analisar a vinculação dos gastos ao objeto do convênio celebrado;
- d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas no local de realização do objeto do convênio com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;
- e) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo apontamentos e avaliação das justificativas eventualmente apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo MUNICÍPIO dos recursos recebidos da SECRETARIA deverá ser entregue até 31/01 do exercício subsequente, observando as normas e instruções técnicas, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e deverá ser instruída, ao menos, com os seguintes documentos, conforme o objeto do convênio:

- I - quadro demonstrativo discriminando a receita e a despesa;
- II - relação dos pagamentos efetuados;
- III - relação de bens adquiridos e, no caso de material permanente, prova do respectivo registro patrimonial;
- IV - conciliação de saldo bancário;
- V - cópia do extrato bancário da conta específica;
- VI - relatório consolidado das atividades desenvolvidas contendo o comparativo entre as metas pactuadas no plano de trabalho e as metas realizadas;
- VII - demonstrativo de contrapartida financeira, se for o caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de prestação de contas parcial, esta deverá ser apresentada mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, acompanhadas de, ou conforme solicitação da SECRETARIA, acompanhada de:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA



a) relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;

b) relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pela SECRETARIA, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas, notas fiscais emitidas com indicação do número do Convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A SECRETARIA informará ao MUNICÍPIO eventual irregularidade que deverá ser sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos aplicados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente, aplicando-se a remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação expedida pelo ESTADO, na conta relativa à fonte dos recursos transferidos, ou seja, no TESOUREO abaixo indicada:

- TESOUREO, Banco 001 / Agência: 1897 X / Conta Corrente: 009.401-3.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS GESTORES DO CONVÊNIO

O gestor indicado pela SECRETARIA fará a interlocução técnica com o MUNICÍPIO bem como o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização da execução do objeto do convênio, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter a SECRETARIA informada sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

b) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final;

c) comunicar ao superior imediato a inexecução por culpa exclusiva do MUNICÍPIO;

d) acompanhar as atividades desenvolvidas e monitorar a execução do objeto do convênio nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;

e) solicitar, quando necessário, às atividades de monitoramento, a realização de reuniões com representantes legais do MUNICÍPIO para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica designado como Gestoras da SECRETARIA: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO, Diretor Técnico de Saúde I, CPF n.º: 337.420.488-05 e RG n.º: 34.033.717-5, SILVANA MARCIA SÃO JOÃO SANTOS, Assessor Técnico de Saúde Pública I, RG n.º: 17883777-5 e CPF n.º: 122.364.048-59, ambas lotadas no DRS-VIII FRANCA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O gestor do convênio poderá ser alterado a qualquer tempo pela SECRETARIA, por meio de simples apostilamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica designado como Gestor do MUNICÍPIO: LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA, Diretor do Departamento de Saúde, CPF n.º: 014.554.451-69 e RG n.º 1455445169.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de ausência temporária do gestor deverá ser indicado substituto que assumirá a gestão até o retorno daquele.



SESMIN2025000842DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no Parágrafo Único da CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste do presente CONVÊNIO será até **31/08/2026** tendo por termo inicial a data da assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, corroborado por parecer técnico favorável da área competente, e após aprovação da SECRETARIA, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no Decreto n.º 66.173/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A vigência do presente Convênio nos exercícios financeiros subsequentes ao de sua assinatura estará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da SECRETARIA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

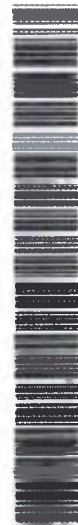
Este Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, por infração legal, ou pela superveniência de norma legal, ou ainda denunciado por ato unilateral, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, respeitada a obrigatoriedade de prestar contas dos recursos já recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o MUNICÍPIO inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às consequências legais, em especial às previstas na Lei complementar n.º 101/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio, não tendo ocorrido à utilização total dos recursos, fica o MUNICÍPIO obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da finalização do presente convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais responsabilidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - A não restituição e inobservância do disposto no caput desta cláusula ensejará a imediata instauração dos procedimentos legais visando a restituição dos valores e comunicação dos órgãos de controle interno e externos, com a proposta das medidas legais cabíveis, dentre elas a tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN estadual, nos termos da Lei n.º 12.799, de 11 de janeiro de 2008.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado – DOE, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I – Considera-se parte integrante do presente convênio, como se nele estivesse transcrito:

a. Plano de Trabalho;

b. Anexo I - Resolução PGE nº 29/15;

c. Anexo II - Declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial;

II – Aplicam-se às omissões deste convênio as Portarias e Resoluções que regem o Sistema Único de Saúde e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

III – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente Convênio, lido e achado, vai por elas assinado digitalmente, pelas pessoas abaixo identificadas, para que produzam todos os efeitos de direito.



Assinado com senha por: KAREN DE OLIVEIRA DELFINO - 13/08/2025 às 15:57:15
Documento N°: 086286A5216696 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5216696>



SESMIN2025000842DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPTO.REG.SAUDE - DRS-VIII FRANCA

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

(Resolução PGE n 29/2015)

Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PROCESSO: SES-PRC-2025-00434-DM

OBJETO: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Parecer Referencial n.º 21/2025

DECLARO para os devidos fins que o caso concreto tratado neste expediente se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial citado, e que serão seguidas as orientações nele contidas, nos termos da Resolução PGE 29/2015.

São Paulo, 14 de Agosto de 2025

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Diretor Técnico de Saúde III
DIRETORIADODRSVIII-FRANCA-CRS/DRS8



Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 14/08/2025 às 13:59:42
Documento N°: 3991842A5219753 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3991842A5219753>



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

DECLARAÇÃO DO TCE

Parecer: APROVADO

Conveniente: Secretaria Estadual da Saúde

CNPJ/MF nº: 46.374.500/0001-94

Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ/MF nº: 45.324.290/0001-67

Processo nº: SES-PRC-2025-00434-DM

Vigência: 31/08/2026

Objeto: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Assunto: Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal de Contas

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de responsável pelo Grupo de Gestão de Convênios – GGCon e sob as penas da Lei, que os documentos atinentes ao correspondente ajuste, encontram-se no respectivo processo à disposição do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

São Paulo, 14 de Agosto de 2025

MARILSA DA SILVA E SILVA
Diretor Técnico III
CGOF / GRUPO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS SUS/SP
Assinado pelo substituto THIAGO ALMEIDA DA SILVA



Assinado com senha por: THIAGO ALMEIDA DA SILVA - 14/08/2025 às 19:20:56
Documento N°: 3993166A5221488 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3993166A5221488>

Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

ANÁLISE ADMINISTRATIVA GGCON

APROVADO

Demanda n.º: **086286**

Processo: **SES-PRC-2025-00434-DM**

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

Tratam os autos de repasse de recursos destinados a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, no valor total de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, a ser liberado em parcela única, destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, conforme Plano de Trabalho, parte integrante do ajuste.

Por todo o exposto e tendo em vista a justificativa técnica apresentada pelo Departamento Regional de Saúde, ratificado pela Coordenadoria de Regiões de Saúde – CRS, informamos que não há óbice à celebração de Convênio entre as partes, nos termos do artigo 184, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações, e o Decreto nº 66.173/2021, conforme previsão orçamentária, através do Fundo Estadual de Saúde.

Sobre esse assunto foi emitido o Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025, e considerando que o caso concreto relativo ao ajuste em comento se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do Parecer mencionado, tendo seguidas as orientações ali contidas, o Diretor (a) do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA, assinou o anexo II.

Em cumprimento à legislação que regulamenta a matéria, no tocante à área administrativa, foram analisados os documentos de Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Regularidade Fiscal, nos termos da legislação vigente, estando nesta data, dentro do prazo de validade.

Com esses elementos, encaminhamos ao **Gabinete do Senhor Secretário** para, se de acordo, aprovar o Plano de Trabalho, bem como assinar o Convênio em questão.

São Paulo, 18 de Agosto de 2025

MARILSA DA SILVA E SILVA
Diretor Técnico III
CGOF / GRUPO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS SUS/SP
Assinado pelo substituto THIAGO ALMEIDA DA SILVA

TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER
Coordenador
CGOF / COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA / GABINETE DO COORDENADOR



Assinado com senha por: THIAGO ALMEIDA DA SILVA - 14/08/2025 às 19:20:55
Assinado com senha por: TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER - 18/08/2025 às 08:47:14
Documento N°: 3996584A5226130 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3996584A5226130>



SESPAA2025011895DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

JUSTIFICATIVA PARA FIRMAR CONVÊNIO

Parecer: APROVADO

PROCESSO: **SES-PRC-2025-00434-DM**

INTERESSADO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

ASSUNTO: Celebração de Convênio

Em atenção à solicitação do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA** quanto à celebração de convênio, cujo objeto é promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região do **DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA**, mediante a transferência de recursos financeiros no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados a **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, referente a **Emenda LOA**, e, atendendo ao disposto no artigo nº 155, da Instrução nº 001/2024 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vimos, por meio deste, apresentar as justificativas para se firmar o convênio.

O convênio em referência se enquadra nas hipóteses contempladas nos artigos 23, 25 e 26 da Lei 8080/1990, e 20 e seguintes do Cap. III, da Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado, uma vez que se refere ao financiamento complementar das ações de saúde no estado de São Paulo, exclusivamente no que venha a satisfazer interesses comuns dos partícipes.

Tal conduta da Secretaria de Estado da Saúde se dá tendo em vista que é notório conhecimento de todos que a capacidade de prestação dos serviços a serem executados diretamente pelo Estado encontra-se no seu limite, carecendo, portanto, de ações públicas complementares, muitas vezes efetivadas por parcerias com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, aptas a desenvolver e executar os ditames do Sistema Único de Saúde - SUS.

Destacamos que, tanto a Constituição quanto a Lei Orgânica da Saúde permitem que o Poder Público ofereça serviços de saúde à população, mediante a participação de terceiros (art. 199, § 1º da Constituição e art. 24 da LOS), sendo as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos elencados por preferência para participar complementarmente, do SUS (art. 25 – LOS), mediante celebração de Convênio.

Assim, ao considerarmos os argumentos declarados pela área técnica do DRS-VIII FRANCA, em face de ações de saúde que serão implementadas através da celebração do Convênio em referência, justificamos a relevância e oportunidade na celebração da avença em face da continuidade do SUS na região.

São Paulo, 18 de Agosto de 2025

MARILSA DA SILVA E SILVA
Diretor Técnico III
CGOF / GRUPO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS SUS/SP
Assinado pelo substituto THIAGO ALMEIDA DA SILVA

TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER
Coordenador





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

CGOF / COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA / GABINETE DO COORDENADOR



Assinado com senha por: THIAGO ALMEIDA DA SILVA - 14/08/2025 às 19:20:57
Assinado com senha por: TATIANA DE CARVALHO COSTA LINSCHER - 18/08/2025 às 08:47:17
Documento Nº: 3996584A5226132 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3996584A5226132>

Classif. Documental	001.01.05.006
---------------------	---------------



SESPAR2025016855DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

TERMO DE CONVÊNIO

Convênio n.º 001145/2025

Processo n.º: SES-PRC-2025-00434-DM

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Saúde e a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, visando ao fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA com o aporte de recursos financeiros provenientes de emendas impositivas previstas em Lei Orçamentária Anual - LOA.

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, com sede na Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, n.º 188, São Paulo – Capital, neste ato representada pelo seu Secretário, ELEUSES VIEIRA DE PAIVA, brasileiro, casado, médico, portador do RG. n.º 5.943.754-6, CPF n.º 353.542.676-68 doravante denominado **SECRETARIA**, e do outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, CNPJ 45.324.290/0001-67, com sede na Rua Dr. Gabriel Vilela n.º 413, na cidade de Igarapava, neste ato representado pelo Prefeito, JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES, brasileiro, Casado, Médico, RG. n.º 13.200.001-5, CPF n.º 064.752.708-14, doravante denominada **MUNICÍPIO**, com fundamento nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, em especial nos seus artigos 218 e seguintes; nas Leis federais n.º 8.080/90, 8.142/90 e 14.133/2021; no Decreto estadual n.º 66.173/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região do DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com **Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava**, no endereço Rua Saldanha Marinho, 930 - CEP 14.540-000, na cidade de Igarapava, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente, em cumprimento à emenda impositiva n.º 2025.030.64882.

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitado o limite do valor do repasse previsto na emenda parlamentar e a legislação vigente e após proposta previamente justificada pelo MUNICÍPIO e parecer técnico favorável do órgão competente e ratificado pelo Titular da SECRETARIA, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA

São atribuições da SECRETARIA:

a) repassar os recursos financeiros previstos para a execução do objeto do convênio, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;

b) publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, a identificação das partes, o objeto do ajuste, o valor que será transferido, o nome do gestor do convênio e do signatário representante do MUNICÍPIO;



SESTER2025001448DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

- c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados de acordo com o regulamento de compras do MUNICÍPIO;
- d) verificar a capacidade técnica da entidade;
- e) indicar o nome do gestor no âmbito do Departamento Regional de Saúde atuante na área técnica e administrativa, responsável pelo acompanhamento da execução do convênio e comunicar o MUNICÍPIO de qualquer alteração;
- f) analisar a prestação de contas encaminhada pelo MUNICÍPIO de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

São atribuições do MUNICÍPIO:

- a) manter as condições técnicas necessárias ao bom atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde/ SP com zelo pela qualidade das ações e serviços oferecidos, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- b) indicar como representante **JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES**, Prefeito, RG. n.º 13.200.001-5, CPF n.º 064.752.708-14 que realizará a interlocução da MUNICÍPIO com a SECRETARIA.
- c) alimentar, regularmente, os bancos de dados dos sistemas de informação de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS;
- d) aplicar os recursos financeiros repassados pela SECRETARIA, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na execução do objeto do ajuste e na forma prevista no plano de trabalho, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 ou outra que lhe venha a substituir, bem como legislação municipal sobre contratos administrativos e segundo os princípios relacionados à aplicação de recursos públicos, em especial o da moralidade, impessoalidade, da economicidade e da razoabilidade;
- e) responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- f) assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto do convênio com o fim de permitir e facilitar o acesso de agentes relacionados à fiscalização a todos os documentos relativos à execução do objeto do convênio, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;
- g) apresentar prestações de contas nos termos da Cláusula Sexta deste instrumento, com relatórios de execução do objeto e de execução financeira de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- h) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da SECRETARIA a inadimplência do MUNICÍPIO em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do convênio ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto do convênio em uma única, exclusiva e específica conta bancária, isenta de tarifa bancária, aberta junto ao Banco do Brasil;
- j) manter registros, notas fiscais, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto do convênio, até a publicação de regularidade pelos órgãos competentes, independentemente do prazo legal;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

k) assegurar que toda divulgação das ações objeto do convênio seja realizada com o consentimento prévio e formal do ESTADO, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado de São Paulo;

l) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado, e, caso se tornem desnecessários no estabelecimento do MUNICÍPIO esta deve comunicar a SECRETARIA para que avalie a possibilidade de aproveitamento em outro serviço que integra o SUS, adotando o MUNICÍPIO as medidas para sua disponibilização.

m) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto do convênio, pelo que responderá diretamente perante a SECRETARIA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

n) comunicar de imediato à SECRETARIA a ocorrência de qualquer fato relevante à execução do presente convênio;

o) permitir e facilitar ao ESTADO e aos órgãos de fiscalização interna e externa, o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do objeto deste convênio;

p) restituir à SECRETARIA os valores transferidos em caso de inexecução do ajuste, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da denúncia ou rescisão do presente convênio;

q) observar a Lei Federal n.º 12.846/2013 e ao Decreto Estadual n.º 60.106/2014 para conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes: I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada; II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; e III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

r) disponibilizar, em seu sítio na rede mundial de computadores, informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros: os termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal (Comunicado SDG 16/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);

s) realizar pagamentos às pessoas físicas e jurídicas à conta do convênio de forma que seja possível a identificação do beneficiário final e mediante depósito em sua conta bancária) manter atualizado em seu sítio na rede mundial de computadores informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a SECRETARIA;

t) manter atualizado em seu sítio na rede mundial de computadores informações em que se disponibilizem dados para acompanhamento público da parceria com a SECRETARIA;

u) comunicar a SECRETARIA sobre eventual alteração de representação do MUNICÍPIO, enviando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, os respectivos documentos;

v) cumprir a Lei Federal n.º 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Convênio e observar as instruções da SECRETARIA no tratamento de dados pessoais;

w) demonstrar que possui recursos para a contrapartida financeira, conforme plano de trabalho, se for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam vedadas as seguintes práticas por parte do MUNICÍPIO:

a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos repassados pela SECRETARIA para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

- b) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste instrumento;
- d) realizar qualquer cobrança direta ou indireta ao paciente vinculado ao SUS por qualquer serviço referente à assistência a ele prestada;
- e) repassar os recursos recebidos para execução por outro ente público ou entidade de direito privado;
- f) efetuar pagamento a qualquer título a pessoa que não vinculada diretamente à execução do objeto do convênio ou sem a devida contraprestação para a execução do convênio;
- g) aplicar os recursos com despesas de taxas de administração ou assemelhada, tarifas, juros moratórios e multas e honorários advocatícios e pagamento de dívidas anteriormente contraídas;
- h) celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e ainda com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual;
- i) contratar a prestação de serviço ou fornecimento de bens com empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, daqueles que exercem cargo sem comissão de direção ou assessoramento vinculados aos quadros da SECRETARIA;
- j) aplicar os recursos repassados com despesas de pessoal;
- k) em observância à Lei Federal n.º 12.846/2013 e ao Decreto Estadual n.º 60.106/2014, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie indevidos relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio serão destinados recursos financeiros, no montante global de **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais), a ser repassado em parcela única, onerando a seguinte classificação orçamentária:

UGE: 090196- CGOF-Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira

Programa de Trabalho: 10302512562730000 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

Natureza de despesa: 334039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Fonte de recursos: Fundo Estadual de Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas no orçamento, devendo ser observadas as regras relativas à gestão orçamentária e financeira, em especial as previstas na Lei n.º 4320/64, combinada com o decreto de encerramento do exercício e Decreto n.º 63.894/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A liberação dos recursos está condicionada à inexistência de registros em nome do MUNICÍPIO junto ao CADIN ESTADUAL. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo MUNICÍPIO de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei estadual n.º 12.799/2008.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos serão liberados em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos que ensejarem a suspensão dos repasses, em especial a verificação de situação que enseje a





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE



instauração de Tomada de Contas Especial, casos em que ficarão retidas até o saneamento das impropriedades verificadas.

PARÁGRAFO QUARTO – O MUNICÍPIO deverá manter os recursos transferidos em conta especial, no Banco do Brasil, e aplicados exclusivamente no cumprimento dos compromissos decorrentes deste convênio. Banco do Brasil – Banco 001 – Agência 0419-7 - Conta Corrente nº. 42025-5. Eventual alteração da conta indicada deverá ser previamente comunicada pelo MUNICÍPIO à SECRETARIA que realizará as devidas anotações e publicação no D.O.E.

PARÁGRAFO QUINTO - Os recursos recebidos por este instrumento deverão ser aplicados no mercado financeiro, enquanto não forem empregados em sua finalidade, sendo que as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação dos recursos financeiros destinados à execução deste convênio, os partícipes deverão observar o quanto segue:

- a) no período correspondente ao intervalo entre a transferência dos recursos e a sua efetiva utilização, os valores correspondentes deverão ser aplicados, por intermédio do Banco do Brasil S/A ou outra instituição financeira que venha a funcionar como Agente Financeiro do Tesouro do Estado, em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a sua utilização verificar-se em prazos inferiores a um mês;
- b) quando da prestação de contas tratada na CLÁUSULA SEXTA, deverão ser anexados os extratos bancários, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pela instituição financeira indicada;
- c) o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará o MUNICÍPIO à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse até a data do efetivo depósito;
- d) as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas para a execução do objeto do Convênio serão emitidas em nome do MUNICÍPIO, conforme o caso, devendo mencionar o número do presente convênio SES/SP no ato da emissão constar o número do presente instrumento no formato "Convênio SES n.º 001145/2025";
- e) em caso de descumprimento parcial, o MUNICÍPIO poderá ser obrigada restituir, proporcionalmente, os valores repassados, observadas as demonstrações de despesas e justificativas por ela apresentadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O MUNICÍPIO demonstrará a existência de recurso financeiro, a título de contrapartida financeira, se for o caso, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTROLE, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, devendo para tanto:

- a) avaliar o cumprimento das metas e o desempenho do MUNICÍPIO e os resultados alcançados na execução do objeto do convênio, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;
- b) monitorar o uso dos recursos financeiros mediante a solicitação de relatório ao MUNICÍPIO que deverá apresentá-lo no prazo assinado pelo gestor do convênio;
- c) analisar a vinculação dos gastos ao objeto do convênio celebrado;



SESTER2025001448DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE



d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas no local de realização do objeto do convênio com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

e) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo apontamentos e avaliação das justificativas eventualmente apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo MUNICÍPIO dos recursos recebidos da SECRETARIA deverá ser entregue até 31/ 01 do exercício subsequente, observando as normas e instruções técnicas, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e deverá ser instruída, ao menos, com os seguintes documentos, conforme o objeto do convênio:

I - quadro demonstrativo discriminando a receita e a despesa;

II - relação dos pagamentos efetuados;

III - relação de bens adquiridos e, no caso de material permanente, prova do respectivo registro patrimonial;

IV - conciliação de saldo bancário;

V - cópia do extrato bancário da conta específica;

VI - relatório consolidado das atividades desenvolvidas contendo o comparativo entre as metas pactuadas no plano de trabalho e as metas realizadas;

VII – demonstrativo de contrapartida financeira, se for o caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de prestação de contas parcial, esta deverá ser apresentada mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, acompanhada de, ou conforme solicitação da SECRETARIA, acompanhada de:

a) relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;

b) relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pela SECRETARIA, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas, notas fiscais emitidas com indicação do número do Convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A SECRETARIA informará ao MUNICÍPIO eventual irregularidade que deverá ser sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos aplicados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres Públicos, corrigidos monetariamente, aplicando-se a remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação expedida pelo ESTADO, na conta relativa à fonte dos recursos transferidos, ou seja, no TESOIRO abaixo indicada:

- TESOIRO, Banco 001 / Agência: 1897 X / Conta Corrente: 009.401-3.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS GESTORES DO CONVÊNIO

O gestor indicado pela SECRETARIA fará a interlocução técnica com o MUNICÍPIO bem como o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização da execução do objeto do convênio, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter a SECRETARIA informada sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

- a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- b) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final;
- c) comunicar ao superior imediato a inexecução por culpa exclusiva do MUNICÍPIO;
- d) acompanhar as atividades desenvolvidas e monitorar a execução do objeto do convênio nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;
- e) solicitar, quando necessário, às atividades de monitoramento, a realização de reuniões com representantes legais do MUNICÍPIO para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica designado como Gestoras da SECRETARIA: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO, Diretor Técnico de Saúde I, CPF n.º: 337.420.488-05 e RG n.º: 34.033.717-5, SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS, Assessor Técnico de Saúde Pública I, RG n.º: 17883777-5 e CPF n.º: 122.364.048-59, ambas lotadas no DRS-VIII FRANCA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O gestor do convênio poderá ser alterado a qualquer tempo pela SECRETARIA, por meio de simples apostilamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica designado como Gestor do MUNICÍPIO: LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA, Diretor do Departamento de Saúde, CPF n.º: 014.554.451-69 e RG n.º 1455445169.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de ausência temporária do gestor deverá ser indicado substituto que assumirá a gestão até o retorno daquele.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no Parágrafo Único da CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste do presente CONVÊNIO será até 31/08/2026 tendo por termo inicial a data da assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, corroborado por parecer técnico favorável da área competente, e após aprovação da SECRETARIA, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no Decreto n.º 66.173/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A vigência do presente Convênio nos exercícios financeiros subsequentes ao de sua assinatura estará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da SECRETARIA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE



Este Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, por infração legal, ou pela superveniência de norma legal, ou ainda denunciado por ato unilateral, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, respeitada a obrigatoriedade de prestar contas dos recursos já recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o MUNICÍPIO inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às consequências legais, em especial às previstas na Lei complementar n.º 101/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio, não tendo ocorrido à utilização total dos recursos, fica o MUNICÍPIO obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da finalização do presente convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos da remuneração da caderneta de poupança computada, desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, sem prejuízo das demais responsabilidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - A não restituição e inobservância do disposto no caput desta cláusula ensejará a imediata instauração dos procedimentos legais visando a restituição dos valores e comunicação dos órgãos de controle interno e externos, com a proposta das medidas legais cabíveis, dentre elas a tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN estadual, nos termos da Lei n.º 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado – DOE, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I – Considera-se parte integrante do presente convênio, como se nele estivesse transcrito:

- a. Plano de Trabalho;
- b. Anexo I - Resolução PGE n° 29/15;
- c. Anexo II - Declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial;

II – Aplicam-se às omissões deste convênio as Portarias e Resoluções que regem o Sistema Único de Saúde e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

III – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente Convênio, lido e achado, vai por elas assinado digitalmente, pelas pessoas abaixo identificadas, para que produzam todos os efeitos de direito.



SESTER2025001448DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

São Paulo, 18 de agosto de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário

TESTEMUNHA(S):

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - Diretor Técnico de Saúde III

DIRETORIADODRSVIII-FRANCA-CRS/DRS8

GLALCO CYRIACO - Coordenador de Saúde

GABINETE DO COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 14/08/2025 às 08:52:25
Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 14/08/2025 às 13:56:46
Assinado com senha por: GLALCO CYRIACO - 14/08/2025 às 14:09:03
Assinado com senha por: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA - 18/08/2025 às 16:02:01
Documento N°: 050243A5230067 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A5230067>



SESTER2025001448DM

PLANO DE TRABALHO**INSTITUIÇÃO PROPONENTE**

Número do PT: SES-PRC-2025-00434-DM				
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA				
CNPJ: 45.324.290/0001-67				
Endereço: Rua Dr. Gabriel Vilela, 413				
Município: Igarapava CEP: 14540000				
Telefone: 1631738200				
E-mail: prefeitura@igarapava.sp.gov.br				
CPF	Representante Legal	RG	Cargo	E-mail
06475270814	JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES	13.200.001-5	Prefeito	drjosehumberto@igarapava.sp.gov.br

GESTOR DO CONVÊNIO

CPF	RG	Nome do Gestor	Cargo	E-mail
014.554.451-69	1455445169	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	Diretor do Departamento de Saúde	igarapavasaude@gmail.com

RECEBIMENTO DO RECURSO

Banco: Banco do Brasil Agência: 0419-7 Número: 42025-5

Praça de Pagamento: Av. Cel Quito nº 56 - Centro

Declaramos que esta Conta Corrente será exclusiva para o recebimento do recurso e pagamento das despesas neste convênio.

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**Missão da Instituição:**

A missão do Município de Igarapava é promover o bem-estar e a qualidade de vida de sua população, por meio de ações integradas e eficientes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com foco no desenvolvimento sustentável e no atendimento às necessidades de todos os cidadãos, o município busca proporcionar um ambiente seguro, acessível e justo, com especial atenção à inclusão social e ao respeito aos direitos humanos. Igarapava se compromete a oferecer serviços públicos de excelência, com transparência, inovação e participação ativa da comunidade, visando o progresso contínuo e a construção de um futuro mais próspero para todos os seus habitantes.

Histórico da Instituição:

Igarapava é um município do estado de São Paulo com uma história rica que remonta ao período colonial. A região era conhecida pelos bandeirantes que, durante suas expedições rumo às Minas dos Goyazes, utilizavam o local como ponto de descanso. Por volta de 1720, a Coroa Portuguesa doou essas terras aos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) e João Leite da Silva.



SESPTA2025006772DM

Em 30 de agosto de 1856, foi criada a freguesia de Igarapava, desmembrada do município de São João da Boa Vista. O nome "Igarapava" tem origem indígena, significando "caminho de água" ou "porto das canoas", em referência aos rios e córregos que cortam a região.

A evolução administrativa do município ocorreu da seguinte forma:

- **25 de agosto de 1892:** Criação da Comarca de Santa Rita do Paraíso.
- **19 de dezembro de 1906:** Elevação de Santa Rita do Paraíso à categoria de município.
- **4 de novembro de 1907:** Mudança do nome do município e da comarca de Santa Rita do Paraíso para Igarapava.

Durante a Revolução de 1930, a ponte de ferro construída em 1913 sobre o Rio Grande foi palco de intensos confrontos entre as forças legalistas paulistas e os rebeldes mineiros.

A economia de Igarapava sempre esteve ligada à agricultura, especialmente ao cultivo de café, devido ao solo fértil da região. Além disso, a produção artesanal de pinga de engenho e a fabricação caseira de doces e queijos também contribuíram para o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, Igarapava é reconhecida por seu potencial turístico, com destaque para a bacia hidrográfica do Vale do Rio Grande, que oferece diversas opções de lazer e contato com a natureza. O município pertence à Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Franca, o que permite acesso a uma rede regionalizada de cuidados e serviços de saúde, fortalecendo as ações de atendimento e prevenção em toda a região, e promovendo a melhoria contínua na qualidade de vida da população.

QUALIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Objetivo:

A reforma do Centro de Saúde de Igarapava tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para os usuários e profissionais da saúde. As intervenções, que incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso, visam assegurar um atendimento de qualidade, adequado às normas de acessibilidade e segurança. Além disso, a modernização da unidade busca aumentar a durabilidade da infraestrutura, aprimorar as condições de trabalho e oferecer maior conforto à população que utiliza os serviços de saúde..

Justificativa:

A elaboração do Plano de Trabalho para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava é fundamental para garantir que as melhorias na infraestrutura sejam executadas de forma planejada, eficiente e transparente. O plano detalha as necessidades da unidade, estabelecendo prioridades e definindo os recursos necessários para a realização das intervenções. Além disso, serve como instrumento de gestão, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das obras, assegurando que os objetivos sejam alcançados dentro dos prazos e orçamentos previstos.

A proposta de reforma, que inclui a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e as melhorias no acesso à unidade, visa solucionar problemas estruturais que comprometem a funcionalidade, a segurança e o conforto do espaço. A justificativa para a reforma do Centro de Saúde de Igarapava está diretamente relacionada à necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento para a unidade de saúde. O objetivo é preservar a integridade da infraestrutura e proporcionar um ambiente seguro, acessível e



confortável tanto para os usuários quanto para os profissionais da saúde.

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica

A cobertura atual do Centro de Saúde apresenta desgaste significativo devido ao tempo e à ação de intempéries, resultando em infiltrações que comprometem a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Essas infiltrações podem afetar equipamentos, documentos e, principalmente, colocar em risco a saúde dos pacientes e trabalhadores da unidade. A substituição da cobertura e a instalação de uma nova estrutura metálica são essenciais para evitar problemas futuros, garantir a durabilidade do prédio e assegurar a continuidade do atendimento sem interrupções causadas por falhas estruturais.

Reforma dos Banheiros

Os banheiros da unidade necessitam de reforma para garantir acessibilidade, higiene e conforto aos usuários e profissionais. A adequação desses espaços é fundamental para atender às normas sanitárias e de acessibilidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e funcional para toda a população, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Melhoria no Acesso à Unidade

A acessibilidade à unidade precisa ser aprimorada para garantir que todos os usuários, incluindo idosos e pessoas com deficiência, possam transitar com segurança e autonomia. As melhorias no acesso visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que o Centro de Saúde esteja em conformidade com as exigências legais de acessibilidade, promovendo equidade no atendimento.

Impacto na Qualidade do Atendimento

A modernização da infraestrutura da unidade contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionando um ambiente mais organizado, seguro e eficiente. A adequação dos espaços reflete o compromisso com a saúde pública e com o bem-estar da população, assegurando um serviço mais humanizado e acolhedor.

Diante desses fatores, o investimento se torna essencial para garantir a segurança estrutural, a conservação do espaço e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. A elaboração do Plano de Trabalho permite que todas essas melhorias sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade para a população.

Local de execução: Rua Saldanha Marinho, 930 - Centro - São Paulo - CEP 14.540-000

Observações:

Foram observados os seguintes aspectos:

As intervenções previstas no projeto de reforma do Centro de Saúde de Igarapava incluem a substituição da cobertura existente, a instalação de uma nova estrutura metálica, a reforma dos banheiros e melhorias no acesso à unidade. Essas melhorias visam garantir a segurança, acessibilidade e conforto para usuários e profissionais da saúde. Abaixo estão algumas observações importantes para a execução do Plano de Trabalho:

Substituição da Cobertura e Instalação da Nova Estrutura Metálica:

A nova cobertura deverá ser projetada para suportar variações climáticas e evitar infiltrações futuras.

Será feita a substituição completa das telhas danificadas e reforço da estrutura metálica para garantir maior durabilidade.

O projeto contemplará sistemas adequados de vedação e drenagem para evitar acúmulo de água e umidade.



Reforma dos Banheiros:

Os banheiros deverão ser adequados às normas de acessibilidade, garantindo o uso adequado por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A modernização das instalações sanitárias incluirá a substituição de louças e metais,.

Melhorias no Acesso à Unidade:

Serão realizadas intervenções para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir acessibilidade total ao prédio.

METAS A SEREM ATINGIDAS**Metas Qualitativas:**

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, sendo que atualmente está em 80%.
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente há 162 nascidos vivos no município, com cobertura de 70% com mãe que realizaram 07 ou mais consultas de pré natal, ou seja, atender 113 mães 07 ou mais consultas de pré natal
Situação Pretendida:	: Ampliar 10% da proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas de pré-natal, considerando 162 nascidos vivos, ou seja, atender 129 mães com 07 ou mais consultas de pré natal
Indicador de Resultado:	Proporção de nascidos vivos
Fórmula de Cálculo do Indicador:	nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2024/nascidos vivos de mãe com 7 consultas ou mais em 2026 x 100.
Fonte do Indicador:	SIM SINAS - DATASUS SIA

Descrição da Meta:	Realizar mensalmente uma média de 30 entrevistas com usuários do Centro de Saúde de Igarapava, durante 6 meses após a conclusão da obra, visando atingir pelo menos 80% de satisfação entre os conceitos "ótimo" e "bom" em relação à estrutura, assistência e atendimento.
---------------------------	---



Ações para Alcance:	Disponibilizar a equipe da Ouvidoria para comparecer mensalmente ao Centro de Saúde e aplicar a pesquisa de satisfação diretamente com os usuários.
Situação Atual:	Não há atualmente uma pesquisa específica voltada à avaliação da estrutura do Centro de Saúde de Igarapava.
Situação Pretendida:	Atingir 80% de satisfação entre "ótimo" e "bom" nas respostas dos usuários, o que equivale a pelo menos 24 usuários satisfeitos, em média, entre os 30 entrevistados por mês ao longo de 6 meses.
Indicador de Resultado:	Percentual de satisfação dos usuários.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Número de usuários com avaliação "ótimo" ou "bom"} \div \text{Total de usuários pesquisados}) \times 100$
Fonte do Indicador:	• Relatórios consolidados da Ouvidoria.

Metas Quantitativas:

Descrição da Meta:	Ampliar 10% da oferta das consultas médicas de especialidade, visto que mensalmente são disponibilizadas o total de 1070 consultas, sendo o Cardio 50, Dermato 40; Endocrino 25 Hemato 5, Ginecologista/Obstetra 110, Gastro 20, Oftalmol100 Pediatria 200; Pneumo 5; Psiquiatria 200; Reumato 20, Urologista 15 Vascular 30; Ortopedista 130; Psiquiatria Infantil 20; Neuropediatria 50 e Ultrassonografista 50. Após 06 meses de conclusão da obra, estará previsto o atendimento em torno de 1177 consultas
Ações para Alcance:	Disponibilizar equipe médica, insumos necessários para os atendimentos e estrutura física em condições adequadas.
Situação Atual:	Atualmente o prédio do Centro de Saúde encontra-se deteriorado devido ao tempo prolongado de uso, dificultando a organização da oferta das consultas médicas e em desacordo com a política nacional de acessibilidade e ambiência.
Situação Pretendida:	Ofertar o total de 1177 consultas médicas/mês para a população, em um espaço físico em consonância com a Política Nacional de Humanização e Acessibilidade.
Indicador de Resultado:	Percentual de consultas disponibilizadas
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$\text{Total de consultas disponibilizadas atualmente} / \text{total de consultas disponibilizadas após a reforma} \times 100$
Fonte do Indicador:	SIA/SUS/MS

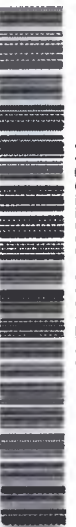


Descrição da Meta:	Descrição da Meta: Substituir integralmente 788,67 m² da cobertura do telhado do Centro de Saúde de Igarapava.
Ações para Alcance:	Contratar uma empresa especializada. Elaborar e aprovar o cronograma de execução. Realizar a substituição da cobertura. Implementar sistemas de vedação e drenagem adequados.
Situação Atual:	Cobertura com desgaste significativo, apresentando infiltrações.
Situação Pretendida:	Cobertura nova, com estrutura metálica e sem infiltrações.
Indicador de Resultado:	Percentual de área da cobertura substituída.
Fórmula de Cálculo do Indicador:	$(\text{Área substituída} / 788,67 \text{ m}^2) \times 100$
Fonte do Indicador:	Relatórios de medição da obra.

ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Ordem	Etapa	Duração da execução (em dias)	Descrição
1	Aprovação do Recurso	60	Processo para aprovação do recurso necessário para a execução da obra
2	Chegada do Recurso	30	Recebimento do recurso aprovado e liberação para iniciar as atividades da obra.
3	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária	30	Elaboração do Projeto de Lei para Criação de Dotação Orçamentária. Elaboração do projeto de lei para garantir a criação da dotação orçamentária necessária para a execução da obra.
4	Processo Licitatório	120	Processo licitatório para contratação da empresa responsável pela execução da obra. Inclui a análise das propostas e seleção da empresa
5	Planejamento e Preparação	30	Levantamento das condições atuais, elaboração do cronograma, contratação da empresa, obtenção de licenças, planejamento de segurança e comunicação com a comunidade.
6	Execução das Reformas	210	1. Substituir a cobertura existente e instalar a nova estrutura metálica. 2. Reformar os banheiros, garantindo acessibilidade, higiene e conforto. 3. Implementar melhorias no acesso à unidade, eliminando barreiras arquitetônicas.
7	Inspeção e Finalização	15	1. Realizar inspeções periódicas durante e após a execução das reformas. 2. Garantir a qualidade das intervenções realizadas.

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS



Ordem	Tipo Objeto	Item	Especificação	Proponente	%	Concedente	%
1	Custeio - Prestação de serviço	Prestação de Serviços - Projeto de Obras	O presente projeto tem como objetivo a reforma completa do telhado e a pintura geral do Centro de Saúde de Igarapava, situado na Rua Saldanha Marinho, 930. A proposta de intervenção visa promover a revitalização da infraestrutura, assegurando melhorias significativas nas condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço, proporcionando um ambiente mais adequado para o atendimento à comunidade, com foco na qualidade dos serviços e no bem-estar dos usuários e profissionais.	18.195,81	6,78%	250.000,00	93,22%
Total:				R\$ 18.195,81	6,78%	R\$ 250.000,00	93,22%

1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº Parcela	Valor Parcela	Proponente	%	Concedente	%	Total de Desembolso
1	R\$ 250.000,00	R\$ 18.195,81	6,78	R\$ 250.000,00	93,22	R\$ 268.195,81

2. PREVISÃO DE EXECUÇÃO

Início: A partir da data de assinatura do Ajuste:

Término: Vigência do Ajuste

3. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE PLANO

CPF	Nome	RG	Cargo	E-mail
014.554.451-69	LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA	1455445169	Diretor Do Departamento De Saúde	igarapavasaude@gmail.com
194.956.198-40	ANDRÉIA FRANCISCO DE PAULA	23.940.883-4	Chefe De Avaliação E Auditoria	igarapavasaude@gmail.com

ASSINATURAS DIGITAIS

Documento assinado digitalmente pela(s) pessoa(s) abaixo, conforme Decreto Federal 8.539 de 08/10/2015.

Igarapava, 18 de Agosto de 2025



SESPTA2025006772DM

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Diretor Técnico de Saúde III
DIRETORIADODRSVIII-FRANCA-CRS/DRS8

TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER
Coordenador
CGOF / COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA / GABINETE DO COORDENADOR

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário



Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 14/08/2025 às 08:57:54
Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 14/08/2025 às 13:58:15
Assinado com senha por: TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER - 18/08/2025 às 08:47:10
Assinado com senha por: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA - 18/08/2025 às 16:02:59
Documento N°: 050243A5230079 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A5230079>



SESPTA2025006772DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO (A): SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONVENIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
TERMO DE CONVÊNIO Nº (DE ORIGEM): 001145/2025
OBJETO: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava
VALOR DO AJUSTE: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como os processos das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão público conveniente e entidade conveniada, bem como dos interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s).

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;
- c) Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;
- d) A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do artigo 30 da citada Lei.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Cargo: Secretário de Estado da Saúde
CPF: 353.542.676-68

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: Tatiana de Carvalho Costa Loscher
Cargo: Coordenador CGOF
CPF: 286.235.138-51

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE CONVENIADA:

Nome: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Cargo: Prefeito
CPF: 064.752.708-14

Responsáveis que assinaram o ajuste:
PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:
Nome: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA



SESCAP2025000784DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

Cargo: Secretário de Estado da Saúde
CPF: 353.542.676-68

Responsáveis que assinaram o ajuste:
PELA ENTIDADE CONVENIADA:
Nome: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Cargo: Prefeito
CPF: 064.752.708-14

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Gestor do Convênio
Nome: LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA
Cargo: Diretor Do Departamento De Saúde
CPF: 014.554.451-69

Gestor Administrativo
Nome: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Cargo: Assessor Técnico de Saúde Pública I
CPF: 122.364.048-59

Gestor Técnico
Nome: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Cargo: Diretor Técnico de Saúde I
CPF: 337.420.488-05

Diretor DRS
Nome: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Cargo: Diretor Técnico de Saúde III
CPF: 079.819.278-03

Coordenador CRS
Nome: GLALCO CYRIACO
Cargo: Coordenador de Saúde
CPF: 250.514.038-32

Ordenador de Despesa
Nome: Tatiana de Carvalho Costa Loscher
Cargo: Coordenador CGOF
CPF: 286.235.138-51

(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

São Paulo, 18 de agosto de 2025

JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES
Prefeito
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA



SESCAP2025000784DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAÚDE

Diretor do Departamento de Saúde
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS
Assessor Técnico de Saúde Pública I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA

MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO
Diretor Técnico de Saúde I
CENTRODEPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE SAÚDE - CRS/DRS8/CPA

RICARDO DE OLIVEIRA BESSA
Diretor Técnico de Saúde III
DIRETORIA DO DRS VIII - FRANCA - CRS/DRS8

GLALCO CYRIACO
Coordenador de Saúde
GABINETE DO COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER
Coordenador
CGOF / COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA / GABINETE DO COORDENADOR

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário



Assinado com senha por: LUIZ FERNANDO CARRER VIEIRA - 14/08/2025 às 09:59:54
Assinado com senha por: JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - 14/08/2025 às 11:00:35
Assinado com senha por: SILVANA MARCIA SÃO JOAO SANTOS - 14/08/2025 às 11:17:28
Assinado com senha por: MARILIA AUGUSTA SOUSA NASCIMENTO - 14/08/2025 às 11:19:29
Assinado com senha por: RICARDO DE OLIVEIRA BESSA - 14/08/2025 às 13:58:57
Assinado com senha por: GLALCO CYRIACO - 14/08/2025 às 14:09:04
Assinado com senha por: TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER - 18/08/2025 às 08:47:11
Assinado com senha por: ELEUSES VIEIRA DE PAIVA - 18/08/2025 às 16:03:20
Documento N°: 050243A5230088 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A5230088>



SESCAP2025000784DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
SECRETARIA DA SAUDE

DESPACHO FINAL - SECRETÁRIO DA PASTA

Despacho do Secretário

Processo nº: SES-PRC-2025-00434-DM

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

Assunto: Celebração de Convênio

Tratam os autos de repasse de recursos financeiros destinados a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**, no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a ser liberado em parcela única, destinados à Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava, referente a Emenda LOA, conforme Plano de Trabalho, parte integrante do ajuste.

O DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS-VIII FRANCA manifestou-se tecnicamente, tendo considerado favorável às ações de saúde a serem custeadas, cujo posicionamento foi ratificado pela Coordenadoria de Regiões de Saúde - CRS e referendado pela Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira - CGOF.

Sobre esse assunto foi emitido o Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025, e considerando que o caso concreto relativo ao ajuste em comento se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do Parecer mencionado, tendo seguidas as orientações contidas no Parecer, o Diretor do DRS-VIII FRANCA, assinou o anexo II.

Sendo assim:

Aprovo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 184, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações o Plano de Trabalho apresentado pelo Beneficiário;

Ratifico o teor da manifestação da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira, cujos termos ressaltam os fundamentos, de fato e de direito, que lastreiam a celebração do Convênio sob enfoque;

Autorizo, se conforme, atendidas as normas de regência, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a formalização da avença com a Beneficiário em epígrafe, tendo por finalidade o repasse de recursos financeiros, dentro da disponibilidade financeira existente no Fundo Estadual de Saúde, em conformidade com as normas legais vigentes.

São Paulo, 18 de Agosto de 2025

ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

EXTRATO DE CONVÊNIO

"Em cumprimento do Decreto nº 58.052, de 16-05-2012"

Processo: SES-PRC-2025-00434-DM

Convênio: 001145/2025

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

CNPJ: 45.324.290/0001-67

Programa: Emenda LOA

Objeto: Custeio - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava

Valor Total: R\$ 250.000,00

UGE: 090196

Número da emenda: 2025.030.64882

DEMANDA n.º: 086286

Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000

Natureza da Despesa: 334039

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parecer Referencial CJ/SS nº 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 31/08/2026



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 21/08/2025 às 11:15:06
Documento N.º: 086286A5242742 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/086286A5242742>



SEEXT2025000820DM

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV**EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90202/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00168873/2025-11, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90202/2025-DRS XV, será no dia 18/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 90127-000202-2025 - TR.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90204/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90204/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00168873/2025-17, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90204/2025-DRS XV, será no dia 18/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 90127-000204-2025 - TR.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90205/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90205/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00195822/2025-67, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90205/2025-DRS XV, será no dia 18/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 90127-000205-2025 - TR.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90206/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90206/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00194448/2025-65, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90206/2025-DRS XV, será no dia 18/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 90127-000206-2025 - TR.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90207/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90207/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00157821/2025-15, objetivando compra de “Insumos” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90207/2025-DRS XV, será no dia 18/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 90127-000207-2025 - TR.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90208/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90208/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00157880/2023-37, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90208/2025-DRS XV, será no dia 19/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 90127-000208-2025 - TR.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90209/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90209/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00182105/2024-76, objetivando compra de “Medicamento” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Administrativas de pacientes da região do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90209/2025-DRS XV, será no dia 23/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 90127-000209-2025 - TR.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90210/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90210/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00174078/2024-68, objetivando compra de “SUPLEMENTOS” – Entrega Imediata, para atender as Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90210/2025-DRS XV, será no dia 23/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 90127-000210-2025 - TR.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90211/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90211/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00160663/2025-58, objetivando a aquisição de medicamento em atendimento a Demandas Judiciais do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90211/2025-DRS XV, será no dia 02/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 201.pdf

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90212/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DRS XV****EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-90212/2025-DRS XV**

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto – DRS XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00058454/2025-91, objetivando a aquisição de medicamento em atendimento a Demandas Judiciais do DRS XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90212/2025-DRS XV, será no dia 03/09/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS XV, sito a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 – Distrito Industrial Ulisses Guimarães – São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

Anexo(s):

EDITAL 212.pdf

HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90194/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Despacho do Diretor Técnico de Saúde III, de 20/08/2025

Processo: 024.00148361/2024-10

Pregão Eletrônico: 90194/2025-DRS XV

Assunto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO ENTREGA IMEDIATA- PARA ATENDER DETERMINAÇÕES JUDICIAIS DE PACIENTES DA REGIÃO DO DRS XV.

Adjudicado e Homologado o item do Pregão Eletrônico nº 90194/2025-DRS XV, de acordo

Fornecedor: 1: CLAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 05.782.733/0002-20

Vendedor do(s) Item(s): 1

Valor Total (Negociado): 5.888,28

COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**EXTRATO DE CONVENIO**

“Em cumprimento do Decreto nº 58.052, de 16-05-2022”

Processo: SES-PRC-2025-00141-DN

Convênio: UN-1302/2025

Interessado: OBRA SOCIAL INDUSA SEIHHORA DA GLÓRIA - FAZENDA DA ESPERANÇA

CNPJ: 48.555.775/0016-36

Programa: Apoio Financeiro CHS - CGOI

Objeto: Custeio - Folha de pagamento, Material de consumo e Prestação de serviço visando a assistência de 18 portadores de AIDS tipo II

Valor Total: R\$ 517.019,64 em parcelas

UGE: 090196

Registr. Atual: 2025SS03058

DEMANDA n.º: 091230

Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000

Natureza da Despesa: 335043

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial: C/SS n.º 003/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 31/08/2026

Processo: SES-PRC-2025-00479-DN

Convênio: 001322/2025

Interessado: SANTA CASA DE POAIEIRA

CNPJ: 35.065.601/0001-74

Programa: Emenda LCA

Objeto: Investimentos - Equipamentos

Valor Total: R\$ 243.139,00

UGE: 090196 - CGOF

Número da emenda: 2025.321/67656

DEMANDA n.º: UNH25

Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000

Natureza da Despesa: 445042

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial: C/SS n.º 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 30/06/2026

Processo: SES-PRC-2025-00426-DM

Convênio: 001364/2025

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE

CNPJ: 45.148.699/0001-70

Programa: Saúde Humana Obra

Objeto: INVESTIMENTO - Reforma e Ampliação da Unidade Básica

João Florentino de Santana

Valor Total: R\$ 250.000,00

UGE: 090196

Número da emenda: 2025.009.66906

Registr. Atual: DEMANDA n.º: 086555

Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000

Natureza da Despesa: 444051

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial: C/SS n.º 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 30/06/2026

Processo: SES-PRC-2025-00503-DN

Convênio: 001394/2025

Interessado: IRMÃIDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE

PIRACICABA

CNPJ: 54.376.630/0001-87

Programa: Emenda LCA

Objeto: Custeio - Prestação de serviço de utilidade pública energia elétrica

Valor Total: R\$ 140.000,00

UGE: 090196

Número da emenda: 2025.257.72009

DEMANDA n.º: 092126

Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000

Natureza da Despesa: 335043

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial: C/SS n.º 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 30/06/2026

Processo: SES-PRC-2025-00529-DN

Convênio: 001421/2025

Interessado: Associação da Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos

CNPJ: 53.472.344/0001-11

Programa: Emenda LCA

Objeto: Custeio - Prestação de serviço

Valor Total: R\$ 1.000.000,00

UGE: 090196

Número da emenda: 2025.038.68008

DEMANDA n.º: 086663

Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000

Natureza da Despesa: 335043

Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde

Parâmetro Referencial: C/SS n.º 21/2025

Data da Assinatura: 18/08/2025

Vigência: 30/06/2026

Processo: SES-PRC-2022-0065-DM
Convênio: 001261/2025
Interessado: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PRESIDENTE PRUDENTE
CNPJ: 55.344.337/0001-08
Programa: Emenda LOA
Objeto: Investimento - Aquisição de Equipamentos - Auto Clave de Bancada e Microscópio Especular de Córnea
Valor Total: R\$ 148.622,50
UG: 09096
Número da emenda: 2025.030.4482
DEMANDA n.º: 083302
Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000
Natureza da Despesa: 445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer Referencial C/SS nº 21/2025
Data da Assinatura: 19/08/2025
Vigência: 30/06/2026
Processo: SES-PRC-2025-00434-DM
Convênio: 001165/2025
Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
CNPJ: 45.324.290/0001-67
Programa: Emenda LOA
Objeto: Curativo - Prestação de serviço - reforma do Centro de Saúde de Igarapava
Valor Total: R\$ 250.000,00
UG: 09096
Número da emenda: 2025.030.4482
DEMANDA n.º: 083302
Programa de Trabalho: 10.302.5125.6273.0000
Natureza da Despesa: 336409
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer Referencial C/SS nº 21/2025
Data da Assinatura: 18/08/2025
Vigência: 31/08/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"Em cumprimento do Decreto nº 58.052, de 16-05-2012"
Processo: SES-PRC-2024-05683-DM
Termo Aditivo ao Convênio nº 030150/2024
Interessado: SOCIEDADE CAAPINHIBA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO
HOSPITAL E MATERNUIDADE CELSO PIETRO
CNPJ: 46.620.201/0002-69
Objeto: alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 01450/2024, para correção do nome de equipamento, sem alteração do objeto do convênio
Número da emenda: 2024.076.55691
DEMANDA n.º: 083302
Parecer Referencial C/SS nº 02/2025
Data da Assinatura: 18/08/2025
Vigência: 31/12/2025

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR CHOPIN TAVARES DE LIMA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0065/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

USAG - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR
Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 90705/2025
Nº Processo: 145.000.15622/2025-72
Objeto: Aquisição de Bulas
Total de Itens Licitados: 23 (vinte e três).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 21/08/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Ovídio Pires de Campos número 225, bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 05403-010, 2º andar do Prédio da Administração.
Link do PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/>
Entrega das Propostas: a partir de 21/08/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 02/09/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Fonte: DOESP e PNCP

Anexo(s):
[PRE-0065-2025-Aquisição de Bulas - Edital completo.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0079188534/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

USAG - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR
Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 90707/2025
Nº Processo: 145.000.15622/2025-72
Objeto: Aquisição de matérias primas farmacêuticas (Cloreto de Potássio, Cloreto de Sódio e Glicose Oral Anidra)
Total de Itens Licitados: 03 (três).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 21/08/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Ovídio Pires de Campos número 225, bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 05403-010, 2º andar do Prédio da Administração.
Link do PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/>
Entrega das Propostas: a partir de 21/08/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 02/09/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Fonte: DOESP e PNCP

Anexo(s):
[PRE-0079188534-2025-Exigências 03 itens-Edital completo.pdf](#)

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90709/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 90709/2025
Nº Processo: 145.000.15622/2025-72
Objeto: ONDANSETRONA (CLOMIDRATO) 8 MG COMPRIMIDO, ONDANSETRONA (CLOMIDRATO) 2 MG/MIL SOL INJ AMP 4 ML, BISACODIL 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO, ESCOPOLAMINA (BUTILBROMATO) 20 MG/MIL SOL INJETÁVEL AMP 1 ML, CLORATADINA 12,5 MG COMPRIMIDO, ESTRADIOL HEMI-HIDRATADO 0,6M
Total de Itens Licitados: 7 (sete)
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 20/08/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Ovídio Pires de Campos número 225, bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 05403-010, 2º andar do Prédio da Administração.
Link do PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/>
Entrega das Propostas: a partir de 20/08/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 01/09/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Fonte: DOESP e PNCP

Anexo(s):
[145.000.14895.2025-08.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90707/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 90707/2025
Nº Processo: 145.000.15622/2025-72
Objeto: ANÍSISULFONA 200 MG COMPRIMIDO
Total de Itens Licitados: 1 (um)
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 20/08/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Ovídio Pires de Campos número 225, bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 05403-010, 2º andar do Prédio da Administração.
Link do PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/>
Entrega das Propostas: a partir de 20/08/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 01/09/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Fonte: DOESP e PNCP

Anexo(s):
[145.000.15622.2025-72-NOVA DATA.pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90708/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

USAG - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 90708/2025
Nº Processo: 145.000.15622/2025-72
Objeto: CO-604 ENVELOPE PARA EXAMES - DIAGNOST, CO-007 ENVELOPE P/RAIOS-X, CO-076 ENVELOPE BRANCO 24X34CM C/ LOGOTIPO, CO-006 ENVELOPE P/RAIOS-X, CO-075 ENVELOPE BCO 24X34CM, CO-002-ENVELOPE DE PRONTUÁRIO
Total de Itens Licitados: 6 (seis)
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 20/08/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Ovídio Pires de Campos número 225, bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 05403-010, 2º andar do Prédio da Administração.
Link do PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/>
Entrega das Propostas: a partir de 20/08/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 01/09/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Fonte: DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90710/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Modalidade: Pregão Eletrônico RP nº 90710/2025
Nº Processo: 145.000.08724/2025-31
Objeto: HIZENTRAMUNOGLUBULINA HUMANA 20% (200 MG/3ML)
Total de Itens Licitados: 1 (um)
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 20/08/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Ovídio Pires de Campos número 225, bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 05403-010, 2º andar do Prédio da Administração.
Link do PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/>
Entrega das Propostas: a partir de 20/08/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 01/09/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Fonte: DOESP e PNCP

Anexo(s):
[145.000.08724.2025-31-NOVA DATA 2.pdf](#)

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 544/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

RETIFICAÇÃO DO DOE DE 20/08/2025
Comunicamos que no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 544/2025, destinado à aquisição de CUIPS PARA ANEURISSMA

CEREBRAL...:
ONDE SE LÊ: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 20/08/2025
Data e hora da abertura da sessão pública: 01/09/2025 AS 09:00 Horas
LEIA-SE: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 21/08/2025
Data e hora da abertura da sessão pública: 03/09/2025 AS 09:00 Horas

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 545/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

RETIFICAÇÃO DO DOE DE 20/08/2025
Comunicamos que no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 545/2025, destinado à aquisição de PEITO DE PERU, LINGUIÇA DE CARNE ...
ONDE SE LÊ: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 20/08/2025
Data e hora da abertura da sessão pública: 01/09/2025 AS 09:00 Horas
LEIA-SE: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 21/08/2025
Data e hora da abertura da sessão pública: 03/09/2025 AS 09:00 Horas

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 546/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 546/2025, do tipo menor preço, destinado à PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JARDINAGEM E PAISAGISMO ... A realização da Sessão será no dia 08/09/2025, às 09h00 horas, no endereço eletrônico: www.compras.gov.br. Adastio sob o nº 92201 - 90546/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 21/08/2025. O edital no íntegro está disponível no site: www.gov.br/pncl/pf/pt-br/ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 2601 2152.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 547/2025, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

RETIFICAÇÃO DO DOE DE 20/08/2025
Comunicamos que no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 547/2025, destinado à aquisição de PAPEL SULFITE BRANCO.
ONDE SE LÊ: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 20/08/2025
Data e hora da abertura da sessão pública: 01/09/2025 AS 09:00 Horas
LEIA-SE: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 21/08/2025
Data e hora da abertura da sessão pública: 03/09/2025 AS 09:00 Horas

EXTRATO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO - INEXIGIBILIDADE Nº PJ_RR_167/25, DE 1 DE AGOSTO DE 2025

Processo: HCFARP-PRC-2021/00510-SEI 146.000.0485/2023-81 Termo PJ-RR-167/25 - Contratante: HCFARPUSP - Contratada: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. Inexigibilidade com fundamento no inciso I, do artigo 25, da Lei nº. 8666/93 - Objeto: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de manutenção preventiva e corretiva na modalidade PERFORMANCE com fornecimento de peças, mão de obra, deslocamento e suporte técnico para 03 Equipamentos de Raios-X do tipo Arcos Cirúrgicos de marca G.E. modelo OEC 9800, séries OEC82-4080, OEC82-4081 e OEC82-4082, de propriedade do CONTRATANTE, instalado no Centro Cirúrgico Câmpus Universitário - deste Hospital - em Ribeirão Preto, SP - Vigência: 01/10/25 a 30/09/26 - Valor Total: R\$167.826,48 - para o exercício de 2025: R\$41.956,82 - para o exercício de 2026: R\$125.869,66 - Objeto: 3.393.39 - Assinatura: 01/08/2025.

Anexo(s):
[Gr.11da "HCFARP-PRC-2021-00510-SEI 146.000.0485/2023-81" \(RP sem Parecer-Proposta Ant-Realizada\) 2025-Manifesto.pdf](#)

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE, DE 19 DE AGOSTO DE 2025

De conformidade com o conteúdo no Parecer C/HCFAIRPUSP nº 168/2025, arquivado nas fls. 149 e seguintes, que adotou como razões de decisão, autorizo a prorrogação do contrato firmado entre este HOSPITAL em comunhão com a FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFARPUSP e a REBEUR PROCESSAMENTO DE DIÁGOS LTDA EPP no processo SEI nº146.000.6138/2023-62, de 01 de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026, no valor total anual de R\$3108,00 (três mil e cento e oito reais), que será pago pela FUNDAÇÃO.

Anexo(s):
[SEI-0079069072-Despacho.pdf](#)

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº CANCELAMENTO PARCIAL DA NOTA DE EMPENHO NED00912

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU- HCFMB

EMPRESA: Comercial Cirúrgica Rioclaresense Ltda
CNPJ: 47.729.178/0002-20
NOTA DE EMPENHO: - 2025NED00912

ASSUNTO: CANCELAMENTO PARCIAL DA NOTA DE EMPENHO

A Gerência de Farmácia solicitou o cancelamento parcial da nota de empenho 2025NED00912, código INV 770 de 10 ampolas no valor total de R\$ 11,50, em virtude de diferença na embalagem do produto entregue.

O processo foi encaminhado ao Departamento Econômico, Financeiro e





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **ELEUSES VIEIRA DE PAIVA**, CPF **353.542.676-68**, atesto que na data de **11/08/2025** às **10:24:50** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **evpaiva@saude.sp.gov.br**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

B0971BDC5EF74EFF69420B45AFB2ECB9DADD6F73B445BD1856AF54BCC4

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

5441b33c-d1fc-4a5f-8e22-068d920df1cb

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.



Assinado com senha por: MARCIA RODRIGUES FERREIRA - 21/08/2025 às 11:47:20
Documento N°: 4008598A5243089 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/4008598A5243089>



SESCAP2025089456DM

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****Declaração de Atualização Cadastral**

Eu, **TATIANA DE CARVALHO COSTA LOSCHER**, CPF **286.235.138-51**, atesto que na data de **11/08/2025** às **15:00:52** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **tloscher@saude.sp.gov.br**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

F1EBB79E3AC2BD7C092888C74CAA2708DEA525DC7E71AB34E80DB89E53

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

4682e2b9-579a-45aa-8fce-6829d2181450

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.



Assinado com senha por: **MARCIA RODRIGUES FERREIRA** - 21/08/2025 às 11:48:46
Documento N°: 4008606A5243094 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/4008606A5243094>



SESCAP2025089457DM